



MOTAENGIL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2010

Um Mundo de Inspiração



Designação comercial:

Mota-Engil, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta

Escritórios Porto
Rua do Rego Lameiro, n.º 38,
4300-454 Porto

tel.: +351 225 190 300

fax: +351 225 191 261

www.mota-engil.pt

Capital Social: 204 635 695 euros

Mat. na C.R.C do Porto com o n.º 502 399 694

NIF: 502 399 694

LIGAÇÕES QUE PERDURAM

Presente em áreas tão diversas como a Engenharia & Construção, Ambiente & Serviços, Concessões de Transportes ou Energia, o Grupo Mota-Engil cria fortes ligações com as populações onde actua.

Ligações voltadas para o futuro, que se cruzam e contribuem para construir sociedades mais evoluídas e sustentáveis, através de obras estruturantes e de uma oferta multi-serviços essenciais ao bem-estar.

Grupo Mota-Engil. Ligado a si.

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

4	Destaques 2010 / Síntese	12
5	Principais acontecimentos	Enquadramento macroeconómico
6	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	15
8	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	Análise económico- -financeira
		19
		Áreas de Negócio
		37
		Mota-Engil na Bolsa
		40
		Gestão de risco
		42
		Gestão do Capital Humano do Grupo
		44
		Actividade desenvolvida pelos membros não- -executivos do Conselho de Administração
		44
		Proposta de aplicação de resultados
		45
		Perspectivas para 2011
		45
		Factos relevantes após o termo do exercício
		46
		Nota final

GRUPO MOTA-ENGIL

2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

- 50 Demonstração dos Resultados Consolidados
- 52 Demonstração da Posição Financeira Consolidada
- 54 Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado
- 56 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
- 57 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

3. RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

- 154 Declaração de Cumprimento das Recomendações da CMVM
- 161 Assembleia Geral
- 165 Órgãos de Administração e Fiscalização
- 199 Informação
- 205 Anexos

4. RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- 214 Certificação Legal das Contas Consolidadas
- 216 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 218 Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas
- 220 Extracto da Acta n.º 36 da Assembleia Geral da Mota-Engil, SGPS, S.A.

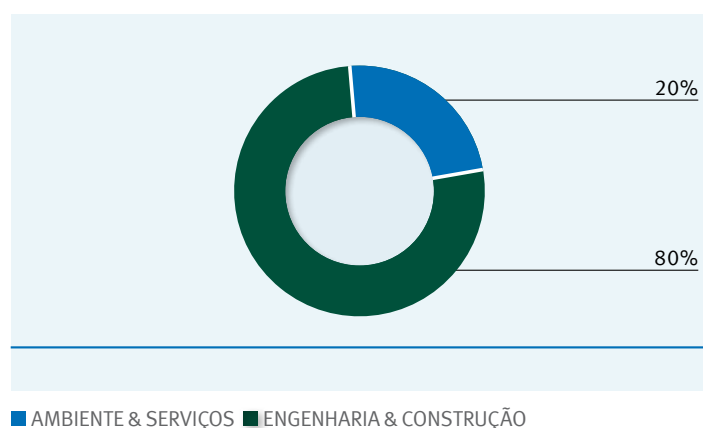
5. CADERNO DE SUSTENTABILIDADE

- 235 Nota Prévia
- 236 Âmbito do Relatório
- 239 Compromissos com Iniciativas Externas e Relacionamento com Stakeholders
- 242 Responsabilidade Social
- 263 Investigação, Desenvolvimento e Inovação
- 266 Desempenho

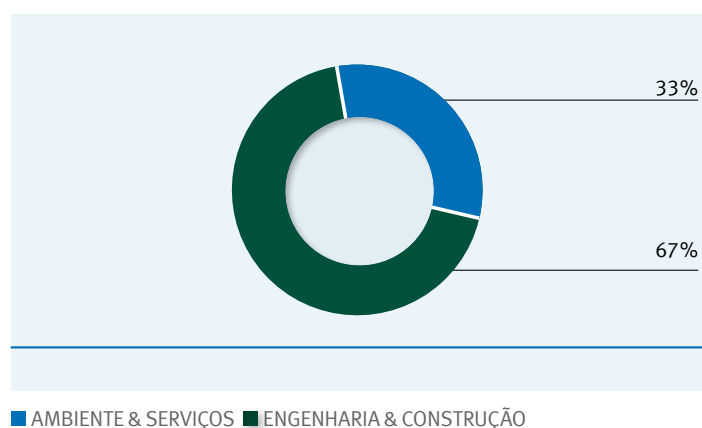
DESTAQUES 2010

- Volume de negócios estável, atingindo 2.005 milhões de euros;
- Margens EBITDA e EBIT de 11,8% e 6,6%;
- Resultado líquido Grupo ajustado de 40,1 milhões de euros;
- Carteira de encomendas de 3,3 mil milhões de euros;
- Endividamento líquido corporativo de 907 milhões de euros.

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS Áreas de Negócio



EBITDA Áreas de Negócio



SÍNTESE

	milhares euros									
	2010	% VPS	△	2009 ^(***)	% VPS	4T10	% VPS	△	4T09 ^(***)	% VPS
Vendas e Prestações de Serviços	2.004.551		1,3%	1.978.733		541.639		4,2%	519.775	
EBITDA	237.294	11,8%	20,9%	196.268	9,9%	66.890	12,3%	22,7%	54.511	10,5%
EBIT	131.746	6,6%	17,1%	112.493	5,7%	28.448	5,3%	(4,4%)	29.771	5,7%
Resultados financeiros	(50.928)	(2,5%)	(6,5%)	(47.836)	(2,4%)	(2.626)	(0,5%)	82,2%	(14.736)	(2,8%)
Ganhos/perdas em empresas associadas	7.506	0,4%	(81,9%)	41.429	2,1%	5.174	1,0%	383,8%	(1.823)	(0,4%)
Resultados antes de impostos	88.325	4,4%	(16,7%)	106.086	5,4%	30.996	5,7%	134,6%	13.212	2,5%
Resultado líquido consolidado	69.357	3,5%	(16,0%)	82.559	4,2%	30.879	5,7%	345,9%	6.924	1,3%
Atribuível:										
a interesses que não controlam	32.406	1,6%	225,8%	9.947	0,5%	24.670	4,6%	995,3%	2.252	0,4%
ao Grupo	36.951	1,8%	(49,1%)	72.612	3,7%	6.209	1,1%	32,9%	4.672	0,9%
Martifer / outros efeitos não recorrentes ^(*)	(3.191)			40.389		(3.214)			(3.137)	
Resultado Líquido Grupo Ajustado ^(**)	40.142	2,0%	24,6%	32.223	1,6%	9.422	1,7%	20,7%	7.809	1,5%

Ebitda = Resultado operacional + amortizações + provisões e perdas de imparidade

Endividamento líquido = Endividamento – caixa e seus equivalentes

(*) Inclui efeitos da reclassificação de ganhos anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral, pela redução de interesses em entidades conjuntamente controladas, na sequência do processo de concentração das participações nas concessões rodoviárias na Ascendi Group

(**) Resultado Líquido do Grupo ajustado dos ganhos/perdas da Martifer e de outros efeitos não recorrentes

(***) Valores reexpressos (alteração do método de consolidação dos interesses financeiros em empreendimentos conjuntos; IFRIC 12; IFRIC15)

Fevereiro de 2010

Assinado contrato de parceria para constituição da sociedade de direito Angolano - Mota-Engil Angola, na sequência do Memorando de Entendimento assinado em 2009.

Março de 2010

Adjudicação à Glan Agua (participada da Mota-Engil na Irlanda) de contratos para a concepção, construção e operação a 20 anos de 25 estações de tratamento de águas, no valor de 55,2 milhões de euros.

Maio de 2010

- Aquisição de 50% da empresa brasileira na área dos resíduos Geovision, na sequência do cumprimento do plano estratégico de internacionalização e diversificação de negócios da Mota-Engil.
- Adjudicação à Translei no Peru de obras em consórcio (50%) no valor total de 71 milhões de euros.
- Adjudicação à Mota-Engil Central Europe de obras na Polónia no valor total de 84 milhões de euros.
- Adjudicação à Mota-Engil Engenharia (através da sua sucursal em Moçambique e numa parceria 50/50 com a Soares da Costa) da construção da Vila dos Jogos Pan-Africanos em Maputo, Moçambique (114 milhões de euros).
- Aquisição de 25% da empresa de construção mexicana Idinsa, na sequência do cumprimento do plano estratégico de internacionalização.

Junho de 2010

Aquisição da sociedade de direito polaco PRD-M LUBLIN SA, com vista ao reforço do plano estratégico de internacionalização da Mota-Engil.

A Ascendi celebrou um acordo com a Brisa para a aquisição de 20% do capital da Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A. (Via Verde).

Julho de 2010

Adjudicação à Mota-Engil Engenharia de obras em Moçambique no valor total de 116 milhões de euros.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS 2010



MENSAGEM
DO PRESIDENTE
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

“A estratégia definida, uma forte coesão entre todos e a capacidade de liderança são factores que no nosso Grupo se mantêm intactos e que estou certo permitirão, também em 2011, continuar o crescimento sustentável do Grupo.”



EXMOS. SENHORES ACCIONISTAS,

Pelo quarto ano consecutivo ao dirigir-me a V. Exas., sou obrigado a, como primeira referência, colocar ênfase na crise que, tendo sido transversal a todas as economias, persiste em manter-se nas economias periféricas e mais frágeis, como é a economia portuguesa.

O arrastar da situação tem desencadeado forte instabilidade financeira nos mercados com terreno fértil para a especulação, provocando o crescimento em Portugal das taxas de juro e o aumento de desemprego e em que, apesar das drásticas medidas que estão a ser tomadas, tarda em haver claros sinais de melhoria.

Vivemos assim um período difícil em Portugal, subitamente agravado por força da crise política instalada nos países do Norte de África e provocando um crescimento acentuado dos preços do petróleo.

Atravessamos hoje uma crise de confiança que necessita que todos, políticos, jornalistas, empresários e trabalhadores, acreditem que somos capazes de a ultrapassar numa Europa que necessita de se reencontrar e voltar a ganhar a capacidade de liderança que o projecto Europeu necessita e merece.

Foi neste contexto que o Grupo Mota-Engil desenvolveu a sua actividade durante 2010 e como tal não poderia deixar de ver a sua actividade afectada com o agravar da crise no sector da construção em Portugal e a necessidade de restringir o investimento de expansão, não permitindo pois que em 2010 o Grupo tenha apresentado, ao nível do volume de negócios, o crescimento que pretendíamos, mas é com orgulho que dizemos que todos os outros indicadores de rentabilidade do Grupo foram cumpridos, conseguindo assim dar sustentabilidade ao desenvolvimento futuro do Grupo.

E o alcançar destes objectivos só foi possível fruto de uma estratégia que vimos implementando de diversificação e de maior internacionalização de todas as áreas de negócios que permitiu que estivéssemos activos em muitos países que não foram afectados pela crise, como é o caso de Angola, Brasil, Peru, Moçambique, Malawi, etc.

A estratégia definida, uma forte coesão entre todos e a capacidade de liderança são factores que no nosso Grupo se mantêm intactos e que estou certo permitirão, também em 2011, continuar o crescimento sustentável do Grupo.

António Mota

Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM
DO PRESIDENTE
DA COMISSÃO
EXECUTIVA

“ESTAMOS A CONSEGUIR vencer os desafios, passo a passo, com profissionalismo, determinação e com muito trabalho de todos, sendo que tudo faremos para ganhar o futuro.”



EXMOS. SENHORES ACCIONISTAS,

O ano de 2010 representou, no panorama internacional, um contexto sócioeconómico verdadeiramente adverso, na sequência do que persistentemente vimos assistindo nos últimos anos.

A economia mundial, e nomeadamente as economias mais desenvolvidas, viram-se forçadas, apesar da conjuntura recessiva, a implementar medidas de contracção no investimento, priorizando o reequilíbrio ao nível das suas Finanças Públicas, facto relevante na Europa e, de forma mais expressiva, nas economias periféricas e de maior fragilidade, como é o caso da economia portuguesa.

Conscientes da difícil realidade que vivemos em 2010 e que se perspectiva que se mantenha nos próximos tempos, mantivemos, sem desvios, a estratégia idealizada e em implementação no âmbito do Plano Ambição 2013.

E digo mantivemos porque verificamos, através do acompanhamento que de perto efectuamos do nosso posicionamento a nível internacional, que o caminho que vimos seguindo se revela ser, no panorama geoestratégico, aquele que melhor se enquadra face ao potencial de crescimento que vislumbramos para o Grupo Mota-Engil.

Apesar das dificuldades com que nos confrontámos, continuámos a contrariar os ventos desfavoráveis, e numa estratégia selectiva de diversificação geográfica e sectorial, conseguimos crescer e acima de tudo ser mais eficientes nas nossas operações, tornando o modelo de desenvolvimento do Grupo mais sustentável para o seu crescimento futuro.

Concentrados na criação de valor e na rentabilidade, desinvestimos nos mercados que se afiguravam como de menor rentabilidade, consolidando a nossa presença onde declaradamente continuamos a afirmar-nos com elevada capacidade e potencial de crescimento e iniciando actividade em mercados e áreas onde vislumbramos novas oportunidades.

Foi com esta visão estratégica integrada e pragmática de mercados e sectores de actividade que foi possível obter o maior valor consolidado na actividade internacional dos últimos anos, compensando assim a forte retracção no mercado nacional.

Em 2010, aumentámos a presença internacional através de um maior crescimento e diversificação, potenciando sinérgias e gerando maior valor acrescentado.

Desta forma, conseguimos aumentar os resultados operacionais, o que, conjugado com uma elevada selectividade no investimento e na gestão da dívida, permitiu reforçar a estrutura financeira do Grupo e simultaneamente potenciar a sua maior capacidade de crescimento no futuro.

Por último, não poderia deixar de manifestar uma palavra de agradecimento ao esforço conjunto de todos os que trabalham diariamente e que fazem da Mota-Engil o que ela é hoje — um Grupo económico diversificado, líder em Portugal e com cada vez maior presença internacional.

Se no ano passado referi que prosseguimos uma estratégia de resistir no presente para ganhar o futuro, hoje, na conjuntura adversa que vivemos, refiro que o desafio está longe de estar ganho, mas ESTAMOS A CONSEGUIR vencê-lo, passo a passo, com profissionalismo, determinação e com muito trabalho de todos, sendo que tudo faremos para ganhar o futuro.

Jorge Coelho,
Presidente da Comissão Executiva



RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2010



1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

CONSTRUÇÕES PARA A VIDA

Presente em 17 países, a Mota-Engil Engenharia e Construção serve sociedades há mais de 60 anos com infra-estruturas inovadoras e essenciais ao seu desenvolvimento.

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

A economia mundial só recentemente começou a emergir da recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial. Após uma contracção de 0,6% em 2009, o produto mundial terá aumentado 5% em 2010, e para 2011, as projecções do FMI apontam para uma taxa de crescimento de cerca de 4%.

Em 2010, assistimos a uma recuperação a diferentes velocidades, o verdadeiro motor do dinamismo continuam a ser os mercados emergentes, principalmente a Ásia (em particular a China) com uma taxa de crescimento, do PIB de 10,3%, e a Índia, que terá em 2010 aumentado o seu produto interno em 9,7%), América Latina e África Subsariana, enquanto as economias desenvolvidas continuam a perder terreno, dominadas pelas preocupações conjunturais e financeiras.

A discrepância entre o crescimento nas economias desenvolvidas e emergentes continuará a atrair políticas macroeconómicas muito diferentes. Nos EUA e na Europa, os bancos centrais deverão continuar a implementar as políticas monetárias acomodatórias na tentativa de estimular o crescimento económico. Simultaneamente, sinais de sobreaquecimento da economia, impulsionado por fortes influxos de capitais, começam a surgir em alguns países da Ásia e América Latina, levando as autoridades a considerar a antecipação de medidas macroeconómicas restritivas para limitar o crescimento do crédito, controlar a inflação e evitar aumentos súbitos e acentuados nas taxas de câmbio.

Em 2010, as crescentes incertezas sobre a solidez do sector financeiro europeu e as dúvidas sobre a capacidade da Zona Euro para resolver a sua crise de dívida soberanas, abalaram um sistema financeiro ainda fragilizado. Desencadeada pelos acontecimentos de Maio passado, com os problemas de dívida pública da Grécia, a turbulência financeira difundiu-se pela Zona Euro no último trimestre do ano (atingindo particularmente a Irlanda, Espanha e Portugal), alcançando patamares nunca vistos desde o lançamento da União Económica e Monetária. Assim, a crise financeira nos países periféricos da Zona Euro levou a uma análise de risco mais rigorosa que resultou num agravamento do seu prémio de risco soberano, assim como a maiores restrições no acesso a financiamento externo. No entanto, ao contrário do plano de resgate à Grécia em Maio, as repercussões financeiras a outros países foram limitadas, tendo mesmo as condições financeiras melhorado fora da periferia da Zona Euro e em 2010, apesar das tensões nos mercados financeiros, com excepção da Grécia, Irlanda e Espanha, o crescimento na Europa será positivo, o que aponta para uma grande recuperação face a 2009, fortemente impulsionada pelo renascimento da economia mundial. Em 2010, a Zona Euro terá crescido 1,7% em contraponto com a contracção de 4% em 2009. Apesar do dinamismo recente, as instituições e os mercados continuam frágeis e a retoma na Europa a 27 deverá manter-se moderada para padrões históricos, e também em comparação com outras economias desenvolvidas, resultado essencialmente do impacto prolongado da crise, assim como da implementação de fortes medidas de controlo orçamental em 2011.

A recuperação económica está a decorrer em geral como esperado, mas os riscos continuam extremamente elevados. A maioria das economias desenvolvidas e algumas economias emergentes continuam a enfrentar grandes ajustes e desafios. Nos EUA, a economia continua a dar sinais de recuperação e em 2010 o seu produto interno terá mesmo registado um crescimento de 2,8%. No entanto, os pontos fracos não desapareceram, o elevado desemprego coloca grandes desafios sociais, o mercado imobiliário continua frágil e o sector financeiro continua em reestruturação.

Em 2010, as *commodities* minerais (petróleo e metais) e agrícolas (milho, algodão ou soja) registaram um aumento de preços de dois dígitos, atingindo mesmo, no caso de alguns metais, máximos históricos. A subida nas *commodities* foi impulsionada pela crescente procura de economias emergentes, como por exemplo a China, o maior consumidor mundial de minério de ferro, borracha, cobre e zinco, que em 2010 foi a economia com maior taxa de crescimento, 10,3%, e em 2011 é expectável que registe um crescimento de 9,6%. Em consequência da retoma económica, ao longo de 2010 verificou-se um aumento da procura mundial de petróleo, especialmente pelos países emergentes, o que se reflectiu numa valorização anual de 8%, fixando-se o preço do barril em 91 dólares.

O aumento dos preços das *commodities* foi responsável, em parte, pelo aumento da inflação observada nas economias emergentes no final de 2010. O aumento dos preços dos bens alimentares teve um papel importante no escalar da inflação registado em alguns países emergentes, especialmente na Ásia. O aumento dos preços no mundo em desenvolvimento contrasta com os baixos índices de inflação na Europa e nos

Estados Unidos e com a persistente deflação no Japão. A diferença é em parte um subproduto das recuperações económicas a ritmos diferentes, mais fortes dos países em desenvolvimento, em comparação com o crescimento lento das economias avançadas. De acordo com o FMI, nas economias desenvolvidas a inflação deverá manter-se nos 1,5%, fortemente influenciada pela subida do preço da energia, enquanto nas economias emergentes e em desenvolvimento é expectável que em 2010 os preços ao consumidor tenham aumentado 6%, indicando sinais de sobreaquecimento. Em resposta a esta situação, os bancos centrais do Brasil, Rússia, Índia e China (países do Bric), que são agora responsáveis por aproximadamente 1/5 da actividade económica mundial, aumentaram recentemente taxas de juros e estão em estudo medidas adicionais para travar o avanço dos preços, especialmente os de alimentos.

Apesar do bom ritmo de crescimento observado em 2010 no produto mundial, para 2011 as previsões apontam para um abrandamento ligeiro do ritmo de expansão global, com particular evidência nas economias mais avançadas como os EUA, Japão e Zona Euro. Os mercados financeiros continuam frágeis e as tensões no mercado cambial e a instabilidade no mercado de dívida soberana podem representar fortes ameaças contra o crescimento económico.

ECONOMIA PORTUGUESA

Desencadeada pela Grécia, a crise nos mercados de dívida soberana foi um dos principais eventos económicos de 2010 em vários países periféricos europeus, nomeadamente Portugal. O baixo crescimento económico verificado no país ao longo da última década é apontado como um dos principais entraves para o equilíbrio das contas públicas portuguesas, já que dificulta a captação de receita para fazer face à despesa. Em 2010, a fraca execução orçamental, que levará a um défice público de 7,3% do PIB, fez que o prémio de risco soberano fosse penalizado pelos investidores internacionais exigindo uma *yield* para a dívida com maturidade de 10 anos a ultrapassar os 7%. Com efeito, os bancos portugueses depararam-se com dificuldades de financiamento em mercados internacionais, tendo-se financiado essencialmente com recurso ao Banco Central Europeu.

Apesar da instabilidade do mercado financeiro em Portugal e dos problemas de liquidez do sistema bancário nacional, 2010 deverá ter registado um crescimento do PIB de 1,1%, contrapondo à contracção de 2,6% de 2009. No entanto, para 2011, as projecções do FMI apontam para um crescimento económico nulo, o que representa um risco acrescido a um sistema económico já fragilizado. Torna-se necessário garantir uma rigorosa execução orçamental, principalmente num cenário de crescimento nulo, para atingir os 4,6% de défice público acordados em Bruxelas para 2011.

Em 2010, a taxa de inflação média anual situou-se nos 1,4%, em contraponto com a deflação de 0,8% registada em 2009. A taxa de desemprego atingiu valores históricos, situando-se nos 10,9% no terceiro trimestre, piorando de forma generalizada o poder de compra e a confiança dos consumidores. Estes factores, conciliados com a aceleração do processo de consolidação orçamental, com o anúncio do aumento do IVA para 23%, a diminuição de salários e o congelamento da progressão na carreira na função pública, entre outras medidas, poderão gerar um impacte mais negativo do que o antecipado a curto prazo, ainda que a médio/longo prazo devam suportar a retoma do crescimento da actividade económica do país.

ECONOMIA ANGOLANA

A maioria dos países da África Subariana recuperou rapidamente da crise financeira internacional e a região deverá ter obtido um crescimento de 5% em 2010, voltando aos ritmos de crescimento registados no período pré-crise, aumentando para 5,5% em 2011. O ritmo de recuperação variou dentro da região, e em Angola, o principal mercado externo do Grupo Mota-Engil, a recuperação foi mais moderada, estimando-se que a taxa de crescimento do PIB não tivesse ultrapassado os 2,5%. A subida generalizada das *commodities* nos mercados internacionais, a grande dependência de bens importados e a instabilidade no mercado cambial foram as principais razões apontadas para a inflação de 15,31% em 2010. Para 2011, um dos principais objectivos do governo angolano é o controlo de inflação, que é expectável que diminua para 12%, recorrendo à estabilidade cambial como principal instrumento.

No último semestre de 2010, as autoridades angolanas iniciaram o processo de regularização das dívidas às empresas estrangeiras (o Grupo Mota-Engil foi também abrangido por este plano), o que foi também um dos factores apontados, mesmo tendo o governo emitido Bilhetes do Tesouro para fazer face às maiores necessidades de financiamento, para que o saldo orçamental tenha terminado o ano com um défice de 2%.

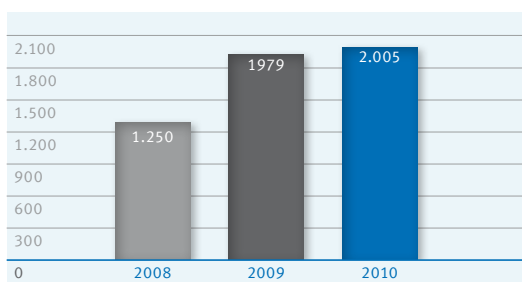
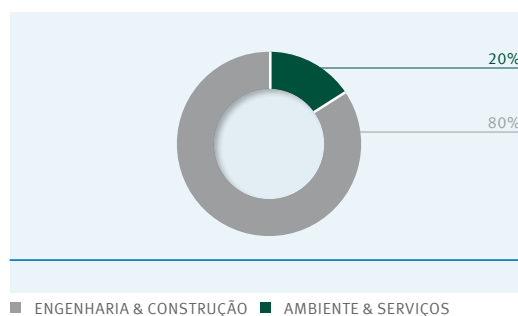
Para 2011, o FMI prevê que a economia angolana registe uma taxa de crescimento de 7,5%, fortemente influenciada pelas boas perspectivas de crescimento das economias emergentes da América Latina (especialmente o Brasil) e da Ásia, mercados responsáveis por captar cerca de 40% das exportações de petróleo angolano.

ECONOMIA POLACA

À semelhança da tendência global generalizada, os países emergentes da Europa, que tinham sido duramente afectados pela crise mundial, apresentam também sinais de recuperação, registando uma taxa de crescimento económico de 3,9% em 2010.

A economia polaca é um dos motores da Europa Emergente e é esperado que em 2010 registe uma taxa de crescimento do PIB de 3,4%, aumentando para 3,7% no ano seguinte. Não obstante estes indicadores económicos favoráveis, o país ainda enfrenta grandes desafios e a consolidação orçamental torna-se extremamente necessária para reduzir os défices orçamentais que aumentaram fortemente durante a crise financeira internacional. Através de medidas como o aumento do IVA em um ponto percentual e a diminuição da despesa pública por via de congelamento dos salários da função pública, o governo polaco prevê diminuir o défice de 8% do PIB em 2010, para 4,69% em 2011-2012.

Não obstante os sinais positivos de crescimento económico, em Janeiro de 2011 a Polónia, a título prudencial, voltou a solicitar acesso à linha de crédito flexível do FMI no valor de 30 mil milhões de dólares para garantir uma maior solidez nas finanças públicas, aumentar a confiança dos investidores internacionais, combater o desemprego, que atingiu 11,8% em 2010, promovendo assim um crescimento económico sustentado.

1.2
ANÁLISE
ECONÓMICO-
-FINANCEIRAVENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
GRUPO
(milhões de euros)VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
Áreas de Negócios

2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

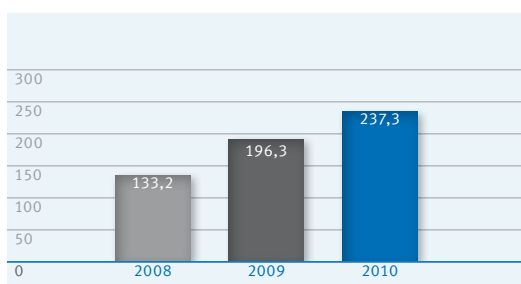
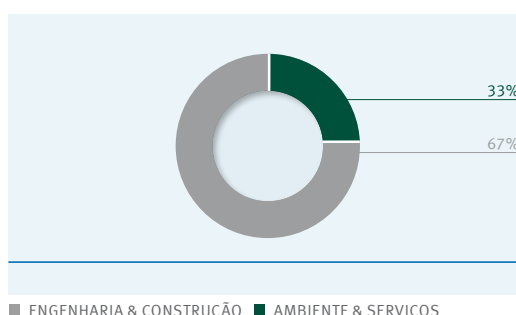
O Grupo Mota-Engil atingiu, em 2010, um resultado líquido consolidado de 69,4 milhões de euros, dos quais 37 milhões de euros atribuíveis ao Grupo. O resultado líquido atribuível ao Grupo, ajustado dos resultados da Martifer e de outros efeitos não recorrentes, ascendeu a 40,1 milhões de euros (2009: 32,2 milhões de euros).

O volume de negócios em 2010 teve um crescimento residual de 1,3% (considerando os dados pró-forma de 2009), tendo atingido o montante de 2.005 milhões de euros (2009: 1.979 milhões de euros). A evolução positiva ocorrida na área de Ambiente & Serviços (crescimento de 25% em 2010) foi absorvida, quase na sua totalidade, pela *performance* neutra da área de Engenharia & Construção (redução de 3% em 2010).

O *mix* de volume de negócios manteve-se estável face a 2009, sendo, no entanto, de realçar um ligeiro aumento do peso relativo da área de Ambiente & Serviços (2010: 20%; 2009: 17%) e, por consequência, uma ligeira diminuição do peso relativo da área de Engenharia & Construção (2010: 80%; 2009: 83%).

O volume de negócios do Grupo teve a seguinte distribuição: Engenharia & Construção 1.599 milhões de euros (2009: 1.654 milhões de euros) e Ambiente & Serviços 410 milhões de euros (2009: 329 milhões de euros).

Em 2010, a Área de Engenharia & Construção registou uma forte melhoria das margens EBITDA.

EBITDA
GRUPO
(milhões de euros)EBITDA
Áreas de Negócios

2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

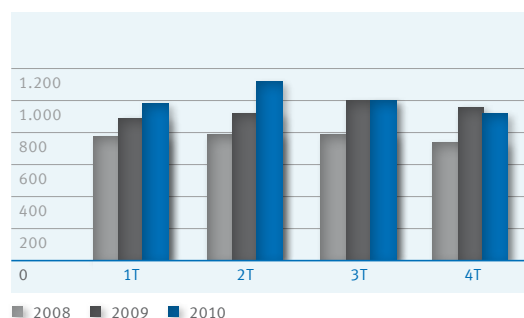
Em 2010, o investimento líquido consolidado atingiu 161 milhões de euros.

A Área de Engenharia & Construção, apesar da estabilização em termos de volume de negócios, registou uma forte melhoria das margens EBITDA em 2010 (10,2% em 2010, que compara com 7,9% em 2009), o que, aliada ao crescimento do volume de negócios e manutenção das margens EBITDA na área de Ambiente & Serviços, permitiu a obtenção de uma excelente *performance* operacional em termos consolidados, tendo o EBITDA do Grupo apresentado um crescimento de 21% (237,3 milhões de euros em 2010, que compara com 196,3 milhões de euros em 2009).

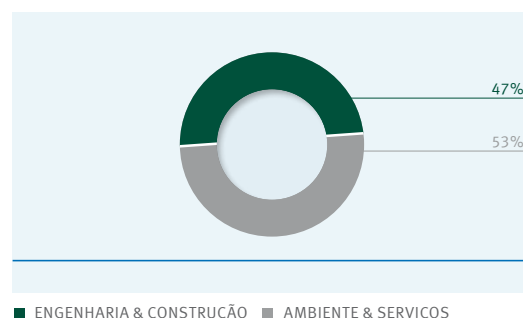
No que se refere ao mix do EBITDA, a *performance* da área de Engenharia & Construção conduziu a um ligeiro aumento do seu peso relativo, representando agora 67% do resultado operacional antes de amortizações e provisões/imparidades (2009: 66%). A área de Ambiente & Serviços contribuiu com 33% do EBITDA (2009: 34%).

No capítulo 3 do presente relatório detalha-se a análise dos resultados e da actividade desenvolvida por cada uma das áreas do Grupo em 2010.

ENDIVIDAMENTO EXCLUINDO SEM RECURSO
(milhões de euros)



INVESTIMENTO



2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

Em 2010, o investimento líquido consolidado atingiu 161 milhões de euros, com destaque para o investimento na área de Ambiente & Serviços, que totalizou 83 milhões de euros (inclui investimento de manutenção e crescimento nas concessões de abastecimento de água e saneamento, nomeadamente na Indaqua Matosinhos, Vila do Conde e Feira, com aproximadamente 33 milhões de euros, e aquisição de uma participação no Brasil na área dos resíduos, com aproximadamente 22 milhões de euros). Um pouco menos, 75 milhões de euros, investiu a área de Engenharia & Construção (principalmente nos segmentos de África e América, incluindo a aquisição de uma participação no México, tendo sido o restante montante investido ao nível da *holding* e suas participadas). O investimento de manutenção totalizou 59 milhões de euros. O volume de investimento referido está de acordo com a política de investimento da Mota-Engil, a qual se encontra orientada para um crescimento sustentável e assente num equilíbrio entre áreas de negócio.

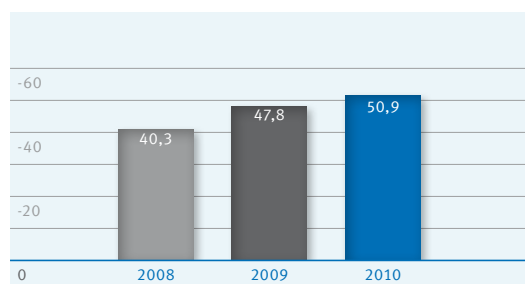
Em 2010, e apesar do volume significativo de investimento, o nível de endividamento líquido total manteve-se sensivelmente idêntico ao apresentado em 2009 (2010: 1.015 milhões de euros; 2009: 984 milhões de euros). É de realçar, no entanto, a tendência descendente nos 3º e 4º trimestres de 2010.

O endividamento corporativo (com recurso) ascendeu a 907 milhões de euros (2009: 908 milhões de euros). Deste montante, cerca de 413 milhões de euros encontravam-se alocados à actividade operacional do Grupo, correspondendo o restante valor (494 milhões de euros) a investimento em associadas, que não contribuem para o EBITDA, e a activos não estratégicos. Por área de negócio, 303 milhões de euros estavam alocados à área de Engenharia & Construção e o montante de 337 milhões de euros à área de Ambiente & Serviços.

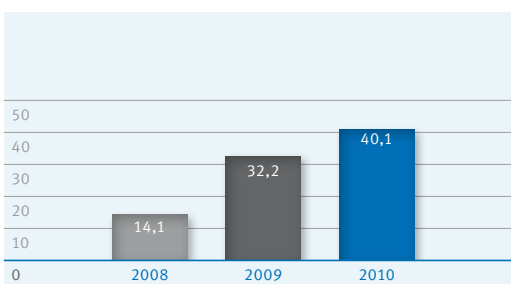
Adicionalmente, o endividamento do Grupo inclui ainda a dívida sem recurso (contratualizado no âmbito de negócios em *project finance* e, portanto, não exigível ao accionista) com origem na consolidação das empresas concessionárias de água e saneamento básico, e portuárias. Em Dezembro de 2010, o montante do endividamento sem recurso era de cerca de 108 milhões de euros (2009: 76 milhões de euros).

O resultado líquido ajustado ascendeu, em 2010, a 40,1 milhões de euros.

RESULTADO FINANCEIRO
(milhões de euros)



RESULTADO LÍQUIDO
(milhões de euros)

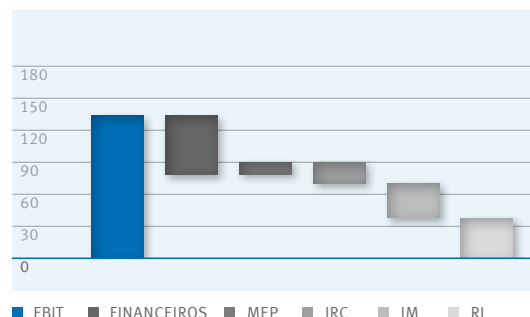


2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

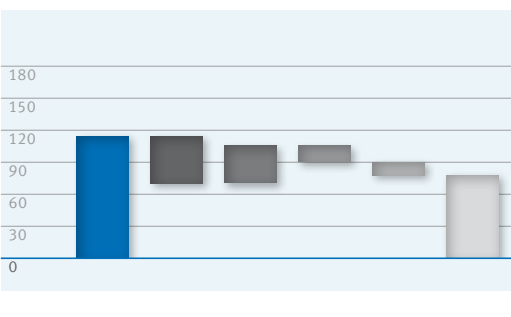
Os resultados financeiros contribuíram para o resultado líquido do Grupo no montante negativo de 50,9 milhões de euros (2009: negativo em 47,8 milhões de euros), o que representa um aumento de cerca de 6% face a 2009.

Fruto desta *performance* operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 88,3 milhões de euros (2009: 106 milhões de euros) e o resultado líquido a 69,4 milhões de euros, sendo a parcela de 37 milhões de euros atribuível ao Grupo.

2010
(milhões de euros)



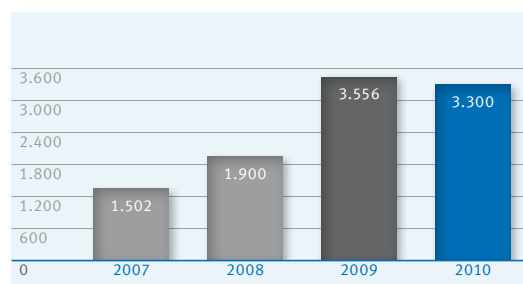
2009
(milhões de euros)



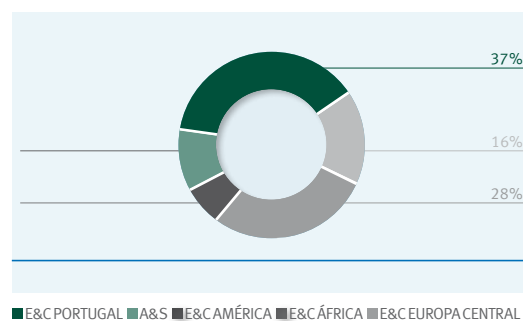
Em 2010, a rubrica de ganhos e perdas em empresas associadas (MEP no gráfico) contribuiu positivamente para o resultado com 7,5 milhões de euros (2009: 41,4 milhões de euros). O valor de 2010 é composto essencialmente por dois efeitos de sinal contrário: pela parte do Grupo nos resultados do Grupo Martifer, no montante negativo de 20,6 milhões de euros (2009: positivo em 40,4 milhões de euros), e pelo montante positivo de 17,4 milhões de euros da reclassificação de ganhos anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral, pela redução de interesses em entidades conjuntamente controladas, na sequência do processo de dispersão de capital da Ascendi Group.

A carteira de encomendas no final de Dezembro de 2010 ascendia a cerca de 3,3 mil milhões de euros.

CARTEIRA DE ENCOMENDAS
(milhões de euros)



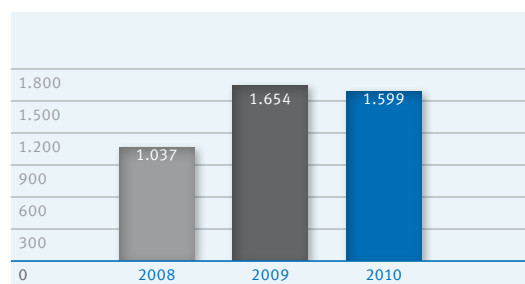
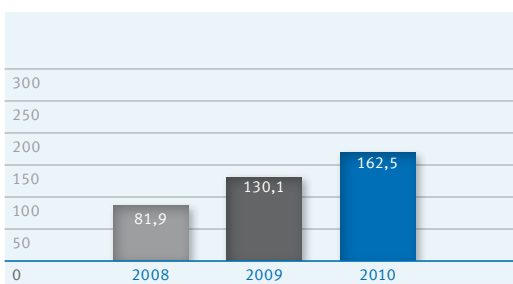
CARTEIRA DE ENCOMENDAS



A carteira de encomendas no final de Dezembro de 2010 ascendia a cerca de 3,3 mil milhões de euros, dos quais 2,9 mil milhões de euros relativos à área de negócio Engenharia & Construção.

Em 2010, o Grupo reforçou a sua carteira no mercado africano e América Latina, nomeadamente em Moçambique e Peru, facto que permitiu amortecer a redução verificada noutros mercados.

Como habitualmente, a carteira da área de Ambiente & Serviços contempla apenas os contratos de prestação de serviços nos segmentos de resíduos e multi-serviços. O Grupo não considera na carteira de encomendas as receitas previsíveis decorrentes dos contratos de concessão de água e saneamento (agora com mais peso no volume de negócios consolidado) e da exploração de portos marítimos.

ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**
(milhões de euros)**EBITDA**
(milhões de euros)

2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

O volume de negócios do Grupo Mota-Engil na área da Engenharia & Construção atingiu, em 2010, os 1.599 milhões de euros (2009: 1.654 milhões de euros), traduzindo-se numa redução de 3% face a 2009.

Esta evolução é o resultado de diferentes comportamentos dos segmentos em 2010, tendo ocorrido uma redução das *performances* obtidas nos segmentos de Portugal (diminuição de 24% do volume de negócios) e da Europa Central (diminuição de 17% do volume de negócios) e uma melhoria das *performances* dos segmentos de África (26%) e da América (95%).

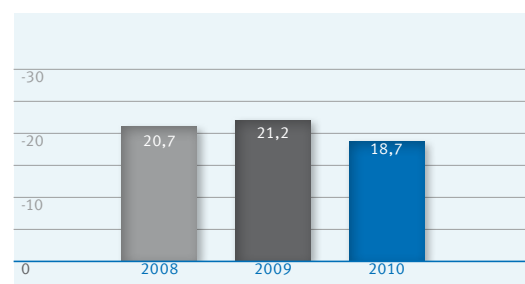
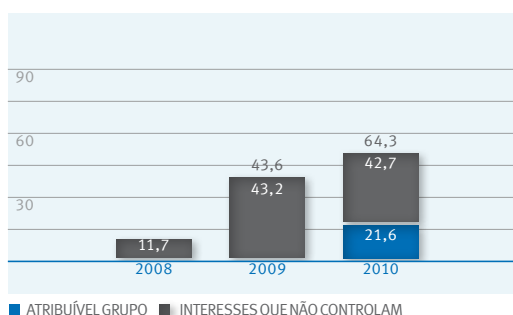
A contribuir para o bom desempenho do segmento de África esteve o mercado de Angola, que continuou a crescer a bom ritmo, sendo que, em 2010, o volume de negócios alcançado neste mercado ascendeu a 452 milhões de euros, comparado com 403 milhões de euros em 2009. Ao mesmo tempo, a carteira de encomendas nos restantes países desta região foi fortemente reforçada, com destaque para Moçambique, onde as receitas ultrapassaram os 58 milhões de euros em 2010 (2009: 16 milhões de euros).

A actividade na Europa Central foi afectada, por um lado, por um Inverno excepcionalmente rigoroso no início do ano e, por outro, pela descontinuação de actividade na Hungria, Roménia e Eslováquia. O crescimento excepcional obtido na Polónia (29%) não compensou a redução de actividade nos restantes países da Europa Central. O volume de negócios neste país ascendeu, em 2010, a 191 milhões de euros (2009: 148 milhões de euros), sendo que a sua carteira de encomendas permite antecipar para 2011 um bom desempenho a este nível.

Ao nível da rentabilidade operacional da área de negócio, há a registar um crescimento da margem EBITDA face a 2009 (10,2% em 2010, contra 7,9% em 2009) e um crescimento do valor do EBITDA de cerca de 25% (162,5 milhões de euros em 2010, que compara com 130,1 milhões de euros em 2009).

**1.3
ÁREAS DE
NEGÓCIO**

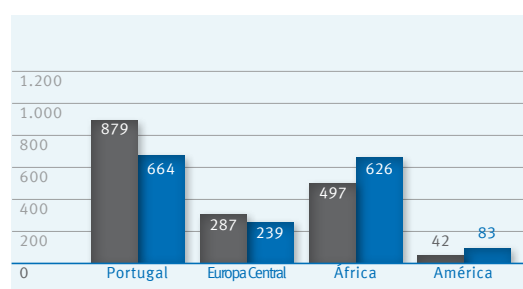
O volume de negócios do Grupo Mota-Engil na área da Engenharia & Construção atingiu, em 2010, os 1.599 milhões de euros.

RESULTADO FINANCEIRO
(milhões de euros)**RESULTADO LÍQUIDO**
(milhões de euros)

2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

Os resultados financeiros da área de negócios contribuíram para o resultado líquido do Grupo no montante negativo de 18,7 milhões de euros (2009: negativo em 21,2 milhões de euros), o que representa uma redução de cerca de 11% face a 2009. Fruto de uma melhor *performance* operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 74 milhões de euros (2009: 59,2 milhões de euros) e o resultado líquido total a 64,3 milhões de euros (2009: 43,6 milhões de euros), do qual 42,7 milhões relativo ao resultado atribuível ao Grupo (2009: 43,2 milhões de euros).

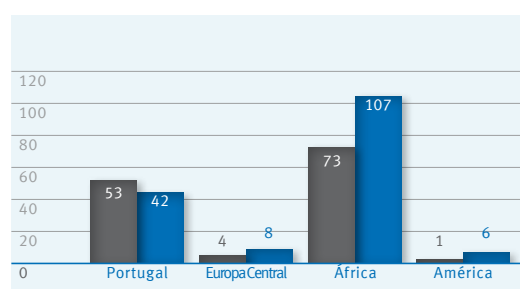
VENDEAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (milhões de euros)



■ 2009 ■ 2010

2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

EBITDA (milhões de euros)



Em 2010, com o intuito de diversificar a actividade e o risco, a área de Engenharia & Construção reforçou a sua presença nos mercados externos.

Seguindo as *guidelines* do Plano Ambição 2013 do Grupo, de diversificar a actividade e o risco, é de destacar: o crescimento em África; a consolidação da Mota-Engil Central Europe com resultados históricos; a implementação da Mota-Engil Angola em parceria com um consórcio de empresas angolanas lideradas pela Sonangol; a entrada no México com a aquisição de uma participação na Idinsa; a diversificação da actividade no Peru, que culminou com a mudança de identidade da Translei para Mota-Engil Peru, e também a abordagem aos mercados do Brasil e Colômbia.

Portugal

O segmento de negócios Portugal inclui também a actividade residual da área de Engenharia & Construção em Espanha e na Irlanda.

A actividade de Engenharia & Construção encontra-se em crise profunda há alguns anos em Portugal, com fraca procura, excesso de capacidade instalada e esmagamento das margens praticadas. O sector, influenciado por um enquadramento económico profundamente desfavorável, fruto da crise financeira internacional iniciada em 2008, voltou a registar, durante o ano de 2010, uma quebra na sua actividade. Trata-se de uma crise prolongada, sistémica e profunda que voltou a agudizar-se em 2010.

Depois de em 2009 se ter tentado utilizar o investimento público como principal instrumento de política para dinamizar a economia, como forma de atenuar os impactes da crise financeira mundial, em 2010 continuou a ser este também o principal instrumento de política utilizado, mas agora com efeito contrário, para consolidar as finanças públicas. Neste contexto, as sucessivas políticas de austeridade que têm vindo a ser implementadas desde o início de 2010, e que se perspectivam continuar em 2011, contribuíram para a contracção de despesas de investimento público e, por conseguinte, do sector.

A generalidade dos indicadores aponta para uma contracção do volume de produção da construção em redor dos 6,5% (contracção de 9% em 2009). Apesar de tudo, e das medidas de austeridade em particular, os índices de produção para as obras de engenharia civil e edifícios públicos não residenciais apresentaram evoluções mais favoráveis do que os apurados para o segmento dos edifícios privados.

Dadas as características da crise económica e financeira que se abateu sobre o mundo em 2008, e que

teve graves repercussões no nosso país, o segmento da construção de edifícios residenciais, em 2010, voltou a ser o que registou a maior quebra de produção, a qual deverá ter rondado os 15%, apesar de uma ligeira melhoria face a 2009. Em termos acumulados desde 2002, esta actividade já deverá ter perdido cerca de 59% do seu volume de produção, correspondendo, em 2010, a apenas 29% do total da produção do sector, quando equivalia a 46,5% em 2001. Com efeito, este segmento tem sido o mais fortemente penalizado pela crise financeira, a qual, tendo um forte impacto no sistema bancário, veio a repercutir-se directamente no mercado residencial, dadas as restrições impostas às famílias no acesso ao financiamento para compra de habitação. Este factor, associado às crescentes dificuldades económicas decorrentes do aumento do desemprego, bem como à grave crise de confiança que se instalou a nível geral, tem conduzido a uma redução drástica da procura de habitação.

O segmento de edifícios não residenciais, fruto igualmente da crise económica, voltou a registar, em 2010, um sensível decréscimo, sobretudo devido à quebra verificada na sua componente privada, pelas decisões de adiamento dos agentes económicos de parte dos seus investimentos. Apesar de tudo, a componente pública da construção de edifícios não residenciais, tendo beneficiado da execução do programa de reabilitação de edifícios escolares, a cargo da empresa Parque Escolar que continuou os seus trabalhos ao longo de 2010, contrariou a evolução negativa. Estima-se que a produção da componente pública do segmento de construção de edifícios não residenciais tenha registado um acréscimo de cerca de 3%, durante o ano de 2010, contrariamente à componente privada, cujo volume de produção deverá ter recuado cerca de 9%. Em termos agregados, a produção conjunta de edifícios não residenciais deverá ter registado, em 2010, uma quebra de 4,9%.

Contrariando as perspectivas avançadas no início do ano, fruto das então anunciadas medidas de estímulo orçamental, assentes no relançamento das actividades de construção, o volume dos trabalhos associados a obras de engenharia civil deverá ter registado uma quebra durante o ano de 2010, a qual deverá ter rondado 1%. Na verdade, as fortes restrições impostas pelo Governo com vista à redução do défice orçamental, conduziram ao adiamento de parte dos trabalhos inicialmente previstos para 2010. Em resultado, verificou-se uma forte redução no montante de trabalhos adjudicados, face a 2009. O valor total adjudicado em 2010 (2,1 mil milhões de euros) traduz uma quebra de 48% face ao montante adjudicado ao longo de 2009.

Ainda assim, é com optimismo que o Grupo encara o ano de 2011, sendo sua expectativa que venha a revelar-se como um ano de melhoria deste ciclo depressivo no sector da construção em Portugal.

Em 2010, o volume de negócios da área em Portugal (excluindo Espanha e Irlanda) foi superior a 641 milhões de euros (2009: 778 milhões de euros). Apesar de se ter verificado um menor volume de actividade, a rentabilidade operacional manteve uma *performance* bastante positiva, fruto da qualidade de carteira que tem vindo a ser angariada quer na área rodoviária quer na construção civil. Tendo em conta as dificuldades sentidas no mercado interno, aliadas ao dinamismo do processo de internacionalização da actividade da construção, o mercado doméstico viu mais uma vez reduzir o seu peso no total do volume de negócios da área: em 2010 o mercado português representou apenas 40% da actividade de construção do Grupo (2009: 47%).

Verificou-se também uma alteração da tipologia das empreitadas, com crescimento das obras rodoviárias e concentração da produção em empreitadas de maior dimensão e menor número de estaleiros, comparativamente a 2009.

Realçam-se, pela sua importância, as seguintes empreitadas:

- Centre for the Unknown, para a Fundação Champalimaud;
- Grupo Operacional de Combustíveis, para a ANA - Aeroporto de Lisboa;
- INL- Instituto de Nanotecnologia;
- Hospitais de Loures e da Ilha Terceira;
- Novo Museu dos Coches

De destacar ainda a execução de diversas Infra-estruturas Hidráulicas, realizadas para a EDIA e DGADR, bem como a execução de várias empreitadas de Remodelação de Escolas para a Parque Escolar, que se evidenciaram no panorama geral, devido ao cumprimento de objectivos de prazos e qualidade.

Em 2010, o volume de negócios da área de Engenharia & Construção em Portugal foi superior a 641 milhões de euros



» Steinerova.

Em 2010, na Europa Central, o volume de negócios atingiu cerca de 239 milhões de euros e o EBITDA rondou os 7,8 milhões de euros.

Europa Central

A área da Engenharia & Construção, embora presente em cinco países da Europa Central (Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria e Roménia), concentra fundamentalmente a sua actividade na Polónia.

O sector da construção na Polónia tem assistido a um rápido desenvolvimento e crescimento desde 2007/2008, essencialmente devido ao Euro 2012, o investimento em infra-estruturas financiadas pela União Europeia, e ao crescimento do mercado imobiliário. Apesar de este desenvolvimento ter sido de alguma forma travado pela crise financeira de 2008, o aumento significativo da produção de materiais de construção em 2010 sugere que a actividade de construção está bastante robusta, apesar de os indicadores oficiais assim o não demonstrarem.

Relativamente ao mercado imobiliário, o impacto da crise financeira internacional manteve-se em 2010, penalizando quer o preço médio de venda quer o número de transacções realizadas na generalidade dos países da Europa Central. O plano estratégico, desenvolvido para a actividade imobiliária do Grupo na região, assenta na definição do segmento residencial nas cidades de Varsóvia, Cracóvia, Praga e Bratislava como prioritários, assim como na definição do número de limite de fogos a serem construídos por ano em cada uma destas cidades.

Apesar de um primeiro semestre de 2010 marcado por um Inverno rigoroso, a que se seguiram cheias no período da Primavera, e pelo cancelamento do Projecto D1 na Eslováquia, a melhoria de condições climáticas no segundo semestre e a carteira angariada na Polónia permitiram recuperar o ritmo de produção e atingir os objectivos preconizados para 2010.

Em termos organizacionais, o ano permitiu concretizar um ciclo de alterações no Modelo de Gestão Corporativo e modernização dos Sistemas de Gestão da Mota-Engil Central Europe. Com uma estratégia clara, inicia-se uma etapa em 2011 com particular enfoque na Eficiência, Produtividade, Inovação e reforço da Coesão Interna. A solidificação da estratégia de desenvolvimento e consolidação regional continuará em execução, prosseguindo o objectivo de abranger todo o território polaco. Em paralelo, estão definidas como prioridades a diversificação da construção no segmento de ambiente em particular nas obras hidráulicas, protecção e prevenção de cheias – e a intensificação da actividade de construção civil, com enfoque nos projectos imobiliários próprios.



› Steinerova.

O volume de negócios atingiu, em 2010, cerca de 239 milhões de euros e o EBITDA rondou os 7,8 milhões de euros. A carteira angariada na Polónia no segmento de Infra-estruturas permitiu à Mota-Engil Central Europe manter a tendência verificada nos últimos anos de melhoria sustentada da *performance* operacional. A actividade na Polónia representou cerca de 79% do volume de negócios na região (2009: 52%).

O exercício de 2010 ficou marcado pelas seguintes adjudicações relevantes na Polónia:

- Via Rápida S3, localizada a oeste de Poznan, ao longo do eixo que faz a ligação entre Swinoujscie, no mar Báltico, e Jakuszyce, na fronteira com a República Checa (extensão de 16 km). O valor do projecto ascende a cerca de 76 milhões de euros;
- Ligação da Avenida João Paulo II à Auto estrada A4, na cidade de Tarnów, com um valor de próximo dos 8 milhões de euros;
- Bypass de Przemyśl, com extensão de 4 km, com um valor de cerca de 45 milhões de euros;
- Bypass de Dobczyce, com extensão de 2,2 km, incluindo uma nova ponte com 500 m.

Em termos de projectos em curso e obras inauguradas durante 2010 merecem particular destaque:

- Concepção e construção de uma secção de 22,1 km da Via Rápida S8, entre Wroclaw e Olesnica, no valor de 87 milhões de euros;
- Concepção e construção de uma secção de 22,75 km da Via Rápida S8 entre Jezewo e Bialystok, no valor de 123 milhões de euros. Líder com 51% de um consórcio com a Strabag;
- Via Rápida S7 entre Skarzysko/Kamienna/Wystepa, numa extensão de 13,7 km, incluindo ainda a construção de dois nós e 29 obras de arte. O valor do contrato ascende a 160 milhões de euros. A obra deverá ser entregue na Primavera de 2011.

A Mota-Engil Central Europe considera essencial uma política de proximidade aos clientes regionais baseada em capacidade produtiva própria e meios permanentes, em particular centrais de asfalto. Nesse sentido, 2010 marcou o reforço da estratégia de consolidação regional, através da execução de contratos de média dimensão, destacando-se a aquisição, em Junho, da sociedade PRD-M LUBLIN SA,



› Ponte do rio Zambeze - Moçambique.

uma referência na região de Lubelskie. O início de actividade nas regiões de Lubuskie e Slaskie alargou também o campo de acção que, até então, se centrava nas regiões de Malopolskie, Lubelskie, Dolnośląskie, Świętokrzyskie, Podkarpackie e Podlaskie. Para 2011 está previsto o início de actividades na região de Pomorskie (Gdansk).

Relativamente à área imobiliária, e para fazer face aos objectivos preconizados no plano estratégico, sobretudo ao nível do número de fogos a serem construídos anualmente em cada mercado, a actividade no ano de 2010 esteve focalizada no desenvolvimento e optimização de projectos em carteira com início de construção planeado para os anos de 2011 e 2012. A este nível destacam-se as optimizações na terceira fase do projecto da Soltysowska e na segunda fase do projecto da Devonska II, ambos com início de construção agendada para o segundo trimestre de 2011.

Foram alienados cerca de 180 apartamentos no exercício de 2010, sendo de destacar a finalização da comercialização do projecto de Kordylewskiego, em Cracóvia, e da primeira fase do projecto de Devonska, em Praga. Também o sucesso comercial do projecto Soltysowska em Cracóvia manteve-se, tendo atingido vendas superiores a 100 unidades ano pelo segundo ano consecutivo.

O ano de 2010 ficou ainda marcado pela entrada em operação do primeiro hotel detido pelo Grupo Mota-Engil na Europa Central, localizado na cidade de Budapeste e explorado por uma reconhecida marca internacional, e pela alienação dos 60% que eram detidos no projecto residencial Kozielska na cidade de Gliwice, na Polónia.

Em 2010, iniciou-se a construção do projecto Steinerova, em Praga, e a Torre B do projecto Mierova, em Bratislava. O ano ficou igualmente marcado pelo início do processo de licenciamento dos projectos de Wilanów, em Varsóvia, Kilinskiego, em Lodz, e Bergamon, em Bratislava. Ainda de registar o investimento na aquisição de 50% de participação no projecto de Bergamon, em Bratislava.

Relativamente ao segmento de construção na Hungria e Roménia, prosseguiram esforços no intuito de concluir a actividade remanescente. Estas operações contribuíram negativamente para o EBITDA da área de negócio em -4,2 milhões de euros, decorrente, essencialmente, de custos de desmobilização e obras em garantia.



» Ponte da Catumbela - Angola.

África

A área da Engenharia & Construção está presente nos seguintes países de África: Angola, Moçambique, Malawi, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

O Grupo Mota-Engil está presente em Angola há mais de 64 anos, e continua a assumir este como um dos seus naturais mercados de actuação. Neste sentido, e como sinal de aprofundamento do relacionamento histórico que o Grupo tem neste país, foi formalmente constituída a Mota-Engil Angola, sendo que este marco constitui o início de um novo ciclo na vida da Mota-Engil naquele país. Esta empresa resulta de uma parceria entre o Grupo, com 51% do capital, e um consórcio angolano liderado pela petrolífera Sonangol, com 49% do capital. Esta sociedade passará a desenvolver a parte relevante da actividade que até agora era desenvolvida pela Mota-Engil Engenharia, através da sua Sucursal que, entretanto, se mantém. O processo de transferência de activos e participações financeiras para a recém-criada sociedade será concluído no decurso de 2011.

A actividade de Engenharia & Construção em Angola registou em 2010, mais uma vez, um ano excelente com 452 milhões de euros de volume de negócios, com um crescimento de 12% (2009: 403 milhões de euros). Este mercado já representa 28% do volume total da área de negócios Engenharia & Construção (2009: 24%) e 23% do volume total do Grupo Mota-Engil (2009: 20%). Também ao nível da rentabilidade operacional o ano de 2010 foi muito positivo, com a margem EBITDA a situar-se nos 16,1% (2009: 14,6%).

Apesar da crise mundial, o arranque do ano de 2011 no mercado angolano continua a ser encarado com optimismo e a expectativa do Grupo é a de manter o crescimento naquele país, sustentado numa carteira de encomendas robusta (que actualmente atinge o valor de 443 milhões de euros) e em consolidação. A Mota-Engil pretende diversificar os negócios em Angola na área de Engenharia & Construção e, por isso, encontra-se a apostar em novas actividades industriais associadas ao negócio da construção, nomeadamente através da Novicer, dedicada à cerâmica, e da Fatra, dedicada à trefilaria.

Nos outros mercados de África onde o Grupo Mota-Engil marca presença, o ano de 2010 foi também bastante positivo, destacando-se o Malawi, Moçambique e Cabo Verde, onde o Grupo reforçou a sua presença, nomeadamente na área de construção e manutenção de estradas, apresentando actualmente uma carteira de mais de 477 milhões de euros. O reforço de carteira nestes mercados foi possível devido ao reconhecido prestígio que foi construindo por via do seu posicionamento no mercado, pautado pela correcção e competência na

A actividade de Engenharia & Construção em Angola registou em 2010 um crescimento de 12%, cifrando-se nos 452 milhões de euros.

Em Moçambique, a área de Engenharia & Construção Grupo teve um crescimento de 262% da actividade em 2010.

execução de obras como a ponte do Zambeze ou o porto de Nsanje, no Malawi.

Em Moçambique, o Grupo atingiu em 2010 na área de Engenharia & Construção um volume de negócios de 58 milhões de euros (2009: 16 milhões de euros), traduzindo um acréscimo de actividade de cerca de 262%.

A obra da Vila Olímpica e Piscinas, para os X Jogos Africanos a realizar em Maputo, começou em Julho e contempla a construção de 848 apartamentos, para alojar os participantes no evento, incluindo os respectivos arruamentos, arranjos exteriores e todas as infra-estruturas. Também em consórcio, a empreitada prevê ainda a construção do pavilhão para a Piscina Olímpica. O projecto da Ponte de Tete, que implica a construção de um viaduto de acesso, de uma ponte sobre o rio Zambeze, bem como dos acessos imediatos à estrutura e reabilitação da estrada entre Cuchamano e Zóbué, numa extensão aproximada de 260 km, começou em Julho. A obra é realizada em consórcio e tem conclusão prevista para Junho de 2014.

Ainda em Moçambique, o ano em exercício marcou igualmente o início da Reabilitação e Melhoria de uma Estrada, com cerca de 84 km. A empreitada inclui movimento de terras, todos os trabalhos rodoviários necessários e complementares, bem como a inserção de passadiços nas obras de arte existentes. A Sucursal de Moçambique da Mota-Engil Engenharia é responsável a 100% por esta obra, que tem conclusão prevista para Abril de 2013.

O segmento de negócio de África registou, em 2010, um crescimento do volume de negócios de 26% para os 626 milhões de euros (2009: 497 milhões de euros). Este mercado já representa 39% do volume total da área de negócios Engenharia & Construção (2009: 29%) e 31% do volume total do Grupo Mota-Engil (2009: 25%). Também ao nível da rentabilidade operacional o ano de 2010 foi muito positivo, com a margem EBITDA a situar-se nos 17,1% (2009: 14,7%).

América

A área de Engenharia & Construção está presente nos seguintes países da América: México e Peru.

No Peru, o ano de 2010 foi mais um bom ano para a actividade neste país, sendo que a estabilidade do mercado permitiu continuar a desenvolver a estratégia de crescimento e valorização da nossa associada local. No final do ano, e cumprindo o objectivo de uniformização da marca Mota-Engil, por um lado, e também reforçando a estratégia de diversificação que tem vindo a implementar no mercado peruano desde 2008, por outro, procedeu-se à alteração da designação da empresa Translei para Mota-Engil Peru.

No México, continua a construção da auto-estrada “Perote-Banderilla y Libramiento de Xalapa”, representando um investimento na área da construção de cerca de 179 milhões de euros.

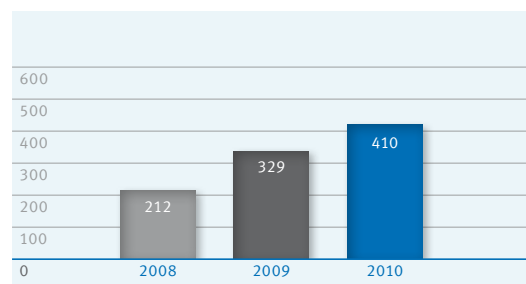
De forma a dar cumprimento ao plano estratégico de internacionalização, a Mota-Engil adquiriu uma participação na construtora mexicana Idinsa. Através desta subsidiária, o Grupo prevê potenciar o crescimento da actividade de construção no mercado mexicano, aproveitando para o efeito as oportunidades existentes ao nível do “Programa Nacional de Infra-estrutura 2007-2012” do governo mexicano, cujas obras ascenderão ao montante de cerca de 60.000 milhões de Euros.

O Grupo tem ainda como objectivo alargar a sua presença no segmento de negócio América, e para isso conta investir na tomada de uma posição maioritária numa sociedade a operar no mercado brasileiro e noutra a operar no mercado colombiano. Ambos os mercados apresentam boas taxas de crescimento da economia, facto que, aliado aos fortes planos de investimento em infra-estruturas públicas, os tornam prioritários na expansão internacional da área de negócio Engenharia & Construção.

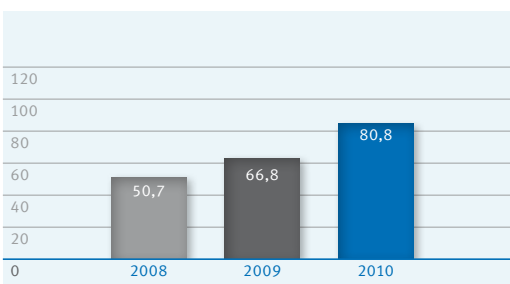
O segmento de negócio da América registou, em 2010, um aumento do volume de negócios de 95% para os 83 milhões de euros (2009: 42 milhões de euros). Ao nível da rentabilidade operacional, o desempenho em 2010 foi também positivo, com o EBITDA de 5,8 milhões de euros, que compara com 1,1 milhões de euros obtidos em 2009.

AMBIENTE & SERVIÇOS

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)

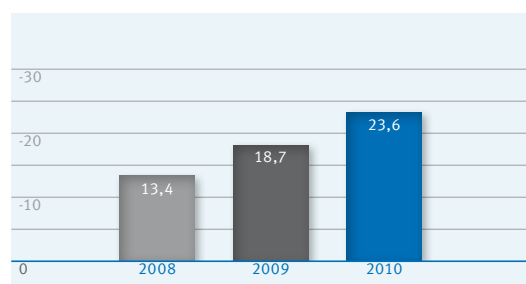


2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

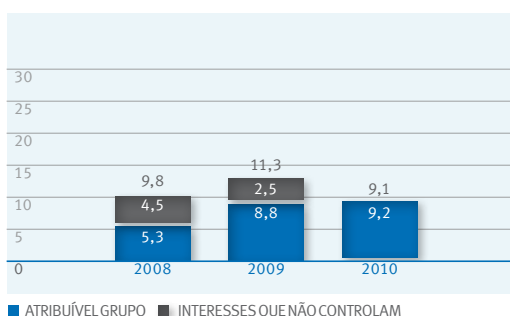
A actividade da área de Ambiente & Serviços registou uma excelente *performance* em 2010, quer em termos de volume de negócios quer em termos de rentabilidade operacional. O volume de negócios em 2010 ascendeu a 410 milhões de euros (2009: 329 milhões de euros), representando um crescimento de cerca de 25%. Este crescimento, aliado à manutenção das margens EBITDA (2010: 19,7%; 2009: 20,3%), provocou melhorias relevantes ao nível do desempenho operacional, tendo o EBITDA crescido cerca de 21% (2010: 80,8 milhões de euros; 2009: 66,8 milhões de euros).

Excelente *performance* em 2010 da área de Ambiente & Serviços, quer em termos de volume de negócios, quer em termos de rentabilidade operacional.

RESULTADO FINANCEIRO (milhões de euros)



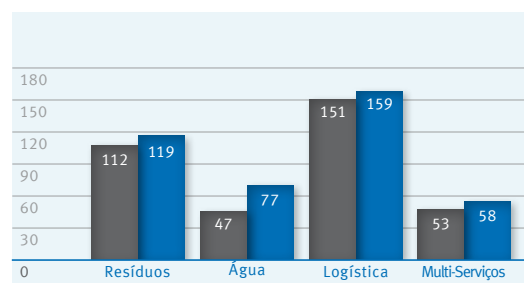
RESULTADO LÍQUIDO (milhões de euros)



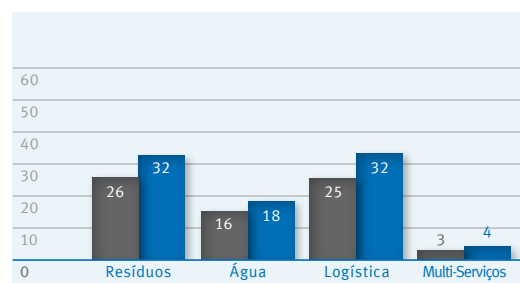
2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15). 2008: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas).

Os resultados financeiros da área de negócios contribuíram para o resultado líquido do Grupo no montante negativo de 23,6 milhões de euros (2009: negativo em 18,7 milhões de euros), o que representa um desvio de cerca de 25% face a 2009. Fruto desta *performance* operacional e financeira, o resultado antes de impostos ascendeu a 21,6 milhões de euros (2009: 20,2 milhões de euros) e o resultado líquido total a 9,1 milhões de euros (2009: 11,3 milhões de euros), do qual 9,2 milhões de euros relativo a interesses que não controla.

VENDas E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)



2009: Dados pró-forma (utilização do método da equivalência patrimonial no reconhecimento dos interesses financeiros nas entidades conjuntamente controladas e aplicação retrospectiva da IFRIC 12 e da IFRIC 15).

O segmento da Logística continua a representar a maior fatia da actividade da área de negócio, representando cerca de 39% do seu volume de negócios. A seguir aparece o segmento de resíduos com um peso relativo de 29%. Estes dois segmentos representam cerca de 67% do total da área Ambiente & Serviços em termos de volume de negócios (2009: 72%) e 75% em termos de rentabilidade operacional medida pelo EBITDA (2009: 73%).

Resíduos

Em 2010, a actividade de Resíduos atingiu um crescimento de 6%, tendo o seu volume de negócios passado de 112 milhões de euros, em 2009, para os 119 milhões de euros, em 2010. Em termos de EBITDA, assistiu-se a uma melhoria das margens (27% em 2010, face a 23% em 2009), o que contribuiu para o aumento do nível de EBITDA em cerca de 22% em relação ao ano passado (2010: 31,7 milhões de euros; 2009: 26,1 milhões de euros).

Alicerçado no Subgrupo Suma, o segmento de negócio dos Resíduos engloba mais de três dezenas de empresas destinadas a assegurar a excelência na gestão integrada do ciclo de vida dos Resíduos. A posição de liderança no mercado nacional dos Resíduos, com mais de uma década e meia de experiência consolidada ao serviço do ambiente e das populações, tem sido sinónimo de crescimento sustentado e impulsionador de um ambicioso projecto de internacionalização. A par da diversificação de serviços, com a aposta no mercado dos resíduos industriais e do tratamento, a internacionalização é um pólo dinamizador no desenvolvimento da actividade neste segmento, alargando o âmbito de implantação geográfica aos mercados da Europa Central, África e América Latina. A aquisição da Geo Vision, um grupo de empresas vocacionadas para a gestão global de resíduos no Brasil, é a mais recente aposta no estrangeiro, evidenciando um crescimento exponencial além-fronteiras.

O Sector dos Resíduos em Portugal está caracterizado por uma persistente estagnação no crescimento da actividade e a privatização dos serviços continua muito longe das expectativas geradas e muito abaixo dos valores de referência na União Europeia.

A Suma apresenta uma quota de 54% do mercado nacional privatizado, no segmento da recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, o que se traduz em cerca de 2,3 milhões de habitantes servidos em 54 concelhos. Relativamente ao segmento da gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos, a SUMA está presente em 36 concelhos, servindo mais de 600 mil habitantes em Portugal. No estrangeiro, a população abrangida na Polónia aproxima-se de 1 milhão de habitantes, em Angola supera 1,5 milhões de habitantes e no Brasil são cerca de 4 milhões de habitantes abrangidos pelos serviços do Grupo. A importância da internacionalização fica patente no aumento do volume de negócios gerado no segmento dos Resíduos e o seu peso relativamente ao total desse volume de negócios é já de cerca de 20% em 2010, gerado pelas empresas Vista Waste Management em Angola, que presta serviços de recolha de resíduos, limpeza urbana e educação ambiental, e a Ekosrodowisko na Polónia, que presta serviços nas áreas de recolha e limpeza urbana, limpeza de neve, limpeza de interiores e

manutenção de espaços verdes. A Suma continua a ser a empresa que mais contribui para o volume de negócios do segmento, assumindo-se como *player* de referência no mercado da recolha de RSU e limpeza urbana, mas deve ser relevado o importante contributo das empresas Correia&Correia, Enviroil e Triu, a operar no mercado dos resíduos industriais.

No segmento dos Resíduos estão concentrados cerca de 4700 trabalhadores, a prestar serviço dentro e fora de Portugal, que conjuntamente com mais de 1300 equipamentos motorizados demonstram a dimensão de um Grupo que aposta com ambição nesta área de negócio. Contando com diversas certificações e acreditações em sistemas integrados de gestão implantados em empresas do Grupo, a Suma é reconhecidamente um exemplo de sucesso na sua área de intervenção e detém um perfil ímpar no mercado nacional, investindo nas áreas da Qualidade, Ambiente e Segurança com vista à melhoria contínua e ao cumprimento dos padrões de excelência que são apanágio do Grupo.

O trabalho de prospecção de mercados e identificação e selecção de negócios no estrangeiro, adquiriu uma maior relevância, não só na perspectiva de entrada em novos mercados como também na transposição dos modelos de análise e elaboração de propostas comerciais nos países onde já nos encontramos. Este vector está em marcha e existe um grande potencial de crescimento, sendo necessário tirar partido da experiência da Suma e potenciar os investimentos já realizados.

Apesar da conjuntura negativa e das dificuldades de crescimento orgânico por via dos concursos nacionais, a análise aos indicadores de referência permite situar a Suma num contexto de continuidade, demonstrando o dinamismo e o empenhamento necessários à manutenção do estatuto de líder de mercado na sua área de actuação e reassumindo o compromisso de crescimento e consolidação sustentáveis.

A salvaguarda do desenvolvimento sustentável e do bem-estar das populações é o desafio a que a Suma procura continuamente responder através da diversificação e do avanço progressivo das suas empresas e da respectiva oferta de serviços e soluções completas, integradas, competitivas e economicamente viáveis, na construção de um ambiente melhor.

Água

O segmento de negócio da Água inclui as concessões de abastecimento de água e saneamento dos concelhos de Fafe, Santo Tirso, Trofa, Santa Maria da Feira, Matosinhos e Vila do Conde, controladas pelas participadas do Subgrupo Indaqua. Inclui também uma parceria público-privada com o município de São João da Madeira para a gestão do serviço público municipal de abastecimento de água e recolha de águas residuais e pluviais. No mercado internacional, a Indaqua controla, desde 2009, a Vista Water, sociedade que actua no mercado angolano, integralmente focada no sector de Água e Saneamento.

A Indaqua é o maior operador privado português no que diz respeito ao universo das concessões municipais de água. No serviço de saneamento, tendo em conta que nas concessões de Fafe e Santo Tirso/Trofa esse serviço não é prestado, a Indaqua detém a segunda posição do mercado.

A evolução do mercado nacional em 2010 foi desfavorável aos interesses de crescimento da Indaqua, porquanto o lançamento de concursos tem sido escasso e sucessivamente adiado. Não obstante este facto, o número total de clientes da Indaqua em Dezembro de 2010 ultrapassava já os 203 mil e o volume de água facturado foi da ordem dos 24 milhões de metros cúbicos, o que representa um aumento, face a 2009, de cerca de 3% e 6%, respectivamente. O total de utentes de saneamento em Dezembro de 2010 ascendia a cerca de 137 mil e o volume facturado foi de cerca de 16 milhões de metros cúbicos, o que consubstancia um aumento de cerca de 4% e de 8,5%, respectivamente, face a 2009.

No início de 2010, a Indaqua adquiriu 5% do capital da Indaqua Feira, passando a deter 98% desta sociedade, e o remanescente dos capitais da Indaqua Fafe e da Indaqua Santo Tirso/Trofa, assumindo a posse da totalidade do capital destas sociedades concessionárias.

O investimento do segmento em Portugal ascendeu a 33 milhões de euros, sendo que os maiores investimentos foram em infra-estruturas, pela execução de diversas obras conforme definido nos planos de investimento das sociedades concessionárias.

Dos aspectos relevantes da actividade do ano de 2010 destaca-se o arranque do novo sistema de gestão de



› Indaqua Matosinhos.

clientes SAP IS-U, plataforma aplicacional hoje uniforme e transversal a todas as empresas concessionárias. No mercado internacional, a Vistawater consolidou em 2010 o contrato de consultoria estabelecido com o Ministério de Energia e Águas ao nível da assessoria ao programa de investimento público “Água para Todos”, com duração prevista até Julho de 2011. Adicionalmente, esta sociedade angolana desenvolveu uma outra área de negócio, relacionada com a comercialização de equipamentos e soluções tecnológicas no domínio das águas.

O ano de 2010 ficou ainda marcado por uma intensa procura de novos mercados geográficos, essencialmente na América do Sul. Confirmou-se que os mercados brasileiro e peruano apresentam condições macroeconómicas interessantes para investir. No entanto, fruto do aquecimento dessas economias, os activos encontram-se inflacionados, representando dois riscos importantes, desaceleração da economia e consequente desvalorização cambial. No Peru foram identificadas algumas possibilidades de aquisições de empresas concessionárias locais de relativa pequena dimensão. No Brasil, onde o potencial de negócios é elevado, dada a existência de um plano de investimentos de grande dimensão para os próximos anos no sector do saneamento básico (que inclui abastecimento de água potável, águas residuais, gestão de resíduos sólidos, e drenagem e gestão de águas pluviais urbanas), o Grupo procura activamente oportunidades de investimento.

Por seu lado, na Irlanda existe uma grande expectativa de desenvolvimento do mercado, dada a carência de infra-estruturas no sector da Água.

Para 2011, a Indaqua perspectiva que sejam lançados dois a quatro concursos para concessões ou participação em empresas municipais e tem como objectivo participar em todos eles. A actividade de 2011 estará ainda centrada no desenvolvimento da procura de novos negócios nos mercados geográficos definidos como prioritários, na definição de novas áreas de negócio no mercado não-regulado e na consolidação da uniformização de procedimentos das diversas sociedades concessionárias, tendo em vista a melhoria dos seus sistemas de qualidade, ambiente e segurança.

Logística

O segmento da Logística compreende toda a actividade do Grupo no sector logístico (operação de terminais rodo-ferroviários, de logística integrada e de transporte ferroviário de mercadorias) e portuário (operação de terminais marítimos).

A Tertir, sociedade do Grupo que agrega as empresas de logística, ocupa uma posição de liderança e de referência na operação de terminais portuários (Lisboa, Leixões, Setúbal e Aveiro). Consolidando o seu *know-how* em concessões de infra-estruturas públicas, fornece ainda actividades integradas de estiva, transporte rodo-ferroviário, instalações logísticas e intermodais, distribuição, transitários e outros serviços relacionados, destacando-se como primeiro operador privado português a entrar no sector do transporte ferroviário de mercadorias e como co-promotor da maior plataforma logística do país, localizada no Poceirão, que irá servir Lisboa, o novo aeroporto e os portos de Lisboa, Setúbal e Sines.

A nível internacional o Grupo está presente em diversos países, com destaque para a concessão de 30 anos do Porto de Paita, situado no Norte do Peru, adjudicada em 2009 ao consórcio controlado pelo Grupo (Terminales Portuarios Euroandinos), e para a Transitex, transitário de cargas que articula os movimentos dos contentores entre plataformas logísticas e terminais portuários, presente em países como Espanha, Moçambique e México.

Num contexto de fraca actividade económica em Portugal, este segmento de negócio tem demonstrado solidez nos resultados, o que abre excelentes perspectivas para o reforço da aposta nos vários negócios ligados à cadeia de valor da Logística.

No decorrer de 2010, o Grupo procedeu à reorganização societária do segmento da Logística através de várias operações de fusão e permuta de partes de capital que concentraram a actividade de algumas empresas numa só e colocaram todas as sociedades da Logística sob domínio da Tertir.

Na sequência da revogação por parte da Assembleia da República do decreto-lei que prevê a prorrogação até 2042 da concessão do terminal de Alcântara, foi constituído um tribunal arbitral que irá decidir se a referida revogação tem legalidade jurídica. A Liscont, suportada em pareceres de conceituados professores de direito que consideram inconstitucional a revogação da concessão do terminal, reitera a total legitimidade da sua posição jurídica.

Em 2010, o Subgrupo Tertir manteve a sua aposta nos mercados externos onde o Grupo Mota-Engil opera, destacando-se o aumento da capacidade operacional da Sonauta, sociedade angolana especializada no transporte marítimo de cabotagem entre os vários portos angolanos e de outros países africanos, através do investimento numa barça de 750 toneladas de capacidade, fundamental para o crescimento do negócio da empresa.

No que respeita ao transporte ferroviário, a Takargo Rail, após ter-lhe sido atribuída em 2006 a licença de operador de transporte de mercadorias em caminho-de-ferro, consolidou a sua operação como uma referência ibérica no transporte ferroviário de mercadorias.

Ao longo do ano, este segmento continuou a representar a maior fatia da actividade da área de negócio. Com um aumento de actividade de 5% face a 2009, o segmento foi responsável por 159 milhões de euros de volume de negócios (2009: 151 milhões de euros). Em termos de EBITDA, assistiu-se a uma melhoria das margens (20,3% em 2009, face a 16,7% em 2009), razão pela qual o EBITDA cresceu cerca de 28% em relação ao ano passado, tendo atingido o montante de 32,3 milhões de euros (2009: 25,2 milhões de euros). Este comportamento reflecte o crescimento verificado nas exportações nacionais em 2010, com impacte directo nas actividades portuárias e de transportes rodo-ferroviários.

Multi-Serviços

O Grupo Mota-Engil agrega um conjunto de empresas vocacionadas para a prestação de serviços em que a subcontratação se afigura como uma alternativa interessante para os seus Clientes, que assim poderão libertar-se de funções que não constituem o seu *core business*.

Entre o conjunto de empresas que integram esta área, é de referir a actuação nos segmentos da manutenção industrial e de edifícios através da Manvia. Esta empresa actua também na reabilitação de condutas através da Manvia Condutas.

Destaque para a presença internacional do segmento da Logística, através da concessão de 30 anos do porto de Paita, no Norte do Peru.

Outra área de intervenção é a arquitectura paisagística e concepção, construção e manutenção de espaços verdes e campos de golfe, através da Vibeiras e Áreagolfe, respectivamente. A Vibeiras tem também presença no mercado de Angola, através da Vbt.

De referir também a presença no mercado de concessões de parques de estacionamento através das empresas Emsa e Parquegil, com espaços de estacionamento concessionados em várias cidades portuguesas.

Dando continuidade ao processo de internacionalização da Vibeiras, salienta-se a constituição da empresa Vibeiras Moçambique com um parceiro local relevante.

Por último, salientam-se ainda a Lokemark, empresa especializada no *outsourcing* dos serviços de *billing* e *finishing* de correios e *marketing* directo, e a Vortal, empresa pioneira especializada no desenvolvimento e gestão de plataformas de transacções electrónicas.

Com a excepção da actividade de construção de campos de golfe, que sofreu uma redução em 2010, todas as restantes actividades de Multi-Serviços prosseguiram um trajecto de crescimento nalguns casos de uma forma substancial, como é o caso da actividade da GlanÁgua, Manvia, Vortal e Lokemark.

ASCENDI GROUP

Com o objectivo de reforçar e consolidar o reconhecimento público da marca Ascendi, durante o ano de 2010, desenvolveu-se o processo de implementação de uma nova imagem.

A Ascendi Group é o resultado da parceria celebrada entre o Grupo Mota-Engil e o Grupo Banco Espírito Santo no final de 2006 para área das concessões de transportes.

Esta parceria previa que fosse constituído um novo veículo autónomo. No entanto, as dificuldades decorrentes da necessidade de acautelar a eficiência operacional da implementação da parceria levaram a que as partes alterassem a configuração da operação, executando-a através da concentração das participações na Mota-Engil Concessões de Transportes, entretanto redenominada Ascendi Group.

Esta transferência de participações foi iniciada através de uma operação realizada a 24 de Agosto de 2010, na qual se efectuou um aumento de capital da Ascendi Group integralmente subscrito pela ESConcessões, através da entrada em espécie das participações sociais por esta detidas nas concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto. A transferência das restantes participações deverá ser concretizada no decorrer de 2011, dentro do cronograma previsto.

Com o objectivo de reforçar e consolidar o reconhecimento público da marca Ascendi, durante o ano de 2010 desenvolveu-se o processo de implementação da nova imagem, culminando em Julho com a alteração da designação social de sete concessionárias e sete operadoras (das concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, Grande Porto, Grande Lisboa, Douro Interior e Pinhal Interior). Com esta alteração, todas estas empresas passaram a ter na sua designação a palavra Ascendi.

Subconcessão Douro Interior

Em 26 de Março de 2010, foi concedido o visto favorável pelo Tribunal de Contas ao contrato da Subconcessão Douro Interior, situação que permitiu o desenvolvimento regular das actividades de construção. Em Dezembro foram abertos ao tráfego os primeiros dois lanços da subconcessão construídos de raiz – lanço Trancoso/Celorico da Beira, no eixo do IP2, com uma extensão de cerca de 14 km; lanço Murça (IP4) / Nó da EN 212, no eixo do IC5, com uma extensão de 7 km).

Subconcessão Pinhal Interior

O contrato de subconcessão e respectivos contratos de financiamento foram assinados em Abril de 2010. Trata-se de uma subconcessão em regime misto de disponibilidade e taxa de serviço, com um prazo de 30 anos e cujo investimento inicial atinge um valor na ordem dos 1.429 milhões de euros. Este investimento será financiado por capitais próprios de cerca de 210 milhões de euros e por financiamentos a contratar junto do BEI e da Banca Comercial de cerca de 1.200 milhões de euros. O valor do contrato de construção é de 958 milhões de euros e o consórcio construtor é liderado



› Concessão Grande Porto.

pela Mota-Engil (53,52%). A subconcessionária é participada maioritariamente pela Ascendi Group (79,99%). Durante o ano foram iniciados os trabalhos de construção, que decorrem dentro dos prazos inicialmente estimados.

Acordo global com o Estado

Em 2010, foram assinadas e implementadas alterações nos contratos de concessão e, correlativamente, nos contratos de financiamento e de operação e manutenção das concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, Grande Porto e Grande Lisboa. As alterações aos contratos de concessão respeitaram, essencialmente, à forma de remuneração da actividade das empresas concessionárias, que passaram de uma remuneração em regime de portagem real ou virtual para uma remuneração por disponibilidade da infra-estrutura rodoviária concessionada.

Cobrança Electrónica de Portagens (Ascendi O&M)

A 15 de Outubro de 2010, concluindo um intenso e exigente processo de desenvolvimento e integração de sistemas tecnológicos e operativos, a Ascendi O&M pôde iniciar a operação de cobrança de portagens aos utentes nas concessões da Costa de Prata e do Grande Porto através de um inovador sistema, integralmente electrónico, de tipo “Multi Lane Free Flow” (MLFF). No seu conjunto, o sistema integra 42 pontos de cobrança, sendo neste momento um dos maiores da Europa (senão mesmo o maior) com capacidade de cobrar todo o tipo de veículos (ligeiros e pesados), o que coloca a Ascendi O&M na vanguarda europeia do desenvolvimento de sistemas tecnológicos de cobrança de portagens por meios exclusivamente electrónicos.

O potencial de globalização destes sistemas é francamente elevado atendendo à generalização da aceitação do princípio utilizador-pagador, o que é demonstrado pelo facto de, como consequência de um processo iniciado no final de 2010 e concluído em Janeiro de 2011, ter a Ascendi O&M contratado a instalação e iniciado negociações para a operação de mais dois sistemas MLFF em Portugal, um na concessão das Beiras Litoral e Alta e outro na concessão do Interior Norte (esta não participada da Ascendi Group), com um total de 52 novos pontos de cobrança,



› Concessão Metro Sul do Tejo.

Lusoponte

Em 2010, a evolução da operação da Lusoponte ocorreu dentro da normalidade de uma concessão na sua fase de maturidade no contexto macroeconómico actual. No entanto, deve salientar-se, ao nível dos meios de pagamento, a evolução positiva do meio de pagamento automático Via Card, que viu a sua importância acrescida, tendo representado 10,0% do tráfego total e atingido na Ponte 25 de Abril os 13,4% (representa um crescimento de 2,4% relativamente a 2009). É de salientar, também, o sistema de recuperação de violações não-voluntárias, denominado por *photo-tolling* e implementado em 2004, que contribuiu para a diminuição das violações (incobráveis), permitindo recuperar cerca de 63% do total das violações inicialmente registadas.

Concessão Metro Sul do Tejo

A actividade decorreu conforme esperado, não se tendo registado diferenças assinaláveis no que respeita aos índices de procura, receitas e custos. Saliente-se que em 2010 foi obtida, sem qualquer não-conformidade, a certificação do sistema integrado de gestão de ambiente, qualidade e segurança. Como factor negativo, são de referir os atrasos nos recebimentos das compensações contratuais devidas, o que causou sérias restrições de tesouraria.

Reforço das participações em Portugal

No âmbito do processo de reorganização das participações e dando sequência à estratégia de reforço da presença em Portugal, no final de 2010 a Ascendi Group concretizou a aquisição das participações que a Odebrecht e o BCP detinham nas concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto. Relativamente à Odebrecht, foram adquiridas participações de 13,87% na concessão Norte e 14,23% nas concessões Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto, por um valor de 126 milhões de euros. No que respeita ao BCP, foram adquiridas as participações de 6,67% na concessão Norte e 7,5% nas concessões Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, e Grande Porto, por um valor de 51,9 milhões de euros.



› Sistema MLFF.

Aquisição de participação na Via Verde Portugal

Com o objectivo de consolidação das competências na área da cobrança electrónica de portagens, potenciada pelo grande desenvolvimento de actividade gerado pelo início de operação dos novos sistemas MLFF, foi adquirida no passado mês de Outubro, através da Ascendi O&M, uma participação de 20% no capital da Via Verde Portugal.

Actividade desenvolvida em 2010 no mercado internacional

Prestes a completar dois anos de actuação, a Concessionária Rodovias do Tietê tem contribuído para o crescimento da região onde está inserida. A recuperação do traçado de mais de 400 km de rodovias permitiu atingir os níveis de tráfego que estavam previstos no plano de negócios original. 2010 foi o primeiro ano completo de operação da concessionária, tendo sido atingidos os níveis de serviço exigidos pelo contrato de concessão, bem como realizados os investimentos previstos no cronograma inicial. Para 2011 estão previstos vários investimentos importantes: a implantação de fibra óptica em toda a rede viária gerida pela concessionária; o Contorno de Piracicaba, esperado há mais de 20 anos pela população e que permitirá uma forte diminuição do tráfego urbano nessa cidade; e o início da duplicação da SP101 e SP308, importantes vias de comunicação entre Campinas, Salto e Piracicaba.

No México, após aprovação da data de Maio de 2011 para término da construção da concessão Perote-Xalapa, foi iniciado o processo de negociação com o concedente para a ampliação do perfil da concessão para duas vias por duas vias, em oposição à situação contratualmente prevista de uma via por uma via. Este processo encontra-se, à data, praticamente concluído, sendo previsível que toda a documentação de formalização desta alteração deva ocorrer nos próximos meses. Esta alteração vai aumentar o nível de serviço da concessão e permitirá que todo o eixo de ligação entre o porto de Veracruz e a Cidade do México (via Xalapa) se realize no perfil de duas vias por

Reforço da actividade da Ascendi no mercado internacional, com destaque para a concessão, por 30 anos, da nova ponte Tete em Moçambique.

duas vias, aumentando o potencial de tráfego desta concessão. Em 2010, os trabalhos de construção avançaram a um ritmo inferior ao estimado, provocado pelo atraso na libertação dos direitos de via, responsabilidade alheia à concessionária, sendo que no final do ano encontrava-se cerca de 60% da obra concluída, no perfil actual de A2. No caso de se concluir satisfatoriamente o processo de ampliação e de acordo com o novo cronograma de construção, será previsível que a construção esteja concluída em duas vias por duas vias no final de 2012, sendo que os primeiros 30 km da concessão (ligação Perote-Banderilla) entrarão em operação no primeiro trimestre de 2012.

Ainda em 2010, um consórcio liderado pela Ascendi celebrou com o governo de Moçambique o contrato de concessão da nova ponte de Tete por 30 anos, que dará lugar à construção da segunda travessia rodoviária na cidade de Tete, província de Tete, bem como à realização de obras de reabilitação ao longo dos 260 km do traçado Cuchamano – Tete – Zóbué, que liga, por dentro da fronteira terrestre de Moçambique, o Malawi, a Zâmbia e o Zimbábue. Nesta concessão estão ainda incluídos mais dois eixos rodoviários (secundários), perfazendo um total de 702 km de estradas em operação com cobrança de portagens. No final do ano, foi atribuído a um outro consórcio liderado pela Ascendi o título de “Preferred Bidder” para a Concessão Maputo– Ka Tembe – Ponta do Ouro, tendo-se de imediato iniciado os trabalhos conducentes ao fecho contratual e financeiro dessa nova concessão, que deverão estar concluídos antes do final de 2011.

Na Eslováquia, a Ascendi integrava, com uma participação de 19%, a concessionária Slovenské Dial’nice, à qual foi adjudicada, em Abril de 2009, a concessão (incluindo projecto, construção, financiamento, operação e manutenção) da auto-estrada D1. Porém, antes do fecho financeiro, que estava previsto para o final de Agosto 2010, as eleições realizadas naquele país conduziram à posse de um novo governo, que decidiu cancelar todas as PPP rodoviárias cujo fecho financeiro ainda não tinha ocorrido.

Evolução do portfólio de concessões e da carteira de activos

Como foi referido anteriormente, a Ascendi ainda não concretizou todas as transferências de activos, uma vez que as autorizações necessárias passam por um processo burocrático complexo. Os quadros abaixo traduzem o portfólio actual como se estas transferências já tivessem sido efectuadas.

CONCESSIONÁRIA	PARTICIPAÇÃO ACTUAL ⁽¹⁾	PARTICIPAÇÃO PREVISTA ⁽¹⁾	Km	TERMO	INVESTIMENTO (M€)
PORTUGAL					
Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo	38,02%	38,02%	19,5	2030	897
Ascendi – Auto-Estradas do Norte	74,87%	74,87%	175,0	2029	1.272
Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior	-	22,23%	178,0	2029	812
Ascendi – Auto-Estradas da Costa de Prata	80,20%	80,20%	109,6	2030	499
Ascendi – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta	80,20%	80,20%	172,5	2031	1.130
Ascendi – Auto-Estradas do Grande Porto	80,20%	80,20%	55,5	2032	841
Vialitoral – Concessões Rodoviárias da Madeira	-	4,75%	44,2	2025	390
Ascendi – Auto-Estradas da Grande Lisboa	-	80,20%	91,1	2036	290
Ascendi – Estradas do Douro Interior	8,85%	80,75%	242,3	2038	931
Ascendi – Estradas do Pinhal Interior	8,09%	79,99%	520,3	2040	1.429
TOTAL PORTUGAL			1.608,0		8.491
ESPAÑA					
Auvisa – Autovía de Los Viñedos	-	50,00%	75,0	2033	210
Autopista Madrid – Toledo	-	15,00%	81,0	2040	600
TOTAL ESPANHA			156,0		810
AMÉRICA LATINA					
México – Concesionaria Autopista Perote – Xalapa	30,00%	50,00%	60,0	2038	389
Brasil – Concessionária Rodovias do Tietê	-	40,00%	415,0	2039	470
TOTAL AMÉRICA LATINA			475,0		859
ÁFRICA					
Moçambique – Nova Ponte de Tete	40,00%	40,00%	701,0	2039	151
Total África			701,0		151
CONCESSÕES FERROVIÁRIAS					
MTS – Metro, Transportes do Sul	18,09 %	24,89%	20,0	2032	338
TOTAL			3.046,0		10.854

(1) Participações detidas (ou a deter) directamente pela Ascendi Group, SGPS, SA, ou por qualquer outra empresa pertencente ao seu perímetro de consolidação

O ano de 2010 ficou marcado por uma grave crise dos mercados obrigacionistas da Zona Euro, espelhando os receios de incumprimento nos reembolsos de dívida soberana externa por parte dos países periféricos da Zona Euro (Europa do Sul e Irlanda). Esta crise foi o principal factor que condicionou a evolução dos restantes mercados na Europa. Verificou-se assim, sobretudo a partir do segundo trimestre do ano, uma selectividade nunca antes vista no espaço do Euro, distinguindo os investidores claramente aqueles países que vêm acumulando dívida externa fruto de elevados défices orçamentais e sobreaquecimento da procura interna dos demais.

No terceiro trimestre, reagindo a sinais que apontavam para uma recuperação económica frágil mas aparentemente sustentável e à expectativa de que a Reserva Federal Norte-Americana poderia reiniciar uma política de compra maciça de instrumentos financeiros de longo prazo, injectando liquidez na economia e permitindo uma redução das taxas de juro a longo prazo, os mercados accionistas recuperaram significativamente. Esta tendência não eliminou, contudo, as incertezas relativamente à capacidade de reembolso da dívida pública externa por parte dos Estados grego, irlandês e, em certa medida, portugueses.

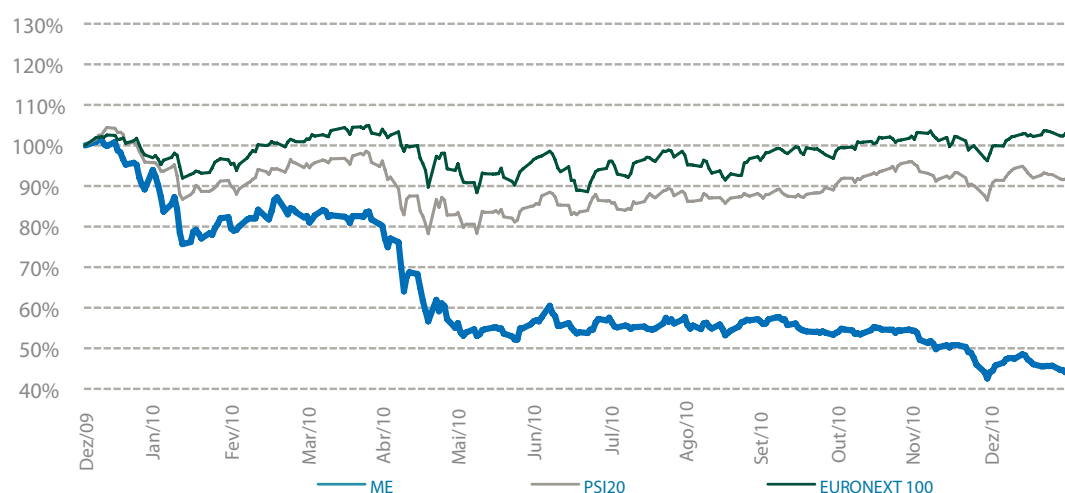
No contexto de um novo paradigma onde também os investidores de acções se revelaram cada vez mais sensíveis ao endividamento das empresas e afectado pelas incertezas no sector de construção em Portugal, principalmente no sector das obras públicas, o título da Mota-Engil, depois da forte apreciação que registara em 2009 (68%) foi fortemente penalizado, com uma queda de 55,7% no ano, correspondendo a uma capitalização bolsista de € 356,7 milhões.

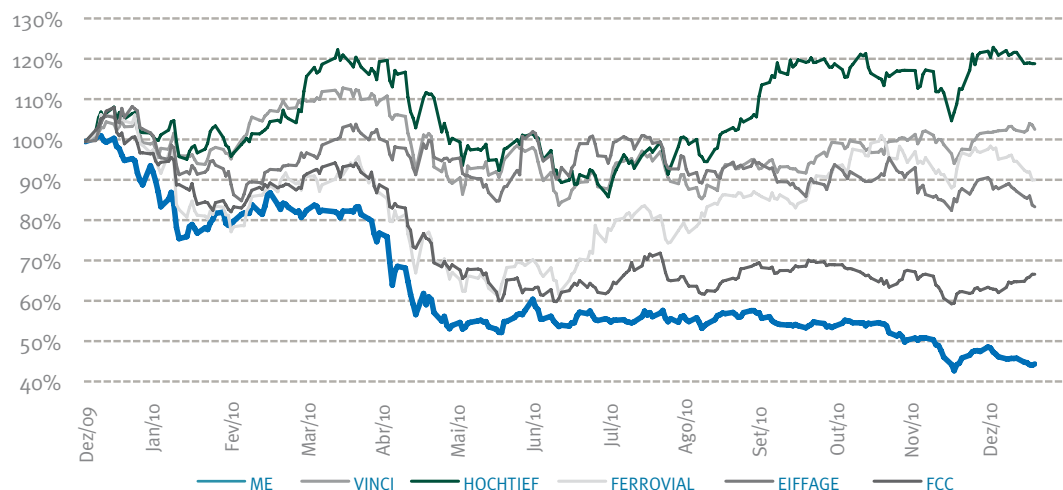
O comportamento anual do título pode ser analisado como se segue:

	1º SEMESTRE 2010	2º SEMESTRE 2010	PERFORMANCE total 2010	1º SEMESTRE 2009	2º SEMESTRE 2009	PERFORMANCE total 2009
Acção Mota-Engil	-46%	-10%	-56%	37%	30%	68%
PSI - 20	-17%	6%	-10%	12%	21%	33%
EURONEX 100	-9%	10%	1%	0%	26%	25%

1.4 MOTA-ENGIL NA BOLSA

A evolução da *performance* da cotação pode ser analisada nos gráficos seguintes:

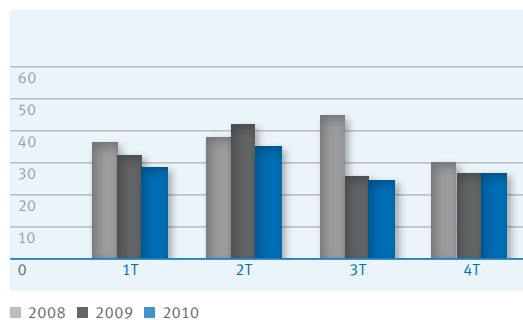




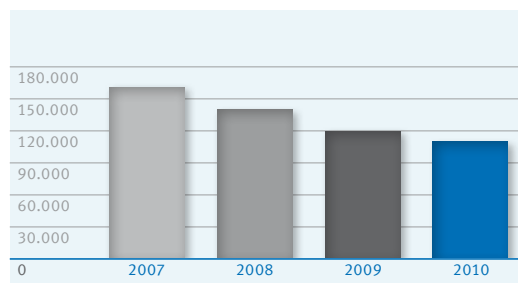
O valor intrínseco do título, de acordo com a avaliação dos oito analistas financeiros que o acompanham, mantém uma margem significativa para se valorizar. Os *price targets* para a MOTA-ENGIL situam-se entre € 2,60 e € 5,00 (a última cotação do título em 31 de Dezembro de 2010 foi de € 1,743).

No que respeita ao volume, em 2010 foram transaccionadas 115 milhões de acções, menos 7,3% do que no ano anterior. A evolução da liquidez pode ser analisada nos gráficos seguintes:

(milhões de acções)



(milhões de acções)



A empresa distribuiu um dividendo ilíquido de 11 cêntimos por acção, que foi pago no primeiro semestre do ano e que corresponde a um dividendo *yield* de 4,4% para a cotação média do título durante o ano.

O Conselho de Administração apresenta neste relatório uma proposta de aplicação de resultados, na qual consta o pagamento de um dividendo de 11 cêntimos por acção.

A Gestão de Risco tem como objectivo central a criação de valor, através de processos de gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem atingir o Grupo e as suas participadas, estando subjacente uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo.

A exposição ao risco por parte de qualquer participada do Grupo Mota-Engil deverá estar sempre subordinada à sua estratégia e ser limitada e acessória à actividade de cada empresa, para que se prossigam e atinjam os objectivos traçados para as diversas áreas de negócio.

O processo de Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das Administrações das áreas de negócio do Grupo, concretizando-se genericamente num conjunto sequencial de etapas ou fases que se repetem ciclicamente e que a seguir se apresentam:

- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégias.

O Grupo Mota-Engil dispõe de diversas Comissões, que se constituem como órgãos de natureza consultiva, cuja missão consiste no acompanhamento de temas de primeira importância para o seu desenvolvimento sustentado, provendo uma visão independente e objectiva que suporte o processo de tomada de decisão do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A.

A Comissão de Auditoria e Risco tem como principal função apreciar políticas de investimento e risco de negócios e projectos do Grupo, examinar e emitir pareceres sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir pareceres sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorizar operações financeiras e societárias relevantes.

Assim, os principais riscos a que o Grupo está sujeito e que em seguida se abordam são acompanhados pelos reportes internos daquela Comissão, em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas com destaque para a Direcção Jurídica, a Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativa, a Direcção de Finanças Corporativas e a Direcção Corporativa de Recursos Humanos.

A Comissão de Auditoria e Risco, com a missão de apoiar a gestão do Grupo Mota-Engil no reforço dos meios e métodos de actuação ao nível do controlo interno e de antecipação do risco de negócio, deu continuidade ao novo ciclo de actividade, iniciado em 2008, através do Gabinete de Auditoria e Risco, cuja estrutura de recursos está especificamente alocada às seguintes funções:

- Identificação e avaliação de riscos, sugerindo o estabelecimento de níveis aceitáveis de risco em função dos objectivos de gestão definidos;
- Emissão de pareceres sobre alterações do grau de risco existente nos negócios do Grupo Mota-Engil;
- Minimização de ineficiências operacionais e perdas, reforçando a capacidade do Grupo Mota-Engil na identificação de eventos potencialmente danosos, na avaliação de riscos e na proposição de respostas, reduzindo, desta forma, custos ou perdas imprevistas;
- Identificação de riscos transversais dentro do Grupo, auditando a implementação de políticas corporativas e de boas práticas do Grupo Mota-Engil;
- Emissão de pareceres prévios sobre riscos inerentes às aquisições ou alienações definidas pelo Grupo Mota-Engil;
- Auditoria da conformidade no desenvolvimento dos processos ou actividades em todas as áreas e empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil.

Elaborado que foi o mapeamento de risco das empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil, anualmente são efectuadas auditorias internas em várias empresas do Grupo, procurando-se promover a eficiência dos meios de controlo interno e a melhoria dos respectivos processos de negócio. Esta metodologia garante um carácter dinâmico na monitorização do risco em cada uma das operações do Grupo Mota-Engil, promovendo as acções adequadas em função do risco percepcionado e acompanhando a sua evolução.

Adicionalmente, em 2010, reforçou-se o acompanhamento da implementação de medidas sugeridas no decurso de trabalhos efectuados anteriormente.

1.5 GESTÃO DE RISCO

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O Grupo Mota-Engil, à semelhança de todas as outras empresas e negócios, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial de transacção e de conversão, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da actividade e induz incertezas quanto à capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos adequados à remuneração dos capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo visa minimizar impactes e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflecte em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efectivas de gestão.

A actividade de gestão de risco financeiro é coordenada pela Direcção de Finanças Corporativas, com o apoio e suporte da Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativa, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Auditoria Investimento e Risco, que daquele é delegada, não deixando de ser uma responsabilidade das Administrações de cada uma das unidades de negócio do Grupo Mota-Engil.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é cautelosa e conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos derivados para cobertura de riscos, sempre na perspectiva de que estes se relacionem com a actividade normal e corrente da empresa, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas de cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, contribuindo essa integração para a prossecução do mesmo objectivo, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objectivo a optimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do Grupo, maioritariamente denominada em euros.

Até 2008, foram realizadas, por várias áreas de negócio, diversas operações de fixação ou limitação de variação nas taxas de juro em empréstimos, sobretudo indexadas à Euribor, por contratação de *swaps* ou realização de outras operações estruturadas sobre derivados, a custo zero, que contribuíram (e contribuirão, no futuro), para a redução da sensibilidade dos custos financeiros a eventuais movimentos ascendentes nas taxas de juro.

A contratação destas operações teve como racional subjacente a prossecução do objectivo de realização e/ou manutenção da cobertura em cerca de 30% da dívida corporativa do Grupo, emitida normalmente em regime de taxa indexada ou variável.

Depois de 2008, face à estagnação a que têm estado votadas as taxas de juro de curto e médio longo prazo, estáveis em mínimos históricos, em sequência da grave e prolongada crise económico-financeira que atravessamos, não têm sido realizadas novas operações de cobertura deste risco, estando o Grupo, contudo, atento à inversão de tendência que certamente acompanhará a inevitável retoma das economias nos anos que se avizinham.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio tem por objectivo a redução da volatilidade em investimentos e operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo Mota-Engil a risco cambial resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas em diversos mercados, nomeadamente Angola e Europa Central, em que a actividade representa uma parcela cada vez mais importante do volume de negócios, mas também, desde 2009, da presença na América Central e do Sul, em especial nos mercados mexicano e brasileiro, que trazem novos desafios, com a exposição a novas moedas e novas realidades económico-financeiras.

Em termos de gestão de risco cambial, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transacções cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montante e data de realização.

Risco de Liquidez

A política de gestão de risco de liquidez tem por objectivo garantir que existem fundos disponíveis a cada momento no Grupo e nas suas participadas, suficientes para que estas possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. Trata-se, portanto, de assegurar que o Grupo dispõe dos meios financeiros (saldos e fluxos financeiros de entrada) necessários para solver compromissos (fluxos financeiros de saída) no momento em que estes se tornam exigíveis.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao Grupo numa óptica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afectam todos os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro, por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria, e a optimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do Grupo;
- Financiamento dos investimentos no MLP, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projecto ou empresa;
- Início do processo de negociação do refinanciamento de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com seis meses de antecedência sobre a respectiva maturidade;
- Manutenção de uma estrutura de dívida nas empresas, com níveis de financiamento no médio e longo prazo situados entre 60% e 70%, reduzindo assim a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo, criando-se alguma imunização a factores conjunturais dos mercados financeiros;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns activos de longo prazo detidos pelo Grupo;

Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objectivo de:

- Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o Grupo desenvolve actividade;
- Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas.

A gestão eficaz do risco de liquidez está intimamente relacionada com a adequada gestão dos restantes riscos financeiros, que contribuem complementarmente para a prossecução deste objectivo, assegurando a realização dos fluxos de caixa nos momentos e nos montantes previstos.

Risco de Crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objectivo garantir que as participadas do Grupo promovam a efectiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e/ou negociados para o efeito.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenrolar normal das suas diversas actividades, merecendo especial atenção nas actividades de prestação de serviços e/ou vendas a retalho.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente antes da exposição ao risco pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito, que permitem fundamentar a decisão de concessão de crédito. Posteriormente, depois de concedido o crédito, é promovida pela organização a manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança e, nalguns casos mais particulares, promove-se o recurso à contratação de seguros de crédito junto de seguradoras credíveis do mercado.

Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não susceptíveis de afectar a saúde financeira das participadas do Grupo.

1.6 GESTÃO DO CAPITAL HUMANO DO GRUPO

Mantendo o alinhamento com o plano estratégico Ambição 2013, as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Gestão do Capital Humano do Grupos, mantiveram a focalização nas sete prioridades estratégicas de Recursos Humanos definidas:

1. Identificar e gerir o talento no Grupo;
2. Desenvolver o perfil de gestor do Grupo;
3. Desenvolver competências que acrescentem valor ao negócio;
4. Promover a mobilidade e a rotação de quadros;
5. Fomentar o recrutamento e o desenvolvimento de quadros internacionais;
6. Alinhar a política de retribuição com a gestão de *performance*;
7. Reforçar a cultura e conhecimento do Grupo.

Neste sentido, o ano de 2010 caracterizou-se pela consolidação das Políticas e Modelos Corporativos de Recursos Humanos, bem como pelo lançamento de Programas e Projectos Corporativos, nas diferentes áreas de negócio e mercados em que o Grupo tem actualmente presença.

POLÍTICAS E MODELOS CORPORATIVOS DE RECURSOS HUMANOS

Tendo por missão assegurar uma filosofia e arquitectura comuns à diversidade dos negócios e geografias existentes no Grupo e, simultaneamente, garantir a adequação às diversas realidades/necessidades que caracterizam as diferentes empresas do universo Mota-Engil, as Políticas e Modelos Corporativos de RH serão gradualmente implementados no Grupo.



Neste domínio, o ano de 2010, contribuiu de modo positivo para a consolidação da missão designada por “One – HR Corporate Standards”, através da implementação, em várias empresas do Grupo, das Políticas e Modelos Corporativos aprovados:



O Modelo Corporativo de Funções e Competências é uma ferramenta central na gestão de Pessoas, que tem como finalidade a criação de uma estrutura comum, capaz de promover um alinhamento organizacional entre as diferentes Unidades de Negócio/Mercados, bem como a criação de bases para o desenvolvimento futuro de outros processos de gestão de recursos humanos.



O Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho pretende apoiar o desenvolvimento, a gestão e o reconhecimento do desempenho dos colaboradores, com vista a promover o compromisso dos colaboradores com os Valores e Estratégia da Mota-Engil e, simultaneamente, reforçar uma Cultura de Grupo.



A Política Retributiva que tem como missão promover uma Cultura de Grupo e recompensar o desempenho individual e de equipa, assegurando um nível de equidade, capacidade de captação, mobilização e retenção dos talentos necessários à gestão do negócio.



A Política de Mobilidade Internacional visa suportar a criação e desenvolvimento de um negócio global, assente num conjunto de processos e instrumentos que promovam uma adequada gestão dos quadros em mobilidade no Grupo, com vista à consecução dos objectivos e implementação da estratégia do Grupo Mota-Engil.

A implementação de HR Corporate Standards no Grupo Mota-Engil, dotando as diferentes empresas/mercados de instrumentos de gestão de pessoas adequados à prossecução dos objectivos estratégicos, reflecte a concretização de um plano de implementação de médio/longo prazo, cujos resultados se consolidarão progressivamente até ao ano de 2013.

PROGRAMAS E PROJECTOS CORPORATIVOS DE RECURSOS HUMANOS

O ano de 2010 apostou também na implementação de Programas e Projectos Corporativos, especificamente desenvolvidos para promover a concretização das sete prioridades estratégicas de RH.



Tendo como missão identificar o Talento no Grupo com vista à criação de contextos que capitalizem o desenvolvimento do potencial dos colaboradores, foi concretizada a segunda edição do Projecto MAP na Mota-Engil.

Reforçando o seu carácter corporativo, a edição de 2010 deste Projecto envolveu 248 colaboradores de 21 empresas distintas, tendo sido envolvidos mais de 35% de participantes provenientes dos quatro mercados externos onde o Grupo Mota-Engil possui presença. Um número significativo destes colaboradores são quadros locais, o que resultou numa verdadeira internacionalização do Projecto, que decorreu integralmente num formato bilingue e em diferentes pólos geográficos.

Como benefícios imediatos desta segunda edição do MAP é possível identificar:

- Clarificação do potencial de desenvolvimento dos colaboradores ao nível das competências consideradas críticas para o negócio;
- Identificação sustentada das competências que deverão ser capitalizadas, assim como das áreas que carecem de desenvolvimento, direccionando o investimento para iniciativas de desenvolvimento;
- Recolha de informação qualitativa acerca do perfil dos colaboradores abrangidos no projecto, nomeadamente as expectativas de evolução de carreira;
- Reforço do conhecimento do Grupo, alinhando os colaboradores com os comportamentos valorizados pelo Grupo Mota-Engil.

No médio prazo, o Projecto MAP permitirá apostar num desenvolvimento direccionado do perfil de gestor do Grupo e, simultaneamente, capitalizar o potencial de desenvolvimento dos seus colaboradores.



Com a importante missão de contribuir para o rejuvenescimento do Grupo, o Programa Corporativo de Acolhimento de Trainees - start@ME pretende dotar a Mota-Engil de jovens de elevado potencial, com espírito de liderança e motivação para abraçar desafios.

Para a concretização desta missão, o Programa tem por objectivo atrair os melhores recursos recém-licenciados em diversas áreas de formação e integrá-los no Grupo, alinhando-os com a Cultura e Valores Mota-Engil.

O ano de 2010 foi particularmente relevante para este Programa Corporativo, na medida em que permitiu concluir a primeira edição, colocando em prática o modelo de avaliação previsto e identificando de um modo sustentado os jovens quadros com potencial para permanecer no Grupos, e, simultaneamente, dar início à segunda edição do Programa, que se iniciou em Outubro de 2010.

Para o ano de 2011, o Grupo Mota-Engil irá dar seguimento ao plano de implementação de HR Corporate Standards nas diferentes Unidades de Negócio e Geografias, bem como ao desenvolvimento/monitorização de Programas e Projectos Corporativos que capitalizem o desenvolvimento das suas pessoas, contribuindo para a concretização das sete prioridades estratégicas definidas para o Grupo Mota-Engil.

1.7 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO-EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano, os administradores não-executivos participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, sendo que discutiram as matérias em análise e manifestaram as suas opiniões relativamente a directrizes estratégicas e a áreas de negócio específicas. Sempre que necessário, mantiveram um contacto estreito com os directores corporativos e gestores de negócio.

1.8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 104.429.791 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 5.221.489 euros e 55 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos, o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 0,67%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 75.998.375 euros.

Não obstante a actual conjuntura macroeconómica internacional e nacional, marcada por inúmeras incertezas, o quadro de tendências traçado pelo Grupo Mota-Engil no seu Plano Ambição 2013 permanece válido.

O Grupo acredita que os negócios que opera, com propostas de valor únicas, focados no crescimento e na eficiência das operações, estão bem posicionados para continuar a resistir bem, senão mesmo a beneficiar, da envolvente económica adversa.

Nestas circunstâncias, e em linha com os seus objectivos estratégicos, a Mota-Engil prevê para o ano de 2011 o seguinte:

- Crescimento do Volume de Negócios Consolidado superior a 10%, suportado numa forte carteira de encomendas de construção;
- Área de Engenharia & Construção com crescimento superior a 10% no seu Volume de Negócios, com tendência de estabilização de margens;
- Crescimento do Volume de Negócios da área de Ambiente & Serviços superior a 10%, com tendência de estabilização de margens;
- Ascendi Group com contribuição para o Resultado do Grupo similar a 2010;
- Carteira de encomendas acima de 3 mil milhões de euros, suportada na actividade internacional.

Alerta-se para o facto de que estas perspectivas não correspondem a um compromisso quanto a *performance* futura do Grupo, mas tão-somente à melhor capacidade de previsão, nesta data, quanto à actividade das suas empresas em 2011. Assim sendo, a *performance* que poderá ser efectivamente alcançada em 2011 poderá diferir substancialmente destas previsões. Adicionalmente, a Mota-Engil não se compromete a fazer actualizações ou correcções desta informação por alteração de qualquer factor endógeno ou exógeno que venha a alterar o desempenho do Grupo.

1.9 PERSPECTIVAS PARA 2011

Em 2011, até à emissão do presente relatório, ocorreu o seguinte facto relevante, cujos detalhes se encontram adequadamente divulgados, a título de divulgação de informação privilegiada, nos *sítes* da Mota-Engil e da CMVM:

- Mota-Engil informa adjudicação de obra na Polónia no valor de 158 milhões de euros

“A Mota-Engil informa a adjudicação de um contrato para a construção de uma secção de via rápida na Polónia, ao consórcio liderado pela sua participada Mota-Engil Central Europe (participação de 62%).

O projecto consiste na concepção e construção de uma secção da Via Rápida S17, entre Varsóvia e Lublin, com uma extensão de 24,5 Km. O prazo de execução é de 24 meses e o valor do projecto ascende a 624 milhões de zlotys (158 milhões de euros).

A Mota-Engil mantém o crescimento das suas operações neste mercado, sendo que a sua carteira actual ascende a cerca de 500 milhões de euros.”

1.10 FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

1.11 NOTA FINAL

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do Grupo Mota-Engil, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 14 de Março de 2011

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho

Vice-Presidente do Conselho de Administração

e Presidente da Comissão Executiva (Chief Executive Officer)

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

Vice-Presidente do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins

Vice-Presidente do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos

Vogal do Conselho de Administração

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Vogal do Conselho de Administração

Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Vogal do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar

Vogal do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves

Vogal do Conselho de Administração

Eng.º José Luís Catela Rangel de Lima

Vogal do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva

Vogal do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva (Chief Financial Officer)

Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres

Vogal do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira

Vogal não executivo e independente do

Conselho de Administração

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Vogal não executivo e independente do

Conselho de Administração

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

Vogal não executivo e independente do

Conselho de Administração



MOTAENGIL, SGPS, S.A.





RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2010



2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

AO SERVIÇO DO BEM-ESTAR

A Mota-Engil Ambiente e Serviços, líder no sector dos resíduos, limpeza urbana e operações portuárias, assegura a melhoria da qualidade de vida com uma oferta de serviços especializados.

MOTA-ENGIL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS SEPARADA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

		ANO			TRIMESTRAL		
NOTAS		2010 EURO	2009 REEXPRESSO EURO	2009 EURO	2010 EURO	2009 REEXPRESSO EURO	2009 EURO
		Auditado	Auditado	Auditado	Não auditado	Não auditado	Não auditado
Vendas e prestações de serviços	3 e 4	2.004.550.902	1.978.732.739	2.131.244.582	541.639.191	519.775.232	563.282.738
Outros proveitos		121.758.147	160.546.450	163.342.427	64.331.691	62.743.097	61.579.593
Custo das mercadorias e dos subcontratos	5	(1.175.693.906)	(1.246.714.071)	(1.280.421.840)	(352.984.489)	(334.081.483)	(338.885.690)
Resultado bruto		950.615.143	892.565.118	1.014.165.169	252.986.393	248.436.846	285.976.641
Fornecimentos e serviços externos	6	(340.420.025)	(359.541.473)	(382.780.384)	(88.649.243)	(107.802.901)	(116.116.612)
Custos com o pessoal	7	(358.586.804)	(314.001.411)	(326.166.059)	(93.855.274)	(82.850.844)	(86.316.560)
Outros proveitos / (custos) operacionais	8	(14.314.425)	(22.754.021)	(864.035)	(3.592.057)	(3.272.427)	(634.847)
	4	237.293.889	196.268.213	304.354.691	66.889.819	54.510.674	82.908.622
Amortizações	4, 9, 17, 18 e 19	(86.379.789)	(77.369.800)	(125.785.864)	(21.641.704)	(19.217.403)	(34.112.453)
Provisões e perdas de imparidade	10	(19.168.089)	(6.404.923)	(6.210.612)	(16.799.804)	(5.522.091)	(5.712.395)
Resultado operacional	4	131.746.011	112.493.490	172.358.215	28.448.311	29.771.180	43.083.774
Proveitos e ganhos financeiros	4 e 11	79.324.988	58.981.318	65.721.450	28.776.858	22.043.552	24.466.762
Custos e perdas financeiras	4 e 11	(130.252.581)	(106.817.289)	(181.176.312)	(31.402.855)	(36.779.732)	(54.808.910)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	4 e 12	7.506.187	41.428.587	50.568.297	5.174.157	(1.823.167)	(51.276)
Imposto sobre o rendimento	4 e 13	(18.967.917)	(23.526.827)	(27.559.489)	(117.634)	(6.287.342)	(7.942.649)
Resultado consolidado líquido do exercício		69.356.688	82.559.279	79.912.161	30.878.837	6.924.491	4.747.701
Atribuível:							
a interesses que não controlam	4	32.406.014	9.946.801	8.174.069	24.670.125	2.252.282	949.878
ao Grupo	4	36.950.674	72.612.478	71.738.092	6.208.712	4.672.209	3.797.823
Resultado por acção:							
básico	15	0,1908	0,3749	0,3704	14,9817	0,0228	0,0183
diluído	15	0,1908	0,3749	0,3704	14,9817	0,0228	0,0183

MOTA-ENGIL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	ANO			4ºTRIMESTRE		
	2010 EURO	2009 REEXPRESSO EURO	2009 EURO	2010 EURO	2009 REEXPRESSO EURO	2009 EURO
				Não auditado	Não auditado	Não auditado
Resultado consolidado líquido do exercício	69.356.688	82.559.279	79.912.161	30.878.837	6.924.491	4.747.701
Outros rendimentos integrais						
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	825.549	(8.144.212)	(8.144.211)	1.247.207	(11.323.937)	(11.323.936)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	1.684.353	(4.645.256)	(6.911.784)	4.233.169	8.929.395	6.662.867
Variação, líquida de impostos, no justo valor dos activos minerais	6.632.284	386.516	386.516	6.632.284	386.516	386.516
Reclassificação de outro rendimento integral (redução de interesses em empreendimentos conjuntos)	(17.394.209)	-	-	-	-	-
Outro rendimento integral de investimentos financeiros em equivalência patrimonial	(22.912.864)	2.166.213	2.166.210	(14.610.040)	2.543.719	2.543.716
Total do rendimento consolidado integral	38.191.801	72.322.540	67.408.892	28.381.458	7.460.184	3.016.863
Atribuível:						
a interesses que não controlam	31.463.649	7.011.189	5.238.457	30.290.537	3.925.207	2.152.475
ao Grupo	6.728.152	65.311.351	62.170.435	(1.909.080)	3.534.977	864.389

MOTA-ENGIL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

		2010	2009	2009
	NOTAS	EURO	REEXPRESSO EURO	EURO
Activo				
Não corrente				
Goodwill	16	135.309.629	133.010.980	166.173.280
Activos intangíveis	17	264.980.820	239.196.453	103.515.556
Activos concessionados	18	-	-	1.359.426.080
Activos tangíveis	19	569.058.903	577.498.566	558.985.747
Investimentos financeiros em equivalência patrimonial	20	336.920.636	325.660.378	330.232.487
Investimentos financeiros disponíveis para venda	21	20.678.852	9.670.554	52.709.067
Propriedades de investimento	22	88.614.797	30.652.729	30.837.291
Clientes e outros devedores	24	80.680.939	60.002.508	89.938.103
Activos por impostos diferidos	13	47.869.265	40.754.066	50.338.968
		1.544.113.841	1.416.446.234	2.742.156.579
Activos não correntes detidos para venda	39	67.807.496	29.043.672	29.043.672
Corrente				
Inventários	23	203.023.766	233.084.664	249.924.349
Clientes	24	1.008.220.486	806.728.613	838.114.736
Outros devedores	24	303.982.065	189.163.819	195.850.259
Outros activos correntes	24	127.927.830	101.215.748	313.725.464
Instrumentos financeiros derivados	27	464.598	-	-
Caixa e seus equivalentes sem recurso	24	8.636.101	18.717.241	120.440.729
Caixa e seus equivalentes com recurso	24	191.990.001	109.497.429	124.875.090
		1.844.244.847	1.458.407.514	1.842.930.627
Total do Activo		3.456.166.184	2.903.897.420	4.614.130.878

	NOTAS	2010 EURO	2009 REEXPRESSO EURO	2009 EURO
Passivo				
Não corrente				
Endividamento sem recurso	26	112.974.953	91.592.684	1.091.580.057
Endividamento com recurso	26	584.034.666	468.569.668	742.741.654
Fornecedores e Credores diversos	28	231.298.170	227.021.318	299.466.970
Provisões	29	71.774.463	56.643.475	29.567.835
Outros passivos não correntes	30	16.929.087	3.909.554	55.181.435
Passivos por impostos diferidos	13	32.482.904	31.086.236	33.552.856
		1.049.494.243	878.822.935	2.252.090.807
Corrente				
Endividamento sem recurso	26	3.413.463	3.099.065	135.773.353
Endividamento com recurso	26	514.952.264	549.346.996	563.291.966
Fornecedores	28	482.169.565	451.358.905	464.271.291
Instrumentos financeiros derivados	27	13.684.750	13.888.963	16.434.046
Credores diversos	28	441.011.161	353.970.785	409.778.150
Outros passivos correntes	30	470.710.839	260.599.033	396.399.973
		1.925.942.042	1.632.263.747	1.985.948.779
Total do Passivo	4	2.975.436.285	2.511.086.682	4.238.039.586
Capital Próprio				
Capital	25	204.635.695	204.635.695	204.635.695
Reservas	25	170.120.973	65.360.941	51.955.904
Resultado consolidado líquido do exercício		36.950.674	72.612.478	71.738.092
Capital próprio atribuível ao Grupo		411.707.342	342.609.114	328.329.691
Interesses que não controlam		69.022.557	50.201.624	47.761.601
Total do Capital Próprio		480.729.899	392.810.738	376.091.292
Total do Capital Próprio e Passivo		3.456.166.184	2.903.897.420	4.614.130.878

MOTA-ENGIL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	CAPITAL	ACÇÕES PRÓPRIAS	PRÉMIO DE EMISSÃO	RESERVAS DE JUSTO VALOR		
				INVEST. DISPONÍVEIS PARA VENDA	TERRENOS DE ACTIVOS MINERAIS	DERIVADOS
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	45.586.328	(2.227.574)	(6.600.821)
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	386.516	(4.026.840)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Outras distribuições de resultados	-	-	-	-	-	-
Aquisição de acções próprias	-	(859.710)	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	204.635.695	(22.558.792)	87.256.034	45.586.328	(1.841.058)	(10.627.661)
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	45.586.328	(2.227.574)	(6.600.821)
IFRIC 12 e IFRIC 15						
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 reexpresso	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	45.586.328	(2.227.574)	(6.600.821)
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (reexpresso)	204.635.695	(21.699.082)	87.256.034	45.586.328	(2.227.574)	(6.600.821)
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	386.516	(1.760.313)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Outras distribuições de resultados	-	-	-	-	-	-
Aquisição de acções próprias	-	(859.710)	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	204.635.695	(22.558.792)	87.256.034	45.586.328	(1.841.058)	(8.361.134)
Saldo em 1 de Janeiro de 2010 reexpresso	204.635.695	(22.558.792)	87.256.034	45.586.328	(1.841.058)	(8.361.134)
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(17.884.232)	6.632.284	2.833.678
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Outras distribuições de resultados	-	-	-	-	-	-
Aquisição de acções próprias	-	(67.728)	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Alteração no interesse de subsidiárias (ME-Angola e outros)	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	204.635.695	(22.626.520)	87.256.034	27.702.096	4.791.226	(5.527.456)

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INT. QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
(23.169.923)	(25.324.182)	30.565.438	289.021.913	52.295.170	341.317.083
(8.093.543)	2.166.210	71.738.092	62.170.435	5.238.457	67.408.892
-	(21.302.947)	-	(21.302.947)	(7.437.879)	(28.740.826)
-	(700.000)	-	(700.000)	-	(700.000)
-	-	-	(859.710)	-	(859.710)
-	30.565.438	(30.565.438)	-	-	-
-	-	-	-	(2.334.147)	(2.334.147)
(31.263.466)	(14.595.481)	71.738.092	328.329.691	47.761.601	376.091.292
(23.169.923)	(25.324.182)	30.565.438	289.021.913	52.295.170	341.317.083
	11.138.507		11.138.507	1.836.981	12.975.488
(23.169.923)	(14.185.675)	30.565.438	300.160.420	54.132.151	354.292.571
(23.169.923)	(14.185.675)	30.565.438	300.160.420	54.132.151	354.292.571
(8.093.543)	2.166.213	72.612.478	65.311.351	7.011.189	72.322.540
-	(21.302.947)	-	(21.302.947)	(7.437.879)	(28.740.826)
-	(700.000)	-	(700.000)	-	(700.000)
-	-	-	(859.710)	-	(859.710)
-	30.565.438	(30.565.438)	-	-	-
-	-	-	-	(3.503.837)	(3.503.837)
(31.263.466)	(3.456.971)	72.612.478	342.609.114	50.201.624	392.810.738
(31.263.466)	(3.456.971)	72.612.478	342.609.114	50.201.624	392.810.738
277.722	(22.081.975)	36.950.674	6.728.152	31.463.649	38.191.801
-	(21.302.947)	-	(21.302.947)	(10.263.362)	(31.566.309)
-	(837.163)	-	(837.163)	(87.628)	(924.791)
-	-	-	(67.728)	-	(67.728)
-	72.612.478	(72.612.478)	-	-	-
-	83.655.930	-	83.655.930	(3.029.893)	80.626.037
-	921.986	-	921.986	738.166	1.660.152
(30.985.744)	109.511.336	36.950.674	411.707.342	69.022.557	480.729.899

MOTA-ENGIL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

		2010	2009	2009
	NOTAS	EURO	REEXPRESSO EURO	EURO
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		2.010.583.485	1.718.651.861	1.974.367.308
Pagamentos a fornecedores		(1.482.038.133)	(1.186.500.419)	(1.216.799.169)
Pagamentos ao pessoal		(326.646.590)	(292.455.236)	(297.201.082)
Fluxos gerados pelas operações		201.898.762	239.696.206	460.367.057
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(24.795.034)	(23.785.879)	(33.947.672)
Outros recebimentos/pagamentos de actividades operacionais		31.496.212	(58.957.057)	(75.335.659)
Fluxos das actividades operacionais (1)		208.599.940	156.953.270	351.083.726
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	38	2.021.692	11.319.695	11.319.695
Activos tangíveis		16.087.390	4.990.412	11.668.266
Juros e proveitos similares		18.852.211	17.061.862	-
Dividendos de empresas não consolidadas		7.752.202	367.147	4.860.675
		44.713.495	33.739.116	27.848.636
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	38	(33.443.172)	(16.246.877)	(142.445.447)
Activos intangíveis		(2.278.766)	(963.653)	(963.653)
Activos tangíveis		(142.542.166)	(314.400.479)	(408.648.239)
		(178.264.104)	(331.611.009)	(552.057.339)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(133.550.609)	(297.871.893)	(524.208.703)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos		2.340.839.421	1.943.933.743	2.165.200.779
		2.340.839.421	1.943.933.743	2.165.200.779
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos		(2.238.072.488)	(1.696.360.518)	(1.775.497.031)
Amortizações de contratos de locação financeira		(26.867.605)	(18.131.869)	(18.131.869)
Juros e custos similares		(60.962.160)	(39.145.155)	(117.778.038)
Dividendos		(21.302.947)	(21.302.947)	(21.302.947)
Aquisição de acções próprias		(67.728)	(859.707)	(859.709)
		(2.347.272.928)	(1.775.800.196)	(1.933.569.594)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(6.433.507)	168.133.547	231.631.185
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		68.615.824	27.214.924	58.506.208
Variações decorrentes de alterações de perímetro		392.215	6.278.254	6.278.254
Efeito das diferenças de câmbio		3.403.393	1.061.814	1.061.814
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	28	128.214.670	93.659.678	179.469.543
Caixa e seus equivalentes no fim do período	28	200.626.102	128.214.670	245.315.819

MOTA-ENGIL, SGPS, SA

A Mota-Engil, SGPS, SA, com sede no Edifício Mota, Rua do Rego Lameiro, nº38, 4300-454 Porto, (Mota-Engil SGPS ou Empresa), e empresas participadas (Grupo), têm como actividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e actividades com elas conexas.

A descrição mais detalhada das actividades do Grupo é fornecida na Nota 4. Segmentos de negócio deste anexo.

Todos os montantes apresentados nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade, salvo se expressamente referido em contrário.

0. NOTA INTRODUTÓRIA

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Mota-Engil foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standards Interpretation Committee (SIC) tal como adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

Para o Grupo, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

1 de Janeiro de 2005 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pelo Grupo dos IAS/IFRS, de acordo com a IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

À data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, encontram-se emitidas pelo IASB e pelo IFRIC as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2010:

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

NORMA	DATA DE EMISSÃO	DATA DE APLICAÇÃO ⁽¹⁾	ADOPTADA PELA UE
Emendas			
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (Classificação das emissões de direitos)	08/10/2009	01/02/2010	Sim
IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, relativas aos itens elegíveis para cobertura	31/07/2008	01/07/2009	Sim
IFRS 1 – Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez	28/01/2010	01/07/2010	Sim
IFRS 1 – Isenções adicionais para os adoptantes pela primeira vez	23/07/2009	01/01/2010	Sim
IFRS 2 – Pagamento com base em acções	18/06/2009	01/01/2010	Sim
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações	23/07/2009	01/01/2010	Sim
IFRS 8 – Segmentos operacionais	04/11/2009	01/01/2010	Sim
IFRIC 14 – Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	26/11/2009	01/01/2011	Sim

NORMA	DATA DE EMISSÃO	DATA DE APLICAÇÃO ⁽¹⁾	ADOPTADA PELA UE
Novas Normas/Interpretações			
IFRS 9 – Activos Financeiros - Classificação e mensuração	12/11/2009	01/01/2013	Não
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	30/11/2006	29/03/2009	Sim
IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis	03/07/2008	01/01/2010	Sim
IFRIC 16 – Cobertura de investimentos em moeda estrangeira	03/07/2008	01/07/2009	Sim
IFRIC 17 – Distribuição de activos não monetários a accionistas	27/11/2008	01/11/2009	Sim
IFRIC 18 – Transferência de activos por clientes	29/01/2009	01/11/2009	Sim
IFRIC 19 – Extinguir passivos financeiros através de instrumentos de Capital Próprio	25/11/2009	01/07/2010	Sim
Revisões			
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas	04/11/2009	01/01/2011	Sim
IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas	10/01/2008	01/07/2009	Sim
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	27/11/2008	01/01/2010	Sim
IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais	10/01/2008	01/07/2009	Sim
Melhoramentos			
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007-2009	16/04/2009	01/01/2010	Sim

⁽¹⁾ Exercícios iniciados em ou após a data referida.

Em 31 de Dezembro de 2010, com excepção das normas de aplicação obrigatória em 2010, o Grupo não se encontra a aplicar qualquer das normas acima referidas, sendo que a aplicação das mesmas não produzirá, segundo o Conselho de Administração, efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas no período da sua primeira aplicação.

Os impactes mais significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Mota-Engil em 31 de Dezembro de 2010 decorrentes da adopção das normas de aplicação obrigatória em 2010 encontram-se resumidos abaixo:

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de actividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

A aplicação desta interpretação veio introduzir algumas alterações face às disposições e interpretações das normas que estavam em vigor, cujo impacte nas demonstrações financeiras das empresas concessionárias do Grupo ocorreram maioritariamente:

- (i) na reclassificação para a rubrica de activos intangíveis de parte dos activos concessionados em que as empresas concessionárias do Grupo possuíam e possuem um direito de exploração dos mesmos e em que as mesmas assumem o risco de procura da operação (modelo intangível);
- (ii) na reclassificação para rubricas de contas a receber de parte dos activos concessionados em que as empresas concessionárias do Grupo possuíam e possuem um direito incondicional a receber valores pré-determinados e em que as mesmas não assumem o risco de procura da operação (modelo financeiro); e
- (iii) no reconhecimento em resultados financeiros da maioria dos proveitos inerentes aos activos classificados como contas a receber, os quais até à data de aplicação obrigatória desta Interpretação eram registados maioritariamente em rubricas de proveitos operacionais.

Devido à aplicação desta norma, o Grupo Mota-Engil procedeu, nas suas contas consolidadas, a uma reexpressão dos saldos de abertura dos activos, passivos, proveitos e custos. Desta forma, as rubricas das demonstrações financeiras foram apresentadas com os comparativos reexpressos com a incorporação de tais efeitos.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta Interpretação veio abordar a forma sobre como se deve avaliar se um acordo de construção de um imóvel se encontra no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rêdito e como o correspondente rêdito associado a tais operações deve ser reconhecido. A aplicação desta Interpretação veio introduzir algumas alterações no reconhecimento dos resultados associados aos empreendimentos imobiliários construídos e promovidos pelo Grupo. Devido à aplicação desta norma, o Grupo Mota-Engil procedeu, nas suas contas consolidadas, a uma reexpressão dos saldos de abertura dos activos, passivos, custos e proveitos.

Adicionalmente, em 2010, de forma a transmitir uma imagem mais fiel e apropriada da posição financeira do Grupo Mota-Engil, bem como dos resultados das suas operações, o Grupo procedeu à alteração do método de consolidação dos interesses financeiros que detinha em empresas conjuntamente controladas (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial) pelas razões abaixo enumeradas:

- O IASB (“International Accounting Standard Board”), entidade que procede ao estudo e revisão sistemática das normas IAS/IFRS, publicou a este propósito em Setembro de 2007 o “Exposure Draft” n.º 9 (ED9) no qual era proposta a eliminação do método de consolidação proporcional no registo de empreendimentos conjuntamente controlados, na medida em que nestas situações as entidades participantes não dispunham individualmente do controlo efectivo da sua quota-parte dos activos ou não eram responsáveis pela quota-parte dos respectivos passivos. Desta forma, tal ED9 recomendava a adopção do método da equivalência patrimonial em substituição do método de consolidação proporcional.
- Adicionalmente, dado que o Grupo Mota-Engil partilha os fundamentos explicitados em tal “Exposure Draft”, o qual é convergente igualmente com o normativo contabilístico americano, e dado que o método da equivalência patrimonial era um tratamento alternativo já permitido pela IAS 31, o mesmo decidiu alterar a forma de consolidação dos interesses financeiros que detinha em empresas conjuntamente controladas com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, tendo, para tal, efectuado a respectiva reexpressão das suas demonstrações financeiras consolidadas de períodos anteriores de acordo com as disposições previstas na IAS 8.

As empresas conjuntamente controladas, cujos interesses financeiros detidos pelo Grupo Mota-Engil estão a ser contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial, encontram-se referidas na Nota 20.

Os principais impactes nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2009 resultantes da adopção da IFRIC 12, da IFRIC 15 e da alteração do método da consolidação das empresas conjuntamente controladas pode ser resumido como segue:

BALANÇO	2009 EURO	IFRIC 12	IFRIC 15	ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	2009 REEXPRESSO EURO
Activo					
Não corrente	2.771.200.251	54.418.401	(648.617)	(1.379.480.129)	1.445.489.906
Corrente	1.842.930.627	(3.646.233)	(2.282.068)	(378.594.812)	1.458.407.514
Total do Activo	4.614.130.878	50.772.168	(2.930.685)	(1.758.074.941)	2.903.897.420
Passivo					
Não corrente	2.252.090.807	29.949.456	-	(1.403.217.328)	878.822.935
Corrente	1.985.948.779	1.256.373	-	(354.941.405)	1.632.263.747
Total do Passivo	4.238.039.586	31.205.829	-	(1.758.158.733)	2.511.086.682
Capital Próprio					
Capital Próprio atribuível ao Grupo	328.329.691	17.210.108	(2.930.685)	-	342.609.114
Total do Capital Próprio	376.091.292	19.566.339	(2.930.685)	83.792	392.810.738
Total do Capital Próprio e Passivo	4.614.130.878	50.772.168	(2.930.685)	(1.758.074.941)	2.903.897.420

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2009 EURO	IFRIC 12	IFRIC 15	ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	2009 REEXPRESSO EURO
Vendas e prestações de serviços	2.131.244.582	(729.842)	(11.332.995)	140.449.006)	1.978.732.739
Resultado bruto	1.014.165.169	(640.137)	(2.282.068)	118.677.846)	892.565.118
Fornecimentos e serv. externos, custos com o pessoal e outros proveitos / (custos) oper.	(709.810.478)	142.706	-	13.370.867	(696.296.905)
Amortizações, provisões e perdas de imparidade	(131.996.476)	2.769.496	-	45.452.257	(83.774.723)
Resultado operacional	172.358.215	2.272.065	(2.282.068)	(59.854.722)	112.493.490
Resultado financeiro	(115.454.862)	(1.105.495)	-	68.724.386	(47.835.971)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses que não controlam	8.174.069	519.257	-	1.253.475	9.946.801
ao Grupo	71.738.092	3.805.071	(2.930.685)	-	72.612.478

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010, como resultado da alteração do método de consolidação das empresas conjuntamente controladas (do método proporcional para o método da equivalência patrimonial) deixaram de ser consolidados nas demonstrações financeiras anexas aproximadamente 2 mil milhões de euros de activos e passivos, bem como aproximadamente duzentos milhões de euros de proveitos e custos.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euro por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas em euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na alínea xvi) dos Principais critérios valorimétricos desta Nota. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu conhecimento à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração do Grupo adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados, os quais estão descritos na alínea xxvi) dos Principais critérios valorimétricos desta Nota.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

BASES DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido dessas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada (na rubrica de capitais próprios) e na demonstração dos resultados consolidados (incluída nos resultados líquidos consolidados), respectivamente, nas sub-rubricas de interesses minoritários.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente

reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua tomada de controlo ou até à data da sua venda (cedência de controlo).

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico (SPE), ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam entidades nesta situação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeira e operacional da associada - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial, na rubrica investimentos financeiros em equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os activos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso/(défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva ("Goodwill"), sendo adicionada ao valor do investimento financeiro, ou, no caso de défice e de este se manter após reconfirmação do processo de valorização do justo valor, na demonstração de resultados do exercício.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir, estas são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando, nesses casos, uma provisão, para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

c) Empreendimentos conjuntamente controlados

A partir 1 de Janeiro de 2010, os interesses financeiros em empresas conjuntamente controladas foram consolidadas nas demonstrações financeiras anexas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de

aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Adicionalmente, os Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE), que se dedicam maioritariamente à actividade de construção, foram considerados nas demonstrações financeiras anexas pelo método da consolidação proporcional desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas controladas conjuntamente é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efectiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre entidades conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo nos períodos apresentados são os seguintes:

i) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do Grupo (subsidiárias), acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Goodwill” e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas associadas e empresas controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são mantidas na rubrica “Investimentos Financeiros em Equivalência Patrimonial” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados.

Adicionalmente, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reserva de conversão cambial”.

As diferenças de consolidação positivas geradas antes da data de transição para IFRS mantêm-se registadas pelo valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, tendo sido objecto de testes de imparidade naquela data. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista no IFRS1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, a Mota-Engil SGPS não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 – Efeitos de Alteração de Taxas de Câmbio às diferenças de consolidação positivas geradas antes de 1 de Janeiro de 2004, pelo que, a partir dessa data, passou a mensurar tais diferenças de consolidação na moeda de reporte das suas participadas pelo valor equivalente de euro naquela data.

O Grupo, numa base de transacção a transacção (para cada concentração de actividades empresariais), optará por mensurar qualquer interesse que não controla na adquirida ou pelo justo valor ou pela parte proporcional do interesse que não controla dos activos líquidos identificáveis da adquiri-

da. Até 1 de Janeiro de 2010, os interesses que não controlam eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de “Goodwill”, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transacções de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacte na rubrica de “Goodwill” ou em resultados.

No momento em que uma transacção de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os activos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de Janeiro de 2004, o “Goodwill” era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de “Amortizações” do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”, o Grupo suspendeu a amortização do “Goodwill”, sujeitando o mesmo a testes de imparidade.

Anualmente e com referência à data de encerramento de contas, a Mota-Engil SGPS procede à realização de testes formais de imparidade às mesmas. Sempre que o montante pelo qual se encontra registada a diferença de consolidação positiva seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance de partes de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

ii) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo, se possa medir razoavelmente o seu valor e se o Grupo possuir o controlo sobre os mesmos.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente pelos direitos de exploração de concessões (decorrentes da adopção da IFRIC 12 e dos processos de imputação de justo valor aos activos adquiridos em processos de concentrações empresariais), as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o período de vigência das mesmas, e por *software*, o qual é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período entre três e seis anos.

As despesas de investigação são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas, enquanto as despesas de constituição e com aumentos de capital são deduzidas ao capital próprio.

iii) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são efectuadas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira ma-

terialmente do justo valor do respectivo imóvel. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada na demonstração da posição financeira, o Grupo, por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. Por razões de funcionamento dos respectivos mercados, o Grupo optou por não aplicar esta política aos imóveis detidos em países africanos, em alguns países da Europa Central e no Peru, registando os mesmos pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos imóveis para uso próprio são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um activo tangível que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida do resultado líquido do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, actualmente variando entre 20 e 50 anos, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

Os imóveis em construção por parte do Grupo, nomeadamente em Angola, são registados ao custo de produção, que inclui os custos dos materiais consumidos, os custos com o pessoal incorridos e outros custos, sendo aquele inferior ao respectivo valor estimado de realização.

iv) Terrenos afectos à exploração de pedreiras

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras, bem como alguns custos relacionados (despesas suportadas com o licenciamento e arranque das pedreiras e os custos a incorrer com a recuperação paisagística das mesmas) são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada na demonstração da posição financeira, o Grupo, por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. As avaliações são efectuadas periodicamente, por técnicos externos especializados, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor da respectiva pedreira. A depreciação de tais activos é efectuada de acordo com o nível de inertes extraído anualmente considerando o valor residual da pedreira no final da extracção.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos terrenos afectos à exploração de pedreiras são registados por contrapartida de capital próprio. Quando a pedreira que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeita a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida do resultado líquido do exercício.

v) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2003 encontram-se registados ao seu custo considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os outros activos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os activos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do Grupo, e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pelo Grupo, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de activos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes às aquelas em que o activo será usado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamentos:

Equipamento básico (excluindo o afecto a concessões)	3 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6

Outros activos tangíveis 3 a 10

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos tangíveis incorridas pelo Grupo são adicionadas aos respectivos activos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de “Outros custos operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As depreciações e amortizações dos activos tangíveis e intangíveis são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações”, na demonstração de resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos activos tangíveis são efectuadas de forma prospectiva.

vi) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação; e como (ii) locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os activos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas alíneas iii) e v) acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos tangíveis são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido (nomeadamente terrenos detidos na Europa Central para um futuro uso corrente indeterminado) e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor, determinado pela avaliação anual efectuada por entidades especializadas independentes ou de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento. Por razões de funcionamento do mercado angolano, o Grupo optou por não aplicar esta política às propriedades de investimento detidas nesse país, registando as mesmas pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou quaisquer perdas de imparidade acumuladas. No final do exercício de 2010, o Grupo já não detinha propriedades de investimento em Angola.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados do exercício a que se referem.

viii) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos. Para que tais activos sejam objecto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer previsivelmente num período de 12 meses, conforme estabelecido no IFRS 5 – Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

ix) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros:

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: “Investimentos registados ao justo valor através dos resultados”, “Empréstimos e contas a receber”, “Investimentos detidos até ao vencimento” e “Investimentos disponíveis para venda”. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base semestral.

- Investimentos registados ao justo valor através dos resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: “activos financeiros detidos para negociação” e “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se adquirido com o propósito de ser vendido no curto-prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço;
- Empréstimos e contas a receber: empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida. Os “empréstimos e contas a receber” são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em

ambos os casos, esta categoria aparece na demonstração da posição financeira, incluída nas rubricas de “Clientes” e “Outros devedores”;

- Investimentos disponíveis para venda: incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço. Os “investimentos registados a justo valor através dos resultados” são classificados como investimentos correntes. Os “investimentos disponíveis para venda” são classificados como não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de “Reservas de justo valor – investimentos disponíveis para venda” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e tal situação seja considerada uma perda de imparidade significativa ou permanente, momento em que o ganho ou a perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados(as) na demonstração dos resultados do exercício.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados a justo valor através de resultados” são registados na demonstração de resultados do exercício.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação, como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes activos, indícios objectivos de imparidade podem incluir:

- dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo Grupo;
- probabilidade elevada de que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os activos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado, o montante da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva inicial.

O valor contabilístico dos activos financeiros é reduzido directamente pelas perdas de imparidade detectadas, com excepção das contas a receber de clientes e outros devedores em que o Grupo constitui uma conta de “Perdas de imparidade acumuladas” específica para as mesmas. Quando uma conta a receber de clientes e outros devedores é considerada como incobrável a mesma é anulada por contrapartida da conta de “Perdas de imparidade acumuladas”. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e outros devedores anuladas das demonstrações financeiras são registados a crédito na demonstração de resultados do exercício. Alterações ocorridas nas “Perdas de imparidade acumuladas” são registadas na demonstração de resultados do exercício.

Com excepção dos “Investimentos disponíveis para venda”, se, num exercício subsequente, ocorrer uma diminuição das perdas de imparidade acumuladas e se esse decréscimo se dever objectivamente a um evento posterior à data de reconhecimento de tal imparidade, esse decréscimo é registado através da demonstração de resultados do exercício até ao limite da Perda de imparidade acumulada existente.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Todos os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, considerando sempre eventuais perdas por imparidade no caso de existirem provas objectivas das mesmas. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor desses investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os dividendos recebidos relativos a instrumentos de capital próprio classificados como “Investimentos disponíveis para Venda” são reconhecidos na demonstração de resultados no exercício em que o direito a receber os mesmos foi estabelecido.

b) Clientes e outros devedores

As dívidas de “Clientes” e as de “Outros devedores” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objec-

tivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são semelhantes às condições estabelecidas para os empréstimos contratados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efectiva, são reconhecidas na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica “Reservas de justo valor – derivados”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta os resultados.

A contabilização dos instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento financeiro derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica “Reservas de justo valor – derivados” são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados que embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica não cumprem todas as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração no que respeita à possibilidade de qualificação para contabilização como de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

g) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica “Outras reservas”.

h) Letras descontadas e contas a receber cedidas em *factoring*

O Grupo desreconhece activos financeiros das suas demonstrações financeiras unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais activos expiraram ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com excepção das operações de sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo por contrapartida da rubrica “Credores diversos” até ao momento do recebimento das mesmas.

x) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

xi) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

xii) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes”.

xiii) Rédito

O rédito é registado pelo justo valor dos activos recebidos ou a receber, líquido de descontos e das devoluções expectáveis.

a) Reconhecimento de custos e proveitos em obras em curso

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados são contabilizadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Relativamente aos contratos de construção executados por empresas/sucursais localizadas em países africanos, os proveitos são registados com base nos autos de medição dos trabalhos realizados, sendo as diferenças positivas ou negativas face à facturação efectuada calculadas contrato a contrato e apresentadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”. O impacto da adopção desta política face à descrita no parágrafo acima não produz efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

b) Obras de construção civil e obras públicas de curta duração

Nestes contratos de prestação de serviços, o Grupo reconhece os proveitos e custos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

c) Reconhecimento de custos e proveitos na actividade imobiliária

Os custos relevantes com os empreendimentos imobiliários são apurados tendo em conta os custos directos de construção, assim como todos os custos associados à elaboração de projectos e licenciamento das obras. Os custos imputáveis ao financiamento, à supervisão e à fiscalização do empreendimento são também adicionados ao custo dos empreendimentos imobiliários, desde que estes se encontrem em curso.

Considera-se, para efeito de capitalização de encargos financeiros e encargos com a supervisão e fiscalização do empreendimento, que o mesmo está em curso se aguardar decisão das autoridades envolvidas ou se se encontrar em construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases, o mesmo é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.

De acordo com a IFRIC 15, as vendas da actividade imobiliária são reconhecidas quando são transferidos substancialmente todos os riscos associados ao activo para o comprador (ou seja, no momento da celebração da escritura do imóvel).

xiv) Custos com a preparação de propostas

Os custos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, em virtude de o desfecho da proposta não ser controlável.

xv) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem basicamente a obras de construção e beneficiação, executadas pelas próprias empresas, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem despesas com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Tais despesas são objecto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os activos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os activos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

xvi) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os activos e passivos das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras do Grupo são convertidos para euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço. Os custos e proveitos, bem como os fluxos de caixa são igualmente convertidos para euro à taxa média anual. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão cambial". No momento da alienação de tais entidades estrangeiras, as diferenças de conversão cambiais acumuladas são registadas na demonstração de resultados do exercício.

As diferenças cambiais associadas a contas receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida ou seja expectável de ocorrer (investimento líquido em unidades operacionais estrangeiras) são registadas na demonstração consolidada do rendimento integral e transferidas para a demonstração de resultados do exercício quando tais contas a receber/pagar forem amortizadas/alienadas/liquidadas.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos para o justo valor dos activos e passivos de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço.

As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

xvii) Impostos sobre o rendimento

A Mota-Engil é abrangida, desde Janeiro de 2010, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo.

O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nessas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

xviii) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou associados a projectos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização, o final de produção ou construção do activo, ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

xix) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor actual dos mesmos.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

xx) Pensões

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos, atribuídos a alguns ex-funcionários e actuais funcionários do Grupo, são apuradas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

xxi) Subsídios atribuídos pelo Estado

Os subsídios atribuídos para financiar acções de formação de pessoal são reconhecidos como proventos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração dos resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Os subsídios atribuídos para financiar investimentos em activos tangíveis são registados como proventos diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vida útil estimado para os bens subsidiados.

xxii) Imparidade/ajustamento de activos que não “Goodwill”

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e consequentemente o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

A evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

No caso dos inventários, quaisquer reduções para o seu valor realizável líquido são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

Para o “Goodwill” e para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada, essencialmente, com base nas últimas projecções financeiras existentes sobre tais activos.

xxiii) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os activos e passivos por impostos diferidos e as “Provisões” são classificados como activos e passivos não correntes (Nota 13. Impostos sobre o Rendimento e Nota 29. Provisões, respectivamente).

xxiv) Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xxv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

xxvi) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis, nomeadamente terrenos, edifícios e pedreiras;
- Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação e aos activos intangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xxvii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do

método directo. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo das empresas concessionárias afectos ao serviço da dívida.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

xxviii) Gestão dos capitais investidos

A gestão do capital no Grupo Mota-Engil é levada a cabo com o fundamental objectivo de garantir a continuidade das operações do Grupo, procurando maximizar a criação de valor para os seus accionistas, nomeadamente através da adopção de uma estrutura de capitais empregues eficiente, por via da optimização no seu balanço do rácio entre capitais próprios e capitais alheios.

Assim, a estrutura de capitais do Grupo compreende os capitais próprios atribuíveis aos accionistas, o endividamento com recurso, o endividamento sem recurso e ainda os montantes disponíveis em caixa e seus equivalentes.

Os capitais próprios atribuíveis aos accionistas compreendem o capital social da Mota-Engil SGPS, totalmente subscrito e realizado, no montante de 204.635.695 euros, representado por 204.635.695 acções ordinárias com o valor nominal de um euro, admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários regulado da Euronext Lisbon. Compreendem também todas as reservas de capital acumuladas pelo Grupo, nomeadamente as legalmente impostas, as reservas constituídas de forma livre, reservas por reavaliações de activos, reservas por conversão cambial e outras reservas com origem na consolidação das sociedades do Grupo. Por fim, incluem ainda os resultados de anos anteriores não distribuídos aos accionistas.

O endividamento do Grupo tem, genericamente, duas origens diferentes: endividamento com recurso e endividamento sem recurso. Estas duas categorias distinguem-se pelo tipo de responsabilidade assumida pelo Grupo perante o cumprimento da obrigação de fazer face ao seu pagamento. Por um lado, enquanto a dívida com recurso assumida por uma qualquer sociedade do Grupo é exigível ao accionista desta, a dívida sem recurso, assumida exclusivamente no âmbito de negócios concessionados financiados em regime de *project finance*, é apenas exigível à sociedade que a contraiu, e, portanto, apenas os activos desta respondem pelo seu pagamento.

A estrutura de maturidade do endividamento é adequada às características dos activos que financia, privilegiando maturidades de longo prazo para fazer face, sobretudo, a investimentos de carácter de permanência no Grupo.

Os requisitos de capital impostos externamente ao Grupo podem ter origem legal, contratual ou de acesso a mercados.

O principal requisito legal de capital é colocado pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, ao impor que o capital próprio de uma sociedade deve ser superior a metade do seu capital social. No Grupo Mota-Engil não existem casos de incumprimento continuado desta norma, uma vez que, nos casos em que pontualmente o seu cumprimento possa ser posto em causa, são adoptadas as medidas que, aplicadas ao caso concreto, se mostrem as mais adequadas.

Os requisitos de capital impostos contratualmente estão sobretudo presentes em contratos de financiamento bancário. Assim, são por vezes definidos, em operações de financiamento de maior relevância, *covenants* associados a rácios que relacionam a estrutura de capitais e a rentabilidade

operacional do Grupo. Estas cláusulas contratuais são definidas em resultado de negociações com as entidades financiadoras e em toda a história do Grupo não há nenhuma incidência de rompimento destes contratos com base no seu incumprimento.

Grande parte das actividades desenvolvidas pelo Grupo Mota-Engil decorrem em estreita relação com o sector público dos diversos países em que está presente. Seja na construção de obras públicas, seja na obtenção de licenças de construção, exploração e manutenção de infra-estruturas públicas, o Grupo enfrenta condições de acesso a esses mercados que são fortemente regulamentadas e fiscalizadas. Algumas das condições de acesso a estes mercados impõem comprovada capacidade e robustez financeira do concorrente, sem a qual ele se vê excluído deles. O Grupo Mota-Engil tem especial preocupação em cumprir os requisitos habitualmente impostos por esta via e, com efeito, tem sido capaz de fazer deste aspecto um dos seus pontos fortes face à sua principal concorrência, sendo esta uma vantagem competitiva que apresenta face a rivais em concurso em grandes projectos nacionais e internacionais.

xxix) Gestão dos riscos financeiros

A gestão que o Grupo efectua dos riscos financeiros em que incorre está exposta no ponto 5 do relatório de gestão, incluído neste Relatório e Contas.

Em 31 de Dezembro de 2010, as empresas incluídas na consolidação e respectivos métodos de consolidação, sedes, percentagem efectiva de participação, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são tal como se apresenta no Apêndice A.

As principais alterações ocorridas no perímetro da consolidação durante o exercício de 2010 encontram-se referidas na Nota 36. Alterações de perímetro.

2. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	2010	2009 REEXPRESSO	2009
Vendas de mercadorias	41.051.593	58.407.245	70.199.023
Vendas de produtos	80.339.491	84.783.837	96.014.279
Prestações de serviços	1.883.159.818	1.885.541.657	1.965.031.280
	2.004.550.502	1.978.732.739	2.131.244.582

3. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não se verificou nenhuma descontinuação significativa nas actividades do Grupo.

O Grupo serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte da informação por segmentos operacionais.

O Grupo está organizado em duas áreas de negócio principais – Engenharia e Construção e Ambiente e Serviços – as quais são coordenadas e apoiadas pela Mota-Engil SGPS e pela Mesp.

O segmento “Engenharia & Construção” inclui as actividades de construção, obras públicas e promoção imobiliária.

O segmento “Ambiente & Serviços” engloba, basicamente, as empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, as empresas de água e saneamento básico e as empresas de operação portuária.

Os valores relativos à Mota-Engil SGPS, à Mesp e às sociedades do Grupo da área do Turismo estão incluídos na linha “Outros, eliminações e intragrupo”, a qual inclui também os montantes relativos aos fluxos e saldos entre os segmentos operacionais.

Em 2010, o Grupo procedeu à alteração do método de consolidação dos seus interesses financeiros em empresas conjuntamente controladas, passando a consolidar os mesmos através do Método da Equivalência Patrimonial (em alternativa à consolidação proporcional). Esta alteração provocou um maior impacto nas empresas concessionárias de infra-estruturas de transportes, as quais se encontram dentro do âmbito do projecto Ascendi (parceria com o Grupo BES e, portanto, consideradas como empresas conjuntamente controladas). Nestas circunstâncias, e uma vez que os balanços e as demonstrações de resultados destas empresas deixaram de ser integrados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da consolidação proporcional, a área de Concessões de Transportes deixou de ser um segmento relatable.

4. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

A informação financeira por segmentos operacionais pode ser analisada como segue:

2010	Engenharia & Construção	Ambiente & Serviços	Concessões de transportes	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços	1.599.023.363	410.056.169	-	(4.528.630)	2.004.550.902
EBITDA	162.493.522	80.776.843	-	(5.976.476)	237.293.889
Amortizações	(54.664.597)	(29.784.034)	-	(1.931.158)	(86.379.789)
Resultado operacional	94.520.925	46.832.721	-	(9.607.635)	131.746.011
Resultado financeiro líquido	(18.744.732)	(23.563.524)	-	(8.619.337)	(50.927.593)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	(1.809.670)	(1.716.451)	-	11.032.308	7.506.187
Imposto sobre o rendimento	(9.623.763)	(12.465.306)	-	3.121.152	(18.967.917)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses que não controlam	21.604.079	9.166.568	-	1.635.367	32.406.014
ao Grupo	42.738.681	(79.129)	-	(5.708.878)	36.950.674

2009 reexpresso	Engenharia & Construção	Ambiente & Serviços	Concessões de transportes	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços	1.654.265.892	328.820.057	-	(4.353.210)	1.978.732.739
EBITDA	130.127.732	66.819.732	-	(679.251)	196.268.213
Amortizações	(50.996.542)	(24.299.013)	-	(2.074.245)	(77.369.800)
Resultado operacional	74.831.723	40.415.263	-	(2.753.496)	112.493.490
Resultado financeiro líquido	(21.191.706)	(18.677.325)	-	(7.966.940)	(47.835.971)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	6.615.829	(1.500.750)	-	36.313.508	41.428.587
Imposto sobre o rendimento	(16.014.666)	(8.927.321)	-	1.415.160	(23.526.827)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses que não controlam	367.786	8.835.166	-	743.849	9.946.801
ao Grupo	43.224.778	2.474.704	-	26.912.996	72.612.478

2009	Engenharia & Construção	Ambiente & Serviços	Concessões de transportes	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços	1.693.864.575	333.482.305	117.488.400	(13.590.698)	2.131.244.582
EBITDA	134.152.064	66.308.914	104.961.816	(1.068.103)	304.354.691
Amortizações	(52.465.085)	(27.594.361)	(43.651.934)	(2.074.484)	(125.785.864)
Resultado operacional	77.627.200	36.597.105	61.276.496	(3.142.586)	172.358.215
Resultado financeiro líquido	(22.152.456)	(18.145.345)	(67.189.468)	(7.967.593)	(115.454.862)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	7.343.241	492.660	2.209.195	40.523.200	50.568.297
Imposto sobre o rendimento	(16.294.735)	(8.510.051)	(4.237.732)	1.483.029	(27.559.489)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses que não controlam	367.786	8.315.909	(1.135.218)	625.592	8.174.069
ao Grupo	46.155.463	2.118.462	(6.806.291)	30.270.458	71.738.092

Em 31 de Dezembro de 2010, as vendas e prestações de serviços efectuadas entre segmentos de negócio estão incluídas na linha “Outros, Eliminações e intragrupo” e são imateriais.

Os ganhos/(perdas) em empresas associadas no exercício de 2010 justificam-se, essencialmente, pelo efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro detido na Martifer, SGPS, SA e na Ascendi Group, SGPS, S.A.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as vendas intragrupo foram efectuadas a preços semelhantes aos praticados para as vendas a clientes externos.

O activo líquido total e o passivo do Grupo por segmentos primários podem ser analisados como segue:

	ACTIVO			PASSIVO		
	2010	2009 REEXPRESSO	2009	2010	2009 REEXPRESSO	2009
Engenharia & Construção	2.264.388.898	1.832.161.271	1.875.362.462	1.865.575.135	1.546.588.209	1.589.789.400
Ambiente & Serviços	948.215.590	788.791.518	794.814.636	880.156.460	714.807.922	719.619.845
Concessões de transportes	-	-	1.799.250.437	-	-	1.738.154.900
Outros, eliminações e intragrupo	243.561.696	282.944.631	144.703.343	229.704.690	249.690.551	190.475.441
	3.456.166.184	2.903.897.420	4.614.130.878	2.975.436.285	2.511.086.682	4.238.039.586

O investimento e as amortizações do Grupo por segmentos primários são como segue:

	INVESTIMENTO LÍQUIDO			AMORTIZAÇÕES		
	2010	2009 REEXPRESSO	2009	2010	2009 REEXPRESSO	2009
Engenharia & Construção	74.534.000	113.203.513	114.205.076	54.664.597	50.996.542	52.465.085
Ambiente & Serviços	83.342.573	84.376.125	86.973.011	29.784.034	24.299.013	27.594.361
Concessões de transportes	-	-	320.052.879	-	-	43.651.934
Outros, eliminações e intragrupo	3.177.427	884.057	(4.773.935)	1.931.158	2.074.245	2.074.484
	161.054.000	198.463.695	516.457.031	86.379.789	77.369.800	125.785.864

A actividade do Grupo está internacionalizada, marcando presença na Península Ibérica, na Europa Central (nomeadamente, na Polónia, Hungria, República Checa, Roménia e Eslováquia), em África (nomeadamente, em Angola, Moçambique, Malawi, Benim, Argélia, Cabo Verde e Chade), na América do Norte (EUA) e América do Sul (Peru, México e Venezuela). Assim, definem-se três grandes segmentos geográficos de actuação: Península Ibérica, Europa Central e África & América.

As vendas e prestações de serviços por segmentos geográficos podem ser analisadas como segue:

	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
	2010	2009 REEXPRESSO	2009
Península Ibérica	1.030.392.529	1.383.897.028	1.522.004.078
Europa Central	241.305.923	291.279.181	294.281.626
África & América	750.403.673	551.090.688	569.495.408
Outros, eliminações e intragrupo	(17.551.223)	(247.534.158)	(254.536.530)
	2.004.550.502	1.978.732.739	2.131.244.582

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as vendas e prestações de serviços do Grupo foram efectuadas a um leque alargado de clientes, sendo que nenhum dos mesmos representa mais de 10% do volume de negócios total do Grupo.

Os activos detidos e os investimentos efectuados por segmentos geográficos podem ser analisados como segue:

	ACTIVO			PASSIVO		
	2010	2009 REEXPRESSO	2009	2010	2009 REEXPRESSO	2009
Península Ibérica	2.465.855.192	2.573.393.579	4.428.208.861	126.127.665	225.824.255	399.879.602
Europa Central	364.106.855	310.945.652	323.068.657	14.045.426	47.078.504	47.078.504
África & América	1.140.209.925	613.943.438	733.399.327	20.880.720	20.069.396	95.454.289
Outros, eliminações e intragrupo	(514.005.788)	(594.385.249)	870.545.967	189	(94.508.460)	(25.955.364)
	3.456.166.184	2.903.897.420	4.614.130.878	161.054.000	198.463.695	516.457.031

5. CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SUBCONTRATOS

O custo das mercadorias, das matérias consumidas e dos subcontratos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisado como segue:

2010	Mercadorias	Matérias-primas, sub-sidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	52.628.190	50.069.303	102.697.493
Variação de perímetro, transf. e regul.	(26.029.305)	(596.238)	(26.625.543)
Compras	23.577.592	317.958.386	341.535.978
Inventário final	(38.286.426)	(47.947.573)	(86.233.999)
	11.890.051	319.483.878	331.373.929
Subcontratos			844.319.977
Custo das mercadorias e dos subcontratos			1.175.693.906

2009 reexpresso	Mercadorias	Matérias-primas, sub-sidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	56.640.111	64.240.582	120.880.693
Variação de perímetro, transf. e regul.	(146.548)	(3.750)	(150.298)
Compras	21.756.947	328.279.808	350.036.755
Inventário final	(52.628.190)	(50.069.303)	(102.697.493)
	25.622.320	342.447.337	368.069.657
Subcontratos			878.644.414
Custo das mercadorias e dos subcontratos			1.246.714.071

2009	Mercadorias	Matérias-primas, sub-sidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	56.640.111	64.240.582	120.880.693
Variação de perímetro, transf. e regul.	(146.548)	(3.750)	(150.298)
Compras	38.452.341	336.031.080	374.483.421
Inventário final	(54.081.697)	(52.524.857)	(106.606.554)
	40.864.207	347.743.055	388.607.262
Subcontratos			891.814.578
Custo das mercadorias e dos subcontratos			1.280.421.840

Em 31 de Dezembro de 2010, as transferências ocorridas na rubrica “Mercadorias” justificam-se pela transferência de inventários de um edifício destinado a arrendamento para a rubrica “Propriedades de Investimento” (ver Nota 22), para o qual, durante o exercício, o Grupo celebrou um contrato promessa de arrendamento com uma entidade terceira.

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Rendas e alugueres	110.075.410	118.445.176	123.540.738
Trabalhos especializados	51.294.119	63.215.492	69.160.849
Transportes, deslocações e estadias	40.907.708	47.118.930	48.811.225
Conservação e reparação	32.471.384	28.028.721	31.793.157
Combustíveis	18.571.860	15.896.847	16.338.260
Seguros	10.342.994	11.663.148	12.973.514
Comissões e honorários	7.641.397	10.261.968	11.497.525
Água e electricidade	8.008.271	8.688.197	9.376.614
Utensílios e material de escritório	10.705.961	7.731.673	8.016.145
Vigilância e segurança	8.014.909	7.244.444	7.425.955
Comunicações	6.388.499	5.108.121	5.467.707
Publicidade e propaganda	2.637.415	1.905.442	2.146.497
Outros fornecimentos e serviços	33.360.098	34.233.314	36.232.198
	340.420.025	359.541.473	382.780.384

6. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Incluído na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes de 11.260.887 euros e 7.153.210 euros, respectivamente, relativos a rendas de operações de *leasing* operacional.

As rendas de locação operacional vincendas são como seguem:

ANO DE VENCIMENTO	2010	2009 reexpresso	2009
1 ano	11.294.669	7.014.928	7.174.670
Entre 2 e 5 anos	17.320.401	8.983.687	8.983.687
mais de 5 anos	2.367.800	3.108.634	3.108.634
	30.982.870	19.107.249	19.266.991

Os principais contratos de locação operacional do Grupo respeitam, essencialmente, ao arrendamento de instalações e ao aluguer de viaturas e equipamento informático.

7. CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

ANO DE VENCIMENTO	2010	2009 reexpresso	2009
Remunerações	279.196.220	242.997.000	252.937.725
Encargos sociais:			
Pensões e outros benefícios concedidos	1.231.040	1.656.699	1.656.828
Outros	78.159.544	69.347.712	71.571.506
	358.586.804	314.001.411	326.166.059

As responsabilidades com Planos de Pensões e Reforma encontram-se detalhadas na Nota 32.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros” inclui, essencialmente, os custos suportados com a Segurança Social, subsídios de refeição e doença e seguros de acidentes de trabalho.

Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo pode ser analisado como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Administradores	126	143	170
Empregados	8.417	7.993	8.240
Assalariados	10.861	10.845	10.892
	19.404	18.981	19.302
Empresas nacionais	8.123	8.862	9.063
Empresas estrangeiras	5.221	3.876	3.996
Sucursais	6.060	6.243	6.243
	19.404	18.981	19.302

Os outros proveitos e custos operacionais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Donativos	(1.192.718)	(2.174.372)	(2.213.192)
Ganhos/(perdas) na alienação de activo tangível	4.801.721	1.556.669	1.557.066
Impostos	(17.585.165)	(14.322.464)	(15.582.925)
Subsídios à exploração	1.617.629	949.764	964.849
Trabalhos para a própria empresa	6.407.007	3.178.647	32.434.796
Outros proveitos/(custos)	(8.362.899)	(11.942.265)	(18.024.629)
	(14.314.425)	(22.754.021)	(864.035)

8. OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS) OPERACIONAIS

A rubrica “Trabalhos para a própria empresa” inclui, essencialmente, os valores relativos à construção de projectos imobiliários desenvolvidos pelo Grupo.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Amortizações do exercício em activo intangível:			
Despesas de desenvolvimento	289.365	1.281.109	1.651.014
Software e outros direitos	1.743.193	2.183.687	2.193.541
Licenças de exploração de concessões	9.933.081	6.759.788	1.731.557
	11.965.639	10.224.584	5.576.112
Amortizações do exercício em activo tangível:			
Terrenos e edifícios	6.592.870	5.401.280	10.792.685
Equipamentos			
Engenharia & Construção	49.792.320	45.233.232	46.368.348
Ambiente & Serviços	16.663.226	12.433.258	15.562.523
Concessões de Transportes	-	-	43.376.774
Outros e eliminações	416.437	290.344	290.525
	66.871.983	57.956.834	105.598.170
Outros activos tangíveis	949.297	3.787.102	3.818.897
	74.414.150	67.145.216	120.209.752
	86.379.789	77.369.800	125.785.864

9. AMORTIZAÇÕES

10. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Provisões (Nota 29. Provisões)			
Engenharia & Construção	11.494.714	3.135.464	3.239.093
Ambiente & Serviços	2.648.371	1.452.032	1.452.032
	14.143.085	4.587.496	4.691.125
Perdas de imparidade			
em inventários (Nota 23. Inventários)			
Engenharia & Construção	222.803	1.294.040	1.295.736
Ambiente & Serviços	-	56.941	56.941
	222.803	1.350.981	1.352.677
em clientes e outros devedores (Nota 24. Outros activos financeiros)			
Engenharia & Construção	7.018.270	3.232.049	3.361.658
Ambiente & Serviços	1.792.085	1.360.047	1.373.424
Concessões de transportes	-	-	33.385
Outros e eliminações	1.700.000	-	-
	10.510.355	4.592.096	4.768.467
Reversão de provisões e perdas de imparidade			
Engenharia & Construção	(5.427.786)	(3.362.086)	(3.836.709)
Ambiente & Serviços	(280.368)	(763.564)	(764.948)
	(5.708.154)	(4.125.650)	(4.601.657)
Total de provisões e perdas de imparidade	19.168.089	6.404.923	6.210.612

Os reforços de provisões, líquidos, no segmento de Engenharia & Construção, destinam-se, essencialmente, a fazer face a contingências como encerramento da actividade em algumas localizações e a fazer face a alguns problemas de imparidade detectados em algumas contas a receber.

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Proveitos e ganhos financeiros			
Empréstimos e contas a receber:			
Juros obtidos	22.583.614	22.956.820	25.406.994
Descontos de pronto pagamento obtidos	736.721	766.179	767.610
Diferenças de câmbio favoráveis	53.676.019	29.849.421	31.952.758
Mais-valias na alienação de participações financeiras	363.288	4.279.578	4.279.578
Outros activos e passivos financeiros:			
Rendimentos de imóveis	455.582	-	-
Rendimentos de participações de capital	14.619	-	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.495.145	1.129.320	3.314.510
	79.324.988	58.981.318	65.721.450
Custos e perdas financeiras			
Empréstimos e contas a pagar:			
Juros suportados	60.319.604	53.253.258	117.102.324
Descontos de pronto pagamento concedidos	28.671	20.177	44.876
Diferenças de câmbio desfavoráveis	50.643.030	31.976.335	34.090.104
Perdas de imparidade em investimentos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	-	1.087.535	1.087.535
Perdas em propriedades de investimentos			
Amortização de investimentos em imóveis (Nota 1-vii))	125.643	403.969	408.707
Outros activos e passivos financeiros:			
Outros custos e perdas financeiros	19.135.633	20.076.015	28.442.766
	130.252.581	106.817.289	181.176.312
	(50.927.593)	(47.835.971)	(115.454.862)

11. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui, essencialmente, os custos com garantias bancárias, com a montagem de empréstimos e diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da rubrica “Juros suportados” pode ser analisada como segue:

2010	Com recurso	Sem recurso	Total
Empréstimos por obrigações não convertíveis	4.064.272	-	4.064.272
Dívidas a instituições de crédito:			
Empréstimos bancários	13.736.385	5.492.026	19.228.411
Descobertos bancários	9.103.262	-	9.103.262
Contas caucionadas	4.343.722	-	4.343.722
Outros empréstimos obtidos:			
Emissões de papel comercial	5.028.332	-	5.028.332
Outros	2.745.445	-	2.745.445
	39.021.418	5.492.026	44.513.444
Outros juros suportados (<i>factoring, leasing</i> e outros)	14.902.303	903.857	15.806.160
	53.923.721	6.395.883	60.319.604

2009 reexpresso	Com recurso	Sem recurso	Total
Empréstimos por obrigações não convertíveis	6.901.828	-	6.901.828
Dívidas a instituições de crédito:			
Empréstimos bancários	11.283.341	4.552.649	15.835.990
Descobertos bancários	7.915.825	-	7.915.825
Contas caucionadas	2.594.892	-	2.594.892
Outros empréstimos obtidos:			
Emissões de papel comercial	7.190.933	-	7.190.933
Outros	1.277.398	-	1.277.398
	37.164.217	4.552.649	41.716.866
Outros juros suportados (<i>factoring, leasing</i> e outros)	11.103.284	433.108	11.536.392
	48.267.501	4.985.757	53.253.258

2009	Com recurso	Sem recurso	Total
Empréstimos por obrigações não convertíveis	6.901.828	-	6.901.828
Dívidas a instituições de crédito:			
Empréstimos bancários	23.904.100	54.761.368	78.665.468
Descobertos bancários	8.057.895	116.342	8.174.237
Contas caucionadas	2.594.892	232.582	2.827.474
Outros empréstimos obtidos:			
Emissões de papel comercial	7.215.890	-	7.215.890
Outros	1.523.107	-	1.523.107
	50.197.712	55.110.292	105.308.004
Outros juros suportados (<i>factoring, leasing</i> e outros)	11.361.213	433.107	11.794.320
	61.558.925	55.543.399	117.102.324

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os encargos financeiros capitalizados podem ser analisados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Activos fixos	3.084.656	4.228.573	16.221.815
Inventários	2.484.720	3.522.880	3.569.034
	5.569.376	7.751.453	19.790.849

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para efeito de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos activos em construção acima referidos, foi utilizada uma taxa média de 6,2% e 4,19% respectivamente.

A variação ocorrida na taxa média de capitalização de encargos financeiros relativamente a Dezembro de 2009 justifica-se, essencialmente, pela capitalização de juros na Vista Waste (Angola) a uma taxa de cerca de 14%.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro pode ser analisada como segue:

	IMPACTE ESTIMADO		
	2010	2009 reexpresso	2009
Variação nos juros suportados pela alteração de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento (excluindo <i>leasing</i> e <i>factoring</i>)	10.147.492	9.843.937	22.880.712
Blindagem por taxa fixa	(829.559)	(505.811)	(7.498.693)
Blindagem por instrumentos derivados de taxa de juro	(3.751.156)	(2.883.714)	(6.183.618)
Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro:	5.566.777	6.454.412	9.198.401

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos e passivos do Grupo por divisa são como segue:

	2010	
	Activos	Passivos
Euro (EUR)	2.438.374.800	2.225.108.266
Coroa Checa (CZK)	19.238.866	18.190.216
Dinar Argelino (DZD)	4.208.761	2.240.213
Dobra de S. Tomé e Príncipe (STD)	5.769.988	4.990.104
Dólar dos Estados Unidos (USD)	590.282.424	409.528.938
Escudo de Cabo Verde (CVE)	14.134.281	11.566.984
Forint Húngaro (HUF)	18.785.707	17.982.416
Kwanza de Angola (AOK)	26.576.216	21.745.882
Metical de Moçambique (MZM)	84.966.989	81.010.980
Novo Leu da Roménia (RON)	4.802.842	5.836.551
Peso Mexicano (MXN)	21.065.078	110.560
Rand da África do Sul (ZAR)	-	385.538
Real do Brasil (BRL)	43.119.576	22.649.506
Zloty Polaco (PLN)	163.595.022	133.613.450
Malawi Kwacha (MWK)	21.245.634	20.476.680
	3.456.166.184	2.975.436.285

Em 31 de Dezembro de 2010, a sensibilidade do Grupo à variação cambial do Dólar Norte-americano (USD) e do Novo Zloty Polaco (PLN) pode ser analisada como segue:

	Resultado Líquido	Capital Próprio
Impactes estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte-americano (USD) face ao Euro (EUR)	413.454	1.751.403
do Zloty Polaco face ao Euro (EUR)	34.866	229.748

Os ganhos em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

GANHOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	2010	2009 reexpresso	2009
Asinter	212.455	224.243	224.243
Auto Sueco Angola	322.488	7.217.841	7.217.841
Cimertex & C ^ª	2.657.601	1.431.151	-
Grupo Ascendi	14.995.201	-	2.209.195
Grupo Martifer	-	40.389.467	40.389.467
Grupo Suma associadas	374.826	314.507	314.507
Parquegil	148.527	131.362	-
Probigalp	-	34.207	-
Soltysowska (Pol)	484.285	44.871	284.751
STM (Moçambique)	163.425	157.925	-
Tersado	233.435	-	-
Vortal	486.921	424.388	424.388
Reclassificação de outro rendimento integral	17.394.209	-	-
Outras	37.390	591.470	418.671
	37.510.762	50.961.432	51.483.063

12. GANHOS E PERDAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Durante o exercício de 2010, na sequência do processo de concentração das concessões rodoviárias na Ascendi Group, com a consequente diluição do capital social desta empresa, o Grupo Mota-Engil procedeu à reclassificação para a demonstração de resultados da parte proporcional (40%) dos ganhos e perdas registados em exercícios anteriores em outro rendimento integral associados, essencialmente, a reservas de justo valor e a diferenças cambiais. O efeito de tal reclassificação na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, ascendeu a 17.394.209 euros.

As perdas em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisadas como segue:

PERDAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	2010	2009 reexpresso	2009
Construcciones Crespo (Esp)	555.154	713.654	-
Grossiman (Esp)	4.385.796	1.188.467	-
Grupo Ascendi	-	3.357.460	-
Grupo Geovision	578.882	-	-
Grupo Martifer	20.585.271	-	-
Grupo Suma associadas	-	24.028	-
Grupo Obol Invest	232.858	723.405	723.405
Grupo SLPP	1.012.716	1.663.279	-
Haçor	132.803	2.392	2.392
Hifer	-	810.266	-
HL-Soc. Gestora Edificio,SA	515.434	-	-
Ibercargo (Esp)	1.478.033	678.716	-
Probigalp	223.498	-	-
Tersado	-	31.377	31.377
Outras	304.131	339.801	157.592
	30.004.575	9.532.845	914.766
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	7.506.187	41.428.587	50.568.297

O detalhe e o movimento dos Activos e Passivos por impostos diferidos, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, é o seguinte:

IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	2009	2009 reexpresso	Efeito em resultado	Efeito em reservas	2010
Provisões não aceites fiscalmente	14.204.281	12.844.822	8.164.920	(4.912.195)	16.097.547
Acréscimos de custos não aceites fiscalmente	6.537.271	3.348.689	1.038.087	-	4.386.776
Prejuízos fiscais	19.924.136	14.602.642	1.018.810	-	15.621.452
Reduções de amortizações não consideradas fiscalmente	2.407.193	238.140	1.309.672	-	1.547.812
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 27)	2.921.441	2.407.193	-	1.200.566	3.607.759
Outros	4.344.646	7.312.580	(190.153)	(514.508)	6.607.919
	50.338.968	40.754.066	11.341.336	(4.226.137)	47.869.265

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS	2009	2009 reexpresso	Efeito em resultado	Efeito em reservas	2010
Reavaliação de activos fixos	7.934.027	7.879.063	155.752	2.534.114	10.568.929
Resultados negativos em ACE	1.929.247	1.929.247	-	(1.929.247)	-
Diferimento de tributação de mais-valias	363.965	363.965	(6.610)	315.502	672.857
Amortizações não aceites fiscalmente	1.974.106	2.031.094	347.674	119.492	2.498.260
Imputação de justo valor em concentrações empresariais	8.980.268	8.980.268	(422.989)	-	8.557.279
Acréscimos de proveitos não tributados	5.708.712	3.301.279	(767.756)	-	2.533.523
Outros	6.662.531	6.601.320	1.050.736	-	7.652.056
	33.552.856	31.086.236	356.807	1.039.861	32.482.904

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o efeito na demonstração de resultados pelo registo de activos e passivos por impostos diferidos foi positivo em 10.984.529 euros e 6.917.025 euros, sendo o efeito em capital próprio negativo de 5.265.998 euros e positivo de 3.225.414 euros, respectivamente.

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as declarações fiscais das empresas que registaram activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos
Ano do registo:		
até 2006 (inclusive)	6.292.918	1.567.162
2007	4.256.782	1.088.343
2008	35.063.310	6.100.578
2009	12.444.600	3.171.763
2010	15.780.325	3.693.606
	73.837.935	15.621.452

	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2011	3.680.462	915.612
2012	2.914.542	713.343
2013	4.985.758	1.270.582
2014	9.194.461	2.084.807
após 2015	53.062.712	10.637.108
	73.837.935	15.621.452

Em 31 de Dezembro de 2010, foram avaliados os activos por impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos que deram origem a activos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que fosse provável que ocorressem lucros tributáveis no futuro e que os mesmos pudessem ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributáveis dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2010, existem os seguintes prejuízos fiscais reportáveis no montante de 112.527.014 euros, cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos
Ano do registo:		
até 2006 (inclusive)	39.297.816	9.753.620
2007	16.381.957	3.887.382
2008	18.373.381	3.941.072
2009	22.776.141	3.933.756
2010	15.697.719	2.880.686
	112.527.014	24.396.516

	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2011	22.637.774	5.671.688
2012	30.597.882	7.427.951
2013	17.046.184	4.202.557
2014	4.847.075	1.123.003
após 2015	37.398.099	5.971.317
	112.527.014	24.396.516

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 são detalhados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Imposto corrente	29.952.446	27.272.869	34.476.514
Imposto diferido	(10.984.529)	(3.746.042)	(6.917.025)
	18.967.917	23.526.827	27.559.489

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Imposto corrente	29.952.446	27.272.869	34.476.514
Imposto diferido			
Reversão líquida do reporte de prejuízos	(1.018.810)	(911.313)	(2.792.395)
Impostos diferidos relativos à amortização da reserva de reavaliação de activos tangíveis	(877.877)	(627.185)	(627.185)
Reversão dos impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	(9.309.812)	(1.034.426)	(1.753.626)
Impostos diferidos relativos à alteração das taxas de tributação, ou lançamento ou abolição de impostos	213.703	446.758	184.853
Outras diferenças não reconhecidas anteriormente como impostos diferidos	8.267	(1.619.876)	(1.928.672)
	(10.984.529)	(3.746.042)	(6.917.025)
Imposto do exercício	18.967.917	23.526.827	27.559.489
Taxa de imposto efectiva	21.5%	22.2%	25.6%

A Mota-Engil é abrangida, desde Janeiro de 2010, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo.

O RETGS engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Para as empresas não abrangidas pelo regime, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição passou a implicar que a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis passasse a ser de 25%, e de 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12 - A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000.000 euros. A derrama estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Esta disposição implica que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2010 no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício, tivesse sido de 29%.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como segue:

	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	26.50%	88.324.605	23.406.020
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	-2.25%	(7.506.187)	(1.989.140)
Prejuízos fiscais gerados em 2010 para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	6.59%	21.970.146	5.822.089
Reversão de reporte de prejuízos	3.19%	11.270.145	2.817.536
Taxas de imposto diferenciadas	-8.13%	(17.108.955)	(7.183.873)
Tributação autónoma e outros custos (que não provisões) não fiscais não reversíveis	3.13%	10.418.013	2.760.773
Outros ajustamentos	-7.55%	(25.070.249)	(6.665.489)
Taxa e imposto efectivo sobre o rendimento	21.5%	23.526.827	18.967.917

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais relativas aos anos de 2007 a 2010 poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Conforme corroborado pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis ou possíveis que devessem ser alvo de divulgação no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010.

14. DIVIDENDOS

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 104.429.791 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 5.221.489 euros e 55 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos, o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 0,67%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 75.998.375 euros.

No dia 30 de Abril de 2010 foi colocado a pagamento o dividendo de 0,11 euros por acção relativo ao exercício de 2009 tendo sido pago um total de 22.509.926 euros e 45 cêntimos.

No dia 15 de Maio de 2009 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,11 por acção relativo ao exercício de 2008, tendo sido pago um total de 22.509.926 euros e 45 cêntimos.

15. RESULTADOS POR ACÇÃO

A Empresa emitiu apenas acções ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

Não se verifica no Grupo qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por acção com origem em opções, *warrants*, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a acções ordinárias.

Assim, não existe dissimelhança entre o cálculo do resultado por acção básico e o cálculo do resultado por acção diluído.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, não foram emitidas quaisquer acções ordinárias. O número médio de acções ordinárias nestes exercícios foi apenas afectado pelas variações ocorridas no número de acções próprias, as quais se encontram apresentadas em detalhe na Nota 25. Capital e reservas.

Para os exercícios de 2010 e 2009, o apuramento dos resultados por acção pode ser demonstrado com segue:

		2010	2009 reexpresso	2009
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível ao Grupo	(I)	36.950.674	72.612.478	71.738.092
Número total de acções ordinárias	(II)	204.635.695	204.635.695	204.635.695
Número de acções próprias no final do exercício	(III)	11.005.456	10.972.328	10.972.328
Número médio ponderado de acções próprias	(IV)	10.990.910	10.963.574	10.963.574
Número de acções em circulação	(II - IV)	193.644.785	193.672.121	193.672.121
Resultado por acção:				
básico	(I) / (II - IV)	0,1908	0,3749	0,3704
diluído	(I) / (II - IV)	0,1908	0,3749	0,3704

GOODWILL

A informação relativa ao *goodwill*, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser analisada como segue:

16.

GOODWILL

	2010				2009 reexpresso	2009
	Goodwill bruto	Imparidades do exercício	Variação de perímetro	Imparidades acumuladas	Goodwill líquido	Goodwill líquido
Aurimove	83.242	-	-	(33.297)	49.945	49.945
Corgimobil	635.615	-	-	-	635.615	635.615
Crespo	-	-	-	-	-	1.343.052
Devonská	-	-	-	-	1.817.149	1.817.149
Fatra	1.035.945	-	-	-	1.035.945	-
Grossiman	-	-	-	-	-	2.146.157
Grupo Ascendi	-	-	-	-	-	27.558.705
Grupo Indaqua	5.618.187	-	-	-	5.618.187	5.618.187
Grupo Suma	15.108.863	-	-	(968.218)	14.140.645	14.103.523
Lokemark	521.418	-	-	-	521.418	521.418
Manvia	1.072.318	-	-	(74.662)	997.656	997.656
MKC	271.708	-	-	-	271.708	271.708
Mota-Engil Betão e Pré-fabricados	1.053.337	-	-	(421.335)	632.002	632.002
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	818.242	-	-	-	818.242	818.242
Mota-Engil Central Europe Polónia	4.307.950	-	-	(928.847)	3.379.103	3.272.491
Mota-Engil Central Europe República Checa	1.172.214	-	-	-	1.172.214	1.153.611
Mota-Engil Pavimentações	11.375	-	-	-	11.375	11.375
Mota-Engil S. Tomé	142.752	-	-	-	142.752	142.752
Mota Viso	19.900	-	-	(7.960)	11.940	11.940
Multiterminal	26.455.556	-	-	-	26.455.556	26.455.556
PRD-M Lublin	2.917.516	-	-	-	2.917.516	-
Probigalp	-	-	-	-	-	1.343.312
Sadoport	-	-	-	-	-	541.578
Tersado	-	-	-	-	-	229.497
Tertir	74.225.866	-	-	-	74.225.866	74.225.866
Tracevia	1.908.225	-	-	-	1.908.225	1.908.225
Tratofoz	174.405	-	-	-	174.405	174.405
Vibeiras	189.314	-	-	-	189.314	189.314
	137.743.949	-	-	(2.434.319)	135.309.629	133.010.980
						166.173.280

Os movimentos ocorridos no *goodwill* durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	% de aquisição	2010	2009 reexpresso
<i>Goodwill</i> no início do período reexpresso	-	133.010.980	127.455.075
Aumentos no <i>goodwill</i>	-	-	-
Grupo Suma (Ekosrodowisko)	20%	-	15.540
Grupo Indaqua (Indaqua)	7%	-	3.084.578
Fatra	70%	1.035.945	
Lokemark	21%	-	119.557
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	40%	-	717.980
PRD-M Lublin	93%	2.917.516	-
Grupo Suma (Sol-S Internacional)	62%	30.472	-
Tertir	2%	-	830.763
Grupo Suma (Transportixos)	100%	-	751.927
	-	3.983.933	5.520.345
Perdas de Imparidade			
Grupo Suma (Ekosrodowisko)	-	-	(75.109)
	-	-	(75.109)
Transferência (imputação da diferença de aquisição - inventários)			
Devonská	-	(1.817.149)	-
	-	(1.817.149)	-
Alterações no <i>goodwill</i> por variação de perímetro			
Grupo Indaqua (Indaqua Feira)	-	-	104.053
	-	-	104.053
Alterações no <i>goodwill</i> por actualização cambial			
Devonská	-	-	27.420
Grupo Suma (Ekosrodowisko)	-	6.650	(64.391)
Mota-Engil Central Europe Polónia	-	106.612	38.607
Mota-Engil Central Europe República Checa	-	18.603	4.980
	-	131.865	6.616
<i>Goodwill</i> no final do exercício	-	135.309.629	133.010.980

As aquisições acima referidas foram contabilizadas pelo método da compra e tiveram numerário como contrapartida da sua aquisição. Como resultado destas aquisições, o Grupo não alienou qualquer das operações desenvolvidas pelas empresas adquiridas.

O Grupo Mota-Engil efectua testes anuais de imparidade do *goodwill*, tal como definido na alínea i) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas. Em 31 de Dezembro de 2010, os métodos e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, para os principais valores de *goodwill* registados nas demonstrações financeiras anexas foram como segue:

	Grupo Suma	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Tertir
Valor líquido do <i>goodwill</i>	14.140.645	3.379.103	100.681.422
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Business plans
Período utilizado	5 anos	5 anos	Vida útil
Taxas de crescimento dos <i>cash-flows</i>			
Ano n+1	2.00%	5.00%	n.a
Ano n+3	2.00%	5.00%	n.a
Taxas de crescimento dos <i>cash-flows</i> na perpetuidade	1.00%	3.00%	n.a
Taxa de desconto utilizada	7.40%	9.60%	6.00%

No exercício findo de 31 em Dezembro de 2010, o Grupo passou a registar as diferenças de aquisição de acordo com as alterações introduzidas pela nova IFRS 3.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, tendo os mesmos sido apurados com base em orçamentos e *business plans* devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais, com excepção dos relativos a projectos de concessões, abrangem, em média, um período de cinco anos. As projeções de *cash-flows* para além dos cinco anos foram extrapolados aplicando uma taxa de crescimento fixa à perpetuidade, a qual não excede a taxa média de crescimento futura das receitas do sector onde a empresa opera.

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do Grupo (subsidiárias), acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Goodwill” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso incluíram essencialmente: (i) a quota de mercado da participada, (ii) as perspectivas de crescimento do mercado onde a participada opera; (iii) as alterações regulamentares que possam vir a influenciar a actividade da participada; (iv) o nível de investimento necessário, etc. A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a experiência do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos poderão ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Transacções de compra de interesses em entidades já controladas e transacções de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacte na rubrica de “Goodwill” ou em resultados.

As aquisições de participações financeiras ocorridas no exercício de 2010, consolidadas pelo método integral, não representaram um impacte material nos Activos, Passivos, Custos e Proveitos do Grupo, pelo que não foram divulgadas.

O processo de imputação do justo valor aos activos e passivos adquiridos resultantes das concentrações empresariais ocorridas em 2010 não se encontra ainda concluído, pelo que, provisoriamente, as diferenças de aquisição daí resultantes foram reconhecidas na rubrica “Goodwill”. Durante o exercício de 2011, o Grupo irá concluir tal processo.

O Grupo Mota-Engil não adquiriu nenhuma participação financeira com significado material entre 31 de Dezembro de 2010 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

17. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A informação relativa aos valores líquidos de activos intangíveis por área de negócio, com referência aos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Engenharia & Construção	Ambiente & Serviços	Concessões de trans- portes	Outros e eliminações	Grupo Mota-Engil
2010					
Despesas de desenvolvimento	94.858	1.506.425	-	8.108	1.609.391
Software e outros direitos	21.286.788	900.926	-	(18.533.408)	3.654.306
Licenças de exploração de concessões	-	243.779.104	-	(2)	243.779.102
Activos em curso	3.237	14.735.290	-	1.199.494	15.938.021
	21.384.883	260.921.745	-	(17.325.808)	264.980.820
2009 reexpresso					
Despesas de desenvolvimento	162.815	3.414.204	-	(13.280)	3.563.739
Software e outros direitos	1.602.946	949.927	-	603.504	3.156.377
Licenças de exploração de concessões	-	213.953.023	-	-	213.953.023
Activos em curso	237.499	17.166.064	-	1.119.750	18.523.313
	2.003.260	235.483.219	-	1.709.974	239.196.453
2009					
Despesas de desenvolvimento	613.569	3.414.892	453.984	(13.281)	4.469.164
Software e outros direitos	1.602.946	1.500.710	33.063	603.500	3.740.219
Licenças de exploração de concessões	-	40.505.917	53.189.966	-	93.695.883
Activos em curso	237.500	187.983	-	1.119.747	1.545.230
Outros activos intangíveis	-	-	65.061	(1)	65.060
	2.454.015	45.609.502	53.742.074	1.709.965	103.515.556

A informação relativa aos valores brutos de activos intangíveis, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Activos em curso	Outros activos intangíveis	Total
2010						
Saldo inicial	6.235.962	13.805.435	261.106.709	18.523.313	-	299.671.418
Aumentos	186.007	1.395.385	17.607.201	18.438.567	-	37.627.160
Alienações	(10.793)	(601.846)	-	(36.511)	-	(649.150)
Abates	(650.015)	(84.271)	-	-	-	(734.286)
Diferenças cambiais	87.084	61.743	-	29.734	-	178.561
Variação de perímetro	-	(9.273)	-	-	-	(9.273)
Transferências e outros movimentos	(385.077)	(863.211)	22.425.156	(21.017.082)	-	159.786
	5.463.168	13.703.962	301.139.066	15.938.021	-	336.244.216
2009 reexpresso						
Saldo inicial	12.473.441	11.123.138	42.031.000	1.897.627	-	67.525.206
Aumentos	1.245.684	838.275	3.388.474	2.328.380	-	7.800.813
Alienações	(385.259)	(27.714)	-	-	-	(412.973)
Abates	(261.719)	(112.871)	-	-	-	(374.590)
Diferenças cambiais	(13.038)	1.874	-	265	-	(10.899)
Variação de perímetro	1.536.031	(57.078)	-	21.189	-	1.500.142
Transferências e outros movimentos	(8.359.178)	2.039.811	215.687.235	14.275.852	-	223.643.719
	6.235.962	13.805.435	261.106.709	18.523.313	-	299.671.418
2009						
Saldo inicial	12.473.441	11.123.138	42.031.000	1.897.627	92.920	67.618.126
Aumentos	1.400.606	1.491.926	56.578.440	2.328.380	61.878	61.861.230
Alienações	(385.259)	(27.714)	-	-	-	(412.973)
Abates	(261.719)	(112.871)	-	-	-	(374.590)
Diferenças cambiais	(5.317)	1.874	-	265	-	(3.178)
Variação de perímetro	3.755.383	(57.078)	-	21.189	-	3.719.494
Transferências e outros movimentos	680.428	2.039.811	-	(2.702.231)	(89.738)	(71.730)
	17.657.563	14.459.086	98.609.440	1.545.230	65.060	132.336.379

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores registados em aumentos nas rubricas “Licenças de exploração de concessões” e “Activos em curso” justifica-se, essencialmente, pelo investimento efectuado no Subgrupo Indaqua no alargamento de ramais para o abastecimento de água/saneamento.

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas dos activos intangíveis, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser analisada como segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Activos em curso	Outros activos intangíveis	Total
2010						
Saldo inicial	(2.672.223)	(10.649.058)	(47.153.685)	-	-	(60.474.966)
Aumentos	(289.365)	(1.743.193)	(9.933.081)	-	-	(11.965.639)
Alienações	10.793	221.857	-	-	-	232.650
Abates	614.323	57.846	-	-	-	672.169
Diferenças cambiais	1.445	(35.092)	-	-	-	(33.647)
Variação de perímetro	-	9.273	-	-	-	9.273
Transferências e outros movimentos	(1.518.750)	2.088.711	(273.197)	-	-	296.764
	(3.853.777)	(10.049.656)	(57.359.963)	-	-	(71.263.396)
2009 reexpresso						
Saldo inicial	(9.955.544)	(8.379.856)	(3.182.000)	-	-	(21.517.400)
Aumentos	(1.281.109)	(2.183.687)	(6.759.788)	-	-	(10.224.584)
Alienações	385.259	27.714	-	-	-	412.973
Abates	261.719	96.303	-	-	-	358.022
Diferenças cambiais	5.551	(1.874)	-	-	-	3.677
Variação de perímetro	(1.057.118)	45.390	-	-	-	(1.011.728)
Transferências e outros movimentos	8.969.019	(253.048)	(37.211.897)	-	-	(28.495.926)
	(2.672.223)	(10.649.058)	(47.153.685)	-	-	(60.474.966)
2009						
Saldo inicial	(9.955.544)	(8.379.856)	(3.182.000)	-	-	(21.517.400)
Aumentos	(1.651.014)	(2.193.541)	(1.731.557)	-	-	(5.576.112)
Alienações	385.259	27.714	-	-	-	412.973
Abates	261.719	96.303	-	-	-	358.022
Diferenças cambiais	5.317	(1.874)	-	-	-	3.443
Variação de perímetro	(2.163.549)	(14.565)	-	-	-	(2.178.114)
Transferências e outros movimentos	(70.587)	(253.048)	-	-	-	(323.635)
	(13.188.399)	(10.718.867)	(4.913.557)	-	-	(28.820.823)
Valor líquido						
2010	1.609.391	3.654.306	243.779.102	15.938.021	-	264.980.820
2009 reexpresso	3.563.739	3.156.377	213.953.023	18.523.313	-	239.196.453
2009	4.469.164	3.740.219	93.695.883	1.545.230	65.060	103.515.556

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Licenças de exploração de concessões” refere-se, essencialmente, à contabilização de acordo com a IFRIC 12 dos direitos de exploração das concessões de água/saneamento e das concessões portuárias.

As variações ocorridas nesta rubrica durante o ano estão também relacionadas com a aplicação da IFRIC 12.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Activos intangíveis em curso” referem-se aos seguintes projectos:

DESCRIÇÃO	Valor
Obras de alargamento de ramais para abastecimento de água/saneamento (Grupo Indaqua)	11.567.241
Projecto de Construção do Novo Molhe de Contentores (Paíta-Peru)	1.982.043
Obras Sograin – Projecto QREN (Socarpor Aveiro)	983.555
	14.532.839

A aplicação desta interpretação veio introduzir algumas alterações face às disposições e interpretações das normas que estavam em vigor, cujo impacte nas demonstrações financeiras das empresas concessionárias do Grupo ocorreram maioritariamente: na reclassificação para a rubrica de activos intangíveis de parte dos activos concessionados em que as empresas concessionárias do Grupo Mota-Engil possuíam e possuem um direito de exploração dos mesmos e em que as mesmas assumem o risco de procura da operação (modelo intangível): concessões portuárias e concessões de água/saneamento.

Devido à aplicação desta norma, o Grupo Mota-Engil procedeu, nas suas contas consolidadas, a uma reexpressão dos saldos de abertura dos activos, passivos, custos e proveitos.

As licenças de exploração de concessões estão a ser amortizadas durante o respectivo período de vigência da concessão.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos activos intangíveis é efectuada através da utilização dos *business plans* das respectivas empresas, de igual forma ao mencionado na Nota 16. Goodwill relativamente aos testes de imparidade ao “Goodwill”.

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo Grupo na valorização destes activos intangíveis estão referidos na alínea ii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a quantia escriturada que teria sido reconhecida se os activos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo, seria como segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
2010			
Despesas de desenvolvimento	1.609.391	-	1.609.391
Software e outros direitos	3.654.306	-	3.654.306
Licenças de exploração de concessões	243.779.102	-	243.779.102
Activos em curso	15.938.021	-	15.938.021
	264.980.820	-	264.980.820
2009 reexpresso			
Despesas de desenvolvimento	3.563.739	-	3.563.739
Software e outros direitos	3.156.377	-	3.156.377
Licenças de exploração de concessões	213.953.023	-	213.953.023
Activos em curso	18.523.313	-	18.523.313
	239.196.453	-	239.196.453
2009			
Despesas de desenvolvimento	4.469.164	-	4.469.164
Software e outros direitos	3.740.219	-	3.740.219
Licenças de exploração de concessões	93.695.883	-	93.695.883
Activos em curso	1.545.230	-	1.545.230
	103.450.496	-	103.450.496

As principais concessões de água/saneamento e portuárias em funcionamento do Grupo, suas principais características e duração encontram-se elencadas abaixo:

	Tipo	Duração sem Prorrogações	Activos Reversíveis
Grupo Indagua			
Indagua Fafe	Água	2020	não
Indagua Feira	Água e saneamento	2049	sim
Indagua Matosinhos	Água e saneamento	2032	sim
Indagua Santo Tirso	Água	2034	sim
Indagua Vila do Conde	Água	2047	sim
Grupo Tertir			
Liscont	Portuária	2042	sim
Socarpor Aveiro	Portuária	2026	sim
Sotagus	Portuária	2020	sim
TCL	Portuária	2025	sim
TMB	Portuária	2020	sim
Outros			
Paíta	Portuária	2039	sim

A informação relativa aos valores líquidos dos activos concessionados por área de negócio, com referência ao exercício de 2009, pode ser analisada como segue:

	Engenharia & Construção	Ambiente & Serviços	Concessões de transportes	Outros e eliminações	Grupo Mota-Engil
2009					
Terrenos e edifícios	-	124.927.306	27.041	1	124.954.348
Equipamentos	-	41.177.630	1.043.084.028	(2)	1.084.261.656
Activos em curso	-	24.244.803	104.695.341	(1)	128.940.143
Outras activos tangíveis	-	6.534.997	14.734.933	3	21.269.933
	-	196.884.736	1.162.541.343	1	1.359.426.080

18. ACTIVOS CONCESSIONADOS

A informação relativa aos valores brutos dos activos concessionados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Activos tangíveis em curso	Outros activos	Total
2009					
Saldo inicial	65.455.015	1.145.191.050	95.767.474	38.449.000	1.344.862.539
Aumentos	18.874.366	7.594.025	158.422.677	16.901.219	201.792.287
Alienações	-	(286.583)	(2.198.008)	(4.963)	(2.489.554)
Abates	-	(51.979)	(63.946)	(31)	(115.956)
Diferenças cambiais	-	168	-	47	215
Variação de perímetro	51.127.498	3.056.068	7.338.152	21.797	61.543.515
Transferências e outros movimentos	10.804.221	120.802.143	(130.326.206)	(1.583.546)	(303.388)
	146.261.100	1.276.304.892	128.940.143	53.783.523	1.605.289.658

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas dos activos concessionados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Activos tangíveis em curso	Outros activos	Total
2009					
Saldo inicial	(10.205.785)	(140.888.624)	-	(30.639.260)	(181.733.669)
Aumentos	(5.056.854)	(50.378.692)	-	(2.757.308)	(58.192.854)
Alienações	-	203.419	-	-	203.419
Abates	-	50.462	-	31	50.493
Diferenças cambiais	-	(45)	-	(4)	(49)
Variação de perímetro	(6.044.114)	(1.111.526)	-	(4.422)	(7.160.062)
Transferências e outros movimentos	-	81.770	-	887.373	969.143
Valor líquido	(21.306.753)	(192.043.236)	-	(32.513.590)	(245.863.579)
	124.954.347	1.084.261.656	128.940.143	21.269.933	1.359.426.080

Em 31 de Dezembro de 2009, a quantia escriturada que teria sido reconhecida se os activos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo, seria como segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
2009			
Terrenos e edifícios	124.954.348	-	124.954.348
Equipamentos	1.084.261.656	-	1.084.261.656
Activos tangíveis em curso	128.940.143	-	128.940.143
Outros activos tangíveis	21.269.933	-	21.269.933
	1.359.426.080	-	1.359.426.080

No exercício de 2010, com a aplicação da IFRIC 12, as concessões de infra-estruturas rodoviárias passaram a ser registadas pelo modelo financeiro, e as concessões portuárias e de água/saneamento pelo modelo intangível.

A informação relativa aos valores líquidos dos activos tangíveis por área de negócio, com referência aos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Engenharia & Construção	Ambiente & Serviços	Concessões de transportes	Outros e eliminações	Grupo Mota-Engil
2010					
Terrenos e edifícios	185.527.752	21.697.629	-	19.180.242	226.405.623
Equipamentos	203.321.168	103.971.333	-	2.543.132	309.835.633
Activos tangíveis em curso	13.786.874	13.446.101	-	799.702	28.032.677
Outros activos tangíveis	1.899.016	2.878.583	-	7.371	4.784.970
	404.534.810	141.993.646	-	22.530.447	569.058.903
2009 reexpresso					
Terrenos e edifícios	155.579.741	58.955.739	-	18.868.727	233.404.207
Equipamentos	192.677.150	93.090.426	-	1.877.805	287.645.381
Activos tangíveis em curso	24.626.550	16.507.303	-	632.818	41.766.671
Outros activos tangíveis	7.421.761	7.259.634	-	912	14.682.307
	380.305.202	175.813.102	-	21.380.262	577.498.566
2009					
Terrenos e edifícios	163.417.200	54.701.937	1	18.876.845	236.995.983
Equipamentos	201.819.024	73.816.139	27.116	1.903.372	277.565.651
Activos tangíveis em curso	24.697.860	10.865.362	-	632.819	36.196.041
Outros activos tangíveis	7.502.524	724.637	-	911	8.228.072
	397.436.608	140.108.075	27.117	21.413.947	558.985.747

19. ACTIVOS TANGÍVEIS



A informação relativa aos valores brutos dos activos tangíveis para os exercícios findos em 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Activos tangíveis em curso	Outros activos	Total
2010					
Saldo inicial	293.266.363	719.785.586	41.766.671	51.746.933	1.106.565.553
Aumentos	44.029.254	67.075.715	31.101.449	3.213.958	145.420.376
Alienações	(27.775.931)	(25.369.599)	(8.555.036)	(927.045)	(62.627.611)
Abates	(407.902)	(5.081.333)	(397.847)	(117.790)	(6.004.872)
Reavaliações	8.451.485	-	-	-	8.451.485
Diferenças cambiais	916.751	5.617.672	207.097	10.454	6.751.974
Variação de perímetro	5.260.188	690.868	-	441.447	6.392.503
Transferências e outros movimentos	(38.515.666)	56.910.864	36.089.657	(42.410.764)	(60.105.223)
	285.224.542	819.629.773	28.032.677	11.957.193	1.144.844.185
2009 reexpresso					
Saldo inicial	324.515.036	1.715.194.159	160.853.989	48.102.622	2.248.665.806
Aumentos	23.807.986	94.036.790	77.583.761	846.505	196.275.042
Alienações	(543.352)	(21.960.902)	(7.781.214)	(28.661)	(30.314.129)
Abates	(418.947)	(2.936.847)	(63.946)	(8.135)	(3.427.875)
Reavaliações	333.017	53.499	-	-	386.516
Diferenças cambiais	(1.239.244)	(2.553.910)	125.268	23.309	(3.644.577)
Variação de perímetro	(73.255.560)	(1.116.189.806)	(109.086.077)	(948.001)	1.299.479.444)
Transferências e outros movimentos	20.067.427	54.142.603	(79.865.110)	3.759.294	(1.895.786)
	293.266.363	719.785.586	41.766.671	51.746.933	1.106.565.553
2009					
Saldo inicial	259.060.021	570.003.109	65.086.515	9.653.622	903.803.267
Aumentos	4.967.487	91.011.111	54.438.814	(238.737)	150.178.675
Alienações	(543.352)	(21.741.606)	(5.583.206)	(23.698)	(27.891.862)
Abates	(421.436)	(2.884.868)	-	(8.104)	(3.314.408)
Reavaliações	333.017	53.499	-	-	386.516
Diferenças cambiais	(1.383.460)	(2.750.117)	31.005	(57.483)	(4.160.055)
Variação de perímetro	10.015.385	4.027.028	2.088.023	27.697	16.158.133
Transferências e outros movimentos	20.067.427	54.142.603	(79.865.110)	3.759.294	(1.895.786)
	292.095.089	691.860.759	36.196.041	13.112.591	1.033.264.480

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas em activos tangíveis para os exercícios findos em 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Activos tangíveis em curso	Outros activos	Total
2010					
Saldo inicial	(59.862.156)	(432.140.205)	-	(37.064.626)	(529.066.987)
Aumentos	(6.592.870)	(66.871.983)	-	(949.297)	(74.414.150)
Alienações	4.060.616	18.877.051	-	298.269	23.235.936
Abates	88.297	1.590.855	-	71.231	1.750.383
Diferenças cambiais	(89.368)	(3.362.432)	-	1.662	(3.450.138)
Variação de perímetro	(840.247)	(11.614)	-	(369.769)	(1.221.630)
Transferências e outros movimentos	4.416.809	(27.875.812)	-	30.840.307	7.381.304
	(58.818.919)	(509.794.140)	-	(7.172.223)	(575.785.282)
2009 reexpresso					
Saldo inicial	(57.411.364)	(517.245.909)	-	(34.607.376)	(609.264.649)
Aumentos	(5.401.280)	(57.956.834)	-	(3.787.102)	(67.145.216)
Alienações	361.158	17.541.039	-	1.632	17.903.829
Abates	72.331	1.383.017	-	8.104	1.463.452
Diferenças cambiais	164.880	1.542.273	-	9.463	1.716.616
Variação de perímetro	4.458.072	121.973.968	-	1.242.140	127.674.180
Transferências e outros movimentos	(2.105.953)	622.241	-	68.513	(1.415.199)
	(59.862.156)	(432.140.205)	-	(37.064.626)	(529.066.987)
2009					
Saldo inicial	(47.205.579)	(376.357.285)	-	(3.968.116)	(427.530.980)
Aumentos	(5.735.831)	(55.219.478)	-	(1.061.589)	(62.016.898)
Alienações	361.158	17.386.922	-	1.632	17.749.712
Abates	72.507	1.332.555	-	8.073	1.413.135
Diferenças cambiais	256.118	1.683.348	-	69.420	2.008.886
Variação de perímetro	(741.526)	(3.743.411)	-	(2.452)	(4.487.389)
Transferências e outros movimentos	(2.105.953)	622.241	-	68.513	(1.415.199)
	(55.099.106)	(414.295.108)	-	(4.884.519)	(474.278.733)
Valor líquido					
2010	226.405.623	309.835.633	28.032.677	4.784.970	569.058.903
2009 reexpresso	233.404.207	287.645.381	41.766.671	14.682.307	577.498.566
2009	236.995.983	277.565.651	36.196.041	8.228.072	558.985.747

Em 31 de Dezembro de 2010, o aumento registado em reavaliações na rubrica “Terrenos e Edifícios” justifica-se, essencialmente, pela revalorização para o justo valor dos terrenos afectos à exploração de pedreiras.

O valor registado em variação de perímetro respeita, na quase totalidade, à participada Bergamon, a qual no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 passou a ser consolidada pelo método da consolidação integral, após aquisição do seu controlo.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor registado na rubrica “Transferências e outros movimentos” respeita, essencialmente, às transferências efectuadas de activos tangíveis, quer para propriedades de investimento, quer para activos não correntes detidos para venda.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Activos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projectos:

DESCRIÇÃO	Valor
Aquisição de activo tangível (Mota-Engil Engenharia)	3.103.440
Instalações de Vilar de Andorinho – Terreno e Obras em Curso (Suma)	1.665.939
Obras de melhoramento da estrutura ferroviária (Takargo)	917.456
Grandes reparações (Mota-Engil Engenharia)	595.714
Outras obras de requalificação (Outras)	507.281
	6.789.830

Os critérios valorimétricos adoptados, as taxas de amortização utilizadas, bem como os valores residuais definidos estão referidos nas alíneas iii), iv) e v) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2010, encontra-se registado na rubrica “Terrenos e edifícios” o montante, líquido de amortizações, de 51.294.089 euros afecto à exploração de pedreiras. Para a obtenção do justo valor das pedreiras são tidos em consideração vários factores, nomeadamente a área licenciada, a capacidade de exploração, os custos de recuperação paisagística e o valor residual do terreno após encerramento da pedreira. Informação complementar sobre a exploração dos activos minerais do Grupo pode ser encontrada na Nota 34. Exploração de activos minerais.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontravam-se no estrangeiro, em sucursais, os seguintes activos tangíveis, líquidos de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, propriedade da Mota-Engil Engenharia:

	2010	2009 reexpresso	2009
Angola	30.049.536	89.139.795	89.139.795
Benim	-	5	5
Cabo Verde	66.739	76.885	76.885
Chade	-	3.604	3.604
Irlanda	4.842.568	5.738.982	5.738.982
Malawi	17.478.315	19.145.040	19.145.040
Moçambique	8.080.081	6.205.519	6.205.519
Polónia	622.627	620.516	620.516
Roménia	68.719	270.088	270.088
S. Tomé e Príncipe	153.983	198.080	198.080
	61.362.568	121.398.514	121.398.514

Os terrenos e edifícios estão registados ao seu valor de mercado. O método de avaliação utilizado pelos avaliadores imobiliários (Luso-Roux) para valorizar ao justo valor os imóveis do Grupo foi o método do custo de reposição depreciado, tendo as avaliações sido efectuadas de acordo com os padrões internacionais de avaliação.

O justo valor dos imóveis não inclui qualquer imposto ou custos em que o comprador tenha de vir a incorrer com a compra do imóvel e foi apurado, no caso dos terrenos, tendo em conta os preços praticados no mercado em activos semelhantes e, no caso das edificações, no custo actual de proceder à construção das mesmas. A localização, os acessos, o tamanho e a forma dos imóveis foi também tida em conta no apuramento do justo valor dos mesmos.

A quantia escriturada que teria sido reconhecida se os activos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo, seria como segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
2010			
Terrenos e edifícios	191.707.155	34.698.468	226.405.623
Equipamentos	309.546.602	289.031	309.835.633
Activos tangíveis em curso	28.032.677	-	28.032.677
Outros activos tangíveis	4.782.259	2.711	4.784.970
	534.068.693	34.990.210	569.058.903
2009 reexpresso			
Terrenos e edifícios	215.465.990	17.938.217	233.404.207
Equipamentos	279.129.808	8.515.573	287.645.381
Activos tangíveis em curso	41.766.672	-	41.766.671
Outros activos tangíveis	14.597.371	84.935	14.682.307
	550.959.841	26.538.725	577.498.566
2009			
Terrenos e edifícios	219.057.766	17.938.217	236.995.983
Equipamentos	269.050.078	8.515.573	277.565.651
Activos tangíveis em curso	36.196.041	-	36.196.041
Outros activos tangíveis	8.143.137	84.935	8.228.072
	532.447.022	26.538.725	558.985.747

O Grupo, durante o exercício de 2010, não procedeu à actualização das avaliações dos seus imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, excepto para os bens adquiridos em regime de locação financeira e para os activos tangíveis afectos a concessões, não existem outros activos tangíveis que se encontrem penhorados ou hipotecados a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores do activo tangível é efectuada através da utilização dos *business plans* das respectivas empresas, de igual forma ao mencionado na Nota 16. Goodwill relativamente aos testes de imparidade ao “Goodwill”.

20. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição dos valores referentes a investimentos financeiros em equivalência patrimonial é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Engenharia & Construção			
Auto Sueco Angola	9.085.418	12.102.738	12.102.738
Bergamon	-	8.211.228	-
Berd	1.170.619	1.198.623	1.198.623
Cimertex Angola	1.362.358	500.793	-
Cimertex & Companhia	10.059.923	8.002.948	-
Crespo	1.761.885	1.600.736	-
Grossiman	-	2.948.623	-
Grupo Obolinvest	26.551.107	32.622.218	32.622.218
Hifer	-	311.462	-
Mamaia	2.270.894	2.413.358	2.413.358
Probigalp	1.680.375	1.938.080	-
Soltysowska	542.403	44.955	284.835
Outros	627.784	543.741	577.562
Ambiente & Serviços			
Grupo Geo Vision	40.798.809	-	-
Grupo Suma associadas	2.286.127	2.190.326	2.077.147
Grupo SLPP	1.217.338	-	-
Parquegil	453.630	305.110	-
STM	177.684	104.566	-
Tersado	1.195.170	1.086.332	856.835
Vortal	2.068.818	2.867.587	2.867.587
Outros	20.283	27.976	-
Grupo Ascendi	116.744.862	100.609.676	129.202.282
Grupo Martifer	116.843.043	146.029.302	146.029.302
Outros	2.106	-	-
	336.920.636	325.660.378	330.232.487

Durante o exercício de 2010, o movimento ocorrido no valor dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial foi o seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro no Grupo Obol Invest inclui 22.861.133 euros de diferenças de consolidação afectas a activos identificáveis (inventários).

	Saldo inicial	Efeito em Resultado do Exercício	Efeito em Reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Aquisições/ Alienações	Saldo final
Engenharia & Construção						
Auto Sueco Angola	12.102.738	322.488	(3.339.808)	-	-	9.085.418
Bergamon	8.211.228	-	-	(8.211.228)	-	-
Berd	1.198.623	33.924	(61.928)	-	-	1.170.619
Cimertex Angola	500.793	36.547	825.018	-	-	1.362.358
Cimertex & Companhia	8.002.948	2.657.601	(600.626)	-	-	10.059.923
Crespo	1.600.736	(555.154)	716.303	-	-	1.761.885
Grossiman	2.948.623	(4.385.796)	-	1.437.173	-	-
Grupo Obolinvest	32.622.218	(232.858)	(5.838.253)	-	-	26.551.107
Hifer	311.462	-	-	(311.462)	-	-
Mamaia	2.413.358	370	(142.834)	-	-	2.270.894
Probigalp	1.938.080	(223.498)	(34.207)	-	-	1.680.375
Soltysowska	44.955	484.285	13.163	-	-	542.403
Outros	543.741	52.420	-	31.623	-	627.784
Ambiente & Serviços						
Grupo Geo Vision	-	(578.882)	-	-	41.377.691	40.798.809
Grupo Suma associadas	2.190.326	374.826	42.315	(321.340)	-	2.286.127
Grupo SLPP	-	(1.012.716)	-	2.230.054	-	1.217.338
Parquegil	305.110	148.527	-	(7)	-	453.630
STM	104.566	163.425	-	(90.307)	-	177.684
Tersado	1.086.332	233.435	-	(124.597)	-	1.195.170
Vortal	2.867.587	486.921	-	(1.285.690)	-	2.068.818
Outros	27.976	(2.303.030)	29.788	2.265.549	-	20.283
Grupo Ascendi	100.609.676	14.995.201	(3.547.347)	4.687.332	-	116.744.862
Grupo Martifer	146.029.302	(20.585.271)	(8.600.988)	-	-	116.843.043
Reclassificação de outro rendimento integral e outros	-	17.393.422	-	(17.391.316)	-	2.106
	325.660.378	7.506.187	(20.539.405)	(17.084.216)	41.377.691	336.920.636

(1) Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro no Grupo Geovision inclui 33.404.103 euros de “Goodwill”.

Em 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro no Grupo Ascendi inclui 19.830.852 euros de “Goodwill”, 99.992.688 euros de diferenças de consolidação afectas a activos identificáveis (conta a receber) e 47.913.795 euros de prestações suplementares.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de mercado da Martifer, de acordo com a sua cotação de mercado naquela data (1,45 euros por acção), correspondia a, aproximadamente, 54.375.000 euros. Contudo, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, baseado nos *business plans* existentes e no valor patrimonial do Grupo Martifer, que aquele investimento não se encontra em imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2010, a principal informação financeira dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial mais relevantes é como segue:

	% participação	Activo	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultados líquidos
Engenharia & Construção					
Asinter	30%	2.326.661	1.326.312	3.398.156	708.184
Auto Sueco Angola	26%	93.358.459	37.315.402	72.287.221	1.264.659
Bay 6.3 (Grupo Obol Invest)	30%	1.725.400	161.105	-	(27.034)
Bay Office (Grupo Obol Invest)	30%	941.443	531.840	-	(23.544)
Bay Park (Grupo Obol Invest)	30%	14.807.656	8.434.305	197.781	(319.825)
Bay Tower (Grupo Obol Invest)	30%	140.878	66.267	-	(9.587)
Bay Wellness (Grupo Obol Invest)	30%	325.850	192.412	-	(17.327)
Berd	25%	7.980.635	4.725.725	4.016.744	136.844
Cimertex Angola	50%	30.873.383	2.724.716	11.054.259	73.094
Cimertex & Companhia	50%	34.907.806	20.119.845	16.715.093	5.315.201
Crespo	50%	9.439.449	843.535	9.114.651	(1.110.307)
Engber (Grupo Obol Invest)	30%	29.340	8.336	-	(5.772)
Grossiman	50%	14.731.559	(2.305.168)	7.903.184	(4.479.277)
Icer	50%	4.734.696	120.239	1.079.318	(141.270)
Mamaia	24%	45.774.692	2.727.908	-	1.540
Mierova	50%	22.798.370	(256.729)	389.612	(17.313)
Nador Obol	30%	3.773.546	1.530.657	-	(44.368)
Novicer	40%	25.373.231	(58.903)	1.163.180	(228.251)
Obol Invest	30%	45.755.056	16.272.293	125.364	(265.497)
Obol XI	30%	36.819.956	4.166.903	155.023	(211.484)
Probigalp	40%	12.526.239	842.657	16.448.046	(558.744)
Sampaio	30%	3.972.607	622.378	195.293	143.085
Soltysowska	34%	19.285.951	1.898.507	11.310.680	1.424.368
Trnavska	50%	1.606	1.606	-	(59)
Turalgo	51%	604.708	441.338	-	(12.874)
Ambiente & Serviços					
Ambilital (Grupo Suma)	30%	17.986.082	6.503.334	3.436.236	665.745
Citруп (Grupo Suma)	18%	1.170.766	800.285	1.807.275	633.853
Ecoleziria (Grupo Suma)	15%	4.079.017	571.677	2.362.052	381.187
Grupo Geo Vision	31%	29.189.550	21.129.698	35.241.928	(1.882.544)
Haçor	40%	37.321.935	(4.134.228)	17.965.737	(332.008)
Ibercargo	50%	7.942.728	(2.077.332)	11.396.840	(2.979.508)
Logz	35%	46.524.705	(234.473)	-	(272.051)
Sadoport	49%	12.464.470	(4.629.386)	7.096.989	(1.910.511)
SLPP	49%	14.715.136	3.095.769	-	(141.473)
Parquegil	50%	13.361.506	907.259	1.687.485	297.053
STM	49%	1.277.186	373.313	1.026.131	330.565
Tersado	25%	10.606.800	3.906.601	12.354.849	944.353
Vista SA	50%	401.655	349.226	354.364	(642.680)
Vortal	25%	11.878.895	6.996.220	9.852.985	1.949.484
Grupo Ascendi	60%	3.577.957.415	160.144.312	129.090.340	23.888.631
Grupo Martifer	38%	1.126.051.346	309.259.817	587.225.838	(54.894.057)
Outros	n.a.	5.508	4.526	-	(1.747)

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos Investimentos financeiros em equivalência patrimonial é efectuado através da utilização dos *business plans* das respectivas empresas.

Durante o exercício de 2010, concretizaram-se parte das medidas estabelecidas no Acordo de Cooperação Empresarial assinado pelos Grupos Mota-Engil e Espírito Santo em 2006, relativamente à constituição de uma parceria para a área de Concessões de transportes.

Embora tal parceria previsse a constituição de um veículo autónomo, a mesma acabou por se consubstanciar na concentração das participações financeiras daqueles Grupos na Mota-Engil Concessões de Transportes, SGPS, S.A. (actualmente denominada por Ascendi Group, SGPS).

Esta concentração de participações foi iniciada através de uma operação realizada no dia 24 de Agosto de 2010, na qual se efectuou um aumento de capital na Ascendi Group, SGPS, integralmente subscrito pelo Grupo Espírito Santo, através da entrada em espécie das participações sociais detidas por esta última nas Concessões Norte, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta e Grande Porto.

A transferência das restantes participações deverá ser concretizada no decorrer de 2011. Ao abrigo do acima referido acordo e ao abrigo de contratos parassociais entretanto celebrados, a gestão daquelas empresas concessionárias efectua-se de forma partilhada, pelo que o Grupo Mota-Engil, embora detendo 60% dos interesses financeiros na Ascendi Group, SGPS, considera esta entidade como um empreendimento conjuntamente controlado. Conforme mencionado na Nota 1. os interesses financeiros detidos pelo Grupo em empresas conjuntamente controladas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos investimentos financeiros disponíveis para venda é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Partes de capital (registadas ao custo de aquisição)			
Águas de S. João	3.951.396	3.940.100	3.940.100
Cerâmica do Boialvo	319.343	-	-
Cosamo	152.049	-	-
Ecodetra	1.153.202	1.153.202	1.153.202
Ersuc	554.381	554.381	554.381
Iberfibran	375.000	-	-
Pfeiffer Manvia	245.092	-	-
MTS	-	-	904.400
Glintt	-	369.660	369.660
Tirtife	900.600	900.600	900.600
TMB	939.360	939.360	939.360
Outros	1.036.202	331.370	142.441
	9.626.625	8.188.673	8.904.144

21. INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA



	2010	2009 reexpresso	2009
Títulos e outras aplicações			
Outros	63.545	928.265	939.398
	63.545	928.265	939.398

	2010	2009 reexpresso	2009
Adiantamentos e outros investimentos			
Grupo Ascendi	-	-	42.311.909
Idinsa	10.418.931	-	-
Parque Ambiental Nortinho	545.186	545.186	545.186
Plataforma Logística Guarda	6.565	5.000	5.000
Outros	18.000	3.430	3.430
	10.988.682	553.616	42.865.525
Investimentos financeiros disponíveis para venda	20.678.852	9.670.554	52.709.067

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, na sequência do cumprimento do seu plano estratégico de internacionalização, o Grupo efectuou um adiantamento de 10.418.931 euros para a aquisição de uma participação financeira no capital social de uma construtora mexicana (Idinsa).

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda foi o seguinte:

	2010	2009 reexpresso	2009
Saldo em 1 de Janeiro	9.670.554	75.148.566	75.148.566
Aquisições e adiantamentos durante o exercício	10.418.931	3.943.530	36.255.439
Alienações durante o exercício	(369.660)	(1.201.632)	(1.201.632)
Transferências	959.027	(67.132.375)	(56.405.771)
Perdas de imparidade (Nota 11)	-	(1.087.535)	(1.087.535)
	20.678.852	9.670.554	52.709.067

Dada a natureza da maior parte dos investimentos financeiros acima referidos (adiantamentos) e dada a dificuldade de apuramento de forma fiável do justo valor dos mesmos, o Grupo registou tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido, se necessário, das respectivas perdas de imparidade identificadas.

A informação relativa às propriedades de investimento do Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Saldo inicial	30.652.729	41.344.627	41.344.627
Aumentos	25.927.442	4.926.802	4.922.064
Variação de justo valor	1.276.971	3.066.672	3.066.672
Alienações	-	(726.973)	(726.973)
Diferenças cambiais (propriedades localizadas em Angola e Europa Central)	926.626	(486.191)	(526.022)
Variação de perímetro	-	-	-
Transferências	29.831.029	(17.472.208)	(17.243.077)
Saldo final	88.614.797	30.652.729	30.837.291

22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo Grupo na valorização das suas propriedades de investimento estão referidos na alínea vii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas contabilísticas.

As propriedades de investimento localizadas em Portugal, na Polónia e na República Checa estão registadas ao seu valor de mercado, de acordo com avaliações independentes baseadas na evidência de transacções de mercado recentes de propriedades similares.

As propriedades de investimento localizadas em Portugal destinam-se ao arrendamento, enquanto as localizadas na Polónia e na República Checa se destinam à obtenção de ganhos de capital no médio e longo prazo.

Em 2010, a rubrica “Transferências” inclui, essencialmente, o valor de um edifício localizado em Portugal transferido da rubrica “Inventários” (ver Nota 5), para o qual, durante o exercício, o Grupo celebrou um contrato-promessa de arrendamento com uma entidade terceira destinado a arrendamento. Os valores incluídos nas rubricas “Aumentos” e “Variação de justo valor” estão também relacionados com este edifício.

De salientar, no entanto, que o referido edifício ainda não gerou rendas no exercício de 2010, em virtude de ainda se encontrar na fase final de construção.

No exercício de 2009, os imóveis localizados em Angola que se encontravam arrendados e, portanto, registados na rubrica “Propriedade de investimentos”, passaram a ser utilizados na actividade da Sucursal, razão pela qual foram transferidos para a rubrica de activos tangíveis.

As variações de perímetro no exercício de 2009, são justificadas pela aquisição da participada Kilinskiego e da imputação do justo valor dos activos e passivos identificáveis a esta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2010, as propriedades de investimento detidas pelo Grupo eram as seguintes: i) Terreno/imóvel da Jeremiasova (República Checa); ii) Terreno/imóvel da Kilinskiego (Polónia); e iii) condomínio comercial Motadomus (Portugal).

Os ganhos obtidos pelo Grupo relativos a rendas das suas propriedades de investimento ascenderam, em 2010 a 415.945 euros (2009: 326.600 euros).

As avaliações efectuadas tiveram em conta os seguintes métodos de avaliação: (i) Método comparativo de mercado (terrenos/imóveis na República Checa e Polónia), em que o valor de mercado dos terrenos/imóveis foi determinado por comparação com outros semelhantes de que são conhecidos os preços de mercado; (ii) Método do rendimento (condomínio comercial Motadomus e Edifício Báltico), utilizando para tal o método da capitalização de rendas futuras esperadas. Na avaliação foram seguidos os padrões internacionais e europeus promovidos pelo IVSC (International Valuation Standards Committee) e TEGoVA nos “Approved European Property Valuation Standards”.

23. INVENTÁRIOS

A informação relativa a inventários com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Valor de balanço:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	47.947.573	50.069.303	52.524.857
Produtos e trabalhos em curso	72.760.360	90.547.431	105.793.544
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	12.181	12.181
Produtos acabados	42.712.410	38.202.977	38.313.219
Mercadorias	38.286.426	52.628.190	54.081.697
Adiantamentos por conta de compras	8.474.342	9.763.948	9.775.077
	210.181.111	241.224.029	260.500.575
Perdas de imparidade acumuladas:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(657.797)	(765.209)	(2.998.429)
Produtos e trabalhos em curso	(111.742)	-	-
Produtos acabados	(6.136.791)	(4.519.183)	(4.520.210)
Mercadorias	(251.015)	(2.854.973)	(3.057.587)
	(7.157.345)	(8.139.365)	(10.576.226)
	203.023.766	233.084.664	249.924.349

O movimento das perdas de imparidade acumuladas em inventários com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Saldo inicial	8.139.365	9.376.719	9.376.719
Aumento (Nota10)	222.803	1.350.981	1.352.677
Redução	(445.465)	(159.266)	(159.266)
Utilização	-	-	-
Transferências e variação de perímetro	(759.358)	(2.429.069)	6.096
Saldo final	7.157.345	8.139.365	10.576.226

a) Empréstimos e contas a receber

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de clientes com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

**24.
OUTROS
ACTIVOS**

	NÃO CORRENTES			CORRENTES		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Cientes:						
Cientes, conta corrente						
Valor bruto						
Engenharia & Construção	9.857.563	9.253.228	11.039.640	892.215.835	701.506.889	731.298.854
Ambiente & Serviços	669.799	28.132	418.572	170.059.849	147.925.936	148.293.851
Concessões de transportes	-	-	-	-	-	3.532.382
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	-	(11.879.646)	(5.427.998)	(8.660.720)
	10.527.362	9.281.360	11.458.212	1.050.396.038	844.004.827	874.464.367
Perdas de imparidade acumuladas	(123.629)	(1.548)	(247.587)	(45.201.525)	(40.130.569)	(41.064.699)
	10.403.733	9.279.812	11.210.625	1.005.194.513	803.874.258	833.399.668
Cientes, títulos a receber	126	475.655	475.655	3.025.973	2.854.355	4.715.068
	10.403.859	9.755.467	11.686.280	1.008.220.486	806.728.613	838.114.736

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de outros devedores com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	NÃO CORRENTES			CORRENTES		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Outros devedores:						
Empresas associadas, participadas e participantes						
Valor bruto	68.811.021	53.074.350	81.071.624	2.624.707	24.193.954	31.050.999
Perdas de imparidade acumuladas	(2.211.180)	(16.511.445)	(16.511.445)	-	-	-
	66.599.841	36.562.905	64.560.179	2.624.707	24.193.954	31.050.999
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	14.288.756	11.613.370	13.266.292
Estado e outros entes públicos	-	-	-	28.191.894	28.366.626	34.138.791
Outros						
Valor bruto	4.505.086	13.684.136	13.691.644	278.344.318	143.035.372	135.553.119
Perdas de imparidade acumuladas	(827.847)	-	-	(19.467.610)	(18.045.503)	(18.158.942)
	3.677.239	13.684.136	13.691.644	258.876.708	124.989.869	117.394.177
	70.277.080	50.247.041	78.251.823	303.982.065	189.163.819	195.850.259

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua actividade operacional. As perdas acumuladas de imparidade foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envoltentes económicas.

É convicção do Conselho de Administração de que o valor pelo qual estes activos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

O Grupo não cobra qualquer encargo de juros enquanto os prazos de pagamento definidos estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade dos saldos comerciais relativos aos activos financeiros que não se encontravam em imparidade era como segue:

ANTIGUIDADE NO BALANÇO 2010	CLIENTES CONTA CORRENTE	CLIENTES TÍTULO- LOS A RECEBER	OUTROS
Valores vencidos			
] 0 ; 1] mês	103.952.305	39.920	46.212.742
] 1 ; 3] meses	154.398.961	16.276	94.317.472
] 3 ; 12] meses	139.701.907	2.134.769	26.230.438
] 1 ; 3] anos	156.492.944	47.574	43.286.655
Mais de 3 anos	85.997.943	4.927	11.899.621
	640.544.060	2.243.466	221.946.928
Valores não vencidos	375.054.186	782.633	40.607.019
Total	1.015.598.246	3.026.099	262.553.947

ANTIGUIDADE NO BALANÇO 2009 REEXPRESSO	CLIENTES CONTA CORRENTE	CLIENTES TÍTULO- LOS A RECEBER
Valores vencidos		
] 0 ; 1] mês	252.957.830	285.073
] 1 ; 3] meses	163.255.735	112.667
] 3 ; 12] meses	102.472.735	77.143
] 1 ; 3] anos	60.300.722	46.504
Mais de 3 anos	25.854.585	4.927
	604.841.607	526.314
Valores não vencidos	208.312.463	2.803.696
Total	813.154.070	3.330.010

ANTIGUIDADE NO BALANÇO 2009	CLIENTES CONTA CORRENTE	CLIENTES TÍTULO- LOS A RECEBER
Valores vencidos		
] 0 ; 1] mês	253.306.457	493.836
] 1 ; 3] meses	170.682.476	793.440
] 3 ; 12] meses	122.735.135	127.143
] 1 ; 3] anos	63.569.525	146.504
Mais de 3 anos	26.004.237	4.927
	636.297.830	1.565.850
Valores não vencidos	208.312.463	3.624.873
Total	844.610.293	5.190.723

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição líquida de perdas de imparidade acumuladas do Grupo a saldos com antiguidade superior a 1 ano resulta, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (Câmaras municipais, Governos regionais, organismos públicos angolanos, etc.), de retenções de garantias prestadas a clientes e a saldos de clientes com acordos de regularização de dívida, sendo entendimento do Conselho de Administração do Grupo que tais contas a receber não se encontram em imparidade.

São registados ajustamentos às contas a receber por perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos de que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são calculados considerando a análise da antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como as condições financeiras dos devedores.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2010	2009 reexpresso	2009
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1.065.570	3.328.130	3.877.459
Imposto sobre o Valor Acrescentado	12.388.772	11.265.100	14.921.280
Segurança Social	9.541	-	2.431
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	10.720	97.043	97.044
Outros impostos	15.581	25.437	25.437
Impostos em outros países	14.701.710	13.650.916	15.215.140
	28.191.894	28.366.626	34.138.791

O movimento das perdas de imparidade em empréstimos e contas a receber é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Clientes, conta corrente:			
Saldo inicial	40.132.117	38.438.609	38.438.609
Aumento	7.210.372	3.918.221	4.062.930
Redução	(2.917.743)	(1.858.839)	(2.058.839)
Utilização	(1.650.899)	(521.600)	(521.600)
Transferências e variação de perímetro	2.551.307	155.726	1.391.186
Saldo final	45.325.154	40.132.117	41.312.286
Outros devedores:			
Saldo inicial	34.556.948	34.889.130	34.889.130
Aumento	3.299.983	673.875	705.537
Redução	(16.586.663)	(295.946)	(295.946)
Utilização	(748)	(372.384)	(372.384)
Transferências e variação de perímetro	1.237.117	(337.727)	(255.950)
Saldo final	22.506.637	34.556.948	34.670.387

Em 31 de Dezembro de 2010, a variação ocorrida na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas” justifica-se, essencialmente, pela utilização da provisão criada para o Intercon ACE, uma vez que durante o exercício de 2010 se procedeu à sua dissolução e liquidação.

Com excepção do acordo de regularização de dívida estabelecido com o governo angolano, não foram efectuadas quaisquer renegociações materialmente relevantes relativamente a empréstimos e contas a receber que, por esse motivo, pudessem estar vencidos ou com imparidade.

b) Outros activos correntes

A rubrica “Outros activos correntes” pode ser analisada como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Acréscimos de proveitos			
Produção e prestação de serviços não facturadas	84.797.387	59.145.079	100.986.971
Indemnizações a receber	-	-	126.488.111
Juros a receber	16.598.418	13.594.037	13.689.923
Outros acréscimos de proveitos	16.944.942	10.643.516	17.167.126
	118.340.747	83.382.632	258.332.132
Custos plurianuais			
Seguros	2.819.465	2.611.501	3.237.503
MLFF	-	-	24.950.855
Outros custos plurianuais	6.767.618	15.221.615	27.204.974
	9.587.083	17.833.116	55.393.332
	127.927.830	101.215.748	313.725.464

A rubrica “Outros custos plurianuais” inclui fundamentalmente custos com contratos de manutenção celebrados e outros pagamentos efectuados antecipadamente.

A informação relativa a contratos de construção em curso pode ser analisada como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Custos de construção incorridos até à data	4.658.125.724	3.246.704.606	3.284.621.949
Custos de construção incorridos no ano	1.175.952.481	702.027.674	719.142.200
Proveitos reconhecidos até à data	4.814.268.940	3.543.964.890	3.578.312.596
Proveitos reconhecidos no ano	1.248.153.703	824.063.742	840.510.718
Adiantamentos recebidos de clientes	92.357.354	20.290.592	25.693.222
Retenções feitas por clientes	23.781.788	5.395.509	5.504.666
Garantias dadas a clientes	334.691.445	252.790.500	252.790.500
Acréscimos de proveitos – excesso de produção sobre facturação	71.070.390	20.160.005	23.180.399
Proveitos diferidos – défice de produção sobre facturação	96.202.589	42.549.873	43.556.169

Não foram feitas quaisquer renegociações materialmente relevantes relativamente a outros activos correntes a receber que, por esse motivo pudessem estar vencidos ou com imparidade.

c) Caixa e seus equivalentes

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como segue:

	SEM RECURSO			COM RECURSO		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Depósitos a prazo e outros	-	3.000.000	15.992.865	1.547.764	2.699.608	2.699.608
Depósitos bancários e caixa						
Depósitos à ordem	8.599.925	15.665.016	104.359.441	187.176.425	102.767.619	118.020.423
Caixa	36.176	52.225	88.423	3.265.812	4.030.202	4.155.059
	8.636.101	18.717.241	120.440.729	191.990.001	109.497.429	124.875.090

Caixa e seus equivalentes incluem o dinheiro detido pelo Grupo e os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a três meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. O valor por que este conjunto de activos está registado aproxima-se do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2009, não existiam restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas “Caixa e seus equivalentes com recurso”. Em 31 de Dezembro de 2010, existem 2.037.707 euros registados em caixa e seus equivalentes não disponíveis no curto prazo, pelo facto de terem sido dados em garantia ou cativos.

Os valores da rubrica “Caixa e seus equivalentes sem recurso” dizem respeito à totalidade dos valores registados na rubrica “Caixa e seus equivalentes” das empresas com concessões portuárias, a maioria dos quais se encontra afecto ao serviço da dívida do exercício de 2011.

O capital da Mota-Engil SGPS em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascende a 204.635.695 euros, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ao portador com valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo detém 11.005.456 acções próprias.

Durante o exercício de 2010, as alterações no número de acções próprias podem ser resumidas como segue:

	Quantidade	Custo médio	Montante
Saldo inicial	10.972.328	2,06	22.558.792
Aumentos			
Junho	33.128	2,04	67.729
	33.128	2,04	67.729
Saldo final	11.005.456	2,06	22.626.521

25. CAPITAL E RESERVAS

As aquisições de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2010 foram levadas a cabo pelo Conselho de Administração do Grupo, que ao entender que o mercado de capitais se encontrava àquelas datas a subavaliar o título da Mota-Engil SGPS, decidiu reforçar a carteira de acções próprias da qual a empresa era já detentora, sinalizando ao mercado de capitais, também por essa via, a confiança que o Conselho de Administração deposita no futuro do Grupo.

As referidas aquisições respeitaram, em todas as ocasiões, os limites legalmente impostos, bem como foram comunicadas ao mercado, na medida do regulamentarmente exigido e em conformidade com os prazos estabelecidos pelo regulador do mercado de capitais (CMVM).

RESERVAS:

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou com aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a “reserva legal”, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de justo valor – derivados

A reserva de justo valor - derivados reflecte as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash-flow* que se consideram eficazes (Nota 27. Instrumentos financeiros derivados) e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda

A reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda reflecte as variações de justo valor dos instrumentos financeiros detidos para venda e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão cambial

As reservas cambiais reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do euro e não são passíveis de ser distribuídas ou de ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tiverem sido alienados.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Em 31 de Dezembro de 2010, não existiam reservas passíveis de distribuição.

Os montantes relativos ao endividamento com recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

	a 1 ano	a 2 anos	entre 3 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
2010					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	7.278.633	50.000.000	25.000.000	-	82.278.633
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	120.568.883	63.649.981	88.036.032	20.148.099	292.402.995
Descobertos bancários	218.012.464	-	-	-	218.012.464
Contas caucionadas	127.010.928	-	-	-	127.010.928
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	38.084.235	55.373.716	219.182.062	60.050.000	372.690.013
Outros empréstimos	3.997.121	529.878	1.677.886	387.012	6.591.897
	514.952.264	169.553.575	333.895.980	80.585.111	1.098.986.930
2009 reexpresso					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	31.000.000	57.500.000	25.000.000	-	113.500.000
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	111.483.778	77.270.679	59.563.731	5.933.817	254.252.005
Descobertos bancários	167.543.444	-	-	-	167.543.444
Contas caucionadas	85.369.158	177.102	-	-	85.546.260
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	120.785.710	51.143.924	113.038.520	61.350.000	346.318.154
Outros empréstimos	33.164.906	4.901.389	7.856.948	4.833.558	50.756.801
	549.346.996	190.993.094	205.459.199	72.117.375	1.017.916.664
2009					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	31.000.000	57.500.000	25.000.000	-	113.500.000
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	122.136.557	133.488.006	198.541.495	84.390.096	538.556.154
Descobertos bancários	168.868.069	-	-	-	168.868.069
Contas caucionadas	86.515.547	177.102	-	-	86.692.649
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	120.785.710	51.143.924	113.038.520	61.350.000	346.318.154
Outros empréstimos	33.986.083	4.901.389	8.377.564	4.833.558	52.098.594
	563.291.966	247.210.421	344.957.579	150.573.654	1.306.033.620

Embora as emissões de papel comercial tenham o seu vencimento no prazo de 1 ano, dado que as mesmas se encontram abrangidas por programas de médio e longo prazo que permitem a sua renovação, o Conselho de Administração do Grupo, dado pretender continuar a utilizar as mesmas, registou tais dívidas no médio e longo prazo.

26. ENDIVIDAMENTO

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

	a 1 ano	a 2 anos	entre 3 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
2010					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	3.413.463	4.333.346	12.677.458	95.964.149	116.388.416
	3.413.463	4.333.346	12.677.458	95.964.149	116.388.416
2009 reexpresso					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	3.099.065	4.111.015	8.178.912	79.302.757	94.691.749
	3.099.065	4.111.015	8.178.912	79.302.757	94.691.749
2009					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	132.073.353	71.271.143	82.301.578	938.007.336	1.223.653.410
Contas caucionadas	3.700.000	-	-	-	3.700.000
	135.773.353	71.271.143	82.301.578	938.007.336	1.227.353.410

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes relativos ao endividamento estão denominados nas seguintes moedas:

	Obrigações	Instituições de crédito	Papel comercial	Outros empréstimos	Total
2010					
Coroas Checas	-	9.356.945	-	-	9.356.945
Dólares dos Estados Unidos	-	14.156.058	-	-	14.156.058
Dinar Argelino	-	292.196	-	-	292.196
Euros	82.278.633	714.402.206	372.690.013	6.591.897	1.175.962.749
Forints Húngaros	-	1.809.311	-	-	1.809.311
Meticais da Nova Família	-	401.708	-	-	401.708
São Tomé Dobras	-	47.514	-	-	47.514
Zlotys Polacos	-	13.348.865	-	-	13.348.865
	82.278.633	753.814.803	372.690.013	6.591.897	1.215.375.346
2009 reexpresso					
Coroas Checas	-	9.800.742	-	-	9.800.742
Dólares dos Estados Unidos	-	10.895.215	-	832.875	11.728.090
Dinar Argelino	-	268.772	-	-	268.772
Euros	113.500.000	569.838.740	346.318.154	49.923.823	1.079.580.717
Forints Húngaros	-	1.743.547	-	-	1.743.547
Meticais da Nova Família	-	68.680	-	103	68.783
Zlotys Polacos	-	9.417.761	-	-	9.417.762
	113.500.000	602.033.458	346.318.154	50.756.801	1.112.608.413
2009					
Coroas Checas	-	9.800.742	-	-	9.800.742
Dólares dos Estados Unidos	-	12.995.946	-	1.353.491	14.349.438
Dinar Argelino	-	268.772	-	-	268.772
Euros	113.500.000	1.936.353.027	346.318.154	50.745.000	2.446.916.181
Forints Húngaros	-	1.743.547	-	-	1.743.547
Meticais da Nova Família	-	68.680	-	103	68.783
Pesos Mexicanos	-	50.821.808	-	-	50.821.808
Zlotys Polacos	-	9.417.759	-	-	9.417.759
Outros empréstimos	113.500.000	2.021.470.282	346.318.154	52.098.594	2.533.387.030

As taxas de juro médias suportadas nas principais rubricas do endividamento durante os exercícios de 2010 e 2009 são como segue:

	2010		2009 REEXPRESSO		2009	
	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	3,93	[2,43 ; 5,49]	3,71	[3,30 ; 4,36]	3,71	[3,30 ; 4,36]
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	3,33	[1,71 ; 6,61]	3,89	[1,67 ; 6,00]	4,64	[1,67 ; 6,00]
Descobertos bancários	4,09	[2,21 ; 19,5]	3,86	[1,72 ; 4,29]	3,92	[1,72 ; 4,29]
Contas caucionadas	3,28	[2,07 ; 19,5]	2,78	[0,70 ; 7,00]	2,88	[0,70 ; 7,00]
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	1,63	[0,81 ; 2,47]	1,87	[1,26 ; 3,24]	1,87	[1,26 ; 3,50]
Outros empréstimos obtidos	4,68	[1,52 ; 5,25]	-	-	-	-

Os principais empréstimos obrigacionistas e programas de papel comercial obtidos pelo Grupo são como segue:

TIPO DE EMISSÃO / EMITENTE	Data de emissão	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal actual	Prazo
Empréstimos obrigacionistas:					
Mota-Engil SGPS	29/Dez/04	Euribor 6 meses + 1,5%	i)	7.500.000	
Mota-Engil SGPS	23/Abr/08	Euribor 6 meses + 2,8%	ii)	25.000.000	
Mota-Engil SGPS	18/Nov/09	Mid Swap 3Y + 3,35%	iii)	50.000.000	
Programas de papel comercial:					
Mota-Engil SGPS	0/Jan/00	Euribor do prazo + 0,5%		3.200.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS	0/Jan/00	Euribor do prazo + 0,85%		50.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS	0/Jan/00	Euribor do prazo + 3,0%		15.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	13/Nov/06	Euribor do prazo + 1,875%		15.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	3/Dez/08	Euribor do prazo + 3,0%		15.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	15/Jan/07	Euribor do prazo + 1,5%		77.000.000	De 1, 3, 6 a 12 meses
Mota-Engil Engenharia	0/Jan/00	Euribor do prazo + 0,5%		7.500.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil Engenharia	0/Jan/00	Euribor do prazo + 0,4%		30.000.000	De 7 a 365 dias
Mota-Engil Engenharia	0/Jan/00	Euribor do prazo + 0,4%		25.000.000	Col Directa: De 7 a 184 dias/ Col Leilão: De 1,2,3,4,5 ou 6 meses
Mota-Engil Engenharia	0/Jan/00	Euribor do prazo + 1,5%		10.000.000	De 7 a 182 dias
Mota-Engil Engenharia	0/Jan/00	Euribor do prazo + 3,0%		50.000.000	De 7 a 181 dias
Mota-Engil Engenharia	0/Jan/00	Euribor do prazo + 2,5%		50.000.000	Col Directa: De 90 a 181 dias/ Col Leilão: De 3,4,5 ou 6 meses
Tertir	3/Jul/07	Euribor do prazo + 2,0%		25.000.000	1, 3, 6 ou 12 meses

i) Juros pagos em 14 semestralidades a partir de 29 de Junho de 2005. Reembolso em quatro semestralidades a partir do 11º cupão. Possibilidade de reembolso.

ii) Juros pagos em dez semestralidades a partir de 23 de Outubro de 2008. Reembolso único no vencimento do contrato.

iii) Juros pagos em seis semestralidades a partir de 18 de Maio de 2010 com reembolso único no vencimento do contrato.

A totalidade do montante em dívida contraído em outros contratos de empréstimos de montante superior a 10.000.000 euros pode ser analisada como segue:

EMITENTE	Tipo de emissão	Montante do empréstimo	Montante em dívida
Outras operações:			
Holding			
Mota-Engil, SGPS	Descoberto bancário	78.500.000	76.607.771
Mota-Engil, SGPS	Empréstimo de médio e longo prazo	70.000.000	47.642.857
Mota-Engil, SGPS	Conta corrente caucionada	18.000.000	17.817.000
Engenharia & Construção			
Mota-Engil Engenharia	Descoberto bancário	103.325.000	69.436.728
Mota-Engil Engenharia	Empréstimo de médio e longo prazo	68.972.685	45.494.995
Mota-Engil Engenharia	Conta Corrente Caucionada	33.697.114	25.360.000
Mota-Engil Engenharia	Empréstimo de curto prazo	20.000.000	20.000.000
Planinova	Empréstimo de médio e longo prazo	26.000.000	26.000.000
Ambiente & Serviços			
Indaqua	Empréstimo de médio e longo prazo	17.500.000	13.600.000
Indaqua Feira	Empréstimo de médio e longo prazo	63.000.000	50.542.161
Indaqua Santo Tirso	Empréstimo de médio e longo prazo	17.500.000	14.397.747
Indaqua Vila do Conde	Empréstimo de médio e longo prazo	76.500.000	21.263.297
Indaqua Matosinhos	Empréstimo de médio e longo prazo	48.500.000	22.092.546
Sotagus	Empréstimo de médio e longo prazo	11.222.953	4.316.521
Suma	Empréstimo de médio e longo prazo	25.550.000	25.550.000
Tertir	Empréstimo de médio e longo prazo	60.000.000	52.500.000
Tertir	Descoberto bancário	10.000.000	7.928.799

Os montantes considerados em “Outros empréstimos” dizem sobretudo respeito a empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (AICEP) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento. Estes empréstimos não vencem juros.

O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento, fixando taxas de juro variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são os seguintes os instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo:

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Participação	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	Justo valor		
							2010	2009 reexpresso	2009
Ascendi BLA	Interest Rate Swap	Banco Espírito Santo	Abr/01	180.267.201	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (5,62%)	Jun/11	-	-	(200.604)
Ascendi CP	Collar	Millennium BCP	Ago/00	89.197.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,5%)	Jun/10	-	-	93.457
Ascendi GL	Interest Rate Swap	Espírito Santo Investment	Jan/07	159.869.501	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,27%)	Jun/33	-	-	382.574
Ascendi GP	Interest Rate Swap	Espírito Santo Investment	Set/02	120.760.018	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (5,0%)	Jun/12	-	-	(1.326.580)
Ascendi Group	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Dez/07	50.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Dez/10	-	-	(1.493.930)
Indaqua Feira	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Set/07	17.633.525	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,526%)	Set/29	(2.165.069)	(1.628.016)	(1.628.016)
Indaqua Feira	Interest Rate Swap	Santander	Set/07	17.633.525	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,526%)	Set/29	(2.165.069)	(1.628.016)	(1.628.016)
Indaqua Matosinhos	Interest Rate Swap	CGD	Jun/08	34.905.040	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,485%)	Jun/28	(3.897.662)	(2.780.020)	(2.780.020)
Indaqua Santo Tirso	Interest Rate Swap	Caixa BI	Mar/08	15.477.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,85%)	Mar/14	(1.210.748)	(1.525.482)	(1.525.482)
Mota-Engil SGPS	Semi Knock-out Swap	Millennium BCP	Nov/05	20.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa com Knock-out	Nov/10	-	(409.443)	(409.443)
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Nov/05	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,24%)	Nov/10	-	(624.834)	(624.834)
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Dez/05	20.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,23%)	Jun/10	-	(229.330)	(229.330)
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan/08	37.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,18%)	Jan/11	(56.234)	(1.644.049)	(1.644.049)
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan/08	40.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Jan/11	(61.189)	(1.789.715)	(1.789.715)
Mota-Engil Engenharia	Interest Rate Swap	BNP Paribas Fortis	Dez/05	5.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,6%)	Dez/10	-	(25.503)	(25.503)
Mota-Engil Engenharia	Cap	BNP Paribas Fortis	Jun/07	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,6%)	Jun/15	2.922	7.885	7.885
Mota-Engil Engenharia	Collar	BNP Paribas Fortis	Jun/07	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,6%)	Jun/15	(1.998.047)	(2.394.000)	(2.394.000)
Suma	Interest Rate Swap	Banco Espírito Santo	Jul/10	20.400.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,31%)	Jul/17	(1.177.387)	-	-
Outros potencialmente favoráveis	Outros	Vários	-	-	-	-	461.676	-	-
Outros potencialmente desfavoráveis	Outros	Vários	-	-	-	-	(953.345)	781.560	781.560
							(13.220.152)	(13.888.963)	(16.434.046)

Os critérios de classificação e de valorização destes instrumentos encontram-se descritos na alínea ix) f) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas contabilísticas.

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo Grupo foi efectuado pelas respectivas contrapartes, que são consideradas entidades financeiras idóneas/independentes e de reconhecido mérito. Os modelos de avaliação utilizados baseiam-se no método dos *cash-flows* descontados: utilizando Par Rates de Swaps, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas da Reuters e Bloomberg, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respectivas taxas *forwards* e factores de desconto, que servem para descontar os *cash-flows* fixos (*fixed leg*) e os *cash-flows* variáveis (*floating leg*). O somatório das duas *legs* apura o VAL (Valor Actualizado Líquido).

28. PASSIVOS COMERCIAIS E OUTROS PASSIVOS A PAGAR

A informação relativa a passivos comerciais e outros passivos a pagar, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	NÃO CORRENTES			CORRENTES		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
Fornecedores						
Engenharia & Construção	4.117.640	6.954.666	7.143.131	428.973.733	406.934.223	414.552.031
Ambiente & Serviços	-	3.432.044	-	96.372.125	75.536.821	78.119.650
Concessões de transportes	-	-	-	-	-	6.363.649
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	-	(43.176.293)	(31.112.139)	(34.764.039)
	4.117.640	10.386.710	7.143.131	482.169.565	451.358.905	464.271.291
Fornecedores de activo fixo	141.929.430	123.346.911	125.658.661	58.343.909	63.850.717	81.921.592
Empresas associadas e outros accionistas	537.269	405.992	559.051	490.825	110.495	198.587
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	42.589.768	48.327.366	69.699.344	87.857.323	55.860.791	80.515.411
Estado e outros entes públicos	-	-	-	42.967.832	26.435.990	28.253.519
Outros credores	42.124.063	44.554.339	96.406.783	251.351.272	207.712.792	218.889.041
	227.180.530	216.634.608	292.323.839	441.011.161	353.970.785	409.778.150
	231.298.170	227.021.318	99.466.970	923.180.726	805.329.690	874.049.441

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Fornecedores” inclui o montante de, aproximadamente, 43.000.000 euros relativos a contratos de *confirming*.

Estes montantes dizem sobretudo respeito a dívidas com origem em subcontratação na realização de obras em curso adjudicadas ao Grupo.

O Conselho de Administração está convicto de que o valor pelo qual estes passivos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados na rubrica “Fornecedores” era como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Maturidade contratual remanescente:			
] 0 ; 1] mês	302.549.548	221.579.006	231.265.487
] 1 ; 3] meses	118.489.916	132.565.212	136.067.555
] 3 ; 12] meses	56.344.081	86.686.735	87.197.851
] 1 ; 3] anos	2.452.555	12.886.019	12.262.105
Mais de 3 anos	6.451.105	8.028.643	4.621.424
	486.287.205	461.745.615	471.414.422

Em 31 de Dezembro de 2010, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados na rubrica “Outros credores” era como segue:

	2010
Maturidade contratual remanescente:	
] 0 ; 1] mês	71.686.993
] 1 ; 3] meses	8.240.712
] 3 ; 12] meses	2.907.286
] 1 ; 3] anos	2.203.741
Mais de 3 anos	53.721.892
<i>Factoring</i>	154.714.711
	293.475.335

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estão incluídos na rubrica “Outros credores” os montantes respeitantes a *factoring* com recurso e a letras descontadas nos montantes de 155.599.381 euros e 167.550.237 euros, respectivamente, os quais no caso do *factoring* não têm uma maturidade contratual definida.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo mantinha responsabilidades com locatárias, registadas na rubrica “Fornecedores de imobilizado”, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de 209.011.398 euros e 196.197.011 euros, respectivamente, com os seguintes prazos de vencimento:

	Rendas vincendas de contratos de leasing			Valor actual das rendas de contratos de leasing		
	2010	2009 reexpresso	2009	2010	2009 reexpresso	2009
1 ano	48.691.759	46.281.473	73.078.365	45.780.948	42.627.098	46.103.001
2 anos	39.277.590	33.629.056	37.152.907	37.144.798	30.638.596	33.720.630
3 anos	30.955.345	26.459.017	30.020.843	28.856.528	24.177.761	27.337.130
4 ou mais anos	90.086.704	89.827.465	112.330.502	69.730.604	68.409.337	90.172.025
	209.011.398	196.197.011	252.582.617	181.512.878	165.852.792	197.332.786
Juros incluídos nas rendas	(27.498.520)	(30.344.219)	(55.249.831)			
Valor actual das rendas de contratos de leasing	181.512.878	165.852.792	197.332.786	181.512.878	165.852.792	197.332.786

Em 31 de Dezembro de 2010, os contratos de locação financeira mais significativos são como segue:

CONTRAENTE	Montante	Activo	Período do leasing	Opção de compra
CPTP	4.897.960	Equipamento portuário	8 anos	141.098
Ferrovias	2.360.169	Equipamento diverso	5 anos	118.008
Liscont	2.100.000	Equipamento portuário	5 anos	42.000
Mota-Engil Engenharia	56.612.438	Equipamento diverso	4 anos	1.086.078
Mota-Engil Engenharia	8.773.546	Equipamento diverso	5 anos	156.838
Mota-Engil Krusziwa	1.288.518	Equipamento diverso	5 anos	-
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.629.812	Equipamento diverso	6 anos	81.491
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.155.652	Equipamento diverso	10 anos	728.061
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.377.597	Equipamento diverso	5 anos	15.130
Mota-Engil Central Europe Polónia	1.588.925	Equipamento diverso	7 anos	15.889
ME-Pavimentações	1.038.600	Equipamento diverso	4 anos	-
PTT	2.647.989	Terrenos e Construção	11 anos	-
Rentaco	1.116.134	Equipamento diverso	4 anos	-
Rentaco	3.100.000	Equipamento diverso	5 anos	-
Socarpor Aveiro	1.976.000	Guindaste	8 anos	39.520
Socarpor Aveiro	3.300.000	Guindaste	12 anos	66.000
Socarpor Aveiro	13.057.915	Terminal Sograin	12 anos	261.158
Sotagus	4.000.000	Pórtico de porto	7 anos	80.000
Sotagus	7.400.000	Pórtico de porto	5 anos	148.000
Suma	3.835.050	Equipamento diverso	5 anos	-
Takargo	24.140.200	Locomotivas	25 anos	3.017.525
Takargo	11.943.750	Vagões	25 anos	1.492.969
Correia & Correia	1.008.306	Equipamento diverso	20 anos	-

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor líquido contabilístico dos bens objecto de contratos de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	2010
Terrenos e edifícios	8.415.165
Equipamento básico	121.172.953
Equipamento de transporte	29.176.161
Equipamento administrativo	51.303
Outros activos	1.815.678
Afectos a concessões	19.653.807
	180.285.067

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2010	2009 reexpresso	2009
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1.948.310	4.895.189	5.990.990
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.263.778	2.820.098	3.602.309
Segurança Social	3.313.048	3.327.661	3.415.170
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1.581.008	1.551.452	1.681.676
Outros impostos	1.268.626	410.257	427.746
Impostos em outros países	31.593.062	13.431.333	13.135.628
	42.967.832	26.435.990	28.253.519

A informação relativa a provisões, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser resumida como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Pensões (Nota 32. Benefícios de planos de reforma)	9.351.392	10.674.497	10.674.497
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	70.935	1.188.714	1.188.714
Selagem e monitorização de aterro	6.135.408	4.722.111	4.722.111
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial	15.186.062	7.871.183	2.058.770
Processos judiciais	7.430.131	6.772.769	6.772.769
Garantias de qualidade	12.592	12.943	12.943
Outras contingências/custo estimado com operações em processo de encerramento	33.587.943	25.401.258	4.138.031
	71.774.463	56.643.475	29.567.835

29. PROVISÕES

As provisões para indemnizações por rescisão de contrato de trabalho a termo e para a selagem e monitorização de aterro referem-se, essencialmente, ao Subgrupo Suma.

As provisões para processos judiciais e outras contingências referem-se, essencialmente, ao Subgrupo Tertir.

A variação ocorrida na rubrica “Outras contingências” no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 reexpresso justifica-se pela adopção da IFRIC 12 nas empresas concessionárias.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo constituiu igualmente provisões para fazer face ao encerramento de algumas operações na Irlanda e em Espanha.

A informação relativa ao movimento das provisões, com referência ao exercício de 2010, é como segue:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Transferências e variação de perímetro	Saldo final
Pensões (Nota 32. Benefícios de planos de reforma)	10.674.497	107.989	(1.319.444)	-	(111.650)	9.351.392
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	1.188.714	47.842	(1.165.621)	-	-	70.935
Selagem e monitorização de aterro	4.722.111	1.415.627	-	-	(2.330)	6.135.408
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equiv. patrimonial	7.871.183	800.605	-	-	6.514.274	15.186.062
Processos judiciais	6.772.769	731.614	(17.532)	-	(56.720)	7.430.131
Garantias de qualidade	12.943	-	-	-	(351)	12.592
Outras contingências/ custo estimado com operações em processo de encerramento	25.401.258	11.039.408	(796.175)	(1.932.752)	(123.796)	33.587.943
	56.643.475	14.143.085	(3.298.772)	(1.932.752)	6.219.427	71.774.463

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial para os quais foi constituída provisão, são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Construtora Perote-Xalapa	-	1.170.508	-
Fabritubo	-	1.879.566	1.879.566
Grossiman	1.152.584	-	-
Luma e NGA (Grupo Geovision)	1.282.903	-	-
Grupo SLPP	5.470.778	3.912.215	-
Haçor	1.653.691	-	-
HL – Soc. Gestora Edifício,SA	2.794.490	-	-
Iberocargo	1.021.839	648.912	-
Vista, SA	666.128	68.490	-
Outras	1.143.649	191.492	179.204
	15.186.062	7.871.183	2.058.770

Com excepção das provisões criadas para a selagem e monitorização de aterros, e para as da subsidiária TCL (relativas à adopção da IFRIC 12), para todas as outras a data de utilização das mesmas não é passível de ser estimada, pelo que tais provisões não foram alvo de actualização financeira.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros passivos não correntes” diz respeito a subsídios ao investimento atribuídos ao Grupo conforme informação abaixo:

2010	RECONHECIMENTO DE PROVEITOS				
SOCIEDADE BENEFICIÁRIA	Valor do activo	Montante do subsídio	Proveitos diferidos	Reconhecimen- to de proveito em 2010	Reconhecimen- to de proveito em 2009
Ferrovias	15.318.483	1.207.736	797.506	284.568	660.721
Indaqua Feira	12.500.000	12.500.000	12.500.000	-	-
Mota-Engil Engenharia	23.785.439	6.697.366	2.113.533	2.130.732	632.618
RTA	7.619.971	3.108.194	1.671.330	107.941	107.941
SGA	3.956.914	1.377.415	222.283	82.302	82.302
			17.304.652	2.605.543	1.483.582

2009 REEXPRESSO	RECONHECIMENTO DE PROVEITOS				
SOCIEDADE BENEFICIÁRIA	Valor do activo	Montante do subsídio	Proveitos diferidos	Reconhecimen- to de proveito em 2010	Reconhecimen- to de proveito em 2009
Ferrovias	15.318.483	1.207.736	1.082.074	660.721	58.654
Mota-Engil Engenharia	11.587.677	3.956.078	1.562.301	632.618	444.541
RTA	7.619.971	3.108.194	1.779.271	107.941	107.941
SGA	3.956.914	1.377.415	304.585	82.302	82.302
			4.728.231	1.483.582	693.438

2009	RECONHECIMENTO DE PROVEITOS				
SOCIEDADE BENEFICIÁRIA	Valor do activo	Montante do subsídio	Proveitos diferidos	Reconhecimen- to de proveito em 2010	Reconhecimen- to de proveito em 2009
Aenor	348.752.476	59.543.500	53.282.790	2.010.909	1.593.161
Ferrovias	15.318.483	1.207.736	1.082.074	660.721	58.654
Mota-Engil Engenharia	11.587.677	3.956.078	1.562.301	632.618	444.541
RTA	7.619.971	3.108.194	1.779.271	107.941	107.941
SGA	3.956.914	1.377.415	304.585	82.302	82.302
			58.011.021	3.494.491	2.286.599

Do total de proveitos diferidos no âmbito de subsídios ao investimento recebidos, os montantes de 375.565 euros e 818.677 euros, para 2010 e 2009 respectivamente, encontram-se registados na rubrica “Outros passivos correntes”, conforme apresentado a seguir.

30. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

A informação relativa a “Outros passivos correntes”, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Acréscimos de custos			
Encargos com férias e subsídio de férias	31.088.568	27.444.207	28.109.001
Juros a liquidar	7.765.659	5.511.595	27.189.547
Trabalhos em curso não facturados por fornecedores	44.672.485	41.521.906	41.921.930
Indemnizações a pagar nas concessões de auto-estradas	-	-	40.442.588
Outros custos por facturar nas concessões de auto-estradas	-	-	8.593.885
Outros acréscimos de custos	256.428.143	27.102.688	33.684.230
	339.954.855	101.580.396	179.941.181
Proveitos diferidos			
Facturação antecipada	97.845.016	145.756.552	146.099.573
Subsídios ao investimento	375.565	818.677	2.829.586
Rendas em imóveis próprios	24.092	317.770	317.770
Proveitos a reconhecer nas concessões de auto-estradas	-	-	49.327.013
Outros proveitos diferidos	32.511.311	12.125.638	17.884.850
	130.755.984	159.018.637	216.458.792
	470.710.839	260.599.033	396.399.973

Em 31 de Dezembro 2009, a rubrica “Indemnizações a pagar nas concessões de auto-estradas” correspondia aos montantes a pagar aos Agrupamentos Complementares de Empresas responsáveis pela construção das referidas auto-estradas, na sequência do pedido de reequilíbrio financeiro estabelecido entre o Grupo Ascendi e o Estado Português, os quais foram liquidados em 2010.

Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as garantias prestadas pelo Grupo a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do Grupo, discriminadas por moeda, eram como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Coroas Checas	4.147.559	3.738.316	3.738.316
Novo Leu da Roménia	-	1.098.700	1.098.700
Dinares Argelinos	5.935.342	1.088.539	1.088.539
Dólares dos Estados Unidos	133.239.890	165.819.538	165.819.538
Escudos Cabo-verdianos	4.020.970	1.020.362	1.428.470
Euros	682.281.094	667.728.151	716.041.353
Forints Húngaros	25.390.052	31.678.720	31.678.720
Kwashes do Malawi	19.199.687	35.359.589	35.359.589
Meticais Moçambicanos	34.125.240	2.341.410	10.425.318
Nuevos Soles Peruanos	35.189.848	2.393.072	2.393.072
Pesos Mexicanos	-	-	16.075.571
Rands da África do Sul	-	825.624	825.624
Zlotys Polacos	58.169.015	47.636.294	47.636.294
	1.001.698.697	960.728.315	1.033.609.104

**31.
COMPROMISSOS**

O detalhe por empresas do Grupo é como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Áreagolfe	1.181.949	963.680	963.680
Constructora Perote -Xalapa	-	-	8.083.908
CPTP	22.007.422	16.106.352	16.106.352
Emocil	2.416.369	-	-
EMSA	129.602	98.444	98.444
Ferrovias	20.363.790	21.045.069	21.045.069
Grossiman	-	-	48.865
Grupo Ascendi	-	-	63.243.033
Grupo Indaqua	76.385.355	76.726.696	76.726.696
Grupo Suma	25.292.320	29.005.264	29.005.264
Grupo Tertir	81.010.152	82.822.005	82.845.817
Hifer	-	-	52.812
Manvia	1.563.060	964.410	964.410
Mota-Engil Serviços Partilhados	504.933	504.933	504.933
MKC	-	203.982	203.982
Mota-Engil Ambiente e Serviços	15.627.500	17.123.295	17.123.295
Mota-Engil Central Europe Polónia	58.576.891	46.996.031	46.996.031
Mota-Engil Engenharia	617.042.898	631.047.170	631.047.170
Mota-Engil Central Europe Hungria	5.347.174	7.425.653	7.425.653
Mota-Engil Pavimentações	7.564.274	4.657.494	4.657.494
Mota-Engil Peru	46.294.874	4.821.988	4.821.988
Mota-Engil SGPS	250.000	-	-
Parquegil	-	-	3.281
Planinova	283.014	275.178	275.178
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados	5.275.079	5.380.438	5.380.438
RTA	384.369	423.173	423.173
Sadoport	-	-	1.425.078
Sedengil	30.956	54.857	54.857
Tecnocarril	15.000	15.000	15.000
Tracevia	6.126.734	6.355.615	6.355.615
Vibeiras	8.024.982	7.711.588	7.711.588
	1.001.698.697	960.728.315	1.033.609.104

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tinha constituída caução sobre as acções detidas e prestações acessórias efectuadas às empresas participadas Ascendi CP, Ascendi GP, Ascendi BLA, Lusoponte e Ascendi Norte, para garantir, a favor das entidades financeiras, os empréstimos contraídos por aquelas participadas, mecanismo que se insere no enquadramento jurídico e financeiro típico de uma estrutura de “Project Finance”.

O Grupo assumiu responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos atribuídos a alguns ex-funcionários e a alguns actuais funcionários.

As políticas de contabilização destes planos adoptadas pelo Grupo estão descritas na alínea xx) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo respeitam na sua quase totalidade à Mota-Engil Engenharia (8.936.770 euros e 10.256.214 euros respectivamente), sendo o montante de 414.622 euros e 418.283 euros referente a outras empresas, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo da Mota-Engil Engenharia, bem como as respectivas coberturas são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Responsabilidades com pensionistas	1.458.253	1.698.852	1.698.852
Responsabilidades com actuais activos	7.478.245	8.557.363	8.557.363
Provisões constituídas (Nota 29. Provisões)	8.936.770	10.256.214	10.256.214
% de cobertura	100%	100%	100%

A variação ocorrida no exercício encontra-se suportada por um relatório actuarial encomendado para o efeito e deveu-se, essencialmente, às seguintes alterações de pressupostos: (i) a taxa de rendimento do fundo passou de 4% para 4,5%, atendendo a que actualmente as taxas de rendimento esperado no longo prazo utilizadas no mercado dos fundos de pensões, também por recomendação das normas internacionais de contabilidade, rondam os 5%; (ii) o mesmo se aplica relativamente à taxa de actualização das pensões, embora se tenha passado apenas de 3% para 4% (como não existe veículo de financiamento para estas responsabilidades, é recomendável que se mantenha nos 4%); (iii) a taxa de crescimento salarial passou de 3% para 2%, atendendo a que o histórico dos salários utilizados para a avaliação actuarial tem apresentado crescimentos inferiores a 3%.

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos são apuradas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

O estudo actuarial disponível reportado a 31 de Dezembro de 2010 assumiu os seguintes pressupostos:

	2010
Idade de passagem à reforma	65
Taxa esperada de crescimento salarial	2%
Taxa de actualização das pensões	4%
Tábuas de mortalidade	TV 88_90
Taxa de crescimento das pensões	4%
Número de pagamentos do benefício	14

32. BENEFÍCIOS DE PLANOS DE REFORMA

33. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transacções comerciais

As subsidiárias do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

Os saldos e transacções efectuadas entre subsidiárias durante o exercício findo de 31 de Dezembro de 2010 são como segue:

	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresa-mãe do Grupo e Actividades conexas				
Mota-Engil SGPS	30.297.596	3.202.268	102.828.402	13.394.700
Outras	6.215.895	1.563.599	16.000	2.501.672
Engenharia & Construção				
Mota-Engil Engenharia	121.639.560	116.755.615	95.864.150	1.170.000
ME - Engenharia (sede)	193.839.141	34.679.435	95.864.150	1.170.000
Aurimove	9.404	1.685.980	1.173.013	7.153.930
Jeremiasova	-	8.918.398	-	-
M-Invest	250.578	6.590	8.271.283	110.391
Mota-Engil Angola	42.834.295	65.969.721	-	-
Mota-Engil Central Europe Polónia	2.848.248	3.942.792	6.582.486	348.714
Mota-Engil Central Europe SGPS	13.552.828	17.745.216	50.503.837	68.024.706
Mota-Engil Magyarország	223.947	319.960	7.202.198	8.171.639
Mota-Engil Real Estate Management	3.117.713	3.508.277	7.127.674	9.342.687
Mota-Engil Real Estate Portugal	1.147.435	779.122	22.370.830	17.241.000
Mota-Engil S. Tomé	5.408.989	1.080.817	-	5.094.147
Mota Internacional	22.002.292	346.158	4.384.802	-
Planinova	500	16.403.124	-	6.325.500
Rentaco Angola	9.169.133	6.381.180	-	903.308
Tabella	-	-	-	18.888.995
Wılanow	-	1.064.097	-	7.115.588
Outras	37.004.831	18.155.680	4.580.025	41.454.805
Ambiente & Serviços				
Mota-Engil Ambiente e Serviços	8.130.313	30.127.333	50.157.226	101.650.870
ME-Ambiente e Serviços	8.632.150	30.127.333	50.157.226	101.650.870
Suc MEAS Irlanda	-	497.981	-	-
Indaqua	1.222.907	88.173	30.938.414	12.140.215
Indaqua Feira	727	247.551	-	18.450.311
Indaqua Matosinhos	194.363	275.663	-	5.369.187
Suma	27.608.810	2.664.662	5.232.654	18.057.913
Suma Matosinhos	118.309	5.738.529	-	-
Tertir	2.052.114	7.913.944	3.053.284	19.066.319
Vista Waste (Angola)	57.541	13.452.324	-	65.861
Outras	27.997.873	34.769.428	6.349.567	24.593.387

	Juros obtidos	Juros suportados	Outros ganhos	Outros gastos
Empresa-mãe do Grupo e Actividades conexas				
Mota-Engil SGPS	5.250.645	-	12.470.798	-
Mota-Engil Serviços Partilhados	-	47.256	11.233.568	-
Outras	-	40.690	2.230.105	7.810
Engenharia & Construção				
Mota-Engil Engenharia	2.835.474	844.467	93.460.859	196.066.233
ME - Engenharia (sede)	2.450.772	838.237	41.478.720	26.310.425
Capsfil	-	-	4.636.795	226.539
Ferrovias	48.667	50.589	542.643	5.962.228
Mota-Engil Angola	-	-	136.623.463	93.285.636
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados	-	-	11.144.411	1.782.003
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	22	15.874	3.935.617	-
Mota-Engil Central Europe Polónia	413.131	-	3.765.083	4.396.985
Mota-Engil Pavimentações	-	-	4.322.632	6.901.014
Planinova	-	-	-	17.499.861
Rentaco	-	-	5.408.642	3.735
Rentaco Angola	-	-	5.111.755	183.696
Outras	2.245.306	5.416.394	24.197.574	6.643.530
Ambiente & Serviços				
Mota-Engil Ambiente e Serviços	1.633.209	4.369.543	-	-
ME - Ambiente e Serviços	1.633.209	4.369.543	-	-
Suc MEAS Irlanda	-	-	-	-
Suma	580.300	436.149	11.682.724	749.967
Outras	1.307.502	3.093.294	18.247.927	15.305.359

Os saldos e transacções com empresas associadas e empresas controladas conjuntamente, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, não são eliminados, e são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Contas a receber	85.882.003	17.251.992	15.432.657
Contas a pagar	24.368.211	23.125.511	30.738.865
Suprimentos concedidos	56.620.017	n.d.	n.d.
Suprimentos obtidos	590.681	n.d.	n.d.
Vendas e prestações de serviços	34.694.720	15.391.884	12.615.358
Custos das mercadorias vendidas e dos subcontratos	18.638.094	19.362.458	16.994.697
Juros obtidos	2.999.482	n.d.	n.d.
Juros suportados	172.797	n.d.	n.d.

Os saldos e transacções com accionistas do Grupo com participações qualificadas ou com outras empresas por si detidas são como segue:

	2010
Contas a receber	1.344.288
Contas a pagar	8.359
Suprimentos concedidos	1.467.149
Vendas e prestações de serviços	739.859
Custos das mercadorias vendidas e dos subcontratos	18.027

Os saldos e transacções foram efectuados com as seguintes empresas com accionistas comuns ao Grupo:

Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA
António de Lago Cerqueira, SA
Cerâmica de Boialvo, Lda
Cogera – Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda
Covelas – Energia, Lda
F.M. – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
Sunviauto – Indústria de Componentes de Automóveis, SA

A relação dos accionistas do Grupo com participações qualificadas é como segue:

Eng ^o . António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Eng ^a . Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Eng ^a . Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá
Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.
F.M. – Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.
Privado Holding SGPS, S.A.
QMC Development Capital Fund, Plc

Por impossibilidade de determinação, encontram-se excluídas as outras empresas em que as sociedades QMC Development Capital Fund, Plc e Privado Holding, SGPS, SA também são accionistas.

Os administradores da Holding do Grupo e de cada uma das suas *sub-holdings* são os seguintes:

MOTA-ENGIL SGPS, S.A.

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho
Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Eng.ª. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Eng.º. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves
Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres
Eng.º. José Luís Catela Rangel de Lima
Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.

Eng.º. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Eng.º. António Martinho Ferreira de Oliveira
Dr. Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo
Eng.º. Fernando Alberto Fiel e Barbosa
Eng.º. Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Eng.º. Mário Jorge de Melo Faria de Barros
Eng.º. Gilberto Silveira Rodrigues
Eng.º. Pedro Rodrigues Martins da Costa

MOTA-ENGIL AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, S.A.

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Eng.º. Jorge Agostinho Fernandes Rodrigues
Eng.º. Paulo Jorge Silva da Costa Nunes
Eng.º. Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Eng.º. Pedro José Avelar Montalvão de Santos e Silva

As sociedades subsidiárias e as sociedades associadas do Grupo encontram-se elencadas no Apêndice A deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

b) Compensações da administração e do Revisor Oficial de Contas

As remunerações atribuídas aos membros da administração durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascenderam aos montantes de 4.807.163 euros (do qual, 3.565.500 euros a título de remuneração fixa, 1.132.163 euros a título de remuneração variável e 109.500 euros a título de senhas de presença atribuídas aos administradores não executivos) e de 4.906.152 euros (do qual, 3.555.000 euros a título de remuneração fixa, 1.257.652 euros a título de remuneração variável e 93.500 euros a título de senhas de presença atribuídas aos administradores não executivos), respectivamente.

Estas compensações são determinadas pela comissão de vencimentos, tendo em conta o desempenho individual e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Em cada um desses mesmos exercícios a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas ascendeu a 45.845 euros e 45.848 euros, respectivamente.

Alguns membros da administração possuem planos de reforma com benefícios definidos. A informação sobre estes planos está apresentada na Nota 32. Benefícios de planos de reforma.

34. EXPLORAÇÃO DE ACTIVOS MINERAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais activos e passivos afectos à exploração dos activos minerais do Grupo são como segue:

A contabilização dos terrenos afectos à exploração de activos minerais é feita de acordo com os critérios descritos na alínea iv) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas contabilísticas.

	2010	2009 reexpresso	2009
Activo fixo:			
Terrenos em exploração	51.294.089	28.347.907	28.347.907
Edifícios afectos à exploração	1.743.584	491.091	491.091
Equipamentos afectos à exploração	10.040.015	8.359.574	8.359.574
Inventário:			
Stock de minério	6.084.541	5.698.236	5.698.236
Saldos a receber	22.372.729	12.261.634	12.261.634
Saldos a pagar	41.574.995	19.696.111	19.696.111

Durante o exercício de 2010 e 2009, os proveitos e custos operacionais do Grupo relacionados com a exploração de activos minerais são como se apresenta abaixo.

Durante o exercício de 2010 e 2009, os fluxos de caixa da actividade de exploração de activos minerais são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Proveitos operacionais	47.872.952	27.466.703	27.466.703
Custos operacionais	39.385.624	25.225.574	25.225.574
EBITDA	8.487.328	2.241.129	2.241.129
margem EBITDA	17.7%	8.2%	8.2%

	2010	2009 reexpresso	2009
Recebimentos de clientes	42.386.222	26.856.225	26.856.225
Pagamentos a fornecedores	(30.208.234)	(16.756.942)	(16.756.942)
Cash-flow operacional	12.177.988	10.099.283	10.099.283
Aquisição de activo fixo	(2.685.444)	(2.290.649)	(2.290.649)
Alienação de activo fixo	561.286	144.559	144.559
Cash-flow de investimento	(2.124.158)	(2.146.090)	(2.146.090)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e de forma a transmitir uma imagem mais fiel e apropriada da posição financeira do Grupo Mota-Engil, bem como dos resultados das suas operações, o Grupo procedeu à alteração do método de consolidação dos interesses financeiros que detinha em empresas conjuntamente controladas (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial), não havendo empresas consolidadas pelo método da integração proporcional no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

35.
CONTRIBUIÇÃO
DAS EMPRESAS
CONSOLIDADAS
PELO MÉTODO
DA INTEGRAÇÃO
PROPORCIONAL



36. ALTERAÇÕES DE PERÍMETRO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não ocorreram alterações ao perímetro materialmente relevantes, pelo que não são apresentados os efeitos nas principais rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados.

Durante o exercício de 2010, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação, em termos de entradas e saídas de empresas, foram como segue:

AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

Aquisição por parte da Indaqua, SA de 5% do capital da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., passando o Grupo a deter 50,06% do capital social da empresa.

Aquisição por parte da Indaqua, SA de 0,01% do capital da Indaqua Santo Tirso – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A., passando o Grupo a deter 50,06% do capital social da empresa.

Aquisição por parte da Indaqua SA, de 0,14% do capital da Indaqua Fafe – Gestão de Águas de Fafe, S.A., passando o Grupo a deter 50,06% do capital social da empresa.

Aquisição de 99,9% do capital social da Przedsiębiorstwo Robót Drogowo – Mostowych w Lublinie Sp z o.o.

Aquisição de 5,11% do capital da TCL – Terminal de Contentores de Leixões, S.A. via acções próprias, passando o Grupo a deter 54,50% do capital social da empresa.

Aquisição de 50% do capital da Bergamon, A.S., passando o Grupo a deter 100% do capital social da empresa.

Aquisição por parte da Suma do Grupo Geo Vision, pela aquisição de 50% do capital social da Geo Vision, Soluções Ambientais e Energia, S.A.

Aquisição de 0,01% do capital da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A., passando o Grupo a deter 99,62% do capital social da empresa.

Aquisição de 20% do capital da Wilanow Project Development SP. z.o.o., passando o Grupo a deter 80% do capital social da empresa.

Aquisição de 70% do capital social da Fatra – Fábrica de Trefilaria de Angola, S.A.

EMPRESAS CONSOLIDADAS PELA PRIMEIRA VEZ

Empresa - Mãe do Grupo e Actividades Conexas

MESP Central Europe Sp. z o. o. ("MESP Central Europe")

Pentele-Alisca Autópálya - Uzemeleto Kft. ("Pentele-Alisca")

Área de Negócio - Engenharia & Construção

Fibreglass Sundlete (Moç), Lda. ("Fibreglass")

Mota-Engil Brand Management B.V. ("Mota-Engil Brand Management")

Mota-Engil, Brands Development Limited ("Mota-Engil Brands Development")

Mota-Engil Central Europe Magyaroszági Kft. ("Mota-Engil Central Europe Magyaroszági")

Mota-Engil Central Europe Romania S.R.L. ("Mota-Engil Central Europe Roménia")

Novicer – Cerâmicas de Angola, Lda. ("Novicer")

Área de Negócio - Ambiente & Serviços

HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A. ("HL - Sociedade Gestora do Edifício")

Sol-S Internacional, Tecnologias de Informação, S.A. ("Sol-S Internacional")

Transitex México, S.A. de C.V. ("Transitex México")

CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS

Empresa - Mãe do Grupo e Actividades Conexas

Mota-Engil Energia, S.A. ("Mota-Engil Energia")

Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Indústria e Inovação")

Área de Negócio - Engenharia e Construção

Mota-Engil África, SGPS, S.A. ("Mota-Engil África")

Mota-Engil Angola, S.A. ("Mota-Engil Angola")

Mota-Engil Lublin Sp. z o. o. ("Mota-Engil Lublin")

Área de Negócio - Ambiente e Serviços

Serurb Brasil Participações Ltda. ("Serurb Brasil")

Suma Brasil Participações Ltda. ("Suma Brasil")

Tergep, SGPS, S.A. ("Tergep")

Transítex do Brasil Serviços e Logística, Ltda. ("Transítex Brasil")

FUSÃO DE EMPRESAS

Fusão das empresas Norcargas – Cargas e Descargas, Lda., Operport - Sociedade Portuguesa de Operadores Portuários, Lda. e Tertir – Tráfego e Estiva, SGPS, Lda. na Tertir SGPS.

Reorganização societária do Grupo Ascendi, passando o Grupo a deter uma participação de 60% no capital social da Ascendi Group, SGPS, S.A.

Fusão da Transporlixos – Transportes de Lixos, S.A. na Triu.

SAÍDA DE EMPRESAS

Alienação de 50% do capital social da Relevante Função - Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.

Saída do perímetro da Moravské Pozemní stavby, s.r.o. por se encontrar em processo de dissolução.

Alienação de 60% do capital social da Kozielska Sp. z o.o.

Saída do perímetro da Conxalapa, por se tratar de um ACE

Saída do perímetro da Hifer Construcción Conservación y Servicios, S.A. por se encontrar como activo detido para venda.

Extinção da sociedade Lisprojecto – Consultoria e Soluções Informáticas, S.A.

ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Alteração do método de consolidação de integração global para o método de equivalência patrimonial das seguintes empresas do Grupo Ascendi:

Ascendi Group, SGPS, S.A. ("Ascendi Group SGPS")
Ascendi – Concessões de Transportes, SGPS, S.A. ("Ascendi SGPS")
Ascendi – Serv. Assessoria Gestão Operação, S.A. ("Ascendi SA")
Ascendi O&M, S.A. ("Ascendi O&M")

Alteração do método de consolidação de integração proporcional para método de equivalência patrimonial das seguintes empresa da área de Engenharia & Construção:

Cimertex & Companhia – Comércio Equip. e Ser. Técnicos, Lda. ("Cimertex & Companhia")
Cimertex Angola – Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda. ("Cimertex Angola")
Construcciones Crespo, SA ("Crespo")
Constructora Autopista Perote -Xalapa, S.A. de C.V. ("Constructora Perote Xapala")
Grossiman, S.L. ("Grossiman")
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")
M-Invest Slovakia Mierova , s.r.o. ("Mierova")
M-Invest Slovakia Trnavska, s.r.o. ("Trnavska")
Probigalp Ligantes Betuminosos, S.A. ("Probigalp")

Alteração do método de consolidação de integração proporcional para método de equivalência patrimonial das seguintes empresa da área de Ambiente & Serviços:

Ambigere, S.A. ("Ambigere")
Chinalog – Serviços Logísticos e Consultadoria, Lda. ("Chinalog")
Ibercargo Rail, S.A. ("Ibercargo")
Parquegil – Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A. ("Parquegil")
Sadoport – Terminal Marítimo do Sado, S.A. ("Sadoport")
SLPP – Serviços Logísticos de Portos Portugueses, S.A. ("SLPP")
Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda ("STM")
TTRM, Transferência e Triagem de Resíduos da Madeira ACE ("TTRM")
Vista Energy Environment & Services ("Vista SA")

Alteração do método de consolidação de integração proporcional para método de equivalência patrimonial das seguintes empresas do Grupo Ascendi:

Ascendi Beiras Litoral e Alta – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. ("Ascendi Beiras Litoral e Alta")
Ascendi Costa de Prata – Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A. ("Ascendi Costa de Prata")
Ascendi Douro – Estradas do Douro Interior, S.A. ("Ascendi Douro")
Ascendi Grande Lisboa – Auto-Estradas da Grande Lisboa, S.A. ("Ascendi Grande Lisboa")
Ascendi Grande Porto – Auto-Estradas do Grande Porto, S.A. ("Ascendi Grande Porto")
Ascendi Norte – Auto-Estradas do Norte, S.A. ("Ascendi Norte")
Ascendi Operadora BLA – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora BLA")
Ascendi Operadora CP – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora CP")
Ascendi Operadora DI – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora DI")
Ascendi Operadora GL – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora GL")
Ascendi Operadora GP – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora GP")
Ascendi Operadora NT – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora NT")
Concessionaria Autopista Perote Xalapa, S.A. DE C.V. ("Concessionária Perote Xalapa")

Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global das seguintes empresas da área de Engenharia & Construção:

Bergamon, A.S. ("Bergamon")

Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global das seguintes empresas da área de Ambiente & Serviços :

Vista Water, Lda. ("Vista Water")

As principais grandezas das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo dos últimos cinco exercícios são as seguintes:

	2010	2009 reexpresso	2008	2007	2006
Vendas e prestações de serviços	2.004.550.902	1.978.732.739	1.868.731.191	1.401.899.756	1.308.233.076
EBITDA	237.293.889	196.268.213	311.336.139	248.495.314	141.738.046
EBIT	131.746.011	112.493.490	192.740.342	148.186.387	84.193.679
Resultado financeiro	(50.927.593)	(47.835.971)	(129.759.258)	(107.453.070)	(36.156.993)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses que não controlam	32.406.014	9.946.801	9.204.245	10.206.823	5.429.156
ao Grupo	36.950.674	72.612.478	30.565.438	97.538.375	32.205.403

37. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS ÚLTIMOS CINCO EXERCÍCIOS

	2010	2009 reexpresso	2008	2007	2006
Activo					
Não corrente	1.544.113.841	1.416.446.234	2.253.100.986	2.114.522.603	758.741.749
Activos não correntes detidos para venda	67.807.496	29.043.672	29.043.672	-	-
Corrente	1.844.244.847	1.458.407.514	1.427.506.596	1.249.847.829	976.249.835
	3.456.166.184	2.903.897.420	3.709.651.254	3.364.370.432	1.734.991.584
Passivo					
Não corrente	1.049.494.243	878.822.935	1.934.379.034	1.906.922.121	609.415.337
Corrente	1.925.942.042	1.632.263.747	1.433.955.137	1.095.720.799	821.781.450
	2.975.436.285	2.511.086.682	3.368.334.171	3.002.642.920	1.431.196.787
Capital Próprio					
atribuível ao Grupo	411.707.342	342.609.114	289.021.913	315.347.369	282.946.007
atribuível a interesses que não controlam	69.022.557	50.201.624	52.295.170	46.380.143	20.848.790
	480.729.899	392.810.738	341.317.083	361.727.512	303.794.797
	3.456.166.184	2.903.897.420	3.709.651.254	3.364.370.432	1.734.991.584

38. ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Águas de S. João	-	2.940.100	2.940.100
Concessão de prestações suplementares	-	-	8.093.501
Capsfil	-	8.267.000	8.267.000
Grupo Ascendi	-	-	32.311.909
Grupo Geo Vision	21.509.000	-	-
Idinsa	10.418.931	-	-
Lusoponte	-	-	85.793.160
MK Contractors, LLC	-	294.920	294.920
Mota-Engil Central Europe Eslováquia	-	383.958	383.958
Tertir	-	1.902.817	1.902.817
Transporlixos	-	800.000	800.000
Outros	1.515.241	1.658.082	1.658.082
	33.443.172	16.246.877	142.445.447

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes recebidos associados a alienação de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Devolução de prestações suplementares	-	5.474.841	5.474.841
Glintt	370.000	3.310.370	3.310.370
Hidrocontrato	-	1.402.652	1.402.652
Imóveis (Edifícios e Terrenos)	-	1.123.133	1.123.133
Jasz-Vasut	1.159.000	-	-
Outros	492.692	8.700	8.700
	2.021.692	11.319.695	11.319.695

O Grupo decidiu classificar para esta rubrica dois terrenos não operacionais (pertencentes ao segmento Ambiente & Serviços), cujo valor será recuperado através de uma alienação e não através do uso contínuo dos mesmos.

Embora no decurso do exercício de 2010 não tenha sido possível ainda proceder à concretização de tal alienação, continua a ser vontade das partes (comprador e vendedor) efectuar tal negócio, o qual está apenas pendente de alguns procedimentos legais e administrativos.

Adicionalmente, dado que o justo valor dos terrenos deduzido dos custos expectáveis com a venda é superior ao custo de aquisição dos mesmos, tais imóveis encontram-se registados ao custo.

39. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA



Os principais eventos subsequentes ocorridos durante o ano de 2011 até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se resumidos no Capítulo 10 do Relatório de Gestão ("Factos relevantes após o termo do exercício"), não produzindo os mesmos quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras anexas.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES



Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo em 14 de Março de 2011. Contudo, as mesmas estão, ainda, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, sendo convicção do Conselho de Administração do Grupo de que estas serão aprovadas sem alterações.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2010



3. RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

NOVOS RUMOS PARA O FUTURO

O Grupo Mota-Engil opera na concessão de infra-estruturas rodoviárias, ajudando a aproximar distâncias graças a uma ampla rede nacional e internacional.



0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO



0.1 O presente relatório obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento CMVM nº 1/2010 e tem por referência o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2010 divulgado pela CMVM no seu endereço electrónico www.cvm.pt.

0.2 Indicação discriminada das recomendações incluídas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas pela Mota-Engil, SGPS, SA:

RECOMENDAÇÃO/CAPÍTULO	Cumprimento	Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Cumprida	I.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	I.3
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Não aplicável	I.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Não aplicável	I.5
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	Cumprida	I.9 e I.12
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Cumprida	I.11
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmem o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	Cumprida	I.6
I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não cumprida	0.4 e I.8
I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS		
I.5.1 Extractos de acta das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Cumprida	I.13 e I.14
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	I.19
I.6.2 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Cumprida	I.20
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1.1 TEMAS GERAIS – ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Cumprida	I.20

RECOMENDAÇÃO/CAPÍTULO	Cumprimento	Relatório
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assumpção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	Cumprida	II.5, II.6 e II.9
II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Cumprida	II.6
II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Cumprida	II.5 e II.9
II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Não cumprida	0.4 e II.7
II.1.2 TEMAS GERAIS – INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não-executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Cumprida	II.14
II.1.2.2 De entre os administradores não-executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não cumprida	0.4 e II.14
II.1.2.3 A avaliação da independência dos membros não-executivos pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente um administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Cumprida	II.15
II.1.3 TEMAS GERAIS – ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Cumprida	II.22
II.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a administradores não-executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Não cumprida	0.4 e II.16
II.1.4 TEMAS GERAIS – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Cumprida	II.35
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	II.35
II.1.5 TEMAS GERAIS – REMUNERAÇÃO		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assumpção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:		
(i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa.		
(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.		
(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.		
(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.		
(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.		
(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.		
(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.	Não Cumprida	0.4, II.31, II.32 e II.33
(viii) A remuneração dos membros não-executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.		
II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Cumprida	II.30

RECOMENDAÇÃO/CAPÍTULO	Cumprimento	Relatório
II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2º da Lei nº 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Cumprida	II.29
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	
II.1.5.5 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas.	Cumprida	I.15
II.1.5.6 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Cumprida	II.31
II.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Cumprida	II.3
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Cumprida	II.3
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não - executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Não aplicável	-
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	II.3
II.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no conselho de administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não cumprida	0.4, II.3 e II.11
II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Cumprida	II.3
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Cumprida	II.3 e II.13
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não aplicável	-
II.4 CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se, incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	-
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Cumprida	II.4 e II.21
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização, desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Cumprida	II.4 e II.21
II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Cumprida	II.24 e III.17

RECOMENDAÇÃO/CAPÍTULO	Cumprimento	Relatório
II.4.5 O conselho geral de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	II.24
II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de “compliance”) devem reportar funcionalmente à comissão de auditoria, ao conselho Geral e de supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Não cumprida	0.4 e II.3
II.5 COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Não cumprida	0.4 e II.3
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não cumprida	0.4 e II.3, II.38 e II.39
II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a comissão de remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do conselho de administração, ao próprio conselho de administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Cumprida	II.39
II.5.4 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Cumprida	II.3
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Cumprida	III.16
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) estatutos; c) identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) documentos de prestação de contas; f) calendário semestral de eventos societários g) propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) convocatórias para a realização de assembleia geral.	Cumprida	-
III.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Não cumprida	0.4 e III.18
III.1.4 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Cumprida	-
III.1.5 A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovadas pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – estes não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Não cumprida	0.4 e III.17
IV. CONFLITOS DE INTERESSES		
IV.1 RELAÇÕES COM ACCIONISTAS		
IV.1.1 Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Cumprida	III.11 e III.12
IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não cumprida	0.4 e III.13

0.3 Avaliação global sobre o grau de adopção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.

A Mota-Engil considera que, não obstante o não cumprimento integral das recomendações da CMVM, tal como detalhadamente justificado nos capítulos seguintes, o grau de adopção das recomendações é bastante amplo e completo.

0.4 Explicitação das divergências entre as práticas de governo da sociedade e as recomendações da CMVM:

I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.

Os estatutos da Mota-Engil prevêm que, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação, seja indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham pelo menos metade do capital. Uma vez que o art. 383º do Código das Sociedades Comerciais é menos restritivo, esta recomendação não se encontra cumprida. A Mota-Engil entende que este é o modelo que melhor defende os interesses societários.

II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Os órgãos de Administração e de Fiscalização da Mota-Engil, SGPS, SA têm regulamentos internos de funcionamento, no entanto, não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e não se encontram disponíveis para consulta. A Mota-Engil entende que os regulamentos vão para além dos aspectos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público.

II.1.2.2 De entre os administradores não-executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

Dos oito administradores não-executivos do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, apenas três são qualificados como administradores independentes, representando estes 20% do total do órgão de administração. Embora não esteja a ser cumprida esta recomendação, a Mota-Engil, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, considera adequado o número de administradores independentes.

II.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a administradores não-executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.

Tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, entende-se não ser necessária a existência de um processo formal de selecção de candidatos a administradores não-executivos. Os candidatos aos cargos de administração não-executiva são eleitos pela Assembleia Geral. Nas Assembleias Gerais electivas que vêm sendo realizadas, os nomes integrados nas listas para efeitos de eleição de órgãos sociais, em particular no que se refere ao órgão de administração e aos seus membros não-executivos, têm sido propostos pelos accionistas signatários da proposta em causa, não participando os administradores executivos no processo de escolha.

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade.

A recomendação não é cumprida no que respeita às seguintes alíneas. Não obstante estes incumprimentos, a Mota-Engil considera que não está posto em causa o objectivo do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os da Sociedade.

(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

Apesar de os Estatutos fixarem apenas em termos totais a remuneração variável do Conselho de Administração, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, a Comissão de Vencimentos considera que a componente variável atribuída aos membros da Comissão Executiva tem sido globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração.

(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Embora não exista qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis a Comissão de Vencimentos procura estruturar a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a poder haver uma continuação do desempenho positivo da sociedade no longo prazo.

(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

Não se encontram previstos quaisquer mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável. No entanto, a Comissão de Vencimentos tem sempre em consideração este factor nos critérios utilizados para a determinação da remuneração variável.

(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.

Não se encontram previstos quaisquer instrumentos jurídicos, para além dos legalmente existentes, que impossibilitem o pagamento de compensações quando existe desempenho desadequado do administrador, nos casos de destituição sem justa causa ou cessação por acordo.

(viii) A remuneração dos membros não-executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

A remuneração dos administradores não-executivos do órgão de administração integra componentes variáveis. A Mota-Engil entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos, esta situação não desvirtua a sua função não-executiva.

II.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A Mota-Engil entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir os seus interesses, pelo que os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as capacidades, habilitações e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho.

II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.

Os serviços de auditoria interna (Gabinete de Auditoria e Risco) reportam funcionalmente à Comissão de Investimento, Auditoria e Risco. Esta comissão é composta, normalmente, por três membros permanentes (um administrador não executivo, que preside, um administrador independente não-executivo e o “CFO”). Apesar de não reportar funcionalmente a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, considera-se garantida a independência deste gabinete face ao órgão de administração executiva.

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.

Não foram criadas as comissões recomendadas, uma vez que não se revelaram necessárias.

II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

O Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente e membro não-executivo do Conselho de Administração) e a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração) integram a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da accionista maioritária Mota Gestão e Participações, SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das suas próprias remunerações enquanto membros do órgão de administração. Considera-se que, em virtude dos respectivos currículos e percursos profissionais (constantes do ponto II.18), os três membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. Adicionalmente e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Empresa, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

III.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

A MOTA-ENGIL não definiu nem implementou qualquer política de rotação do auditor externo. O Conselho de Administração considera que a substituição do sócio responsável pelos serviços de auditoria a cada sete anos (obrigatória por lei), em combinação com os poderes atribuídos ao Conselho Fiscal, é suficiente para garantir a independência do auditor externo.

A manutenção do auditor está fundamentada num parecer do órgão de fiscalização que ponderou expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição.

III.1.5 A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovadas pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Ainda que tivessem sido contratados, ao auditor externo, serviços diversos dos de auditoria, em valor superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade, tal como se poderá constatar no ponto III.17 deste relatório, a Mota-Engil entende que, face aos mecanismos existentes, está assegurada a sua independência.

IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.

Os negócios entre a sociedade e titulares de participações qualificadas, ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objecto de apreciação exclusiva pela Comissão Executiva, suportada em análises e pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco (comissão especializada). Não estão estabelecidos quaisquer procedimentos ou critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização. É de referir, no entanto, que as transacções com administradores da Mota-Engil, ou com sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contraente é administrador, independentemente do valor, estão sujeitas à prévia autorização do Conselho de Administração relevante, com parecer favorável do órgão de fiscalização respectivo, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

I.1 Identificação dos membros da mesa da assembleia geral

Presidente: Dr. Luís Neiva Santos

Secretário: Dr. Rodrigo Neiva Santos

São facultados os recursos humanos e logísticos adequados às necessidades do presidente da Mesa da Assembleia Geral, nomeadamente através do apoio dado pelos serviços da Direcção Jurídica da Mota-Engil, SGPS, SA. Este apoio é considerado adequado à dimensão e situação económica da Sociedade.

Estão disponíveis no sítio da Internet da Sociedade as actas das reuniões da Assembleia Geral, assim como um acervo das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas nos últimos três anos.

I.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

As datas de início e termo dos mandatos dos membros da Mesa da Assembleia Geral são, respectivamente, 2010 e 2013.

I.3 Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia geral

Durante o ano de 2010, o presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu 12.500 euros.

I.4 Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral

Face à publicação do Decreto-Lei nº 49/2010, de 19 de Maio, esta recomendação deixou de ser aplicável.

I.
ASSEMBLEIA
GERAL



I.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia geral

Face à publicação do Decreto-Lei nº 49/2010, de 19 de Maio, esta recomendação deixou de ser aplicável.

I.6 Número de acções a que corresponde um voto

De acordo com os estatutos da Mota-Engil, a cada acção corresponde um voto, estando assegurada, deste modo, a necessária proporcionalidade entre detenção de capital e direito de voto.

I.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionado.

Ainda que o contrato social da Mota-Engil preveja a possibilidade de a Sociedade emitir acções preferenciais sem voto, não existe actualmente esta categoria de acções.

I.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

De acordo com o artigo 23º dos estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação, é indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham acções correspondentes a mais de 50% do capital social.

I.9 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência estão previstas no artigo 22º dos estatutos da Sociedade. De acordo com aquele artigo, os accionistas poderão votar por correspondência relativamente a todo e qualquer tema, não estando prevista qualquer restrição a este nível.

I.10 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A Sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo pode ser obtido através dos serviços da Direcção de Relações com o Mercado de Capitais (Dr. João Vermelho – e-mail: jvermelho@mota-engil.pt).

I.11 Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral

Só serão considerados os votos por correspondência desde que as declarações de voto por correspondência sejam recebidas na sede da sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da assembleia geral.

I.12 Exercício do direito de voto por meios electrónicos

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Até à presente data, a Sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

I.13 Possibilidade de os accionistas acederem aos extractos da actas das reuniões das assembleias gerais no sítio internet da sociedade nos cinco dias após a realização da assembleia geral

Os accionistas da Sociedade podem aceder, no sítio de Internet (www.mota-engil.pt) aos extractos das actas das reuniões das assembleias gerais, sendo as mesmas divulgadas dentro do prazo de cinco dias após a sua realização.

I.14 Existência de um acervo histórico, no sítio internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos três anos antecedentes

A Sociedade disponibiliza, no seu sítio de Internet (www.mota-engil.pt) informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade referentes aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

I.15 Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas assembleias gerais

Nas assembleias gerais anuais da sociedade, a comissão de remunerações tem sido representada por todos os seus membros.

I.16 Informação sobre a intervenção da assembleia geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes

Compete à Assembleia Geral de Accionistas nomear uma Comissão de Vencimentos, a qual terá de definir uma política de remunerações dos órgãos sociais e outros dirigentes que promova, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respectivos interesses com os da Sociedade. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização é submetida à Assembleia Geral, tal como previsto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho.

I.17 Informação sobre a intervenção da assembleia geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de acções e, ou, de opções de aquisição de acções, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à assembleia geral com vista a uma avaliação correcta desses planos

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

I.18 Informação sobre a intervenção da assembleia geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Com excepção dos accionistas-fundadores, a Sociedade não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Os administradores accionistas-fundadores são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da Mota-Engil, SGPS, SA.

I.19 Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas

O Contrato de Sociedade não prevê a limitação de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.20 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.21 Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Não existem acordos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

I.22 Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

II.1 Identificação e composição dos órgãos da sociedade

Conselho de Administração (2010-2013):

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)
Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Vice-Presidente) (CEO)
Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-Presidente)
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-Presidente)
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)
Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)
Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)
Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves (Vogal)
Eng.º José Luís Catela Rangel de Lima (Vogal)
Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal) (CFO)
Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres (Vogal)
Professor Doutor Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)
Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)

Comissão Executiva (2010-2013):

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho (Presidente)
Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres

Conselho Fiscal (2007-2010):

Professor Doutor Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)
Dr. José Rodrigues de Jesus (Efectivo)
Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez (Efectivo)(1)

(1) Na sequência da renúncia apresentada pelo anterior membro efectivo (Eng. Manuel Teixeira Mendes), no dia 21 de Setembro de 2010, e nos termos do nº 4 do art. 415º do Código das Sociedades Comerciais, o Sr. Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez, até e Conselho de Administração (2010-2013): não membro suplente do Conselho Fiscal, passou a membro efectivo do referido órgão, até à próxima Assembleia Geral.

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Revisor Oficial de Contas (2007-2010):

António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC

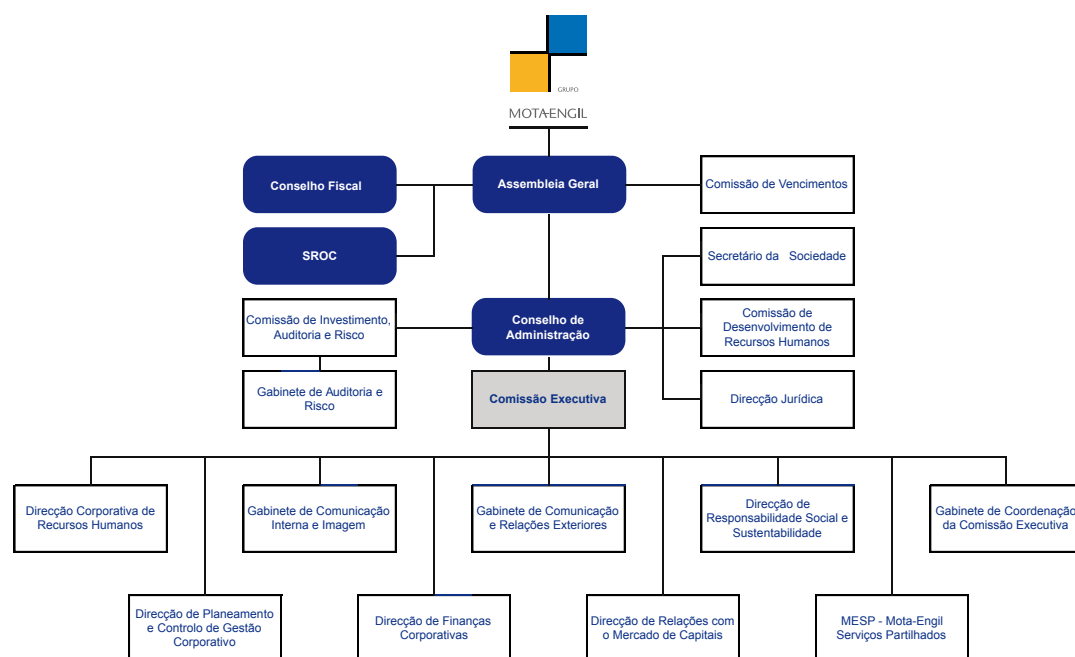
Auditor Externo Registado na CMVM:

Deloitte & Associados, SROC, SA, representada por Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

II.2 Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade

Para além das comissões referidas no ponto a seguir, não foram constituídas outras comissões com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

II.3 Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas

**ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO**

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA tem um Conselho de Administração composto por 15 membros, um presidente, três vice-presidentes e onze vogais. Sete dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração, e outros oito administradores exercem funções não-executivas.

À Comissão Executiva foram delegados, pelo Conselho de Administração, todos os poderes relacionados com a gestão das actividades da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e de todas as suas participadas,

na sua acepção mais estrita de tomada de opções táticas e controlo das linhas concretas de desenvolvimento das várias actividades, assumindo as responsabilidades de gestão executiva dos negócios do Grupo em linha com as orientações e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva pode discutir todos os assuntos da competência do Conselho de Administração, sem prejuízo de só poder deliberar nas matérias que lhe estão delegadas. Todos os assuntos tratados na Comissão Executiva, mesmo que incluídos na sua competência delegada, são dados a conhecer aos Administradores não-executivos, que têm acesso às respectivas actas e documentos de suporte.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se com uma periodicidade quinzenal, sendo, no início de cada exercício económico, calendarizadas as reuniões a realizar ao longo desse mesmo exercício. O presidente da Comissão Executiva, através do Gabinete de Coordenação da Comissão Executiva, remete ao presidente do Conselho de Administração e ao presidente do Conselho Fiscal, com a antecedência necessária, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Todas as decisões respeitantes à definição da estratégia da Empresa, bem como às políticas gerais da Sociedade e à estrutura empresarial do Grupo, são matéria da competência exclusiva do Conselho de Administração, não tendo a Comissão Executiva competências delegadas nesse sentido.

O presidente do Conselho de Administração tem as competências que lhe são atribuídas por lei e pelos estatutos.

No que concerne à distribuição de pelouros entre os titulares do Conselho de Administração, nomeadamente no âmbito da Comissão Executiva, destaca-se o seguinte:

- Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho
 - Coordenação da Comissão Executiva
 - Coordenação da Área Internacional
 - Direcção Jurídica
 - Comunicação e Imagem
 - Novos Negócios
 - Serviços Partilhados
- Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
 - Projecto Novo Aeroporto de Lisboa
 - Rede de Alta Velocidade
 - Representante do Grupo no Conselho de Administração da Martifer SGPS, SA
- Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
 - Negócios Ambiente e Serviços
 - Negócios Concessões de Transportes
- Eng.ª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
 - Negócios Turismo

- Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
 - Negócios Engenharia e Construção
 - Unidade Operacional de Mineração

- Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
 - Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo
 - Direcção de Finanças Corporativas
 - Direcção de Relações com o Mercado de Capitais
 - Representante do Grupo no Conselho de Administração da Martifer SGPS, SA

- Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres
 - Direcção Corporativa de Recursos Humanos;
 - Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade;
 - Interlocutora da Comissão Executiva na Fundação Manuel António Mota.

O Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho, na qualidade de presidente da Comissão Executiva, é considerado o “Chief Executive Officer” (CEO) da Mota-Engil, SGPS, SA. O Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva, na qualidade de responsável pelas áreas financeiras da Mota-Engil, SGPS, SA, é considerado o “Chief Financial Officer” (CFO).

Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A Mota-Engil entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir da melhor forma os seus interesses, pelo que os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as capacidades, habilitações e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho. Não obstante esta posição do Grupo Mota-Engil, foi designado um novo CFO para o mandato de 2010-2013, substituindo o anterior CFO (Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha).

Os administradores não-executivos acompanham a actividade desenvolvida pela Sociedade, garantindo-se a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade, nomeadamente através das reuniões periódicas do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a qualquer informação ou documentação que venha a ser solicitada a qualquer momento. No exercício das suas funções não-executivas, os administradores não se depararam, no exercício de 2010, com quaisquer constrangimentos. O relatório anual de gestão inclui uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos.

Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais exercem as funções que resultam da legislação aplicável e dos estatutos.

Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA é composto por quatro membros, um presidente, dois membros efectivos e um suplente. Na sequência da renúncia apresentada no dia 21 de Setembro de 2010 pelo Eng. Manuel Teixeira Mendes, o até então membro suplente Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez passou a membro efectivo. Por consequência, o Conselho Fiscal ficou reduzido a apenas três membros efectivos, sendo que será recomposto na próxima Assembleia Geral.

COMISSÕES ESPECIALIZADAS

Comissão de Vencimentos

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade. Neste contexto, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos, e reúne sempre que for necessário. A remuneração dos administradores integra uma componente baseada no desempenho.

A comissão eleita para o quadriénio 2010-2013 é composta pelos seguintes membros: Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Eng. Manuel Teixeira Mendes. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas.

Comissão de Investimento, Auditoria e Risco

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta, normalmente, por três membros permanentes (um administrador não-executivo, que preside, um administrador independente não executivo e o CFO) e poderá convidar outros responsáveis do Grupo ligados aos projectos em avaliação. Esta comissão tem como principais funções e responsabilidades apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projectos ao Conselho de Administração, examinar e emitir parecer sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorizar operações financeiras e societárias relevantes. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas. Actualmente, são membros desta comissão a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (administradora não-executiva), o Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva (CFO) e o Dr. António Manuel da Silva Vila Cova (administrador independente não-executivo).

Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

A Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos tem como principais funções: a monitorização dos níveis de produtividade, remuneração e igualdade de oportunidades; a avaliação dos programas de captura e desenvolvimento de quadros de elevado valor; a definição das orientações dos sistemas de avaliação e incentivos, planos de carreiras, plano de formação e plano de recrutamento e selecção; a avaliação regular da motivação dos colaboradores; e a definição da cultura e valores-chave, coordenando esforços para a sua implementação no Grupo. São elaboradas actas de todas as reuniões realizadas. Actualmente, são membros desta comissão a Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (presidente), o Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho, o Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo, o Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar, o Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins, o Eng. Carlos Manuel Marques Martins e a Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres.

Avaliação do Órgão de Administração sobre o modelo de governo adoptado

O Conselho de Administração declara que o modelo de governo da Sociedade adoptado se tem revelado adequado ao bom funcionamento interno e externo da Sociedade. Na avaliação feita em 2010, não foram encontrados constrangimentos relevantes relativamente ao modelo de governo seguido, o qual se baseia no modelo de governo “Latino” / Clássico Reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, que não faz parte do Conselho Fiscal.

II.4 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de Internet da Sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas. A Sociedade não dispõe de Conselho Geral e de Supervisão, de comissão para as matérias financeiras ou de Comissão de Auditoria.

II.5 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia

O Grupo Mota-Engil encontra-se sujeito a um conjunto diversificado de riscos que podem ter um impacto negativo na sua actividade. Todos estes riscos são devidamente identificados, avaliados e monitorizados, cabendo a diferentes estruturas dentro da Sociedade a sua gestão e/ou mitigação, com especial destaque para o papel da Comissão de Investimento, Auditoria e Risco neste domínio.

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco, com a missão de apoiar a gestão do Grupo Mota-Engil no reforço dos meios e métodos de actuação ao nível do controlo interno e de antecipação do risco de negócio, dispõe do Gabinete de Auditoria e Risco, com uma estrutura de recursos especificamente alocados às seguintes funções:

- identificação e avaliação de riscos, sugerindo o estabelecimento de níveis aceitáveis de risco em função dos objectivos de gestão definidos;
- emissão de pareceres sobre alterações do grau de risco existente nos negócios do Grupo Mota-Engil;
- minimização de ineficiências operacionais e perdas, reforçando a capacidade do Grupo Mota-Engil na identificação de eventos potencialmente danosos, na avaliação de riscos e na proposição de respostas, reduzindo, desta forma, custos ou perdas imprevistas;
- identificação de riscos transversais dentro do Grupo, auditando a implementação de políticas corporativas e de boas práticas do Grupo Mota-Engil;
- emissão de pareceres prévios sobre riscos inerentes às aquisições ou alienações definidas pelo Grupo Mota-Engil;
- auditoria da conformidade no desenvolvimento dos processos ou actividades em todas as áreas e empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil.

Em termos genéricos, o modo de funcionamento do sistema de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade é o seguinte:

- Âmbito do processo: são monitorizados os principais riscos a que o Grupo está sujeito, nomeadamente riscos de mercado dos segmentos de actividade, riscos financeiros (de câmbio e de taxa de juro) e outros riscos de negócio (operacionais, de integridade, de sistemas de informação e comunicação), através dos reportes internos da Comissão de Investimento, Risco e Auditoria, em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas (com destaque para a Direcção Jurídica, a Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativa, a Direcção de Finanças Corporativas e a Direcção Corporativa de Recursos Humanos).
- Caracterização do Processo Operacional: a Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das Administrações das áreas de negócio do Grupo, concretizando-se, genericamente, no seguinte conjunto cíclico sequencial de fases:
- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;

- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégia.

Adicionalmente, todos os investimentos ou novos negócios são analisados quanto aos riscos pelas diversas áreas corporativas, sendo objecto de um parecer prévio da Comissão de Auditoria, Investimentos e Risco antes de serem submetidos à aprovação em Conselho de Administração.

A avaliação do sistema de controlo interno e de gestão de risco permitiu aferir sobre a sua eficácia, sem contudo deixar de apontar medidas de melhoria a implementar a curto e médio prazo.

Quanto ao controlo de riscos no processo de divulgação de informação financeira, apenas um número muito restrito de colaboradores da Mota-Engil, SGPS, SA está envolvido no processo de divulgação de informação financeira. A este propósito, e por imposição legal (nº 6 do artigo 248º do Código dos Valores Mobiliários), a Mota-Engil, SGPS, SA elaborou uma lista dos seus colaboradores, com ou sem vínculo laboral, que têm acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada. Esta lista foi dada a conhecer a cada um dos colaboradores que a engloba, explicando-lhes: (i) os motivos que originaram a inclusão do seu nome na referida lista; (ii) os deveres e obrigações previstos na lei; (iii) as consequências decorrentes da divulgação ou utilização abusivas de informação privilegiada.

II.6 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas susceptíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade.

O Órgão de Fiscalização acompanha todos os assuntos relevantes da sociedade, assistindo a todas as reuniões do Conselho de Administração. Quer o órgão de administração, quer o órgão de fiscalização, acedem aos relatórios e pareceres emitidos pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco referidos no ponto anterior, efectuando a avaliação do funcionamento e do ajustamento às necessidades da sociedade, dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos implementados.

II.7 Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e ao número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados

Tal como é referido no capítulo zero, relativamente ao não-cumprimento da recomendação II.1.1.5, os órgãos de administração e fiscalização da sociedade têm regulamentos internos de funcionamento que não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e que não se encontram disponíveis para consulta. A Mota-Engil entende que os regulamentos vão para além dos aspectos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público.

II.8 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não-executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões

O presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

II.9 Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade

O mapeamento de risco das empresas materialmente relevantes do Grupo Mota-Engil permitiu aferir que os principais riscos a que a sociedade se expõe são a sua dependência de clientes, comportamento da concorrência, liquidez, nível de endividamento, taxa de juro, assim como a diversidade dos enquadramentos jurídicos e fiscais a que a sociedade se expõe, fruto das várias geografias em que está presente.

II.10 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

Os poderes do órgão de administração são os atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais e aqueles que constam dos artigos 13º e 14º dos estatutos da Sociedade. Os estatutos não conferem poderes ao órgão de administração quanto a deliberações de aumento de capital.

II.11 Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

As regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização são as previstas no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos da Sociedade:

- Conselho de Administração: Compete à Assembleia Geral eleger os administradores (nº1 do art. 391º do Código das Sociedades Comerciais). O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no nº 3 do artigo 393º do Código das Sociedades Comerciais. Não se encontra prevista qualquer política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração (Comissão Executiva), designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A Mota-Engil entende que uma política rígida e abstracta de rotação de pelouros não permite servir da melhor forma os seus interesses, pelo que os pelouros são decididos e atribuídos pela Comissão Executiva no início do seu mandato, de acordo com as capacidades, habilitações e experiência profissional de cada membro, não sendo de admitir que todos os administradores possam exercer todas as funções com igual capacidade e grau de desempenho.
- Conselho Fiscal: Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como o suplente ou os suplentes deste (nº2 do art. 16º dos Estatutos). O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415º do Código das Sociedades Comerciais.
- SROC: Compete à Assembleia Geral designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº3 do art. 16º dos estatutos).

II.12 Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões

ÓRGÃO	Nº de reuniões 2010
Conselho de Administração	13
Comissão Executiva	23
Conselho Fiscal	6

Relativamente a cada uma das referidas reuniões foi elaborada a respectiva acta.

II.13 Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao presidente do Conselho de Administração, ao presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras

Durante o exercício de 2010, a Comissão Executiva reuniu 23 vezes. As convocatórias com as ordens de trabalhos e documentação de apoio, incluindo minutas de actas de reuniões anteriores para aprovação, são remetidas pelo Gabinete de Coordenação da Comissão Executiva, com a antecedência necessária, aos membros da Comissão Executiva. De igual forma, e depois de aprovadas pelos membros da Comissão Executiva, são remetidas as actas das reuniões, acompanhadas das respectivas convocatórias, ao presidente do Conselho de Administração e ao presidente do Conselho Fiscal.

II.14 Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpriram, se lhes fossem aplicáveis as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais

ADMINISTRADOR	Executivo / Não-executivo	Independente / Não-independente
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Não-executivo	Não-independente
Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho	Executivo	Não-independente
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Executivo	Não-independente
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Executivo	Não-independente
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	Não-executivo	Não-independente
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	Não-executivo	Não-independente
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Executivo	Não-independente
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Executivo	Não-independente
Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves	Não-executivo	Não-independente
Luís Filipe Cardoso da Silva	Executivo	Não-independente
Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres	Executivo	Não-independente
José Luís Catela Rangel de Lima	Não-executivo	Não-independente
Luís Valente de Oliveira	Não-executivo	Independente
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Não-executivo	Independente
António Manuel da Silva Vila Cova	Não-executivo	Independente

Os três administradores não-executivos independentes acima referidos não estão abrangidos por quaisquer incompatibilidades referidas no nº 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração era composto por 15 membros, dos quais sete eram executivos e oito não-executivos, composição esta que a Mota-Engil considera garantir uma efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros da Comissão Executiva.

Dos oito administradores não-executivos, apenas três são qualificados como administradores independentes, representando estes 20% do total do órgão de administração. Embora não esteja a ser cumprida a recomendação prevista no Código de Governo das Sociedades, no que respeita ao limite mínimo de administradores independentes, a Mota-Engil, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, considera adequado o número de administradores independentes.

Os administradores independentes participam na maioria das reuniões do Conselho de Administração, acompanhando, por essa via, a actividade da Mota-Engil, podendo formular questões a quaisquer outros órgãos sociais ou estruturas internas do Grupo Mota-Engil.

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta por três administradores, sendo um deles independente não-executivo.

II.15 Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração

Para a avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração foi utilizado, única e exclusivamente, o referencial previsto no nº 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, tendo sido igualmente tomadas em consideração, com as devidas adaptações, as regras aplicáveis em termos de incompatibilidades previstas no nº 1 do artigo 414º-A do mesmo Código. Não se encontram definidos internamente outros critérios de avaliação.

II.16 Indicação das regras do processo de selecção de candidatos a administradores não-executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos

Tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, entende-se não ser necessária a existência de um processo formal de selecção de candidatos a administradores não-executivos. Os candidatos aos cargos de administração não-executiva são eleitos pela Assembleia Geral. Nas Assembleias Gerais electivas que vêm sendo realizadas, os nomes integrados nas listas para efeitos de eleição de órgãos sociais, em particular no que se refere ao órgão de administração e aos seus membros não-executivos, têm sido propostos pelos accionistas signatários da proposta em causa, não participando os administradores executivos no processo de escolha.

II.17 Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos e eventuais constrangimentos detectados

O relatório de gestão consolidado de 2010 do Grupo Mota-Engil inclui, no seu ponto 7, uma descrição da actividade desenvolvida pelos administradores não-executivos e eventuais constrangimentos detectados.

II.18 Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA (PRESIDENTE)**QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS**

- Licenciatura em Engenharia Civil (Vias de Comunicação) pela Faculdade de Engenharia Civil da Universidade do Porto

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Actualmente, e desde há seis anos, para além de ser presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

4.914.617 acções (correspondentes a 2,40% do capital social)

1ª DESIGNAÇÃO

31 de Março de 2000

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

JORGE PAULO SACADURA DE ALMEIDA COELHO (VICE-PRESIDENTE)**QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS**

- Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG (Universidade Técnica de Lisboa)

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Entre 2001 e 2006, deputado a tempo parcial e presidente da Comissão de Poder Local e Ordenamento do Território na Assembleia da República

- Entre 2004 e 2008, membro do Conselho de Estado

- Entre 2001 e 2008, administrador da Congetmark – Consultoria, Estudos e Management, Lda.

- Entre 2001 e 2008, Professor Convidado e membro do Conselho Científico do Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM) e presidente do Conselho Consultivo da Escola de Estudos Avançados das Beiras

- Actualmente, para além de vice-presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, é presidente do Conselho de Administração (administrador não-executivo) da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, SA.

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª DESIGNAÇÃO

26 de Maio de 2008

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

GONÇALO NUNO GOMES DE ANDRADE MOURA MARTINS (VICE-PRESIDENTE)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Desde Março de 2006 que exerce a presidência do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA

- Desde Janeiro de 2009 que exerce a presidência do Conselho de Administração da Ascendi Group, SGPS, SA

- Actualmente, para além de vice-presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo Mota-Engil

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

12.435 acções

1ª DESIGNAÇÃO

28 de Março de 2008

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

ARNALDO JOSÉ NUNES DA COSTA FIGUEIREDO (VICE-PRESIDENTE)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA

- Presidente do Conselho de Administração da MEITS - Mota-Engil, Imobiliária e Turismo, SA

- Gerente da Mota Internacional, LDA.

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Maprel - Nelas, Indústria de Pré-fabricados em Betão, SA

- Membro da Mesa da Assembleia Geral da Paviterra, SARL

- Presidente da Comissão de Fixação de Vencimentos (em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA) da Ferrovias e Construções, SA

- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Aurimove – Sociedade Imobiliária, SA

- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA

- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA

- Actualmente, para além de vice-presidente do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª DESIGNAÇÃO

28 de Maio de 2008

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA DOS SANTOS (VOGAL)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Actualmente, e desde há cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

3.665.066 acções (correspondentes a 1,79% do capital social)

1ª DESIGNAÇÃO

31 de Março de 2000

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA NEVES DA COSTA (VOGAL)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Actualmente, e desde há cinco anos, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

3.736.836 acções (correspondentes a 1,83% do capital social)

1ª DESIGNAÇÃO

31 de Março de 2000

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

MARIA PAULA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA DE MEIRELES (VOGAL)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Actualmente, e desde há cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

3.943.051 acções (correspondentes a 1,93% do capital social)

1ª DESIGNAÇÃO

31 de Março de 2000

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

ISMAEL ANTUNES HERNANDEZ GASPAR (VOGAL)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Engenharia Civil (ISEL)

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Vice-presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA (com o pelouro da Europa Central)

- Actualmente, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo Mota-Engil

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

1.000 acções

1ª DESIGNAÇÃO

28 de Março de 2008

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

LUÍS MANUEL FERREIRA PARREIRÃO GONÇALVES (VOGAL)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Desde Junho de 2003, e até 5 de Janeiro de 2009, exerceu a presidência do Conselho de Administração da Ascendi Group, SGPS, SA e participadas

- Actualmente, é membro do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª DESIGNAÇÃO

28 de Março de 2008

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

LUÍS FILIPE CARDOSO DA SILVA (VOGAL)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Administrador da MESP, Mota-Engil Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão SA;

- Administrador da MESP Central Europe Sp. z.o.o.;

- Administrador da Mota-Engil Brand Management B.V.;

- Membro Conselho Geral e de Supervisão da Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, SA;

- Membro Conselho Superior da Ascendi Group, SGPS, SA;

- Administrador da Martifer, SGPS, SA

- Foi membro do Conselho Fiscal de várias sociedades do Grupo Ascendi;

- Actualmente, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo Mota-Engil

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

12.500 acções

1ª DESIGNAÇÃO

31 de Março de 2010

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

MARIA ISABEL DA SILVA FERREIRA RODRIGUES PERES (VOGAL)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa – Porto

- Curso de Pós-Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, pela AEP

- XVIII PDE – Programa de Direcção de Empresas, pela AESE

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Directora de Desenvolvimento de Recursos Humanos na MESP – Mota-Engil Serviços Partilhados, SA

- Directora Corporativa de Recursos Humanos na Mota-Engil, SGPS, SA

- Actualmente membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA

Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010

Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª DESIGNAÇÃO

31 de Março de 2010

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

JOSÉ LUÍS CATELA RANGEL DE LIMA (VOGAL)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Engenharia Civil (IST)

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Administrador e presidente da Comissão Executiva da Ascendi Norte, SA
- Administrador e presidente da Comissão Executiva da Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA;
- Administrador e presidente da Comissão Executiva da Ascendi Beiras Litoral e Alta, Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA;
- Administrador e presidente da Comissão Executiva da Ascendi Grande Porto, Auto-Estradas do Grande Porto, SA;
- Administrador e presidente da Comissão Executiva da Ascendi Grande Lisboa, Auto-Estradas da Grande Lisboa, SA;
- Administrador e presidente da Comissão Executiva da Ascendi Douro, Estradas do Douro Interior, SA.

Nº DE AÇÕES EM 31/12/2010

1.000 ações

1ª DESIGNAÇÃO

2 de Fevereiro de 2009

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

LUÍS VALENTE DE OLIVEIRA (VOGAL INDEPENDENTE)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciatura em Engenharia Civil (UP)
- Doutor em Engenharia Civil
- Professor catedrático aposentado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Administrador da Associação Empresarial de Portugal
- Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar
- Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)
- Vogal e presidente da Comissão de Auditoria e Risco do Millenium BCP
- Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC
- Desde 2006, vogal independente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

Nº DE AÇÕES EM 31/12/2010

Não possuía quaisquer ações da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª DESIGNAÇÃO

31 de Março de 2006

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

ANTÓNIO BERNARDO ARANHA DA GAMA LOBO XAVIER (VOGAL INDEPENDENTE)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Desde 1999 e até à presente data, é consultor da comissão executiva da SonaeCom, encontrando-se encarregado de dirigir os departamentos legal, fiscal, de relações públicas e o de regulação;
- Desde 1985, tem exercido de forma independente funções de juríconsulto nas áreas do Direito Financeiro e do Direito Fiscal
- Desde 2006, vogal independente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

Nº DE AÇÕES EM 31/12/2010

Não possuía quaisquer ações da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª DESIGNAÇÃO

31 de Março de 2006

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

ANTÓNIO MANUEL DA SILVA VILA COVA (VOGAL INDEPENDENTE)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Até 2005:

- Director coordenador do Norte do Banco Nacional Ultramarino (BNU)
- Director geral do Norte da Caixa Geral de Depósitos (CGD)
- Administrador da Locaport – Soc. de Leasing Mobiliário
- Administrador do Banco Simeon
- Administrador da PME.Capital – Soc. de Capital de Risco

- Administrador da CGD com os pelouros de Recuperação de Crédito (a nível nacional) e Comercial Norte, este último substituído, após segmentação, pelo pelouro da Banca de Retalho a nível nacional

Em 2006 e 2007, membro do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, como vogal não-executivo independente

Em 2007 e até Junho de 2008, membro do Conselho de Administração do Banco Finantia, também como vogal não-executivo independente.

De Junho a Dezembro de 2008, membro do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios

De Junho de 2008 a Agosto de 2009, membro do Conselho de Administração da Sociedade Lusa de Negócios, tendo, enquanto tal, funções de presidente do Conselho de Administração e administrador de empresas do referido Grupo

Actualmente, vogal não-executivo independente do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e vogal do Conselho Fiscal do Banco Finantia

Nº DE AÇÕES EM 31/12/2010

Não possuía quaisquer ações da MOTA-ENGIL, SGPS, SA

1ª DESIGNAÇÃO

15 de Abril de 2009

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2013

II.19 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA (PRESIDENTE)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Áreagolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove, Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da CPTP – Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ferrovias e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ME Real Estate – Mota-Engil Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sol-S Internacional, Tecnologias de Informação, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transportes de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Terminais de Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Energia, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Presidente do Conselho Superior da Ascendi Group, SGPS, SA;

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Vogal do Conselho Administração da António de Lago Cerqueira, SA
- Vogal do Conselho Administração da Auto Sueco (Angola) SARL
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sunviauto – Indústria de Componentes de Automóveis, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA
- Presidente do Conselho de Fundadores do Centro Rodoviário Português, em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Vogal da Direcção da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, em representação da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente do Conselho Superior da Tertir – Terminais de Portugal, SA

JORGE PAULO SACADURA ALMEIDA COELHO (VICE-PRESIDENTE)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados dos Administrativos e de Gestão, SA;
- Membro do Conselho Consultivo da Ascendi – Concessões de Transportes, SGPS, SA.

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Membro do Conselho Consultivo do Banco de Investimento Global (BIG);
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade das Águas da Curia;
- Presidente da AG da APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações

GONÇALO NUNO GOMES DE ANDRADE MOURA MARTINS (VICE-PRESIDENTE)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Tendor – Sociedade de Exploração de Terminais, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Group, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Norte, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Beiras Litoral e Alta, Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Grande Porto - Auto-Estradas do Grande Porto, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Grande Lisboa, Auto-Estradas da Grande Lisboa, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora NT – Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora BLA – Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora CP – Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora CP – Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora GL – Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora DI – Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi, Concessões de Transportes, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi, Serviços de Assessoria, Gestão e Operação, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi O&M, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Tergep, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da GT – Investimentos Internacionais, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da EMSA - Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA
- Membro do Conselho de Administração da Copexa - Concessionária Autopista Perote-Xalapa, SA DE C.V. (México)
- Membro do Conselho de Administração da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo, SA
- Membro do Conselho de Administração da Gestiponte – Operação e Manutenção das Travessias do Tejo, SA
- Membro do Conselho de Administração da Logz – Atlantic Hub, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Multiterminal – Sociedade de Estiva e Tráfego, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Lokemark – Soluções de Marketing, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da E.A.Moreira – Agente de Navegação, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Transítex – Transitos da Extremadura, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Multiterminal – Sociedade de Estiva e Tráfego, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sadoport – Terminal Marítimo do Sado, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SLPP- Serviços Logísticos de Portos Portugueses, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sol – S Internacional, Tecnologias de Informação, SA
- Membro do Conselho Geral da Asterium, ACE
- Membro do Conselho Superior da Suma
- Membro do Conselho Superior da Tertir – Terminais de Portugal, SA
- Membro do Conselho de Supervisão da Indaqua – Indústria Gestão de Águas, SA
- Representante da Ascendi Group, SGPS, SA

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Gerente da Cogera – Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda.
- Gerente da Covelas – Energia, Lda.

ARNALDO JOSÉ NUNES DA COSTA FIGUEIREDO (VICE-PRESIDENTE)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador não executivo da Martifer, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro do Conselho Consultivo da Ascendi – Concessões de Transportes, SGPS, SA

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA DOS SANTOS (VOGAL)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, LDA.
- Vogal do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da E. A. Moreira – Agentes de Navegação, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Lokemark – Soluções de Marketing, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Nortedomus – Sociedade Imobiliária, SA;
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transportes de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Concessões Portuárias, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tertir – Terminais de Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Transix – Transítos da Extremadura, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Áreagolf – Gestão Construção e Manutenção de Campos de Golf, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Aurimove – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Energia, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SGA – Sociedade de Golf de Amarante, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Ambiente e Serviços, SGPS, SA

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.
- Gerente da Ladário – Sociedade de Construção, Lda.
- Gerente da Serra Lisa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Cerâmica de Boialvo, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Socomagra, Lda
- Vogal do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Agrimota – Sociedade Agrícola e Florestal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA
- Membro do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação Manuel António da Mota

MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA NEVES DA COSTA (VOGAL)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Membro da Comissão de Vencimentos da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ferrovias e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Liscont – Operadores de Contentores, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MOTA-ENGIL, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Transítex – Transítos da Extremadura, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Tratofoz – Sociedade de Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos Sadoport – Terminal Marítimo do Sado, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos SLPP – Serviços Logísticos de Portos Portugueses, SA

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Vice-presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Membro do Conselho de Administração da Supermercados Navarras, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Gerente da Imobiliária Toca do Lobo, Lda.
- Gerente da Matiprel – Materiais Pré-Fabricados, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.;
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda;
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuela António da Mota

MARIA PAULA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA DE MEIRELES (VOGAL)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA
- Presidente do Conselho de Administração da SGA – Sociedade de Golf de Amarante, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Gerente da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda.
- Gerente da Matiprel – Materiais Pré-Fabricados, LDA.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EMSA – Empreendimentos Exploração de Estacionamento, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões Serviços, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da SGA – Sociedade de Golf de Amarante, SA

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Vice-presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da António de Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda.
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.
- Gerente da Predimarão – Sociedade de Construções, Lda.
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda.
- Gerente da Verotâmega – Sociedade Imobiliárias, Lda.
- Membro da Comissão de Vencimentos da António de Lago Cerqueira, SA

ISMAEL ANTUNES HERNANDEZ GASPAR (VOGAL)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sedengil – Sociedade Imobiliária, SA.

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Vogal do Conselho Fiscal do FUNDIC – Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção
- Membro participante da Comissão Instaladora da OFP – Organização Ferroviária Portuguesa
- Representante da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA na AECOPS – Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas, participando na elaboração de inquéritos sobre o Sector
- Representante da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA na CCAP – Câmara de Comércio Americana em Portugal
- Representante da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA na CCLH – Câmara de Comércio Luso-Húngara

LUÍS MANUEL FERREIRA PARREIRÃO GONÇALVES (VOGAL)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Desde 5 de Janeiro de 2009 que não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

JOSÉ LUÍS CATELA RANGEL DE LIMA (VOGAL)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador não-executivo da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo, SA

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

LUÍS FILIPE CARDOSO DA SILVA (VOGAL)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador da MESP, Mota-Engil Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, SA
- Administrador da MESP Central Europe Sp. z.o.o.
- Administrador da Mota-Engil Brand Management B.V.
- Membro Conselho Geral e de Supervisão da Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, SA
- Membro Conselho Superior da Ascendi Group, SGPS, SA
- Administrador da Martifer, SGPS, SA

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador da Vallis, SGPS, SA

MARIA ISABEL DA SILVA FERREIRA RODRIGUES PERES (VOGAL)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Vogal do Conselho de Administração da MESP – Mota-Engil Serviços Partilhados, SA
- Membro da Comissão de Recursos Humanos da MOTA-ENGIL SGPS, SA

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do Conselho Geral da E.G.P.- Escola de Gestão do Porto, em representação da Mota-Engil SGPS, SA

LUÍS VALENTE DE OLIVEIRA (VOGAL INDEPENDENTE)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Administrador da Associação Empresarial de Portugal
- Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar
- Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)
- Vogal e presidente da Comissão de Auditoria e Risco do Millenium BCP
- Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC

ANTÓNIO BERNARDO ARANHA DA GAMA LOBO XAVIER (VOGAL INDEPENDENTE)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Membro não executivo da Sonaecom, SGPS, SA Sociedade Aberta
- Membro não executivo do Banco BPI, SA, Sociedade Aberta
- Vogal do Conselho de Administração da EPM, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Serralves
- Membro do Conselho Geral do PÚBLICO, SA
- Presidente da Assembleia Geral do Banco Santander Consumer, SA
- Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Belmiro de Azevedo
- Membro do Conselho de Administração da Dot One SGPS, SA
- Presidente da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, SA

ANTÓNIO MANUEL DA SILVA VILA COVA (VOGAL INDEPENDENTE)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Membro do Conselho Fiscal do Banco Finantia

II.21 Identificação dos membros do Conselho Fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A e se cumprem os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o Conselho Fiscal procede à respectiva auto-avaliação.

MEMBRO	Critério incompatibilidade	Critério independência
Alberto João Coraceiro de Castro	Cumprido	Cumprido
José Rodrigues de Jesus (ROC)	Cumprido	Cumprido
Pedro Manuel Seara Cardoso Perez	Cumprido	Cumprido

O Conselho Fiscal reúne, com a periodicidade que considera adequada, com o Revisor Oficial de Contas e com Auditor Externo, acompanhando os trabalhos de revisão/auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. As decisões de escolha dos prestadores destes serviços e das respectivas remunerações são da responsabilidade do Conselho de Administração, sob propostas previamente apresentadas pelo Conselho Fiscal.

O relatório anual emitido pelo Conselho Fiscal sobre a actividade desenvolvida é publicado conjuntamente com o Relatório e Contas, estando disponível no sítio de Internet da Mota-Engil. Quaisquer constrangimentos deparados pelo Conselho Fiscal no âmbito da sua actividade desenvolvida durante o ano são comunicados no seu relatório.

Embora seja o Conselho Fiscal o interlocutor privilegiado nas relações com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo e o primeiro destinatário dos relatórios desenvolvidos por estes, o Conselho de Administração assiste estas tarefas através de algumas reuniões conjuntas entre o Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração com os auditores e revisores.

O Auditor Externo é avaliado pelo Conselho Fiscal de forma permanente.

Aos membros do Conselho Fiscal, designadamente ao seu presidente, é dado conhecimento das reuniões do Conselho de Administração às quais assistem regularmente, permitindo-lhes um acompanhamento da actividade global do Grupo.

II.22 Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

ALBERTO JOÃO CORACEIRO DE CASTRO (PRESIDENTE)	
QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS	
- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto	
- Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul	
PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	
- Professor na Universidade Católica Portuguesa (Porto)	
- Vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (desde 2006)	
- Presidente do Conselho Fiscal da Unicer (desde 2007)	
- Provedor do Cliente do Porto de Leixões	
- Presidente do Conselho de Administração da Ciencinvest – Valorização Económica da Ciência, SA (2005-2008)	
- Membro, não-executivo, do Conselho de Administração da Douro Azul, SA (até 2008)	
Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010	
2.200 acções	
1ª DESIGNAÇÃO	
30 de Março de 2007	
TERMO DO MANDATO	
31 de Dezembro de 2010	

JOSÉ RODRIGUES DE JESUS (EFECTIVO)	
QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS	
- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto	
- Revisor Oficial de Contas (ROC)	
PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	
- Docente universitário	
- Revisor Oficial de Contas	
Nº DE ACÇÕES EM 31/12/2010	
Não possuía quaisquer acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA	
1ª DESIGNAÇÃO	
30 de Março de 2007	
TERMO DO MANDATO	
31 de Dezembro de 2010	

PEDRO MANUEL SEARA CARDOSO PEREZ (EFECTIVO)

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

PERCURSO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

- Sócio-gerente da Gedafe, Gabinete de Gestão Administrativa, Lda.

- Membro do Conselho Fiscal da Tertir – Terminais de Portugal, SA (Março de 2007 a Agosto de 2008);

- Secretário da mesa da assembleia geral da BRM, SGPS, SA

Nº DE AÇÕES EM 31/12/2010

Não possuía quaisquer ações da MOTA-ENGIL SGPS SA

1ª DESIGNAÇÃO

30 de Março de 2007, na qualidade de suplente, 23 de Setembro de 2010, como efectivo

TERMO DO MANDATO

31 de Dezembro de 2010

II.23 Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

ALBERTO JOÃO CORACEIRO DE CASTRO (PRESIDENTE)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (desde 2006);

- Presidente do Conselho Fiscal da Unicer (desde 2007);

- Provedor do Cliente do Porto de Leixões.

JOSÉ RODRIGUES DE JESUS (EFECTIVO)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

- Fiscal Único nas sociedades Ambar – Ideias no Papel, SA, Calfor – Indústrias Metálicas, SA, Quinta de Roriz – Vinhos, SA, Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA, Edemi Gardens – Promoção Imobiliária, SA, Quintas & Quintas – Offshore, Sistemas de Amarração, SA, Farmácia Ribeiro, SA, Camilo dos Santos Mota, SA, Imoagueda, SGPS, SA; é membro dos Conselhos Fiscais, sem a qualidade de revisor oficial de contas de Finibanco Holding, SGPS, SA, Finibanco, SA, Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, SGPS, SA, e Gérmen – Moagem de Cereais, SA, e secretário da Mesa da Assembleia Geral de Millennium BCP – Gestão Fundos Investimento, SA

PEDRO MANUEL SEARA CARDOSO PEREZ (EFECTIVO)

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO MOTA-ENGIL

Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

FUNÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES FORA DO GRUPO MOTA-ENGIL

Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

II.24 Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia geral de destituição do auditor com justa causa

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo tendo a responsabilidade de fiscalização das suas habilitações e da sua independência. A lei e os estatutos não atribuem à Assembleia Geral a competência para a nomeação do auditor externo, pelo que não se encontra prevista a possibilidade de ser proposta à Assembleia Geral a sua destituição com justa causa. Em todo o caso, e até à presente data, o Conselho Fiscal da Mota-Engil não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de auditor externo da sociedade.

II.25 Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador

Não aplicável.

II.26 Declaração de que os membros cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho geral e de supervisão procede à respectiva auto-avaliação

Não aplicável.

II.27 Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

Não aplicável.

II.28 Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

Não aplicável.

II.29 Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, a dos dirigentes na acepção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, e a de outros trabalhadores cuja actividade profissional possa ter um impacte relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante

A política de remuneração aplicável aos dirigentes da Mota-Engil na acepção do nº 3 do art.º 248º-B do Código dos Valores Mobiliários encontra-se descrita na declaração sobre esta matéria submetida pela Comissão de Vencimentos à apreciação da Assembleia Geral. Não existem na Mota-Engil outros trabalhadores cuja actividade profissional possa ter impacte relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante.

II.30 Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho

Tal como estipulado na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, é submetida anualmente à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização

A actual política de remunerações da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, tal como aprovada na última Assembleia Geral, procura promover, numa perspectiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos interesses dos administradores, demais órgãos sociais e dirigentes com os interesses da sociedade, e assenta sobretudo numa base fixa, com uma componente variável (quando aplicável) em função dos resultados da actividade desenvolvida e da situação económica e financeira da sociedade.

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações são, essencialmente, os seguintes:

a) Funções desempenhadas

Deverão ser tidas em conta as funções desempenhadas por cada um dos elementos, num sentido mais amplo da actividade efectivamente exercida e das responsabilidades que lhes estão associadas e não apenas num sentido formal. Não estarão na mesma posição todos os administradores entre si, nem mesmo os administradores executivos entre si, ou os membros do Conselho Fiscal. A reflexão sobre as funções deve ser efectuada no seu sentido mais amplo, sendo exigível que se levem em linha de conta critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional. Igualmente, não se poderá furtar a esta reflexão da existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas, significando isso tanto um aumento de responsabilidade como uma fonte cumulativa de rendimento.

b) A situação económica da sociedade

Deve ser tida em consideração a situação económica da sociedade, bem como os interesses desta numa perspectiva de longo prazo e do real crescimento da empresa e da criação de valor para os seus accionistas.

c) Condições gerais de mercado para situações equivalentes

A definição de qualquer remuneração não pode fugir à lei da oferta e da procura, não sendo o caso dos titulares dos Órgãos Sociais uma excepção. Apenas o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais com um nível de desempenho de um nível adequado à complexidade das funções e responsabilidades. É importante que a remuneração esteja alinhada com o mercado e seja estimulante, permitindo servir como meio para atingir um elevado desempenho individual e colectivo, assegurando-se não só os interesses do próprio mas essencialmente os da sociedade e a criação de valor para todos os seus accionistas.

As opções concretas de política de remuneração submetidas e aprovadas foram as seguintes:

- A remuneração dos membros executivos, bem como dos membros não-executivos não-independentes, do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e por uma parte variável;
- A remuneração dos membros não-executivos independentes do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa;
- A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como dos membros não-executivos não-independentes, consistirá num valor mensal pagável 14 vezes por ano.
- A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para aqueles que, embora não pertencentes a esta comissão, não sejam considerados independentes;
- A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que sejam considerados independentes e tenham funções essencialmente não-executivas;
- As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor fixo, pagável doze vezes por ano;

- O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Fixação de Vencimentos, atenta a avaliação de desempenho efectuada, da sua posição hierárquica, de critérios de *performance* de longo prazo da sociedade e crescimento real da sociedade e das variáveis de desempenho escolhidas;
- Na fixação de todas as remunerações, designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração, serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios de mercado.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas recomendatórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, a Comissão de Vencimentos tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes ao Grupo Mota-Engil.

Não se encontram fixados pela Comissão de Vencimentos quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Mota-Engil relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

II.31 Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga

			Componente variável			
MEMBROS	Empresa	Componente Fixa	Participação lucros	Outros	Senhas de Presença	Total
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
António Manuel Queirós V. da Mota	Mota-Engil SGPS	500.000	102.250	2.825	-	605.075
Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho	Mota-Engil SGPS	500.000	200.000	-	-	700.000
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Mota-Engil SGPS	310.000	130.000	3.282	-	443.282
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Mota-Engil A&S, SGPS	300.000	139.825	-	-	439.825
Maria Manuela Q. V. Mota dos Santos	Mota-Engil SGPS	275.000	30.000	74.420	-	379.420
Maria Teresa Q. V. Mota Neves da Costa	Mota-Engil SGPS	275.000	30.000	72.890	-	377.890
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Mota-Engil SGPS	275.000	30.000	79.055	-	384.055
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Mota-Engil E&C, SGPS	310.000	130.000	3.336	-	443.336
Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves	Mota-Engil SGPS	300.000	102.180	-	-	402.180
Luís Filipe Cardoso da Silva	Mota-Engil SGPS	195.000	-	-	-	195.000
Maria Isabel da Silva F. Rodrigues Peres	Mota-Engil SGPS	175.500	-	-	-	175.500
José Luís Catela Rangel de Lima	Mota-Engil SGPS	150.000	2.100	-	-	152.100
Luís Valente de Oliveira	Mota-Engil SGPS	-	-	-	35.000	35.000
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Mota-Engil SGPS	-	-	-	35.000	35.000
António Manuel da Silva Vila Cova	Mota-Engil SGPS	-	-	-	39.500	39.500
						4.807.163
CONSELHO FISCAL						
Alberto João Coraceiro de Castro	Mota-Engil SGPS	30.000	-	-	-	30.000
José Rodrigues de Jesus	Mota-Engil SGPS	30.000	-	-	-	30.000
Manuel Teixeira Mendes ⁽¹⁾	Mota-Engil SGPS	6.000	-	-	-	6.000
Pedro Manuel Seara Cardoso Perez ⁽¹⁾	Mota-Engil SGPS	1.650	-	-	-	1.650
						67.650

(1) Na sequência da renúncia apresentada pelo anterior membro efectivo (Eng. Manuel Teixeira Mendes), no dia 21 de Setembro de 2010, e nos termos do nº 4 do artº 415º do Código das Sociedades Comerciais, o Sr. Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez, até então membro suplente do Conselho Fiscal, passou a membro efectivo, até à próxima Assembleia Geral.

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções ou de direitos de adquirir opções sobre acções ou de qualquer outro sistema de incentivos com acções, sendo que os critérios relativos às componentes variáveis da remuneração dos órgãos de administração são aqueles que constam da política de remuneração descrita no ponto II.30.

A informação sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho dos órgãos de administração é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto II.30.

A informação sobre os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto II.30. Não existem outros benefícios não-pecuniários.

Durante o ano de 2010 foi paga uma indemnização por cessação de funções do ex-administrador Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha, no montante de 880 mil euros.

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Alguns dos administradores (accionistas-fundadores) são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da Mota-Engil, SGPS, SA.

De acordo com a nota 32 do Anexo às contas consolidadas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo bem como as respectivas coberturas são como segue:

	2010	2009 reexpresso	2009
Responsabilidades com pensionistas	1.458.253	1.698.852	1.698.852
Responsabilidades com actuais activos	7.478.245	8.557.363	8.557.363
Provisões constituídas (Nota 29. Provisões)	8.936.770	10.256.214	10.256.214
% de cobertura	100%	100%	100%

A variação ocorrida no exercício encontra-se suportada por um relatório actuarial encomendado para o efeito e deveu-se essencialmente às seguintes alterações de pressupostos: (i) a taxa de rendimento do fundo passou de 4% para 4,5%, atendendo a que actualmente as taxas de rendimento esperado no longo prazo utilizadas no mercado dos fundos de pensões, também por recomendação das normas internacionais de contabilidade, rondam os 5%; (ii) o mesmo se aplica relativamente à taxa de actualização das pensões, embora se tenha passado apenas de 3% para 4% (como não existe veículo de financiamento para estas responsabilidades, é recomendável que se mantenha nos 4%); (iii) a taxa de crescimento salarial passou de 3% para 2%, atendendo a que o histórico dos salários utilizados para a avaliação actuarial tem apresentado crescimentos inferiores a 3%.

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos são apuradas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

I.32 Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assumpção excessiva de riscos

Ainda que não esteja formalmente previsto qualquer mecanismo de alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, nomeadamente através do diferimento da remuneração variável, a Comissão de Vencimentos procura estruturar a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a que possa haver um alinhamento de médio e longo prazo com os interesses da sociedade.

II.33 Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da sociedade obedece a um plano composto por: (i) uma componente fixa definida em função dos níveis de responsabilidade de cada um dos administradores executivos, revista anualmente, e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano; e (ii) uma componente variável paga no ano seguinte, a título de prémio de *performance* tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos, a qual considera o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa.

A componente variável é atribuída anualmente e compete à Comissão de Vencimentos o acompanhamento e a avaliação, numa base constante, do desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos.

b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação dos membros do Conselho de Administração executivo é feita pela Comissão de Vencimentos.

c) Indicação dos critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Os critérios fixados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos são critérios genéricos e encontram-se consignados na política de remunerações aprovada em Assembleia Geral, sendo que não existem critérios predeterminados e objectivos sobre esta matéria.

d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores e indicação acerca dos limites máximos para cada componente

As componentes variáveis da remuneração dos membros da gestão executiva têm em consideração a *performance* da empresa no curto e médio prazo, bem como o desempenho em *benchmarking* com outras empresas de dimensão e negócio similares.

Apesar de os Estatutos fixarem apenas em termos totais a remuneração variável do Conselho de Administração, em que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, a Comissão de Vencimentos considera que a componente variável atribuída aos membros da Comissão Executiva tem sido globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração.

e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento

Não aplicável, sem prejuízo das considerações constantes do ponto II.32.

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das acções da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite e sua relação face ao valor da remuneração total anual

A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e, ou, qualquer outro sistema de incentivos com acções.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício

A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não-pecuniários

A sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não-pecuniários.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

As remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e, ou, de pagamento de prémios encontram-se demonstradas no ponto II.31 e fazem parte da componente variável, a título de prémio de *performance* tendo em consideração a evolução do desempenho dos administradores, face aos objectivos propostos.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Durante o ano de 2010 foi paga uma indemnização por cessação de funções do ex-administrador Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha, no montante de 880 mil euros.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não se encontram fixados contratualmente quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador para além do previsto na lei.

n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício de 2010 não foram pagos quaisquer montantes aos administradores executivos (nem a administradores não-executivos) da Mota-Engil por sociedades em relação de domínio ou de grupo para além dos divulgados no ponto II.31.

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral

Alguns dos administradores (sócios-fundadores) são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. De referir que este plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de entrada em bolsa da Mota-Engil, SGPS, SA.

p) Estimativa do valor dos benefícios não-pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

A sociedade não atribui quaisquer benefícios não-pecuniários relevantes a título de remuneração.

q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável

Não se encontram previstos quaisquer mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável. No entanto, a Comissão de Vencimentos tem sempre em consideração este factor nos critérios utilizados para a determinação da remuneração variável.

II.34 Referência ao facto de a remuneração dos administradores não-executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis

A remuneração dos administradores não-executivos do órgão de administração integra componentes variáveis. A Mota-Engil entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos, esta situação não desvirtua a sua função não-executiva.

II.35 Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento)

Foi aprovado, no final de 2008, o “Regulamento do Conselho Fiscal sobre procedimentos a adotar em matéria de comunicação de irregularidades”, divulgado a todo o Grupo através de uma ordem de serviço interna.

O Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, com a aprovação deste regulamento, pretendeu ver estimuladas as comunicações internas de práticas irregulares, de forma a prevenir ou reprimir irregularidades, evitando danos agravados pela continuidade da prática irregular, e dando cumprimento ao recomendado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre esta matéria.

O regulamento considera que constituem práticas irregulares todos os actos ou omissões, dolosos ou negligentes, praticados no âmbito da actividade das sociedades do Grupo Mota-Engil, que possam ter reflexo nas demonstrações financeiras, ou outras, e que causem dano ao património e ao bom nome do Grupo, nomeadamente violação de qualquer lei, norma ou regulamento, prática de fraudes, abuso de autoridade, má gestão, desperdício de fundos, danos para a saúde e segurança dos trabalhadores e danos para o ambiente.

É garantida pelo Conselho Fiscal a confidencialidade das participações, assim como o anonimato da sua autoria, a quem comunique indícios da prática de irregularidades, sem prejuízo do conhecimento por parte do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA. Quando os indícios de irregularidades forem comunicados por trabalhadores de empresas do Grupo Mota-Engil, estes nunca poderão ser prejudicados nos seus direitos por aquele facto. A quem denuncie indícios de

práticas irregulares com manifesta falsidade ou má fé, assim como àqueles que infrinjam o dever de confidencialidade, poderão ser instaurados processos penais, bem como processos disciplinares no caso de se tratar de trabalhadores de sociedades do Grupo Mota-Engil.

As fases processuais do sistema de comunicação de irregularidades, da responsabilidade do Conselho Fiscal, são as seguintes:

- a) Recepção e registo;
- b) Análise preliminar e avaliação da consistência da comunicação recebida;
- c) Investigação;
- d) Relatório final, com comunicação ao presidente do Conselho de Administração.

O processo de investigação é promovido pelo Conselho Fiscal, sendo assistido pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco, que terá competência para se ocupar das questões não-decisórias. A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco poderá propor a contratação de auditores externos ou outros peritos para auxiliarem na investigação, quando a especialidade das matérias em causa assim o justificarem.

Até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, o Conselho Fiscal avalia a actividade desenvolvida no ano imediatamente anterior e propõe as alterações que considera necessárias para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de comunicação de práticas irregulares.

II.36 Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador

Não estão constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com competências específicas nessas matérias.

II.37 Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões

Não aplicável, face ao explicitado no ponto anterior.

II.38 Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração

Considera-se que, em virtude dos respectivos currículos e percursos profissionais (constantes do ponto II.18), os três membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. Adicionalmente e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à empresa, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

II.39 Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa

O Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (presidente e membro não-executivo do Conselho de Administração) e a Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração) integram a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da accionista maioritária Mota Gestão e Participações,

SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das suas próprias remunerações enquanto membros do órgão de administração. Não foi contratada qualquer empresa para apoiar a Comissão de Vencimentos,

III.1 Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa

O capital social da Mota-Engil, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 204.635.695 euros, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ordinárias ao portador com valor nominal de 1 euro cada, que, com excepção das acções próprias, conferem direito a dividendos. Encontra-se admitida à negociação na Euronext Lisbon a totalidade das acções que compõem o capital social.

III.2 Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

ACCIONISTAS	Nº de acções	% Capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	80.406.957	39,29%
ALGOSI - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	30.538.198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	4.914.617	2,40%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3.665.066	1,79%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3.736.836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	3.943.051	1,93%
Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá	33.775	0,02%
Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA (1)	127.238.500	62,18%
Kendall II, SA	9.472.764	4,63%
Investment Opportunities, SA	620.510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271.243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, SA	10.364.517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4.190.954	2,05%
Atribuível à Nmás 1 Agencia de Valores SA	4.190.954	2,05%

(1) A empresa FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA é detida a 100% por: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (38,23%), Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (20,59%) Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (20,59%) e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (20,59%).

III.3 Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem accionistas, ou categoria de accionistas, titulares de direitos especiais.

III.4 Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções

Não existem restrições de qualquer natureza quanto à transmissibilidade das acções da Mota-Engil, SGPS, SA, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou quanto a limitações à titularidade das acções.

III. INFORMAÇÃO

III.5 Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

A sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

Não existem quaisquer regras especiais relativas à alteração dos estatutos, para além das que resultam da aplicação do regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais.

III.7 Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não se encontram previstos mecanismos para participação dos trabalhadores no capital da Mota-Engil, SGPS, SA.

III.8 Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) o anúncio de resultados; c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção

O ano de 2010 ficou marcado por uma grave crise dos mercados obrigacionistas da Zona Euro, espelhando os receios de incumprimento nos reembolsos de dívida soberana externa por parte dos países periféricos da Zona Euro (Europa do Sul e Irlanda). Esta crise foi o principal factor que condicionou a evolução dos restantes mercados na Europa. Verificou-se assim, sobretudo a partir do segundo trimestre do ano, uma selectividade nunca antes vista no espaço do euro, distinguindo os investidores claramente aqueles países que vêm acumulando dívida externa fruto de elevados défices orçamentais e sobreaquecimento da procura interna dos demais.

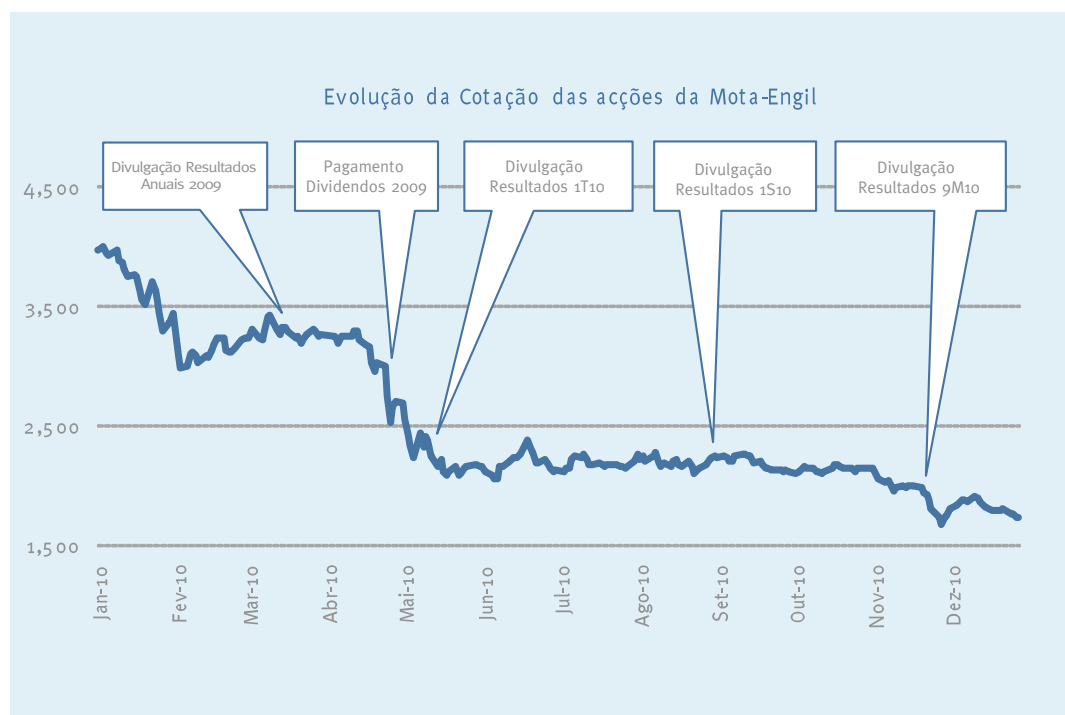
No terceiro trimestre, reagindo a sinais que apontavam para uma recuperação económica frágil mas aparentemente sustentável e à expectativa de que a Reserva Federal Norte-Americana poderia reiniciar uma política de compra maciça de instrumentos financeiros de longo prazo, injectando liquidez na economia e permitindo uma redução das taxas de juro a longo prazo, os mercados accionistas recuperaram significativamente. Esta tendência não eliminou, contudo, as incertezas relativamente à capacidade de reembolso da dívida pública externa por parte do Estado grego, do irlandês e, em certa medida, do português.

No contexto de um novo paradigma onde também os investidores de acções se revelaram cada vez mais sensíveis ao endividamento das empresas e afectado pelas incertezas no sector de construção em Portugal, principalmente no sector das obras públicas, o título da Mota-Engil, depois da forte apreciação que registara em 2009 (68%) foi fortemente penalizado, com uma queda de 55,7% no ano, correspondendo a uma capitalização bolsista de 356,7 milhões de euros.

O comportamento semestral do título pode ser analisado como segue:

	1º semestre 2010	2º semestre 2010	Performance total 2010	1º semestre 2009	2º semestre 2009	Performance total 2009
Acção Mota-Engil	-46%	-10%	-56%	37%	30%	68%
PSI-20	-17%	6%	-10%	12%	21%	33%
EURONEXT 100	-9%	10%	1%	0%	26%	25%

A evolução da cotação pode ser analisada no gráfico seguinte:



Com excepção das açções próprias, todas as açções que compõem o capital social da Mota-Engil, SGPS, SA conferem direito a dividendos. Em 30 de Abril de 2010 foi colocado à disposição dos accionistas o dividendo relativo ao exercício de 2009, com um valor líquido por açção de 0,088 euros.

Durante 2010 não foram emitidas açções ou outros valores mobiliários que tivessem dado direito à subscrição ou aquisição de açções.

III.9 Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por açção distribuído nos três últimos exercícios

A política de dividendos adoptada pela Sociedade consiste na atribuição de um dividendo que materialize, em cada ano económico, um "Pay-Out Ratio" mínimo de 50% e máximo de 75%, dependendo da avaliação pelo Conselho de Administração de um conjunto de condições temporais, mas onde pontifica o objectivo de atingir uma adequada remuneração do capital accionista por essa via. Nos últimos três exercícios o dividendo líquido por açção ascendeu a 11 cêntimos.

III.10 Descrição das principais características dos planos de atribuição de açções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de açções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de açções, critérios relativos ao preço das açções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das açções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de açções e, ou, o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e, ou, modificação do plano. Indicação: a) do número de açções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de açções

necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano; b) do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano; c) Da apreciação em assembleiageral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

III.11 Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade

Não foram efectuados negócios ou operações significativos em termos económicos entre membros dos órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, excepto os negócios que, fazendo parte da actividade corrente, foram realizados em condições normais de mercado.

III.12 Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado

Não foram efectuados negócios ou operações significativos em termos económicos entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

III.13 Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliário

Os negócios entre a sociedade e titulares de participações qualificadas, ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objecto de apreciação exclusiva pela Comissão Executiva, suportada em análises e pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Investimento, Auditoria e Risco (comissão especializada). Não estão estabelecidos quaisquer procedimentos ou critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização. É de referir, no entanto, que as transacções com administradores da Mota-Engil, ou com sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contraente é administrador, independentemente do valor, estão sujeitas à prévia autorização do Conselho de Administração relevante, com parecer favorável do órgão de fiscalização respectivo, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

III.14 Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização

Não aplicável.

III.15 Indicação da disponibilização, no sítio de Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo con-

selho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal são objecto de divulgação no sítio de Internet da sociedade (www.mota-engil.pt), em conjunto com os documentos de prestação de contas.

III.16 Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a: a) Funções do Gabinete; b) tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete; c) vias de acesso ao Gabinete; d) sítio da sociedade na Internet; e) identificação do representante para as relações com o mercado

A Mota-Engil, SGPS, SA mantém um contacto permanente com investidores e analistas, através da Direcção de Relações com o Mercado, que disponibiliza informação actualizada relevante e fidedigna, além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios do Grupo, com o objectivo de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação ao Grupo.

A Direcção de Relações com o Mercado de Capitais, em articulação com a Direcção de Planeamento e Controlo de Corporativo, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a evolução da cotação das acções da Mota-Engil, SGPS, SA. Adicionalmente, e quando solicitada, fornece esclarecimentos sobre as actividades do Grupo, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página de Internet da CMVM (www.cmvm.pt) e na página de internet da Mota-Engil (www.mota-engil.pt).

O representante para as Relações com o Mercado é o Dr. Luis Filipe Cardoso da Silva (CFO), cujos contactos são:

Luís Silva

Edifício Mota

Rua do Rego Lameiro, Nº38

4300-454 Porto

Tel: +351 225 190 300

Fax: +351 225 190 303

e-mail: investor.relations@mota-engil.pt

O responsável pela Direcção de Relações com o Mercado é o Dr. João Vermelho, cujos contactos são:

João Vermelho

Rua Mário Dionísio, nº2

2796-957 Linda-a-Velha

Tel: 351 214 158 200

Fax: +351 214 158 688

e-mail: jvermelho@mota-engil.pt

Qualquer investidor ou analista poderá ainda entrar em contacto com a empresa através do seu representante para as Relações com o Mercado, Dr. Luís Silva, por correio electrónico, pelo endereço investor.relations@mota-engil.pt.

III.17 Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo, bem como discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) serviços de revisão legal de contas; b) outros serviços de garantia de fiabilidade; c) serviços de consultoria fiscal; d) outros serviços que não de revisão legal de contas. Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da sua independência. Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia Nº C (2002) 1873, de 16 de Maio

Durante o exercício de 2010, a remuneração anual suportada pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA, e por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, com os auditores externos da Sociedade (Deloitte & Associados, SROC, SA), incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, foi de 2.618.000 euros, tendo esse pagamento sido repartido pela prestação dos seguintes serviços (valores arredondados):

NATUREZA DO SERVIÇO	Valor	%
Auditoria e revisão legal de contas	909.000	35%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	422.000	16%
Consultoria fiscal	130.000	5%
Outros serviços de consultoria	1.157.000	44%
TOTAL	2.618.000	100%

Os “Outros serviços de consultoria” do quadro acima referem-se essencialmente a serviços de apoio na área de Recursos Humanos (795.000 euros) e a serviços prestados na área de sistemas de informação (280.000 euros).

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência do auditor é reforçada. Em 2010, os honorários suportados pela Mota-Engil, em Portugal, às empresas da rede Deloitte em Portugal representaram menos de 3% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal. O sistema de qualidade do auditor externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Mota-Engil. Adicionalmente, é obtida uma “Carta de Independência”, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais do IFAC (International Federation of Accountants) em matéria de independência do auditor.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do Artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do auditor, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respectivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas. Todas as ameaças à independência do auditor são avaliadas e discutidas com este, assim como as respectivas medidas de salvaguarda.

O acompanhamento da actividade do auditor externo é assegurado pelo Conselho Fiscal, competindo-lhe igualmente propor à Assembleia Geral a respectiva eleição e designação, pronunciando-se sobre as suas condições de independência e outras relações com o Grupo. O regulamento interno do Conselho Fiscal prevê um procedimento que sujeita à aprovação por este órgão dos serviços a prestar pelo auditor externo (incluindo serviços de consultoria), bem como da respectiva remuneração, zelando, desta forma, para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. O Conselho Fiscal é também o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios do auditor externo.

III.18 Referência ao período de rotatividade do auditor externo

A Deloitte & Associados, SROC, SA presta serviços de auditoria externa à Mota-Engil, ao abrigo de contratos de prestação de serviços com a duração de 1 ano, desde 1992, sendo que em 2009 foi designado um novo sócio responsável pela orientação ou execução directa dos referidos serviços (sete anos após a última substituição).

A Mota-Engil não definiu nem implementou qualquer política de rotação do auditor externo. O Conselho de Administração considera que a substituição do sócio responsável pelos serviços de auditoria a cada sete anos (em conformidade com a prática adoptada pela Deloitte quer através da Deloitte & Associados, SROC, SA, quer através da rede internacional da Deloitte) em combinação com os poderes atribuídos ao Conselho Fiscal, é suficiente para garantir a independência do auditor externo.

A manutenção do auditor está fundamentada num parecer do órgão de fiscalização que ponderou expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição.

Declaração nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários

Nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Mota-Engil, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Mota-Engil, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 14 de Março de 2011

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Presidente do Conselho de Administração

Dr. Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho

Vice-Presidente do Conselho de Administração e

Presidente da Comissão Executiva (“Chief Executive Officer”)

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

Vice-Presidente do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins

Vice-Presidente do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos

Vogal do Conselho de Administração

IV. ANEXOS



Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Vogal do Conselho de Administração

Eng.^a Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Vogal do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Eng.^o Ismael Antunes Hernandez Gaspar

Vogal do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves

Vogal do Conselho de Administração

Eng.^o José Luís Catela Rangel de Lima

Vogal do Conselho de Administração

Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva

Vogal do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva (“Chief Financial Officer”)

Dra. Maria Isabel da Silva Ferreira Rodrigues Peres

Vogal do Conselho de Administração e

Membro da Comissão Executiva

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira

Vogal não executivo e independente do Conselho de Administração

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Vogal não executivo e independente do Conselho de Administração

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

Vogal não executivo e independente do Conselho de Administração

Artigos 324.º nº 2 e 66.º nº5 alínea c) do Código das Sociedades Comerciais

No âmbito da deliberação aprovada em Assembleia Geral no dia 31 de Março de 2010, a Mota-Engil SGPS, SA adquiriu em bolsa 33.128 acções próprias durante o exercício de 2010, com o detalhe que se segue:

DATA	Nº de acções	Preço médio	Montante
09/Jun/2010	30.850	2,04	63.070,30
10/Jun/2010	2.278	2,03	4.624,34

Em 31 de Dezembro de 2010, a Mota-Engil SGPS, SA detinha 11.005.456 acções próprias representativas de 5,38% do seu capital social.

As aquisições de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2010 foram levadas a cabo pelo Conselho de Administração do Grupo, que ao entender que o mercado de capitais se encontrava àquelas datas a subavaliar o título da Mota-Engil SGPS, decidiu reforçar a carteira de acções próprias da qual a empresa era já detentora, sinalizando ao mercado de capitais, também por essa via, a confiança que o Conselho de Administração deposita no futuro do Grupo.

As referidas aquisições respeitaram, em todas as ocasiões, os limites legalmente impostos, bem como foram comunicadas ao mercado, na medida do regulamentarmente exigido e em conformidade com os prazos estabelecidos pelo regulador do mercado de capitais (CMVM).

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14.º nº 7 do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Divulgação de acções e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e de transacções sobre os mesmos efectuados no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e o nº 7 do Artigo 14.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008:

DIRIGENTES / PESSOAS ESTREITAMENTE RELACIONADAS	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Eng.º) e cônjuge												
Saldo Inicial		4.624.617				2,26%	1.666	16,7%	517.500	8,6%	19.115	38,2%
	04-02-2010	85.823	3,09	Compra	Bolsa							
	05-02-2010	14.177	3,08	Compra	Bolsa							
	20-05-2010	100.000	2,11	Compra	Bolsa							
	12-11-2010	37.500	1,96	Compra	Bolsa							
	28-12-2010	30.000	1,76	Compra	Bolsa							
	29-12-2010	22.270	1,74	Compra	Bolsa							
	30-12-2010	230	1,72	Compra	Bolsa							
Saldo Final		4.914.617				2,40%	1.666	16,7%	517.500	8,6%	19.115	38,2%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Dra.) e cônjuge												
Saldo Final		3.665.066				1,79%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Dra.) e cônjuge												
Saldo Final		3.736.836				1,83%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Eng.ª) e cônjuge												
Saldo Inicial		3.913.051				1,91%	1.078	10,8%	427.500	7,1%	10.295	20,6%
	06-12-2010	5.000	1,84	Compra	Bolsa							
	16-12-2010	5.000	1,87	Compra	Bolsa							
	23-12-2010	5.000	1,78	Compra	Bolsa							
	28-12-2010	5.000	1,76	Compra	Bolsa							
	29-12-2010	5.000	1,75	Compra	Bolsa							
	30-12-2010	5.000	1,74	Compra	Bolsa							
Saldo Final		3.943.051				1,93%	1.078		427.500	7,1%	10.295	20,6%

DIRIGENTES / PESSOAS ESTREITAMENTE RELACIONADAS	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá (Eng.ª)												
Saldo Final		33.775		(*)		0,02%	-	-	-	-	-	-
Luís Filipe Cardoso da Silva (Dr.)												
Saldo Final		12.500		(**)		0,01%	-	-	-	-	-	-
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Dr.)												
Saldo Final		12.435		-		0,01%	-	-	-	-	-	-
Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Eng.º)												
Saldo Final		1.000		-		0,00%	-	-	-	-	-	-
José Luís Catela Rangel de Lima (Eng.º)												
Saldo Final		1.000		-		0,00%	-	-	-	-	-	-
Alberto João Coraceiro de Castro (Prof. Dr.)												
Saldo Final		2.200		-		0,00%	-	-	-	-	-	-
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA												
Saldo Inicial		30.538.198		-		14,92%	-	-	-	-	-	-
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA												
Saldo Final		-		-		-	-	-	4.200.000	70,0%	-	-
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA												
Saldo Inicial		75.695.252		-		36,99%	5.100	51,0%	-	-	-	-
	05-02-2010	81.612	2,98	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	20-04-2010	54.040	3,14	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	21-04-2010	33.213	3,03	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	21-05-2010	32.509	2,06	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	30-07-2010	20.000	2,16	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	02-08-2010	1.714	2,21	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	05-08-2010	2.000	2,25	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	06-08-2010	-2.000	2,21	Venda	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	09-09-2010	3.000	2,20	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	14-09-2010	22.882	2,27	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	27-09-2010	16.000	2,13	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	28-09-2010	332.127	2,10	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	30-09-2010	10.545	2,12	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	01-10-2010	7.093	2,13	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	04-10-2010	45.000	2,10	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	06-10-2010	1.000	2,12	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	07-10-2010	3.000	2,12	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	08-10-2010	50.000	2,13	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	11-10-2010	10.000	2,13	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	12-10-2010	10.000	2,13	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	13-10-2010	10.000	2,12	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	14-10-2010	412.343	2,11	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	27-10-2010	35.000	2,11	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	02-11-2010	1.000	2,14	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	05-11-2010	123.533	2,09	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	08-11-2010	146.027	2,03	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	09-11-2010	33.036	2,02	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	10-11-2010	32.553	2,02	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	11-11-2010	154.249	1,97	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	12-11-2010	658.166	1,97	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	15-11-2010	131.432	1,99	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	16-11-2010	311.762	1,99	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	17-11-2010	109.334	2,00	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	18-11-2010	463.974	2,00	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	19-11-2010	97.133	2,00	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	22-11-2010	196.397	1,99	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	23-11-2010	303.641	1,95	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	24-11-2010	220.950	1,92	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	25-11-2010	51.761	1,90	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	26-11-2010	73.777	1,83	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	29-11-2010	60.500	1,75	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-

DIRIGENTES / PESSOAS ESTREITAMENTE RELACIONADAS	Data	Detendo acções de										
		MOTA-ENGIL, SGPS, SA					ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
	01-12-2010	2.000	1,67	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	02-12-2010	4.000	1,72	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	03-12-2010	849	1,74	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	06-12-2010	3.066	1,84	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	09-12-2010	1.000	1,87	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	10-12-2010	1.170	1,85	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	15-12-2010	3.000	1,85	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	16-12-2010	3.000	1,84	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	17-12-2010	40.600	1,81	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	20-12-2010	21.202	1,79	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	21-12-2010	21.000	1,79	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	22-12-2010	12.042	1,77	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	23-12-2010	83.229	1,79	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	24-12-2010	19.495	1,80	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	27-12-2010	25.800	1,76	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	28-12-2010	62.687	1,76	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	29-12-2010	15.000	1,74	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	30-12-2010	10.000	1,73	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	31-12-2010	22.262	1,74	Compra	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final		80.406.957				39,29%	5.100	51,0%	-	-	-	-

(*) Passou a ser membro do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA

(**) Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil SGPS, SA desde 31/03/2010

Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao estipulado no nº 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos accionistas que, em 31 de Dezembro de 2010, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da Mota-Engil, SGPS, SA:

ACCIONISTA	Nº de acções	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	80.406.957	39,29%
Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA (1)	30.538.198	14,92%

(1) A Mota Gestão e Participações, SGPS, SA detém 51% do capital social da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA

Durante o ano de 2010, não houve accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções de capital.

Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro

Nos termos e para os efeitos do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que o Grupo Mota-Engil não apresenta dívidas em mora à Segurança Social.

Artigo 66.º nº 5 alínea g) do Código das Sociedades Comerciais

O Grupo Mota-Engil detém sucursais nos seguintes países:

EMPRESA	País
Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	Angola
	Benim
	Cabo Verde
	Chade
	Eslováquia
	Espanha

EMPRESA	País
Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	EUA
	Hungria
	Irlanda
	Malawi
	Moçambique
	Polónia
	República Checa
Ferrovias e Construções, SA	Argélia
	Hungria
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, SA	Cabo Verde
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA	Irlanda
MESP Central Europe Sp. z.o.o.	Eslováquia
	Hungria
	República Checa

Participações qualificadas

Dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2010:

ACCIONISTA	Nº de acções	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	80.406.957	39,29%
Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	30.538.198	14,92%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	4.914.617	2,40%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	3.665.066	1,79%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	3.736.836	1,83%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	3.943.051	1,93%
Maria Inês Fonseca Vasconcelos Mota Sá	33.775	0,02%
Atribuível à F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA (1)	127.238.500	62,18%
Kendall II, SA	9.472.764	4,63%
Investment Opportunities, SA	620.510	0,30%
Banco Privado Português, SA	271.243	0,13%
Atribuível à Privado Holding SGPS, SA	10.364.517	5,06%
QMC Development Capital Fund Plc	4.190.954	2,05%
Atribuível à Nmas 1 Agencia de Valores SA	4.190.954	2,05%

(1) A empresa FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA é detida a 100% por: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (38,23%), Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (20,59%), Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (20,59%) e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (20,59%).





RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2010



4. RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

ENERGIA PARA A NOVA GERAÇÃO

O Grupo Mota-Engil, no âmbito da sua política de diversão, desenvolve novas apostas em outros sectores como a Energia e Mineração, que contribuem para um futuro sustentado.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975
Contribuinte n.º 502 138 394*

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da “MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.” e subsidiárias (Grupo), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 3 456 166 184 Euros e um total de capital próprio de 480 729 899 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 36 950 674 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975
Contribuinte n.º 502 138 394*

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A." e subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório sobre as práticas do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº.7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- O Grupo, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2010, adoptou o método de equivalência patrimonial, conforme Notas 4 e 20 do Anexo, em detrimento do método de consolidação proporcional que, até então aplicava, no registo, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, dos interesses financeiros que detinha em entidades conjuntamente controladas. Em resultado desta alteração, para efeitos de comparabilidade, o Grupo procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2009, conforme Ponto 3 do relatório consolidado de gestão e Nota 1.1 do Anexo.

Porto, 16 de Março de 2011


António Magalhães & Carlos Santos - SROC representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores accionistas da
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2010, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu, da forma usual, com a regularidade necessária e acompanhou a evolução do Grupo, designadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que, em cada circunstância, se tornaram necessárias.

O Conselho Fiscal acompanhou, igualmente, a actividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização.

Como oportunamente comunicado às entidades competentes, durante o exercício de 2010 ocorreu uma alteração na composição do Conselho Fiscal, tendo o membro Manuel Teixeira Mendes sido substituído por Pedro Manuel Seara Cardoso Pérez.

Culminando a sua actividade habitual, com o propósito de elaboração deste parecer, o Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas consolidadas, a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Relatório de Auditoria do Auditor inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Nos termos do artigo 245º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a



informação constante do relatório e contas consolidado de 2010 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 16 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

Alberto João Goraceiro de Castro

José Rodrigues de Jesus

Pedro Manuel Seara Cardoso Pérez



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias ("Sociedade"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um activo total de 3.456.166.184 Euros e capitais próprios de 480.729.899 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 36.950.674 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss entity, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membros consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matricula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Arrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1950-094 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na CROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme mencionado na Nota 1.1, o Grupo procedeu, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, à alteração do método de consolidação dos seus interesses financeiros em empresas conjuntamente controladas, tendo passado a adoptar o método de equivalência patrimonial em substituição do método de consolidação proporcional seguido até essa data. Tal alteração produziu um maior impacto nas empresas afectas à área de concessões de transportes, conjuntamente controladas pelo Grupo Mota Engil e por outro Grupo empresarial, nomeadamente após a operação de concentração dos respectivos interesses financeiros nesta área na Ascendi Group S.G.P.S., S.A., subsidiária que passou a ser conjuntamente controlada pelos referidos Grupos e, consequentemente, a ser registada nas demonstrações financeiras anexas pelo método da equivalência patrimonial (Notas 4 e 20). Como resultado desta alteração, as demonstrações financeiras do exercício de 2009 foram re-expressas para efeitos de comparabilidade, evidenciando a Nota 1.1 o total de activos e passivos, bem como de proveitos e custos, que deixaram de ser consolidados nas demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2009 e 2010.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 16 de Março de 2011


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

EXTRACTO
DA ACTA Nº37
DA ASSEMBLEIA
GERAL DA
MOTA-ENGIL
SGPS, S.A.



Extracto da Acta n.º 37 da Assembleia Geral da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Aos catorze dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas dezasseis horas, reuniram em Assembleia Geral, na Casa de Serralves, sita na Rua de Serralves, número 999, freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto, conforme convocatória, publicada no site das publicações On-Line de Actos Societários não sujeitos a Registo Comercial, em vinte e dois de Março de dois mil e onze e disponibilizada, no mesmo dia, nos sítios da Sociedade e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na Internet, os Accionistas da sociedade comercial anónima com a denominação “**MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.**”, Sociedade Aberta, com sede social na Rua do Rego Lameiro, n.º 38, freguesia de Campanhã, concelho do Porto, com o capital social de duzentos e quatro milhões seiscentos e trinta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco euros (€204.635.695,00), representado por 204.635.695 acções ordinárias do valor nominal de um euro cada uma, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva quinhentos e dois milhões trezentos e noventa e nove mil seiscentos e noventa e quatro (502399694), com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um: Apreciar, discutir e votar o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o anexo ao Balanço, às Demonstrações de Resultados, à Demonstração das Alterações no Capital Próprio e à Demonstração de Fluxos de Caixa, relativos ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais. -----

Ponto Dois: Discutir e deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais. -----

Ponto Três: Apreciar o Relatório sobre as práticas de Governo Societário. -----

Ponto Quatro: Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade, nos termos dos artigos 376º, n.º1, alínea c) e 455º do Código das Sociedades Comerciais. -----

Ponto Cinco: Discutir e deliberar sobre a aprovação de declaração da Comissão de Vencimentos sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade. -----

Ponto Seis: Apreciar, discutir e votar o Relatório de Gestão Consolidado, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração dos Resultados Consolidados Separada, a Demonstração do Rendimento Consolidado Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados e as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidadas e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 508-A do Código das Sociedades Comerciais. -----

Ponto Sete: Discutir e deliberar sobre a aquisição e venda, pela Sociedade, de acções próprias, bem como mandar o Conselho de Administração para executar as deliberações tomadas no âmbito deste Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto Oito: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 350º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a renovação da autorização concedida ao Conselho de Administração para, no âmbito da deliberação tomada quanto ao Empréstimo Obrigacionista em Assembleia Geral desta Sociedade, ocorrida aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e seis, proceder à emissão de uma ou mais séries de obrigações. -----

Ponto Nove: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no número dois do artigo décimo sétimo do contrato social sobre a fixação em três, dos membros efectivos que irão compor o Conselho Fiscal da Sociedade e, bem assim, sobre a fixação de um membro suplente para integrar o referido Conselho Fiscal. -----

Ponto Dez: Discutir e deliberar sobre a eleição, para um novo mandato correspondente ao quadriénio dois mil e onze/dois mil e catorze (2011-2014), dos membros do Conselho Fiscal. -----

Ponto Onze: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no número dois do artigo décimo sétimo do contrato social, sobre a designação, de entre os membros eleitos quanto ao anterior Ponto da presente Ordem de Trabalhos para o Conselho Fiscal, do respectivo Presidente. -----

Ponto Doze: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no número quatro do artigo décimo sétimo do contrato social, sobre a fixação do montante da caução a prestar pelos membros do Conselho Fiscal eleitos quanto ao Ponto Dez da presente Ordem de Trabalhos. -----

Ponto Treze: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no número três do artigo Décimo Sexto do contrato social sobre a eleição, para um novo mandato correspondente ao quadriénio dois mil e onze/dois mil e catorze (2011-2014), da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra a Fiscalização da Sociedade.-----

Ponto Catorze: Discutir e deliberar sobre a alteração parcial do contrato social, nomeadamente sobre: --- a alteração integral da redacção do artigo décimo nono; ----- o aditamento de um novo número três ao artigo vigésimo, passando o actual número três a ser o número quatro. -----

Assumiu a Presidência dos trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Dr. Luís Neiva Santos, secretariado pelo Secretário da Mesa, Sr. Dr. Rodrigo Neiva Santos. -----

No início da reunião, e antes de iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou ao Secretário que organizasse a lista dos Senhores Accionistas presentes e dos devidamente representados na Assembleia, nos termos do artigo 382º do Código das Sociedades Comerciais. -----

Organizada e assinada a referida lista de presenças, verificou-se estarem presentes e devidamente representados, accionistas titulares de 131.461.561 (cento e trinta e um milhões quatrocentas e sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma) acções, representativas de 64,24% do capital social e de 67,89% dos direitos de voto. -----

Mais se verificou a presença do Secretário da Sociedade, dos membros do Conselho Fiscal, do Revisor Oficial de Contas da Sociedade, do Auditor Externo e, bem assim, da maioria dos membros do Conselho de Administração, conforme o expresso na referida Lista de Presenças. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou então estar a Assembleia em condições de funcionar e deliberar validamente, de acordo com o número dois do artigo vigésimo terceiro (artigo 23º, n.º2) do Contrato Social, ordenando de seguida que a referida lista de presenças fosse anexada à presente Acta. -----

Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral cumprimentou os Senhores Accionistas presentes e os devidamente representados e, bem assim, os membros dos diversos órgãos sociais, tendo, de imediato, lido integralmente a Ordem de Trabalhos e seguidamente, referido que haviam sido submetidos à Assembleia e nela se encontravam patentes, o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o anexo ao Balanço, às Demonstrações de Resultados, à Demonstração das Alterações no Capital Próprio e à Demonstração de Fluxos de Caixa, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, todos os documentos relativos ao exercício de 2010. -----

Entrados, assim, no **Primeiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém desejava usar da palavra sobre este Ponto. -----
(...)------

Como mais ninguém pretendesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou então à votação, conjuntamente, na generalidade e na especialidade, todos os documentos de Prestação de Contas Individuais patentes à Assembleia, no âmbito do Ponto Um da Ordem de Trabalhos.- Feita a contagem dos votos verificou-se que aqueles documentos foram aprovados, por unanimidade dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.461.561 acções (cento e trinta e um milhões quatrocentas e sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 64,24% do capital social e de 67,89% dos direitos de voto. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou estar aberta a discussão quanto ao **Segundo Ponto** da Ordem de Trabalhos, tendo referido que, quanto a este ponto, existia uma proposta apresentada pelo Conselho de Administração, a qual ora se transcreve: -----

“Proposta de aplicação de resultados -----
O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte

distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 104.429.791 euros: -----

a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 5.221.489 euros e 55 cêntimos; -----

b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27.º, n.º 3 dos Estatutos, o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 0,67%; -----

c) Para distribuição aos accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos; -----

d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 75.998.375 euros. -----

Porto, 14 de Março de 2011” -----

Após a leitura da proposta antecedente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém pretendia usar da palavra. -----

Como ninguém pretendesse usar da mesma, foi, de imediato, colocado à votação o Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos e, feita a contagem dos votos, verificou-se que a referida proposta de aplicação de resultados fora aprovada, por unanimidade dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.061.561 acções (cento e trinta e um milhões sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 64,05% do capital social e de 67,69% dos direitos de voto), com a abstenção do accionista profissional HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund), titular de 400.000 acções, representativas de 0,19% do capital social e de 0,20% dos direitos de voto. -----

Entrados no **Terceiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que, quanto a este ponto, existia igualmente uma proposta apresentada pelo Conselho de Administração, a qual ora se transcreve: -----

“PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

“Apreciar o Relatório sobre as práticas de Governo Societário.” -----

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas -----

- que apreciem o Relatório respeitante às práticas de Governo Societário, elaborado por este Conselho. Porto, 18 de Março de 2011----- (O Conselho de Administração da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.)” -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém desejava usar da palavra sobre este Ponto e como ninguém pretendesse fazer uso da mesma, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação a proposta apresentada pelo Conselho de Administração quanto ao presente Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada, por maioria dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.061.561 acções (cento e trinta e um milhões sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 99,7% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 64,05% do capital social e 67,69% dos direitos de voto), com o voto contra do accionista profissional HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund), titular de 400.000 acções, representativas de 0,30% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 0,19% do capital social e de 0,20% dos direitos de voto). -----

Entrados, de seguida, no **Quarto Ponto** da Ordem de Trabalhos - respeitante à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade, nos termos do disposto nos artigos 376º, n.º1, alínea c) e 455º do Código das Sociedades Comerciais - o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral tomou a palavra, tendo lido uma proposta apresentada na presente Assembleia, a qual se mostrava subscrita pelo accionista Senhor Dr. Luís Gonzaga Braga de Madureira, cujo teor ora se transcreve: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, SGPS, SA -----

Acaba esta Assembleia de apreciar, discutir e analisar o Relatório de Gestão, as Demonstrações de Resultados e a sua Aplicação, bem como os demais elementos, relativos ao exercício económico de 2010, os quais, postos à sua normal votação, mereceram a nossa incondicional aprovação. -----

Apreciamos, com o interesse devido, as informações que nos foram prestadas quanto ao Governo da Sociedade e a sua política de continuar e até intensificar a expansão geográfica e sectorial do Grupo, de que destacamos as novas áreas de negócio - Mineração, Energia e Indústria e Inovação – facto bem revelador da visão estratégica excepcional, face às incertezas da conjuntura tão desfavorável que está a afectar-nos a nós e aos nossos parceiros europeus. Apesar de tudo, crescemos em volume de negócios, nos resultados líquido e financeiro e ainda aumentamos a nossa carteira de encomendas, o que é notável!

E, assim sendo, desejo aproveitar esta oportunidade para, dando cumprimento ao que legalmente é imposto no art.º 376º, nº1, alínea c), bem como nos termos do art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, que seja apreciado o desempenho dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade, relativamente ao exercício de 2010 e para o que faço a seguinte: -----

PROPOSTA -----

1) Manifestar o nosso sincero apreço pelo excelente trabalho realizado, pela prudência posta na gestão dos riscos em jogo na actualidade dos negócios, bem como pela tenacidade e visão demonstradas na busca de vias adequadas à sustentabilidade das actividades sectoriais do nosso Grupo; -----

2) Formular um voto de total confiança e merecido louvor aos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade e a cada um dos seus membros, individualmente, pelo zelo, elevada competência e excepcional profissionalismo com que sempre desempenharam as funções que pelo voto dos Accionistas lhes foram consignadas.” -----

(...)------

Colocada a referida proposta à discussão, e como nenhum outro accionista quisesse usar da palavra, foi a mesma submetida à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.461.561 acções (cento e trinta e um milhões quatrocentos e sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 64,24% do capital social e de 67,89% dos direitos de voto.-----

Passou-se, de imediato, ao **Quinto Ponto** da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral referido que havia sido apresentada, pela Comissão de Fixação de Vencimentos da Sociedade, uma proposta referente ao presente Ponto da Ordem de Trabalhos, a qual se transcreve: -----

“PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

“Discutir e deliberar sobre a aprovação de declaração da Comissão de Vencimentos sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade.” -----

A Comissão de Vencimentos propõe aos Senhores Accionistas -----

- que aprovem a declaração por si emitida respeitante à política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da referida Sociedade, sendo que tal declaração se encontra anexa à presente Proposta. -----

Porto, 18 de Março de 2011 -----

(A Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.)” -----

Relativamente à Declaração da Comissão de Vencimentos em apreciação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura das conclusões (denominadas “Opções Concretas”) de tal Declaração, as quais constavam do Ponto Quatro da mesma e que ora se transcrevem: -----

“1ª A remuneração dos membros executivos, bem como dos membros não executivos não independentes, do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e por uma parte variável. -----

2ª A remuneração dos membros não executivos independentes do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa. -----

3ª A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como dos membros não executivos não independentes, consistirá num valor mensal pagável catorze vezes por ano. -----

4ª A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para aqueles, que embora não pertencentes a esta comissão, não sejam considerados independentes. -----

5ª A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que sejam considerados independentes e tenham funções essencialmente não executivas. -----

6ª As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor fixo, pagável doze vezes por ano. -----

7ª O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Fixação de Vencimentos, atenta a

avaliação de desempenho efectuada, da sua posição hierárquica, de critérios de performance de longo prazo da sociedade e crescimento real da sociedade e das variáveis de desempenho escolhidas. -----

8ª Na fixação de todas as remunerações, incluindo designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração, serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios de mercado.” -----

Terminada a leitura do documento vindo de referir, e como ninguém pretendesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação a proposta apresentada pela Comissão de Fixação de Vencimentos quanto ao presente Ponto da Ordem de Trabalhos, e, feita a contagem dos votos verificou-se que aquela proposta fora aprovada, por maioria dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 130.564.979 acções (cento e trinta milhões quinhentas e sessenta e quatro mil novecentas e setenta e nove), representativas de 99,32% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 63,80% do capital social e 67,43% dos direitos de voto), com os votos contra dos accionistas profissionais: -----

- STATE STREET BANK AND TRUST (Cliente SHWAB INTERNACIONAL SMALL CAP EQUITY ETF, titular de 25.567 acções); -----

- HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund, titular de 400.000 acções); -----

- STATE STREET BANK TRUST CO (Cliente ISHARES MSCI EAFE SMALL CAP INDEX FUND, titular de 245.468 acções; Cliente ISHARES FTSE DEVELOPED SMALL CAP EX NORTH AMERICA INDEX FUND, titular de 15.630 acções; Cliente BLACKROCK INSTITUCIONAL TRUST COMPANY, N.A. INVESTMENT FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS, titular de 176.528 acções; Cliente BLACKROCK MSCI EMU IMI INDEX FUND B, titular de 9.115 acções);

- BROWN BROTHERS HARRIMAN & CO (Cliente SHWAB INTERNATIONAL SMALL – MID COMPANY INDEX FUND, titular de 18.535 acções); -----

- JP MORGAN CHASE BANK N.A. (Cliente BLACKROCK INDEX ALL – COUNTRY EQUITY FUND, titular de 921 acções; Cliente STATE OF INDIANA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT FUND, titular de 4.818 acções). -----

Os referidos votos contra representaram 0,68% dos votos emitidos, a que correspondem 0,44% do capital social e 0,46% dos direitos de voto. -----

Entrados no **Sexto Ponto** da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que haviam sido submetidos, no prazo legal, à Assembleia, e nela se encontravam patentes, o Relatório de Gestão Consolidado, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração dos Resultados Consolidados Separada, a Demonstração do Rendimento Consolidado Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados e as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidadas e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, todos os documentos relativos ao exercício de 2010. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém pretendia usar da palavra e, como ninguém pretendesse fazer uso da mesma, colocou então à votação, conjuntamente, na generalidade e na especialidade, todos os documentos de Prestação de Contas Consolidadas patentes à Assembleia, no âmbito do Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos. -----

Feita a contagem dos votos verificou-se que aqueles documentos foram aprovados, por unanimidade dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.461.561 acções (cento e trinta e um milhões quatrocentos e sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 64,24% do capital social e de 67,89% dos direitos de voto. -----

Entrados, de seguida, no **Sétimo Ponto** da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa leu a proposta apresentada quanto a este Ponto pelo Conselho de Administração, cujo teor se transcreve: -----

“PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

“Discutir e deliberar sobre a aquisição e venda, pela Sociedade, de acções próprias, bem como mandar o Conselho de Administração para executar as deliberações tomadas no âmbito deste Ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

Proposta relativa a aquisição e a alienação de acções próprias -----

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas, nos termos do disposto nos artigos 319º e 320º do Código das Sociedades Comerciais que a Assembleia: -----

- a) Autorize a sociedade a comprar em mercado regulamentado, acções próprias, durante o prazo de 18 meses, contados da data da deliberação de autorização, até ao limite em que a totalidade das acções próprias detidas, em cada momento, pela empresa, não exceda 10% (dez por cento) do capital social. O preço de aquisição onerosa deverá conter-se num intervalo de quinze por cento para menos e para mais relativamente à cotação média das acções transaccionadas na Euronext Lisbon durante a semana imediatamente anterior à aquisição das acções pretendida. -----
- b) Autorize a empresa a vender acções próprias, durante o prazo de 18 meses, contados da data da deliberação, no número mínimo de 100 acções. A contrapartida da alienação deverá conter-se num intervalo de quinze por cento para menos e para mais relativamente à cotação média das acções transaccionadas na Euronext Lisbon durante a semana imediatamente anterior à alienação de acções vinda de referir. -----
- c) Confira, desde já, ao Conselho de Administração da Sociedade plenos poderes para dar execução às deliberações tomadas quanto ao teor das anteriores alíneas a) e b), nos momentos e pelas quantidades de acções que entender oportunos e desde que as respectivas operações satisfaçam as demais condições legais. -----

Porto, 18 de Março de 2011” -----

(O Conselho de Administração da Mota – Engil, S.G.P.S., S.A.)” -----

Terminada a leitura, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém desejava usar da palavra sobre este Ponto e, como ninguém pretendesse fazer uso da mesma, colocou à votação a proposta apresentada pelo Conselho de Administração quanto ao presente Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada, por maioria dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.061.561 acções (cento e trinta e um milhões sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 99,7% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 64,05% do capital social e de 67,69% dos direitos de voto), com o voto contra do accionista profissional HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund), titular de 400.000 acções, representativas de 0,30% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 0,19% do capital social e de 0,20% dos direitos de voto). -----

Entrados no **Oitavo Ponto** da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura da seguinte proposta, apresentada pela accionista Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: -----

“PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

“Discutir e deliberar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 350º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a renovação da autorização concedida ao Conselho de Administração para, no âmbito da deliberação tomada quanto ao Empréstimo Obrigacionista em Assembleia Geral desta Sociedade, ocorrida aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e seis, proceder à emissão de uma ou mais séries de obrigações”

A accionista Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., -----
PROPÕE -----

Que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 350º do Código das Sociedades Comerciais, se renove a autorização concedida ao Conselho de Administração da Sociedade para que, no âmbito da deliberação tomada em Assembleia Geral ocorrida aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e seis, quanto ao Empréstimo Obrigacionista, este Conselho de Administração possa proceder, durante o prazo de cinco anos a contar da data da presente deliberação, a uma ou mais emissões de obrigações, divididas ou não em séries, podendo a sua colocação efectuar-se mediante subscrição pública ou subscrição particular. Mais se propõe que o prazo, as características, a taxa de juro - fixa ou variável - e os demais termos de cada emissão venham a ser fixados pelo referido Conselho de Administração à data em que aludida emissão venha a realizar-se, de acordo com as conveniências objectivas da empresa e as condições do mercado. -----

Porto, 18 de Março de 2011 -----

A Accionista, -----

(Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.)” De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se mais alguém pretendia usar da palavra

e, como mais ninguém quisesse fazer uso da mesma, colocou então à votação, a referida proposta. -----
Feita a contagem dos votos verificou-se que a proposta antecedente foi aprovada por maioria dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 128.500.542 acções (cento e vinte e oito milhões quinhentas mil quinhentas e quarenta e duas), representativas de 97,75% dos votos emitidos na presente Assembleia Geral (a que correspondem 62,79% do capital social e de 66,36% dos direitos de voto – com os votos contra dos accionistas profissionais: -----

- STATE STREET BANK AND TRUST (Cliente STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAXEXEMPT RETIREMENT PLANS, titular de 37.201 acções; Cliente IBM SAVINGS PLAN, titular de 22.125 acções; Cliente SSGA MSCI EAFE SMALL CAP INDEX SECURITIES LENDING COMMON TRUST FUND, titular de 9.727 acções, Cliente MARYLAND STATE RETIREMENT & PENSION SYSTEM, titular de 12.233 acções; Cliente SPDR S&P WORLD (EX-US) ETF, titular de 22.980 acções; Cliente STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFIT PLANS, titular de 1.160 acções; Cliente STREETTRACKS MSCI EUROPE SMALL CAPSM, titular de 1.111 acções); -----

- HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund, titular de 400.000 acções); -----

- NORTHERN TRUST COMPANY (Cliente MUNICIPAL EMPLOYEES' ANNUITY AND BENEFIT FUND OF CHICAGO, titular de 10.134 acções; Cliente NORTHERN TRUST GLOBAL INVESTMENTS COLLECTIVE FUNDS TRUST, titular de 53.176 acções; Cliente NTGI – QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MARKET INDEX FUND – NON LENDING, titular de 941 acções; Cliente NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUNDS, titular de 3.444 acções); -----

- JP MORGAN BANK IRELAND PLC (Cliente VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC, titular de 7.667 acções); ---

- BROWN BROTHERS HARRIMAN & CO (Cliente VANGUARD FTSE ALL – WORLD EX – US SMALL CAP INDEX FUND, titular de 118.723 acções); -----

- JP MORGAN CHASE BANK N.A. (Cliente JP MORGAN EUROPEAN INVESTMENT TRUST PLC, titular de 45.975 acções; Cliente WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD, titular de 1.944 acções; Cliente GOLDMAN SACHS TRUST GOLDMAN SACHS STRUCTURED INTERNACIONAL SMALL CAP FUND, titular de 296.012 acções; Cliente NORGES BANK CENTRAL BANK OF NORWAY, titular de 74.433 acções; Cliente VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, titular de 181.566 acções; Cliente GOVERNMENT OF NORWAY, titular de 1.077.079 acções). – JP MORGAN BANK LUXEMBOURG, S.A. (Cliente JP MORGAN FUNDS EUROPEAN BANK E JP MORGAN INVESTMENT FUNDS, titulares de 583.388 acções). -----

Os referidos votos contra representam 2,25% dos votos emitidos, a que correspondem 1,45% do capital social e 1,53% dos direitos de voto. -----

Passou-se, então, ao **Nono Ponto** da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral lido a proposta apresentada pela accionista Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., cujo teor se transcreve: -----

“PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

“Discutir e deliberar, nos termos do disposto no número dois do artigo décimo sétimo do contrato social, sobre a fixação em três dos membros efectivos que irão compor o Conselho Fiscal da Sociedade e, bem assim, sobre a fixação de um membro suplente para integrar o referido Conselho Fiscal.” -----

A accionista Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., -----
PROPÕE: -----

Que, nos termos do disposto no número dois do artigo décimo sétimo do contrato social seja fixado: -----

- em três o número de membros efectivos do Conselho Fiscal da Sociedade, -----

e, -----

- um membro suplente, o qual irá integrar, igualmente, o aludido Conselho Fiscal. -----

Porto, 18 de Março de 2011 -----

A Accionista, -----

(Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.)” -----

Como ninguém pretendesse usar da palavra, foi a proposta em discussão posta globalmente à votação, e, em seguida, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.461.561 acções (cento e trinta e um milhões quatrocentos e sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 64,24% do capital social e de 67,89% dos

direitos de voto. -----

Passou-se, de imediato, ao **Décimo Ponto** da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedido à leitura da proposta apresentada pela accionista Mota Gestão e Participações - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., cujo teor ora se transcreve: -----

“PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

PROPOSTA -----

“Discutir e deliberar, sobre a eleição, para um novo mandato correspondente ao quadriénio dois mil e onze/dois mil e catorze (2011-2014), dos membros do Conselho Fiscal.” -----

A accionista Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., -----

PROPÕE: -----

1 - Que sejam eleitos, para o quadriénio dois mil e onze – dois mil e catorze, como membros efectivos do Conselho Fiscal: -----

- Professor Doutor Alberto João Coraceiro de Castro, casado, licenciado em economia, titular do NIF 180 511 491 e com domicílio profissional na Faculdade de Economia e Gestão do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, sita na Rua Diogo Botelho, n.º1327, 4169-005 Porto; -----

- Dr. José Rodrigues de Jesus, casado, licenciado em economia, titular do NIF 107 290 359 e com domicílio profissional na Rua Arquitecto Marques da Silva, n.º285, 3º Dt.º, 4150-484 Porto; -----

- Dr. Horácio Fernando Reis e Sá, separado judicialmente de pessoas e bens, licenciado em Direito, titular do NIF 106830260 e com residência na Rua Conde Burnay, n.º 180, 4410-192 S. Félix da Marinha. -----

2- Que seja eleito como membro suplente do Conselho Fiscal, para o mesmo quadriénio, o Sr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez, casado, licenciado em economia, titular do NIF 148722601 e com domicílio profissional na Rua Eng.º Ferreira Dias, n.º 884, 2º, Sala AD, 4100-246 Porto. -----

Porto, 18 de Março de 2011 -----

A Accionista -----

(Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.) -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém pretendia usar da palavra, (...).-----

Como mais ninguém pretendesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou então à votação, a referida proposta. -----

Feita a contagem dos votos verificou-se que a proposta antecedente foi aprovada por maioria dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.061.561 acções (cento e trinta e um milhões sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 99,7% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 64,05% do capital social e de 67,69% dos direitos de voto), com o voto contra do accionista profissional HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund), titular de 400.000 acções, representativas de 0,30% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 0,19% do capital social e de 0,20% dos direitos de voto). -----

Entrou-se, de imediato, no **Décimo Primeiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedido à leitura da proposta apresentada pela accionista Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., cujo teor ora se transcreve: -----

“PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

PROPOSTA -----

“Discutir e deliberar, nos termos do disposto no número dois do artigo décimo sétimo do contrato social, sobre a designação, de entre os membros eleitos quanto ao anterior Ponto da presente Ordem de Trabalhos para o Conselho Fiscal, do respectivo Presidente.” -----

A Accionista Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. -----

PROPÕE -----

I - Que, de entre os membros eleitos quanto ao anterior Ponto da Ordem de Trabalhos para o Conselho Fiscal, seja designado, como respectivo Presidente, o Sr. Professor Doutor Alberto João Coraceiro de Castro. -----

II - Na sequência da deliberação de aprovação que vier a ser tomada, quanto ao anterior ponto desta proposta, o Conselho de Fiscal, para o mandato correspondente ao quadriénio dois mil e onze – dois mil e

catorze, passará a ter a seguinte composição: -----

Membros Efectivos: -----

Presidente do Conselho Fiscal: -----

Sr. Professor Doutor Alberto João Coraceiro de Castro -----

Vogais do Conselho Fiscal: -----

- Dr. José Rodrigues de Jesus -----

- Dr. Horácio Fernando Reis e Sá -----

Membro Suplente: -----

- Dr. Pedro Manuel Seara Cardoso Perez -----

Porto, 18 de Março de 2011 -----

A Accionista, -----

(Mota Gestão e Participações - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.)” -----

Terminada a leitura, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém desejava usar da palavra sobre este Ponto e, como ninguém pretendesse fazer uso da mesma, colocou à votação a proposta apresentada pelo Conselho de Administração quanto ao presente Ponto da Ordem de Trabalhos. Feita a contagem dos votos verificou-se que a proposta antecedente foi aprovada por maioria dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.061.561 acções (cento e trinta e um milhões sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 99,7% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 64,05% do capital social e de 67,69% dos direitos de voto), com o voto contra do accionista profissional HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund), titular de 400.000 acções, representativas de 0,30% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 0,19% do capital social e de 0,20% dos direitos de voto). -----

(...)- -----

Entrou-se, de imediato, no **Décimo Segundo Ponto** da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedido à leitura da proposta apresentada pela accionista Mota Gestão e Participações, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., quanto ao presente Ponto da Ordem de Trabalhos, cujo teor ora se transcreve: -----

“PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

PROPOSTA -----

“Discutir e deliberar, nos termos do disposto no número quatro do artigo décimo sétimo do contrato social, sobre a fixação do montante da caução a prestar pelos membros do Conselho de Fiscal eleitos quanto ao Ponto Dez da presente Ordem de Trabalhos.” -----

A Accionista Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. -----

PROPÕE -----

Que, nos termos conjugados do disposto no número quatro do artigo décimo sétimo do contrato social e, bem assim, nos termos do disposto no artigo quatrocentos e dezoito-A do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal eleitos quanto ao Ponto Dez da presente Ordem de Trabalhos prestem caução pelo montante legalmente estabelecido, ou, em alternativa, substituam a referida caução por contrato de seguro a favor da Sociedade. -----

Porto, 18 de Março de 2011 -----

A Accionista, -----

(Mota Gestão e Participações - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.)” -----

Terminada a leitura da Proposta, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém desejava usar da palavra sobre este Ponto e, como ninguém pretendesse fazer uso da mesma, colocou à votação a proposta apresentada pela accionista Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., quanto ao presente ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.461.561 acções (cento e trinta e um milhões quatrocentos e sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 64,24% do capital social e de 67,89% dos direitos de voto. -----

Passou-se, seguidamente, ao **Décimo Terceiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedido à leitura da Proposta apresentada pelo Conselho Fiscal da Sociedade

quanto a este Ponto da Ordem de Trabalhos, e cujo teor se transcreve: -----

“PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

PROPOSTA -----

“Discutir e deliberar, nos termos do disposto no número três do artigo décimo sexto do contrato social, sobre a eleição, para um novo mandato correspondente ao quadriénio dois mil e onze/dois mil e catorze (2011-2014), da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra a Fiscalização da Sociedade” -----

O Conselho Fiscal propõe aos Senhores Accionistas: -----

Que seja eleito, nos termos do disposto no número três do artigo décimo sexto do contrato social, para o quadriénio dois mil e onze – dois mil e catorze, como Revisor Oficial de Contas da Mota – Engil, SGPS, S.A. a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães e Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 53, com sede na Rua do Campo Alegre, n.º606, 2.º, Salas 201/203, Porto, NIPC 502 138 394, representada pelo Sr. Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC n.º 177, casado, titular do NIF 101 028 679 e com domicílio profissional na morada atrás indicada. -----

Porto, 18 de Março de 2011 -----

(O Conselho Fiscal da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.) -----

Terminada a leitura, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos presentes se alguém desejava usar da palavra sobre este Ponto e, como ninguém pretendesse fazer uso da mesma, colocou à votação a proposta apresentada pelo Conselho Fiscal quanto ao presente Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo aquela proposta sido aprovada, por maioria dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 128.574.385 acções (cento e vinte e oito milhões quinhentas e setenta e quatro mil trezentas e oitenta e cinco), representativas de 97,81% dos votos emitidos na presente Assembleia Geral (a que correspondem 62,83% do capital social e de 66,40% dos direitos de voto), com os votos contra dos accionistas: -----

- STATE STREET BANK AND TRUST (Cliente MARYLAND STATE RETIREMENT & PENSION SYSTEM, titular de 12.233 acções; Cliente CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, titular de 15.849 acções); ---

- HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund, titular de 400.000 acções); -----

- NORTHERN TRUST COMPANY (Cliente MUNICIPAL EMPLOYEES’ ANNUITY AND BENEFIT FUND OF CHICAGO, titular de 10.134 acções; Cliente NORTHERN TRUST GLOBAL INVESTMENTS COLLECTIVE FUNDS TRUST, titular de 53.176; Cliente NTGI – QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MARKET INDEX FUND - NON LENDING, titular de 941 acções); -----

- JP MORGAN BANK IRELAND PLC (Cliente VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC, titular de 7.667 acções); ---

- BROWN BROTHERS HARRIMAN & CO (Cliente VANGUARD FTSE ALL – WORLD EX – US SMALL CAP INDEX FUND, titular de 118.723 acções); -----

- JP MORGAN CHASE BANK N.A. (Cliente JP MORGAN EUROPEAN INVESTMENT TRUST PLC, titular de 45.975 acções; Cliente GOLDMAN SACHS TRUST GOLDMAN SACHS STRUCTURED INTERNACIONAL SMALL CAP FUND, titular de 296.012 acções; Cliente NORGES BANK CENTRAL BANK OF NORWAY, titular de 74.433 acções; Cliente VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, titular de 181.566 acções; Cliente GOVERNMENT OF NORWAY, titular de 1.077.079 acções). – JP MORGAN BANK LUXEMBOURG, S.A. (Cliente JP MORGAN FUNDS EUROPEAN BANK e JP MORGAN INVESTMENT FUNDS, titulares de 583.388 acções). -----

Os referidos votos contra representam 2,19% dos votos emitidos, a que correspondem 1,41% do capital social e 1,49% dos direitos de voto. -----

Entrou-se, por fim, no **Décimo Quarto Ponto** da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral referido que havia sido apresentada pela accionista Mota Gestão e Participações - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. uma Proposta referente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, com o teor que ora se transcreve: -----

“PONTO CATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

PROPOSTA -----

“Discutir e deliberar sobre a alteração parcial do contrato social, nomeadamente sobre: -----

- a alteração integral da redacção do artigo décimo nono; -----

- o aditamento de um novo número três ao artigo vigésimo, passando o actual número três a ser o número quatro.” -----

A Accionista Mota Gestão e Participações - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. -----

PROPÕE: -----

Que seja alterado parcialmente o contrato social, nomeadamente: -----

- seja alterada integralmente a redacção do artigo décimo nono, e, bem assim, seja aditado um novo número três ao artigo vigésimo, passando o actual número três a ser o número quatro, pelo que a nova redacção de tais artigos passará a ser a seguinte: -----

- Artigo Décimo Nono -----

Um – A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito de voto possuidores de acções que se encontrem registadas em seu nome às 0 (zero) horas (GMT) do 5º (quinto) dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral. -----

Dois – O accionista que pretenda participar numa Assembleia Geral deverá declarar, por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao dia anterior ao dia referido no número um supra, a respectiva intenção de participação, devendo, concomitantemente, transmitir ao intermediário financeiro, perante o qual tem aberta a sua conta de registo das acções, a referida intenção de participação. -----

Três – O intermediário financeiro referido no número anterior terá, até ao final do 5º (quinto) dia de negociação anterior ao dia da realização da Assembleia Geral, de enviar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a informação respeitante ao número de acções registadas em nome do accionista cuja intenção de participação na Assembleia Geral lhe haja sido comunicada nos termos do número anterior e, bem assim, a referência à data do registo das mencionadas acções. -----

Quatro – Quem, entre a data do registo referido no número um do presente artigo – isto é, 0 (zero) horas (GMT) do 5º (quinto) dia de negociação anterior ao dia da realização da Assembleia Geral – e o fim da Assembleia Geral, transmitir as acções de que seja titular terá de comunicar tal facto, imediatamente, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e, bem assim, à CMVM. -----

Cinco – Os titulares de acções preferenciais sem voto e os obrigacionistas só podem assistir às reuniões da Assembleia Geral através dos seus representantes comuns, designados nos termos, respectivamente, do artigo 343º e dos artigos 357º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais. -----

Seis – Os accionistas que possuírem acções representativas de, pelo menos, 2% (dois por cento) do capital social da sociedade, poderão, nos cinco dias seguintes ao dia da publicação da convocatória de uma Assembleia Geral, requerer – através de requerimento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral – a inclusão de determinados assuntos na Ordem de Trabalhos daquela Assembleia Geral, desde que o referido pedido de inclusão seja acompanhado da correspondente proposta de deliberação. -----

Sete – De igual modo, poderão ainda os accionistas que possuírem acções representativas de, pelo menos, 2% (dois por cento) do capital social da sociedade, apresentar propostas de deliberação relativas a assuntos referidos na Convocatória ou que a esta venham a ser aditados, nos termos do número anterior, através de requerimento dirigido por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos cinco dias seguintes ao dia da publicação da referida Convocatória. Juntamente com o aludido requerimento deverá, igualmente, ser transmitida pelo accionista proponente toda a informação que deverá acompanhar a mencionada proposta de deliberação. -----

Oito – Não poderão efectuar-se Assembleias Gerais através de meios telemáticos. -----

- Artigo Vigésimo -----

Um - mantém-se -----

Dois - mantém-se -----

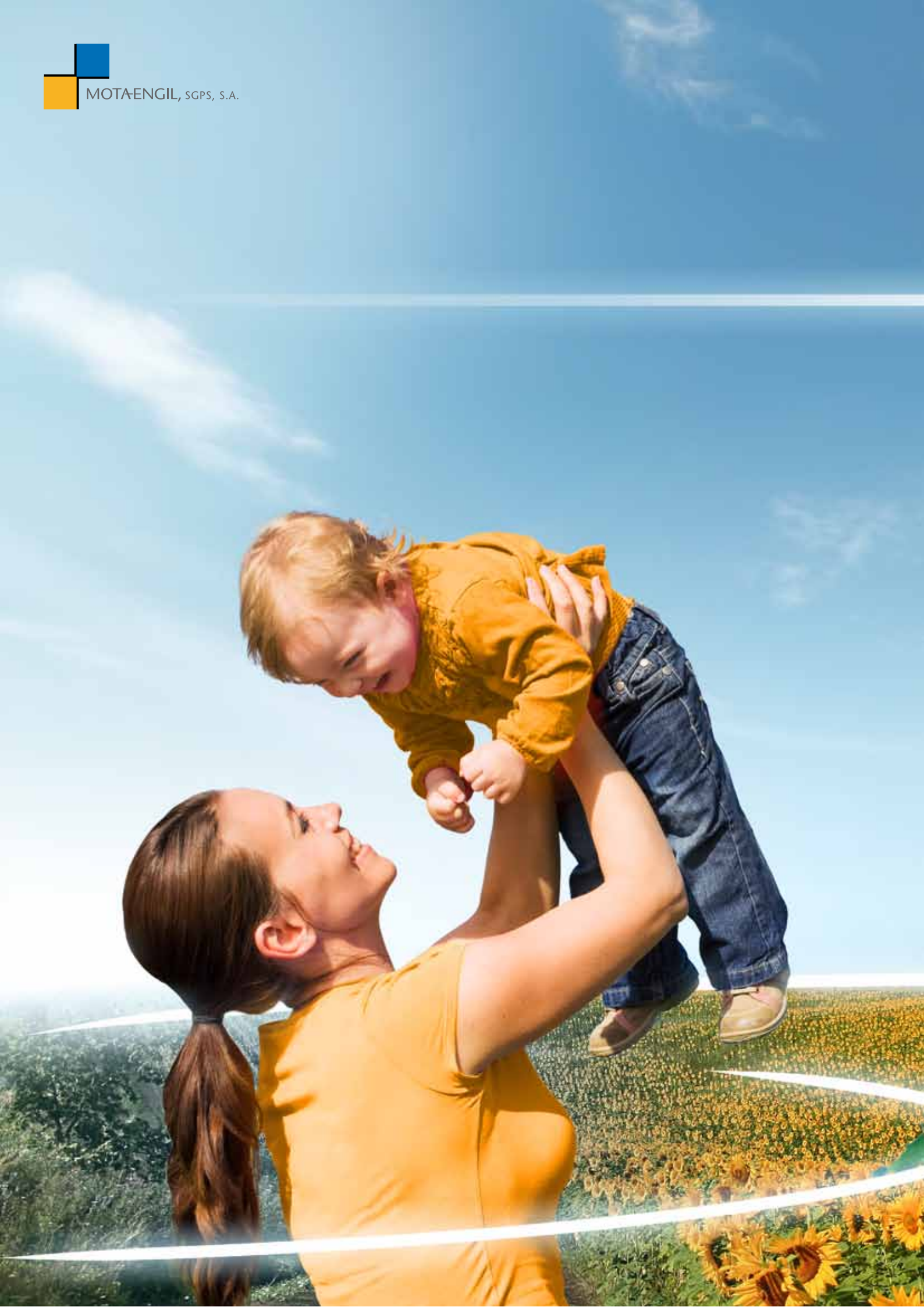
Três – Os accionistas que, a título profissional, detenham acções em nome próprio mas por conta dos seus clientes, poderão com as referidas acções votar em sentido diverso, desde que apresentem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao 5º (quinto) dia de negociação anterior ao da realização da referida Assembleia Geral, a identificação de cada cliente e, bem assim, o número de acções a votar por conta de cada um deles. Terão, de igual modo, de apresentar ao mencionado Presidente da Mesa da Assembleia Geral as instruções de voto emitidas pelos seus clientes para cada um dos Pontos que venham a integrar a Ordem de Trabalhos da referida Assembleia Geral. -----

Quatro – As votações serão feitas pelo modo designado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Porto, 18 de Março de 2011 -----

A Accionista, -----
(Mota Gestão e Participações - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.) -----
Terminada a leitura da Proposta, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que a mesma carecia, para ser aprovada, de uma maioria qualificada dos votos emitidos na presente Assembleia pelos Accionistas nela presentes ou representados. -----
De seguida, colocou à votação a proposta apresentada pela accionista Mota Gestão e Participações – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., quanto ao presente ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada, por maioria dos accionistas presentes e devidamente representados, titulares de 131.061.561 acções (cento e trinta e um milhões sessenta e um mil quinhentas e sessenta e uma acções), representativas de 99,7% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 64,05% do capital social e de 67,69% dos direitos de voto), com o voto contra do accionista profissional HSBC BANK PLC (Cliente West Yorkshire Pension Fund), titular de 400.000 acções, representativas de 0,30% dos votos emitidos na presente Assembleia (a que correspondem 0,19% do capital social e de 0,20% dos direitos de voto). -----
(....)-----
E como mais ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão, pelas dezassete horas e quinze minutos, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa que presidiram à Assembleia Geral. -----



MOTAENGIL, SGPS, S.A.



RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2010



5. CADERNO DE SUSTENTABILIDADE

CONTRIBUIR PARA UM MUNDO MELHOR

O Grupo Mota-Engil assume um compromisso firme com o futuro, orientado por um modelo de gestão ética, social e ambientalmente responsável.



NOTA PRÉVIA

O Grupo Mota-Engil, através da sociedade holding Mota-Engil SGPS, SA, Sociedade Aberta, publica o seu Caderno de Sustentabilidade de 2010.

O Caderno de Sustentabilidade sucede aos Relatórios de Sustentabilidade produzidos nos anos anteriores, sendo agora publicado conjuntamente com o Relatório e Contas Consolidado de 2010 de que passa a fazer parte integrante.

Esta nova estratégia de relato, que irá ser aprofundada e melhorada nos anos seguintes, corresponde a uma linha de tendência que tem vindo a ganhar cada vez maior expressão e adeptos no contexto internacional em que muitas empresas e grupos empresariais optam por fazer um Relato único do seu desempenho económico, social e ambiental.

Esta abordagem apresenta inegáveis vantagens, permitindo que a temática da sustentabilidade conquiste em definitivo o seu lugar no contexto do relato empresarial, conferindo aos aspectos sociais e ambientais do desempenho empresarial importância acrescida.

O Relato único permite ainda evitar indesejáveis redundâncias resultantes da separação entre o Relatório e Contas e o Caderno de Sustentabilidade, que não acrescentam qualquer valor no plano comunicacional, particularmente nas matérias relacionadas com a visão e estratégia, desempenho económico e o governo corporativo, já contidas em grande medida no Relatório e Contas propriamente dito.

O Caderno de Sustentabilidade segue de perto a estrutura do Relatório de Sustentabilidade do ano anterior, com as devidas adaptações resultantes na nova estratégia de relato, mantendo a sua vinculação às directrizes “Global Reporting Initiative” (GRI versão 3.0).

01. ÂMBITO DO RELATÓRIO

1.1 PERFIL DO CADERNO DE SUSTENTABILIDADE

A comunicação do desempenho nos domínios social e ambiental, para além da sua dimensão económica aprofundadamente desenvolvida no Relatório e Contas de 2010, constitui um elemento fundamental da estratégia de sustentabilidade do Grupo.

Na linha do que tem sido prática em múltiplas empresas e organizações de referência nos planos nacional e internacional, este Relatório foi concebido de acordo com as directrizes “Global Reporting Initiative” (GRI versão 3.0) para elaboração do relato de sustentabilidade.

O Relatório e Contas Consolidado e o Caderno de Sustentabilidade de 2010, publicado em língua portuguesa e inglesa, encontra-se disponível em formato digital, podendo ser consultado no endereço de Internet do Grupo Mota-Engil em www.mota-engil.pt.

No quadro de abertura e diálogo permanente e sistemático com as suas partes interessadas, internas e externas, o Grupo Mota-Engil acolhe favoravelmente os pedidos de esclarecimento, comentários ou sugestões que lhe sejam transmitidos.

O diálogo assim estabelecido é um instrumento fundamental de auscultação e de integração das preocupações e propostas das partes interessadas, nomeadamente clientes, fornecedores, investidores, entidades públicas, organizações não-governamentais, entre outras, e onde se inclui, de forma privilegiada, o universo dos colaboradores do Grupo Mota-Engil no plano mais vasto de uma eficaz política de comunicação interna activa e participativa.

Os assuntos relativos à área da sustentabilidade em geral podem ser colocados à Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Grupo Mota-Engil através dos seguintes contactos:

MOTA-ENGIL, SGPS, SA, SOCIEDADE ABERTA

Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade

ENDEREÇO

Rua Calouste Gulbenkian, nº 239

4050-145 Porto

Portugal

TELEFONE

+351 226 079 100

FAX

+351 225 191 220

CORREIO ELECTRÓNICO

rui.pedroto@mota-engil.pt

1.2 OBJECTIVOS E LIMITES DO CADERNO DE SUSTENTABILIDADE

Enquadramento

No seu processo de desenvolvimento estratégico, assente no crescimento, internacionalização e diversificação, o Grupo Mota-Engil agrega hoje um conjunto muito diversificado de negócios, afirmando-se de forma crescente como Grupo empresarial de base portuguesa num contexto multinacional.

O carácter multi-sectorial das actividades do Grupo Mota-Engil, englobando as áreas de Engenharia e Construção, Ambiente e Serviços e Concessões de Transportes e a sua presença em contextos

geográficos diversos, torna a identificação dos aspectos da sustentabilidade materialmente relevantes uma tarefa de elevado grau de complexidade e exigência.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo encontra-se suportada organicamente na sua Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, directamente dependente da Comissão Executiva da Holding, e no seu Conselho Coordenador para a Sustentabilidade (CCS), englobando membros de várias áreas funcionais e unidades de negócio.

Este modelo de gestão visa favorecer a difusão transversal da estratégia de sustentabilidade a toda a organização, tornar claro o compromisso do Grupo e permitir uma ligação eficaz às áreas e unidades de negócio, responsáveis no plano operacional pela condução das actividades e execução dos objectivos decorrentes da estratégia de sustentabilidade do Grupo.

Estratégia e prioridades

Assim, a concepção da sua estratégia de sustentabilidade, bem como a determinação das questões prioritárias e a identificação das principais partes interessadas para efeitos da execução da política de sustentabilidade e elaboração do Caderno, obedeceu, à semelhança dos anos anteriores, a um processo de auscultação interno promovido junto dos principais responsáveis das sub-holdings e unidades de negócio do Grupo, com particular ênfase nas que são objecto de relato mais detalhado neste documento, daí resultando um consenso alargado e um conjunto de múltiplas contribuições indispensáveis à elaboração do Caderno de Sustentabilidade.

A determinação dos aspectos materialmente relevantes constitui uma fase incontornável na correcta utilização das directrizes adoptadas e pressuposto essencial do cumprimento do plano estratégico e das actividades dele dependentes.

Indicadores

O quadro de Indicadores estabelecido pelas directrizes de relato adoptadas deve, por sua vez, reflectir e ser o natural corolário dos objectivos traçados e dos planos de actuação conducentes à sua concretização, tendo por base os tópicos prioritários da sustentabilidade considerados materialmente relevantes.

A resposta aos Indicadores, enquanto barómetro por excelência de aferição do desempenho, não deve pois ser vista como acto isolado, mas antes como parte integrante da arquitectura de gestão do Grupo, em geral, e do seu modelo de gestão da sustentabilidade, em especial, ganhando particular relevo o papel dos sistemas de informação.

Os sistemas de recolha, tratamento e difusão da informação que suportam o modelo e os processos de gestão e de tomada de decisão encontram-se particularmente desenvolvidos no âmbito da Mota-Engil Engenharia e SUMA, razão pela qual, a exemplo dos anos anteriores, são estas as únicas entidades do universo do Grupo a fornecer e divulgar Indicadores de acordo com o referencial adoptado.

Tais entidades figuram, porém, entre as mais relevantes no que toca à dimensão e presença no mercado, permitindo assim que este Caderno possa ter, apesar das limitações ora enunciadas, um considerável grau de representatividade do todo.

Mantém-se o propósito da entidade relatora em expandir o quadro de Indicadores às demais entidades do Grupo e às suas operações nos mercados internacionais, faseadamente e alargando assim o perímetro de abrangência do Caderno de Sustentabilidade.

Pretende-se ainda, numa segunda fase, integrar nos sistemas de informação novos Indicadores que reflectam com maior propriedade as especificidades de cada área e unidade de negócio face aos desafios da sustentabilidade, de forma a servir mais eficazmente o processo interno de melhoria contínua e a tornar mais clara e perceptível a sua comparabilidade com organizações congéneres, obedecendo a uma lógica de *benchmarking* sectorial com evidentes benefícios para a avaliação da entidade relatora pelo conjunto das partes interessadas.

As técnicas de recolha e tratamento da informação e os métodos de cálculo relevantes para a produção e difusão dos Indicadores são disponibilizados nos locais próprios e, sendo caso disso, evidenciadas as alterações a declarações prestadas no Relatório anterior e sua fundamentação, mormente as que possam surgir de quaisquer processos de fusão, aquisição ou operações análogas.

Abrangência

Atentas as circunstâncias referidas, o Caderno de Sustentabilidade de 2010 abrangerá, no que respeita à divulgação de Indicadores, as seguintes entidades:

ÁREA DE NEGÓCIO – Engenharia e Construção

UNIDADE DE NEGÓCIO – Mota-Engil Engenharia e Construção, SA

PERÍMETRO GEOGRÁFICO – Actividade em Portugal

ÁREA DE NEGÓCIO – Ambiente e Serviços

UNIDADE DE NEGÓCIO – SUMA, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA

PERÍMETRO GEOGRÁFICO – Actividade em Portugal

Em múltiplas ocasiões ao longo do presente Caderno de Sustentabilidade e em consonância com a forma como geralmente são apresentadas na generalidade dos demais suportes de comunicação do Grupo, a referência a estas entidades constará sob a designação abreviada de “Mota-Engil Engenharia” e “SUMA”.

As designações “Mota-Engil Engenharia” e “SUMA” devem ser assim entendidas como englobando os negócios e actividades na dependência da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA (Holding para a área de negócios de Engenharia e Construção) e SUMA, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA (Holding da área de negócios de Ambiente e Serviços para os negócios e actividades no sector dos Resíduos).

No que toca à presença em *joint ventures* ou actividades em regime de *outsourcing*, estas não serão objecto de relato.

1.3 AUTO - DECLARAÇÃO

O Grupo Mota-Engil auto-declara o Nível de Aplicação C ao seu relato de sustentabilidade.

Relatório Níveis de Aplicação

C

Consolidado do Relatório

Perfil da G3	➤	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15
Informações sobre a forma de Gestão da G3	➤	Não exigido
Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Suplemento Sectorial	➤	Responder a um mínimo de dez Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, económico e ambiental

2.1 COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS

2.1.1 Actividade Associativa

Consciente do seu papel na sociedade e de forma a assegurar mais eficazmente a interação e o diálogo com as partes interessadas, o Grupo Mota-Engil participa activamente em inúmeras organizações de índole industrial e comercial.

A presença nestes organismos associativos consubstancia-se através do financiamento às suas actividades por via do esforço de quotização a cargo das empresas filiadas e pelo exercício de funções nos seus órgãos executivos.

O Grupo Mota-Engil, pela importância estratégica que estas instituições representam enquanto factores de cooperação e de relacionamento estreito com a comunidade empresarial, faz parte, através das suas várias empresas, de 38 Associações Sectoriais, três Associações Empresariais, oito Câmaras de Comércio e onze outros organismos. O Grupo faz-se assim representar nos sectores onde actua e nas câmaras de comércio dos mercados geográficos onde opera.

2.2 RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

Identificação das partes interessadas

O Grupo Mota-Engil considera essencial focalizar a sua atenção nas múltiplas partes interessadas com que se relaciona. Pela dimensão e carácter diversificado das suas actividades em múltiplas geografias e contextos económicos, sociais e culturais de referência, o quadro relacional do Grupo Mota-Engil expande-se significativamente, assumindo regularmente novos contornos.

A identificação e abordagem das suas partes interessadas afigura-se assim como tarefa complexa, exigindo um processo de monitorização e melhoria contínua num quadro de abertura e estreitamento de relações, envolvendo múltiplas instituições e segmentos da sociedade.

Os processos de identificação e abordagem das principais partes interessadas dependem pois, em grande medida, da dinâmica e das características próprias de cada Área de Negócios do Grupo, disso se dando em seguida resumida conta.

No que respeita ao Grupo Mota-Engil em geral, pelo seu carácter internacional e diversificado e face aos objectivos do seu desenvolvimento estratégico, a consolidação e busca constante de novas oportunidades de negócio coloca particular ênfase nos seus clientes, nacionais e internacionais, nos seus parceiros de negócio e no universo dos seus colaboradores. Assumem, de igual modo, primordial importância os accionistas do Grupo, os investidores, as entidades financeiras e do sector segurador, os meios de comunicação social, as organizações não-governamentais, bem como as entidades reguladoras.

A identificação destas partes interessadas assume, assim, um carácter transversal a todo o Grupo.

Na Área de Negócios de Engenharia e Construção, avultam igualmente como partes interessadas de referência os clientes do Grupo, quer se trate de clientes institucionais (Estado e demais entidades públicas), pelo seu peso muito significativo em relação aos principais segmentos de actividade desta Área de Negócios, quer ainda os inúmeros clientes do sector privado, atento o número de valências especializadas na área de engenharia e construção detidas pelo Grupo. Refiram-se também as Universidades, as comunidades locais, pelo impacto do sector construtivo nos domínios social e ambiental, e da vasta gama de fornecedores de produtos e serviços, nota marcante desta actividade caracterizada pela sua extensa cadeia de procura.

Na Área de Negócios de Ambiente e Serviços e em particular nas actividades ligadas ao sector dos Resíduos e da Água, assumem particular relevância as autarquias locais, enquanto concedentes de serviços públicos explorados em regime de concessão, bem como a multiplicidade dos cidadãos na sua qualidade de clientes finais dos serviços prestados, sendo ainda especialmente importantes os organismos responsáveis pelo enquadramento legal e regulação destes sectores.

02. COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS E RELACIONAMENTO COM STAKEHOLDERS



Na Área das Concessões de Transportes, concitam especial atenção os concedentes dos serviços públicos no sector das concessões de infra-estruturas de transportes, bem como o público utilizador dessas infra-estruturas numa área particularmente sensível às questões da segurança, qualidade e níveis de serviço disponibilizados.

Abordagem das partes interessadas

A abordagem das partes interessadas por parte do Grupo Mota-Engil, na sua globalidade, consiste na adopção de um conjunto de meios de comunicação, entre os quais se destacam o seu *website* e a publicação periódica *Sinergia*, disponibilizando um conjunto de informação vasta sobre as actividades do Grupo. Salienta-se ainda o lançamento, em 2010, da Mota-Engil TV (projecto que pretende levar a todos os colaboradores as imagens e notícias sobre as actividades desenvolvidas pelo Grupo em cada país e área de negócio) e a implementação do Portal interno ON.ME

Registe-se ainda a existência de *newsletters* e publicações disponibilizadas por várias empresas do Grupo.

Através dos contactos disponibilizados via *website*, encontra-se facilitada a interlocução com qualquer das áreas do Grupo, possibilitando assim um número considerável de interações com o exterior do Grupo.

Assinale-se ainda a dinâmica de relacionamento com os meios de comunicação social, quer generalistas, quer da imprensa especializada, nos domínios económico e financeiro, atestada pelo extenso acervo de menções às actividades, negócios e iniciativas do Grupo e pela presença regular dos seus representantes nos meios de comunicação social.

No que concerne à abordagem das partes interessadas na Área de Negócio de Engenharia e Construção, importa referir os seguintes aspectos:

Colaboradores:

- Realização de Encontros de Quadros e Fóruns de partilha de conhecimento;
- Publicação quinzenal de uma “*newsletter*” interna que pretende dar a conhecer a todos os seus colaboradores as notícias da Empresa;
- Divulgação periódica de campanhas de sensibilização;
- Realização de diversas acções de formação no sentido de desenvolver competências;
- Portal corporativo ON.ME.

Clientes:

- Envio de Inquéritos de Satisfação do Cliente.

Fornecedores:

- Promoção de acções de formação de fornecedores;
- Realização de inquéritos de satisfação e desenvolvimento de parcerias.

Entidades públicas:

- Divulgação do Relatório e Contas;
- Realização de inquéritos de satisfação e celebração de protocolos.

Universidades:

- Celebração de vários protocolos com Universidades;
- Parcerias para desenvolvimento de estudos e projectos específicos.

Comunicação social:

- Participação em eventos, feiras de construção, seminários;
- Elaboração de artigos e notícias para revistas e jornais.

Associações:

- Participação em Grupos de Trabalho e noutras iniciativas.

A SUMA, na Área de Negócios de Ambiente e Serviços, identificou no seu processo de Monitorização, Medição e Análise, a actividade “Satisfação das Partes Interessadas”. Com esta actividade pretende monitorizar, medir e analisar a satisfação das várias partes interessadas da organização de forma a estabelecer bases para a melhoria contínua.

Relativamente aos Clientes, são considerados dois aspectos principais:

- A gestão do Inquérito de Avaliação da Satisfação de Clientes (ISC);
- A gestão das reclamações recebidas na organização.

Com uma periodicidade mínima anual, são enviados inquéritos aos clientes em todos os municípios onde a SUMA presta serviços. Esta ferramenta visa monitorizar, numa base mensurável, informação relativa à percepção de cada Cliente em relação à organização e os requisitos e níveis de serviço dela esperados. Contempla quatro parâmetros de avaliação:

- Avaliação dos serviços prestados;
- Avaliação das competências técnicas e imagem da organização;
- Avaliação global;
- Campo para fornecimento de Opiniões e Sugestões.

Independentemente do envio destes inquéritos, sempre que a área Comercial ou a área da Produção, no seu contacto regular com clientes, tomem conhecimento de informações relevantes, ao nível da satisfação ou sugestões de melhoria, documentam tais situações e dão-lhes o seguimento adequado.

No que respeita às Reclamações, a SUMA definiu e documentou a forma como realiza o seu tratamento, desde o momento em que estas são recebidas até à transmissão da resposta ao reclamante, de forma a assegurar que: as reclamações são devidamente registadas e analisadas, com o envolvimento dos respectivos responsáveis; é dada resposta objectiva ao reclamante; são detectadas as não-conformidades associadas às reclamações; se obtêm dados fidedignos/pertinentes para a melhoria do desempenho da organização.

No que respeita às restantes partes interessadas, a SUMA identificou os seus principais *stakeholders* e analisou os assuntos que lhes podem interessar mais, relativamente à sua relação com a SUMA, desdobrando-os pelas perspectivas da sustentabilidade.

A avaliação da satisfação para a totalidade das partes interessadas está a ser alvo de um reforço, através da melhoria contínua das metodologias e ferramentas já existentes (p.ex. inquérito à satisfação do trabalhador), ou através de metodologias e ferramentas a introduzir nos programas de gestão, dada a valia que essa avaliação tem para o desempenho sustentável da SUMA.

No que respeita à Área de Negócios de Concessões de Transportes, e em particular à Ascendi, enquanto concessionária de mais de 800 km de auto-estradas em Portugal, registem-se a existência de uma Linha de Apoio ao Cliente em funcionamento 24 horas por dia, a existência, no seu *website*, de um espaço para preenchimento de Sugestões e Reclamações, sendo ainda disponibilizada informação sobre a forma de restituição de taxas de portagem por parte dos seus utilizadores em relação aos troços ou sublanços em obras.

Acresce a existência de um espaço de esclarecimento de dúvidas, sendo disponibilizada uma listagem de perguntas mais frequentes e respectivas respostas, e de um Questionário de Avaliação de Satisfação dos Utilizadores.

É de assinalar, por último, a criação da figura do Provedor do Cliente, entidade criada para garantir a máxima satisfação do Cliente, acompanhando de perto e respondendo a todas as questões que sejam colocadas. O Provedor do Cliente é o próprio Presidente do Conselho de Administração da Ascendi, simbolizando assim a importância conferida à figura do Cliente e utilizador final dos serviços prestados pela empresa.

03. RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Introdução

O Grupo Mota-Engil deu início à concretização de uma estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social, em 2006, e que viria a culminar, em 2007, na publicação do seu primeiro Relatório de Sustentabilidade. A sustentabilidade no Grupo Mota-Engil materializa-se através da concretização do seu Programa de Responsabilidade Social.

3.1.1 Programa de Responsabilidade Social

O Programa de Responsabilidade Social procura corporizar e dar resposta prática à estratégia de sustentabilidade do Grupo Mota-Engil.

Este programa integra um conjunto de Objectivos Gerais e uma Estrutura Orgânica de suporte à sua execução, a qual, por sua vez, se desdobra na realização de Actividades/Projectos que resultam, quer de iniciativas próprias, quer do apoio a iniciativas com origem em entidades exteriores ao Grupo.

Paralelamente e no domínio da comunicação do desempenho nas áreas social e ambiental, o Programa de Responsabilidade Social integra ainda a publicação regular do relato da Sustentabilidade do Grupo, bem como, e igualmente no domínio da comunicação externa, a publicação e actualização dos conteúdos inseridos no *website* institucional sob a designação “Sustentabilidade”.

O Programa contempla os seguintes eixos estratégicos e Objectivos Gerais:

1. CRIAÇÃO DE VALOR

- Criar valor na perspectiva do accionista e da sociedade em geral;
- Abordagem preventiva e prospectiva dos riscos decorrentes dos impactes económicos, sociais e ambientais do negócio, integrando-os no modelo global de gestão;
- Cultura baseada na qualidade, no rigor e na orientação para o cliente;
- Incremento da produtividade e eficiência de processos, visando atingir elevados níveis de desempenho operacional de acordo com as melhores práticas internacionais e de mercado.

2. ECO - EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO

- Fazer mais com menos, reduzindo o consumo de recursos e incrementando a eficiência na sua utilização;
- Procura constante de melhorias no plano ambiental que potenciem paralelamente benefícios económicos;
- Forte incentivo à inovação como factor crítico de aumento da competitividade, estimulando o crescimento, a diversificação e a criação de novas oportunidades de negócio.

3. PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- Minimizar o impacte ambiental das actividades do Grupo, integrando a perspectiva ambiental nos processos e sistemas de gestão;
- Promover e participar em iniciativas de sensibilização e preservação dos valores ambientais.

4. ÉTICA EMPRESARIAL

- Observância de critérios éticos na promoção dos valores, cultura e modelo de gestão do Grupo;
- Respeito pelas pessoas e pelos seus direitos.

5. DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS

- Transparência e abertura no relacionamento com as partes interessadas;
- Comunicação regular e sistematizada com as partes interessadas, visando auscultar e integrar as suas preocupações;
- Relato objectivo e credível do desempenho económico, social e ambiental.

6. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

- Traduzir a dimensão humana e o respeito pelas pessoas na estratégia e nas políticas de gestão de recursos humanos;
- Valorizar o emprego e a progressão na carreira, estimulando a aquisição de competências através da formação contínua e da aprendizagem ao longo da vida;
- Criar condições de trabalho motivadoras e compensadoras mediante políticas remuneratórias e de incentivo que favoreçam a excelência e o mérito;
- Garantir os mais elevados padrões de saúde e segurança no trabalho;
- Adotar práticas de recrutamento e selecção não-discriminatórias e que promovam a igualdade de oportunidades;
- Apoiar activamente a transição da escola para a vida activa, promovendo a formação qualificante;
- Estimular o envelhecimento activo, visando o equilíbrio geracional dos recursos humanos no quadro de uma política laboral responsável e socialmente sustentável.

7. APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Apoiar iniciativas de carácter social, educativo, cultural e ambiental promovidas pelo Grupo ou em parceria com entidades externas;
- Contribuir através da acção mecenática para o desenvolvimento sócioeconómico das comunidades onde desenvolve a sua actividade.

3.1.2 Estrutura Orgânica

O Programa de Responsabilidade Social é coordenado e executado ao nível corporativo pela Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (DRSS).

A Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade constitui uma das funções de carácter estratégico e corporativo do Grupo Mota-Engil, estando integrada na sua *holding* na dependência directa da Comissão Executiva do Grupo Mota-Engil.

Compete a esta Direcção planear, coordenar e executar a política de Sustentabilidade e o Programa de Responsabilidade Social do Grupo Mota-Engil, de acordo com a visão e a estratégia de sustentabilidade aprovadas pelos seus órgãos, actuando transversalmente nas suas áreas e unidades de negócio.

O Conselho Coordenador para a Sustentabilidade (CCS) é o órgão interno de carácter permanente responsável pelo acompanhamento da política de Sustentabilidade do Grupo Mota-Engil, coadjuvando a Direcção de Responsabilidade Social e Sustentabilidade na coordenação e execução do Programa de Responsabilidade Social.

O Conselho Coordenador para a Sustentabilidade (CCS) integra, além do director de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, que coordena o seu funcionamento, os responsáveis corporativos pelo Controlo de Gestão, Desenvolvimento de Recursos Humanos, Relações com os Investidores e outros elementos de áreas e unidades de negócio com responsabilidades operacionais nos domínios de Ambiente, Qualidade, e Saúde e Segurança no Trabalho, podendo cooptar membros de outras áreas operacionais ou unidades de negócio em função da especial natureza das matérias que fazem parte da sua esfera de competências.

Compete igualmente ao Conselho Coordenador para a Sustentabilidade (CCS) controlar e avaliar a execução do Programa de Responsabilidade Social do Grupo, propor aos seus órgãos de gestão as actividades relativas aos Objectivos do Programa, encetar acções internas e externas de divulgação, sensibilização e formação em matéria de sustentabilidade, bem como apoiar a redacção e a publicação do Relatório de Sustentabilidade do Grupo.

3.1.3 Actividades e Projectos do Programa de Responsabilidade Social

Apresenta-se, em seguida, uma breve sinopse das Actividades e Projectos em que o Grupo Mota-Engil se encontra envolvido, no cumprimento do seu Programa de Responsabilidade Social.

3.1.3.1 MOTA-ENGIL Solidária

A marca Mota-Engil Solidária foi criada em 2008, para conferir uma identidade gráfica e imagética aos projectos e iniciativas do Grupo no domínio da Responsabilidade Social, em particular na sua vertente de Solidariedade Social.

Procura representar os conceitos de acolhimento e protecção tão característicos da ideia de solidariedade social.

A nova marca e a identidade gráfica de suporte visam assim, de uma forma que se pretende marcante e apelativa, simbolizar uma nova etapa da política de Responsabilidade Social da Mota-Engil, na esteira da sua melhor tradição e espírito filantrópico, profundamente enraizadas na longa história do Grupo.

Sob a nova marca Mota-Engil solidária foi desenvolvido um conjunto de iniciativas de apoio às mais diversas causas no domínio da solidariedade social e, simultaneamente, foram reforçados e consolidados projectos anteriormente desenvolvidos.

Em 2010, o montante despendido no Grupo, com a acção mecénica, ultrapassou 1.1 milhões de euros.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

Deficiência

OEIRAS SEM BARREIRAS

O Projecto Oeiras Sem Barreiras, resultante de um protocolo celebrado entre a Mota-Engil e a Câmara Municipal de Oeiras, tem como objectivo remover barreiras arquitectónicas nos edifícios de habitação das famílias mais carenciadas do concelho de Oeiras e que integrem paralelamente deficientes ou pessoas com mobilidade condicionada.

As intervenções a efectuar são objecto de um trabalho conjunto de referência e análise das situações apresentadas, traduzindo-se em regra na execução de trabalhos de requalificação e beneficiação das habitações, melhorando assim as condições de mobilidade existentes (adaptação de WC, adaptação de mobiliário de cozinha para utilizadores em cadeiras de rodas, adaptação nos acessos aos edifícios e na própria habitação).

O Grupo Mota-Engil procura assim, em estreita articulação com a autarquia, exercer uma cidadania activa e participativa, contribuindo para a inclusão social no concelho, onde se situa um dos principais escritórios do Grupo.

Sob a coordenação da equipa do Núcleo de Arquitectura e Construção Civil da Mota-Engil Engenharia, procedeu-se à identificação e análise das necessidades de intervenção às habitações candidatas, tendo-se concluído, em 2010, as obras de reabilitação na habitação de uma idosa com uma filha deficiente. Encontram-se agendadas as restantes obras de adaptação nas habitações referenciadas.

CADEIRAS DE RODAS ADAPTADAS

A Mota-Engil ofereceu em 2010 cadeiras de rodas adaptadas a dois jovens deficientes dos concelhos de Estarreja e Marco de Canaveses. As cadeiras de rodas oferecidas substituem as que eram utilizadas, com enormes vantagens ao nível da funcionalidade e conforto para os jovens em questão.

Um dos jovens, deficiente profundo com paralisia cerebral e sem qualquer autonomia, é acompanhado regularmente pelo Centro de Paralisia Cerebral de Coimbra e pela Cerciستا – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Estarreja. O jovem de Marco de Canaveses contraiu a sua deficiência na sequência de um acidente de viação de que foi vítima.

Sensível ao movimento de solidariedade gerado em torno destes dois casos, que têm ainda em comum os parcos recursos económicos das famílias envolvidas, a Mota-Engil reforça assim o seu apoio solidário na área da deficiência.

APPACDM DE LISBOA

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa (APPACDM de Lisboa) é

uma instituição particular de solidariedade social fundada em 1962, criada em torno do seu objectivo primordial de apoiar e dar resposta às necessidades das pessoas deficientes com Trissomia 21.

Ao longo do seu processo evolutivo, a instituição veio a consagrar os seus esforços a toda a área da deficiência mental, dando origem a 28 instituições congéneres presentes na maior parte dos distritos do país.

Integra hoje entre as suas valências uma creche para crianças com necessidades educativas especiais, um centro educacional, um centro de actividades ocupacionais, uma empresa de inserção, serviços de apoio parental e formação profissional, para além de cinco lares residenciais, em que se inclui a residência e o centro de actividades ocupacionais de Alapraia em São João do Estoril.

Procurando ir ao encontro das necessidades dos cidadãos deficientes mentais e suas famílias da região de Lisboa, a instituição levou por diante um projecto de ampliação do seu equipamento de Alapraia, cujos trabalhos de execução se iniciarão a breve trecho.

Para além do financiamento obtido junto da Câmara Municipal de Cascais, a obra conta ainda com uma importante comparticipação financeira da Mota-Engil, numa demonstração clara da sua ligação e apoio à causa da deficiência, causa maior de entre as que têm merecido o seu apoio.

Desporto

NADADORES PARALÍMPICOS

A Mota-Engil, no âmbito da sua área de Responsabilidade Social, decidiu em 2009 apoiar dois atletas paralímpicos, tendo esse processo culminado com a assinatura de um protocolo, no dia 4 de Março de 2010, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, com os nadadores Diana Guimarães e David Grachat.

Com a duração de três anos, visa apoiar financeiramente, com uma subvenção fixa anual de dez mil euros, os atletas de natação adaptada nas competições nacionais e internacionais.

A verba atribuída permitirá ainda dotar os nadadores dos recursos materiais necessários, suportar as estadias em competições e estágios e a contratação de treinadores e estabelecimento de um plano de treinos, tendo em vista a sua participação nos Jogos Paralímpicos, de Agosto de 2012, em Londres. Em caso de medalha na competição, os atletas vão receber um prémio variável, em função do sucesso desportivo obtido.

A cerimónia de assinatura do protocolo foi presidida pela Dra. Maria Manuela Mota, Administradora da Mota-Engil SGPS e contou com a presença do Dr. Jorge Coelho, Presidente da Comissão Executiva do Grupo Mota-Engil, da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Dra. Idália Moniz, e da campeã olímpica Rosa Mota.

O estímulo à actividade desportiva na deficiência e a aposta na participação e sucesso desportivo em competições nacionais e internacionais de atletas de alta competição é para o Grupo Mota-Engil um vector fundamental da sua política de apoio à deficiência.

Habitação

PORTO AMIGO

A Mota-Engil e a Fundação Porto Social, integralmente detida pela Câmara Municipal do Porto, celebraram no dia 17 de Março de 2009 um Protocolo denominado “Porto Amigo”.

O Protocolo tem por objecto o estabelecimento de formas de colaboração entre o Grupo e a Fundação na realização de obras de adaptação e de melhoria das condições de habitabilidade da população sénior dependente da cidade do Porto, em situação de pobreza e que resida em habitação própria ou arrendada. A Mota-Engil alia-se assim à autarquia portuense num esforço conjunto em prol da coesão social urbana e na promoção de condições habitacionais condignas a favor dos mais idosos.

Em 2010, sob a coordenação do Núcleo de Arquitectura e Construção Civil da Mota-Engil Engenharia (Porto), concluiu-se a primeira fase do projecto-piloto, no âmbito deste protocolo, que envolveu intervenções em cinco habitações de idosos, com um balanço positivo. Estas intervenções consistiram essencialmente em construção e adaptação de WC, reparação de telhados no sentido de eliminar

humidades, eliminação de barreiras de modo a facilitar a circulação a idosos com mobilidade reduzida. Em Setembro efectuaram-se as visitas às habitações candidatas à segunda fase deste projecto.

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA HABITAT

A Associação Humanitária Habitat, fundada em Maio de 1996, constitui a primeira filial portuguesa da organização não-governamental sem fins lucrativos Habitat for Humanity International, com sede nos EUA.

É uma organização não-governamental que tem como princípio fundamental congregar esforços e promover iniciativas no âmbito da solidariedade social, visando especialmente contribuir para eliminar a degradação habitacional e apoiar famílias carenciadas na obtenção de habitações adequadas e condignas, através da sua construção ou recuperação.

O Grupo Mota-Engil, através de um protocolo celebrado com esta instituição, procura associar-se ao seu trabalho, tendo em vista viabilizar a construção ou recuperação de habitações para famílias carenciadas, em especial no concelho de Amarante, território a que o Grupo se encontra ligado por fortes laços sociais e institucionais.

No âmbito deste protocolo, em 2010, ficou concluída a reconstrução da habitação de uma família carenciada residente no concelho de Amarante. A obra, que ficou a cargo da Mota-Engil, contou ainda com o apoio de duas equipas de voluntários – constituídas por colaboradores da Mota-Engil – para além de outras equipas internacionais.

Infância e Juventude

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) foi criado em 1983 como instituição particular de solidariedade social especialmente vocacionada para o desenvolvimento integral da criança, defendendo e promovendo os seus direitos.

No Ano Europeu contra a Pobreza e a Exclusão Social que se celebra em 2010, a Mota-Engil apoiou o projecto “De Viva Voz pela Inclusão” em que o IAC pretende, através de processos participativos, dar voz às crianças e jovens e promover a reflexão e a partilha de experiências entre os vários actores sociais.

FUNDAÇÃO DO GIL

A Fundação do Gil, nome inspirado na mascote da Expo'98, foi criada em 1999 com origem num protocolo assinado entre a Parque EXPO 98, S.A. e o então Ministério do Trabalho e da Solidariedade, através do Instituto para o Desenvolvimento Social. A Fundação tem como fins principais objectivos o bem-estar, a valorização pessoal e a plena integração social das crianças e dos jovens, apoiando em particular as crianças em risco no domínio da resolução de casos de crianças em internamento hospitalar prolongado por razões sociais, assegurando a necessária articulação com outras instituições e serviços competentes. Entre os seus projectos mais emblemáticos figuram a Casa do Gil, primeiro centro de acolhimento temporário de cuidados intermédios de saúde, e a Unidade Móvel de Apoio Domiciliário.

O Grupo Mota-Engil celebrou com a Fundação do Gil um protocolo com a duração de três anos, adquirindo o estatuto de “Padrinho da Fundação do Gil”. Tal permitirá apoiar as actividades e projectos da Fundação, num domínio particularmente caro ao Grupo no âmbito da sua política de responsabilidade social.

NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

Fundado em 1958, o Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Porto, tocou ao longo dos anos a vida de muitas crianças, jovens e idosos.

Hoje em dia, o Jardim de Infância e a Escola Profissional desta IPSS figuram entre as principais valências.

A Mota-Engil apoiou financeiramente o Centro na realização da sua missão social.

Solidariedade

LIVROS PARA TIMOR

No dia 19 de Janeiro de 2010 o navio-escola *Sagres* zarpou do cais de Alcântara, em Lisboa, para a sua terceira viagem de circum-navegação que durou aproximadamente um ano. Levou a bordo uma primeira remessa de livros em língua portuguesa com destino a Timor.

Convidada pela Administração do Porto de Lisboa (APL) a associar-se a esta iniciativa, a Mota-Engil encetou uma campanha de recolha de livros junto dos seus colaboradores. A campanha, que contou ainda com o contributo muito relevante da Universidade Portucalense, cifrou-se num enorme sucesso, tendo sido recolhidos e enviados 7753 livros.

SOLIDARIEDADE COM A MADEIRA

A tragédia que assolou a Madeira em Fevereiro de 2010, com perda de vidas humanas e avultados danos materiais, suscitou em todo o país uma enorme onda de solidariedade.

O Grupo Mota-Engil não ficou indiferente a este drama e, para além de se associar à campanha nacional promovida pelos CTT (divulgando internamente esta iniciativa de recolha de bens essenciais a favor de várias instituições de solidariedade social da Madeira), patrocinou ainda o espectáculo musical “A Madeira em Concerto”, que contou com a presença de alguns dos mais conhecidos nomes da canção nacional. As receitas do espectáculo, realizado a 27 de Março no Teatro da Trindade, em Lisboa, reverteram a favor da missão AML na Madeira.

A Mota-Engil concedeu ainda um donativo à Cruz Vermelha Portuguesa, no valor de 81 mil euros, com o objectivo de apoiar na reconstrução de habitações para famílias cujas casas foram destruídas, assim como para apoio social de carácter humanitário.

SOLIDARIEDADE COM AS CRIANÇAS MOÇAMBICANAS

O Projecto “AJUDA-ME A SORRIR, MÃE”, uma iniciativa da embaixatriz de Moçambique em Portugal em parceria com o Gabinete da Primeira Dama de Moçambique, teve como objectivo principal angariar fundos para apoiar as crianças desfavorecidas em Moçambique.

Contou com o apoio de reputados artistas moçambicanos que ofereceram a sua colaboração e com o patrocínio de empresas portuguesas. Após o lançamento do projecto a 22 de Maio em Reguengos de Monsaraz, as obras dos artistas, que incluem pintura, escultura e artesanato, estiveram patentes no Palácio do Gelo em Viseu entre os dias 19 e 30 de Junho.

Com o patrocínio do Grupo Mota-Engil, as obras estiveram expostas no Centro Comercial Dolce Vita (Porto) entre os dias 12 e 30 de Julho de 2010. A inauguração contou com a presença do Senhor Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Moçambique em Portugal e do Presidente do Conselho de Administração do Grupo Mota-Engil, entre outros convidados.

A Chamartin Imobiliária, proprietária dos Centros Comerciais Dolce Vita, cedeu gentilmente o espaço que serviu de palco à exposição.

ATL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A congregação religiosa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, de há muito radicada em São Tomé e Príncipe, apoia as crianças são-tomenses na sua formação integral, de que a educação é um dos mais importantes pilares. A construção de um ATL figura entre as prioridades desta obra missionária.

Sensível à importância deste projecto, a Mota-Engil deu em 2010 um importante contributo financeiro para a sua concretização.

MÉDICOS DO MUNDO

Em virtude do violento sismo de grau 7 que assolou o Haiti no início do ano, a Rede Internacional de Médicos do Mundo mobilizou equipas de saúde para socorrer as vítimas da catástrofe.

A Vibeiras respondeu ao apelo da delegação portuguesa, apoiando financeiramente a sua deslocação ao Haiti, de forma mais eficiente e rápida.

SOLIDARIEDADE NA ASCENDI – BRASIL

A concessionária Rodovias do Tietê, da Ascendi – Brasil, promoveu algumas iniciativas de solidariedade social para com a comunidade onde se insere, das quais se destacam:

- Oferta de cestas de alimentos numa entidade de assistência social, Casa dos Meninos do Tietê – instituição de utilidade pública que acolhe cerca de oitenta crianças, dos 6 aos 16 anos, que desenvolve actividades complementares ao ensino escolar;
- A “Campanha do Agasalho” foi uma iniciativa do Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de S. Paulo à qual aderiram os funcionários da concessionária e a população da região. Concretamente foram colocadas caixas de recolha de roupa, agasalhos e cobertores nas nove praças de portagens da concessão para entrega ao referido Fundo de Solidariedade.



MOTA-ENGIL 1+1

Todos os anos, na quadra natalícia, é promovida a iniciativa Mota-Engil 1+1. Esta iniciativa consiste em apelar a todos os colaboradores a dar o seu contributo para apoiar uma causa social, sendo que, por cada produto oferecido, a Mota-Engil Solidária oferece +1.

Em 2010, o desafio lançado aos colaboradores do Grupo foi o de cada um contribuir na compra de senhas de 1€, 5€ ou 10€, correspondendo a cabazes de produtos alimentares diferenciados. O montante de alimentos recolhidos nesta campanha reverteria a favor da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a Fome, que faria chegar esses bens às famílias carenciadas através dos 18 Bancos Alimentares espalhados pelo país.

No final desta campanha foram recolhidos 20194€, dos quais 10097€ foram doados pelos colaboradores do Grupo e igual montante pela Mota-Engil SGPS.

Ambiente

LIMPAR PORTUGAL

O Projecto Limpar Portugal partiu da iniciativa de um conjunto de cidadãos e tem como objectivo limpar as lixeiras ilegais existentes no espaço florestal de Portugal, tendo já desenvolvido um conjunto de acções neste domínio. Este movimento cívico é de cariz inteiramente voluntário, não aceitando doações em dinheiro, mas apenas a de bens e serviços, em que naturalmente se inclui o trabalho voluntário na realização de acções de limpeza.

No dia 20 de Março de 2010, o movimento realizou uma acção de limpeza em todo o território nacional. Esta actividade contou com a presença de dezenas de milhares de voluntários e com a colaboração de várias instituições públicas e privadas, para além do alto patrocínio do Presidente da República.

Motivada pela premência e relevância desta iniciativa no plano ambiental, a Mota-Engil procedeu à sua divulgação junto do universo dos seus colaboradores. Paralelamente, a TRIU, empresa de resíduos do Grupo, associou-se à iniciativa, apoiando o núcleo de Benavente do movimento através da disponibilização de equipamentos de deposição de resíduos e da sua recolha e encaminhamento para os locais apropriados.

CANAL CONDUTOR DO BAIXO MONDEGO

No âmbito do contrato de prestação de serviços/empreitada da Manvia com o INAG IP, em Março de 2010 procedeu-se à limpeza do Canal Condutor Geral do Baixo Mondego. As duas principais acções associadas à limpeza do Canal foram:



» Jardim da Moreda.

- Operação de esvaziamento do Canal, recolha dos peixes que aí habitavam.
- Colocação dos mesmos no rio Mondego em condições de sobrevivência.

Para esta operação foi fundamental o empenho constante dos colaboradores que, com o auxílio de redes, baldes e picheiros, conseguiram transferir 4000 kg de peixe para o rio Mondego. Nesta operação estiveram envolvidos 26 colaboradores e teve a duração de quatro dias, tendo sido superadas todas as expectativas, graças ao empenho e dedicação investido por todos os colaboradores efectivos do contrato, pois permitiram otimizar recursos, minimizar os impactes desta actividade no ambiente (fauna e flora), bem como salvaguardar a integridade física de todos com o registo de zero incidentes.

JARDIM DA MOREDA

A Vibeiras celebrou uma parceria com o Município do Porto na requalificação do Jardim da Moreda, um espaço ajardinado numa zona urbanizada no centro da cidade, com cerca de 500 m², na freguesia de Campanhã.

Os trabalhos da Vibeiras foram ao nível da rega, drenagem e pavimentos (um pavimento feito *in situ*, com seixo de rio e agregado com resina e alguma calçada). A requalificação deste jardim era uma obra há muito reclamada pela população residente. Poder contribuir para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas é para a Vibeiras um enorme motivo de orgulho.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE TRANSPLANTAÇÃO

A Vibeiras apoiou a Parque Expo e a Sociedade Portuguesa de Transplantação na celebração do Dia do Transplante, no dia 20 de Julho, no Parque das Nações.

Foi feito o transplante de uma árvore, um choupo negro, no jardim da Avenida da Boa Esperança, como símbolo de vida, em homenagem a todos os Dadores de Órgãos em Portugal. As fitas verdes que se encontram na árvore, foram colocadas pelos presentes que foram submetidos a transplantes de órgãos. Esta cerimónia foi presidida pelo Dr. Eduardo Barroso e contou com a participação de cerca de trezentos convidados.

CONSELHO DE MECENAS

A Vibeiras celebrou um protocolo com o Município de Setúbal que visa a constituição de um Conselho de



› Cedro Rosa – Brasil.

Mecenas, um conjunto de empresas que, sem qualquer custo para o município ou população, irá desenvolver trabalhos na sua área específica de actividade.

No caso da Vibeiras, será feita, numa primeira fase, a plantação de árvores e arbustos numa escola primária de um bairro social do concelho.

CEDRO ROSA – BRASIL

Além de se preocupar com a segurança e a infra-estrutura de quem viaja, a Concessionária Rodovias do Tietê (Ascendi - Brasil), também está atenta ao meio ambiente. Assim, para celebrar o início da Primavera e o Dia da Árvore, distribuiu 15 mil mudas de Cedro Rosa aos utilizadores da Concessão.

Refira-se que, para além destas iniciativas, a empresa elabora e implementa planos de gestão ambiental para obras ao longo do sistema concessionado.

As árvores e vegetação nativas eventualmente suprimidas para a realização das obras são compensadas pelo plantio de novas unidades em quantidade e local aprovados pelo órgão ambiental.

GESTÃO DE RESÍDUOS

No início de 2010, tendo em vista a adequada gestão dos resíduos gerados nos escritórios, a Mota-Engil Engenharia:

- estabeleceu e divulgou um procedimento de encaminhamento dos CD, já sem utilidade, para efeitos de um tratamento adequado;
- distribuiu canecas reutilizáveis, aos colaboradores da Mota-Engil Engenharia, visando a redução de resíduos de copos de plástico utilizados no consumo de água, minimizando assim o impacto deste material no meio ambiente.



› Congresso APAP – Lisboa.

Comunidades e Cidadania

CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA DE LOURES

No quadro das políticas preventivas de segurança, o Ministério da Administração Interna tem vindo a celebrar Contratos Locais de Segurança (CLS) com as autarquias locais, enquanto instrumentos privilegiados e multidisciplinares de cooperação institucional à escala territorial, capazes de mobilizar os agentes económicos e sociais e cidadãos em geral.

Neste contexto, o Governo Civil de Lisboa e a Câmara Municipal de Loures concretizaram em 2009 uma iniciativa destinada a estabelecer um novo paradigma de vivência social nas freguesias de Apelação, Camarate e Sacavém do concelho de Loures. O CLS de Loures conta com a participação de 48 parceiros institucionais, entre associações, IPSS e empresas, contribuindo estes agentes para a realização de projectos de combate à exclusão social, formação cívica e promoção das capacidades existentes, numa perspectiva integrada e integradora de segurança interna.

A Mota-Engil associou-se, em 2010, a esta importante iniciativa financiando as acções que a integram.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

A Vibeiras foi patrocinadora exclusiva do Congresso da Associação dos Arquitectos Paisagistas, que se realizou nos dias 4, 5 e 6 de Novembro no Museu Fundação Oriente, em Lisboa.

Sob o tema “Paisagem e Território”, uma plateia de 350 conferencistas debateu os principais problemas do sector, com ênfase para a actual política relativamente ao futuro da paisagem nacional.



› Plano Redução de Acidentes (Ascendi - Brasil).

FESTIVAL DAS CAMÉLIAS

As Vibeiras apoiou a empresa municipal Porto Lazer na organização da XV edição do Festival de Camélias, em Março, no Porto, com oferta de serviços de jardinagem e fornecimento de tapete de relva.

PLANO DE REDUÇÃO DE ACIDENTES (ASCENDI – BRASIL)

A concessionária Rodovias do Tietê, que pertence à Ascendi, tem promovido, no âmbito do Plano de Redução de Acidentes (PRA), um conjunto de iniciativas que visam diminuir a sinistralidade e proporcionar segurança e bem-estar a quem utiliza aquelas auto-estradas.

Algumas dessas iniciativas, realizadas com a participação da Polícia Rodoviária, foram:

- Distribuição de panfletos instrutivos sobre os temas “Cinto de segurança”, “Uso correcto da cadeirinha no transporte de crianças”, “Cuidados na condução de motociclos”, “Perigos na condução sob o efeito do álcool”;
- Realização de acções de sensibilização, denominadas de “Café na Passarela”, que visavam alertar para a importância de se utilizar as passagens superiores para atravessar em segurança a rodovia. Concretamente, além de receberem material educativo e interagirem com funcionários da concessionária e polícias de trânsito, os pedestres usufruíram gratuitamente de café e um pequeno lanche.

II MUNDIALINHO DA INTEGRAÇÃO

Realizou-se no mês de Julho de 2010 em Lisboa e Sintra o II Mundialinho da Integração. A ICE – Ibérica Comunicação Empresarial, em parceria com as Câmaras Municipais de Lisboa e Sintra, organizaram o evento cujo objectivo “Pôr todos a falar com todos”, visa incentivar o convívio e o intercâmbio cultural entre as diferentes comunidades e etnias residentes em Portugal.

A Mota-Engil patrocinou esta importante iniciativa promotora da plena integração e diálogo intercultural no nosso país.

7ª CORRIDA DE SOLIDARIEDADE ISCPSI/APAV

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), em parceria com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, organiza desde 2004 uma prova de atletismo que tem por cenário a cidade de Lisboa.

Através do estímulo à prática desportiva, esta iniciativa conjunta visa promover estilos de vida saudáveis, contribuindo ainda para aproximar as instituições policiais da comunidade e dos organismos que trabalham em favor dos grupos sociais mais vulneráveis.

No dia 28 de Março de 2010, teve lugar a 7ª Edição desta prova que tem contado com a crescente adesão de atletas e patrocinadores, unidos pelo espírito de solidariedade social que preside à organização do evento. A Mota-Engil associou-se a esta iniciativa, patrocinando a sua realização e procurando assim dar mais um exemplo do seu envolvimento nas mais variadas causas sociais.

DIA NACIONAL DA PREVENÇÃO E SEGURANÇA NO TRABALHO

No âmbito do Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho, foi realizada uma sessão solene promovida pela ministra do Trabalho e Solidariedade Social, onde a representar a Mota-Engil Engenharia esteve o responsável pela Direcção da Qualidade, Ambiente e Segurança da empresa. O reconhecimento de que a sinistralidade laboral está a diminuir foi unânime, mantendo-se, ainda assim, o sector da construção com níveis elevados. O presidente da Autoridade para as Condições do Trabalho aproveitou também para referir o reforço desta instituição, com mais 150 inspectores e técnicos de prevenção. Celebrado no dia 28 de Abril, o Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho tem por objectivo homenagear as vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

DOAÇÃO DE FRACÇÕES NO MONTIJO

A Sedengil doou à Câmara Municipal do Montijo duas fracções (lojas) situadas na Travessa do Maestro, no Montijo. Estas fracções destinam-se a ser utilizadas na área social e solidária, tendo já sido celebrado o respectivo contrato de comodato entre a Câmara Municipal do Montijo e a instituição de solidariedade social, Persona – Associação para a Promoção da Saúde Mental, IPSS.

Cultura

ENCONTROS PORTUGAL-CHINA

O Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto, acolheu entre os dias 11 de Maio e 16 de Junho de 2010 os Encontros Portugal-China. Além de uma exposição de arte e cultura que integrou o espólio do museu e de famílias chinesas radicadas em Portugal, realizaram-se quatro conferências subordinadas ao tema das relações entre Portugal e a China.

A Mota-Engil associou-se à iniciativa através do seu patrocínio.

CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

No âmbito das comemorações do Centenário da República, a CP e a REFER realizaram uma exposição e editaram um livro alusivo à efeméride.

Ciente da importância histórica deste facto, a Mota-Engil patrocinou a iniciativa.

BANDA MUSICAL DE AMARANTE

Fundada em 1 de Dezembro de 1854 sob a denominação de “Filarmónica Amarantina”, passou a chamar-se “Banda dos Bombeiros Voluntários de Amarante” em 1931. A sua designação definitiva data de 1983. Reconhecida como instituição de utilidade pública, a Banda conta actualmente com 40 elementos, realizando actuações sobretudo no Norte e Centro de Portugal. Detentora de uma longa história e de um extenso repertório musical, a Banda Musical de Amarante é uma instituição de referência no concelho de Amarante, contribuindo para a promoção da cultura e da música em particular.

A Mota-Engil tem vindo a apoiar de forma regular esta prestigiada instituição, num concelho a que se mostra ligada por fortes laços institucionais e simbólicos.

FUNDAÇÃO DE SERRALVES

A Fundação de Serralves é uma instituição cultural de âmbito europeu ao serviço da comunidade nacional, que tem como missão sensibilizar o público para a arte contemporânea e o ambiente, através do Museu de Arte Contemporânea como centro pluridisciplinar, do Parque como património natural vocacionado para a educação e animação ambientais, e do Auditório como centro de reflexão e debate sobre a sociedade contemporânea.

Reconhecida hoje como uma das principais instituições culturais portuguesas e a mais relevante do Norte de Portugal, a Fundação de Serralves tem desenvolvido um grande esforço no sentido de projectar nacional e internacionalmente a arte dos nossos dias e de divulgar o seu notável património arquitectónico e paisagístico.

A Fundação organiza e apresenta anualmente ao público uma programação diversificada de iniciativas, tendo como fins incentivar o debate e a curiosidade sobre a arte, a natureza e a paisagem, educar de forma criativa e promover a activamente a reflexão sobre a sociedade contemporânea.

O Grupo Mota-Engil, que integra o seu Conselho de Fundadores desde 1994, tem vindo a patrocinar diversas actividades desta instituição. Em 2010 celebrou um protocolo com a Fundação tornando-se Mecenas Exclusivo da Casa de Serralves no triénio 2010-2012. Concebida originalmente como residência particular, a Casa é um exemplar único da arquitectura *art déco* classificado como imóvel de interesse público.

CASA DA MÚSICA

A Casa da Música, na cidade do Porto, constitui uma obra de vulto no plano nacional e um marco incontornável da moderna arquitectura urbana, sendo hoje um importante pólo de divulgação da música e das actividades formativas ligadas à arte musical, através de uma programação de qualidade, abundante e diversificada, que procura acolher todos os estilos e gostos musicais.

O Grupo Mota-Engil encontra-se ligado como fundador à Fundação da Casa da Música, entidade gestora deste equipamento cultural. No contexto da sua ligação à Casa da Música, o Grupo disponibiliza anualmente junto dos seus colaboradores um leque de benefícios que se traduzem no acesso gratuito aos espectáculos e descontos na aquisição de bilhetes, para além de outros serviços disponibilizados pela instituição.

Facilitando o acesso à programação da Casa da Música, o Grupo demonstra o seu empenhamento na generalização do acesso à cultura, procurando ir ao encontro dos muitos colaboradores que já apreciam a arte musical e despertar em todos os demais o interesse pela música nas suas mais diversas formas e manifestações.

COLISEU DO PORTO

Durante mais de sessenta anos de existência, o Coliseu do Porto marcou carreiras, inspirou gerações, elevou a arte e a cultura. Pelo seu carisma, beleza arquitectónica e riqueza artística, o Coliseu do Porto sempre foi a sala de espectáculos mais emblemática da cidade. Tornou-se o “palco da cidade” e também o “palco do mundo”, ao trazer ao Porto os melhores artistas nacionais e internacionais, dando vida a momentos memoráveis que engrandecem e eternizam o Coliseu do Porto.

O Grupo Mota-Engil, no âmbito do protocolo “Amigos do Coliseu” celebrado com o Coliseu do Porto, disponibiliza aos seus colaboradores a possibilidade de usufruírem de descontos na aquisição de bilhetes. Com este protocolo, a Mota-Engil, além de facilitar o acesso aos espectáculos do Coliseu aos seus colaboradores, pretende apoiar uma instituição com muita tradição na cidade do Porto, de forma a manter o contributo desta para o desenvolvimento cultural da cidade.

ESPÓLIO FOTOGRÁFICO DE AMARANTE

O espólio fotográfico do amarantino Eduardo Teixeira Pinto é composto por um importante conjunto de testemunhos sobre a história de Amarante que deram origem a uma colectânea com algumas das mais representativas fotografias do seu autor.

Pelas suas ligações à cidade de Amarante, a Mota-Engil patrocinou esta edição publicada em 2010.

ESTORIL FILM FESTIVAL

O Estoril Film Festival é um dos mais importantes eventos culturais realizados em Portugal na área do cinema e um festival de referência no panorama internacional.

A Mota-Engil patrocinou o evento que se realizou no mês de Novembro de 2010 no Estoril.

FESTIVAL DAS ARTES

A Quinta das Lágrimas, em Coimbra, foi palco do II Festival das Artes, que se realizou entre os dias 18 de Julho e 8 de Agosto de 2010. Sucedendo à “Noite” na 1ª edição, o II Festival elege a “Água”, elemento que serve de mote a um amplo conjunto de realizações culturais nas áreas do cinema, teatro, música, conferências, exposições e gastronomia.

O Festival das Artes pretende impor-se como festival de Verão de referência no espectro cultural nacional, tendo merecido o patrocínio da Mota-Engil.

FUNDAÇÃO CIDADE DE AMMAIA

A cidade romana de Ammaia, situada próximo da vila de Marvão, constitui um importante exemplar de cidade romana e um monumento nacional da maior relevância histórica e arqueológica. A Fundação Cidade de Ammaia tem por objectivo principal o seu estudo e preservação, tendo recebido em 2009 o prémio Vasco Vilalva, instituído pela Fundação Calouste Gulbenkian.

A gestão do monumento conta com a colaboração de um reputado conjunto de especialistas, a cujos trabalhos a Mota-Engil se associou, apoiando o estudo e conservação do monumento.

MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Museu da Presidência da República assinalou a comemoração do I Centenário da República através de um conjunto de actividades culturais alusivas à efeméride. As festividades decorreram entre os dias 30 de Setembro e 5 de Outubro de 2010 num programa diversificado que incluiu exposições, concertos e participação de agrupamentos de várias regiões do país, tendo atraído a presença de milhares de visitantes.

A Mota-Engil associou-se ao Museu, patrocinando esta importante iniciativa.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

A Universidade Técnica de Lisboa, fundada em 1930, tem por missão assegurar o progresso consistente da sociedade do conhecimento, do saber e da sabedoria, dinamizando o desenvolvimento humano sustentado através da produção e transmissão de conhecimento, da difusão da cultura, da valorização económica, social e cultural do conhecimento científico e da prestação de outros serviços à comunidade. Integra sete escolas e um total de 2000 docentes e 21 500 alunos.

Com o objectivo de divulgar à comunidade nacional e internacional o seu vasto património arquitectónico, a UTL editou em 2010 um livro alusivo ao tema. Em mais uma iniciativa de apoio à cultura, a Mota-Engil patrocinou a publicação.

VIII ENCONTRO DOS ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Ordem dos Economistas, em colaboração com a AELP – Associação de Economistas de Língua Portuguesa, realizou nos dias 11, 12 e 13 de Novembro de 2010 o seu VIII Encontro dos Países de Língua Portuguesa. O Encontro foi subordinado ao tema “Parceria e desenvolvimento em espaços geograficamente descontinuados”.

A Mota-Engil patrocinou esta iniciativa no âmbito da lusofonia.

CENTRO NACIONAL DE CULTURA

O Centro Nacional de Cultura (CNC) é uma Associação Cultural fundada em 1945, procurando ser um espaço de encontro e de diálogo entre os diversos sectores políticos e ideológicos, em defesa de uma cultura livre e pluridisciplinar. Grande parte da sua acção tem sido dedicada à defesa do património cultural português, à divulgação do papel desempenhado pela cultura portuguesa no mundo, e à actualização das suas relações com outras culturas.



› Teatro Virgínia.

A dimensão europeia tem vindo a adquirir peso crescente no CNC, desenvolvendo projectos em parceria com congéneres de outros países europeus. Em 2009 o Núcleo do Porto do CNC promoveu pelo quarto ano consecutivo a Festa na Baixa do Porto (FNB), procurando contribuir para a animação da baixa portuense através da realização de um conjunto de eventos culturais de carácter multidisciplinar.

O Grupo Mota-Engil patrocinou o evento, associando-se a uma instituição de grande prestígio na difusão da cultura em Portugal.

TEATRO VIRGINIA

A Vibeiras renovou, pelo 3º ano consecutivo, o apoio ao Teatro Virgínia, em Torres Vedras, sendo mecenas de bronze. O Teatro Virgínia é um espaço cultural com uma programação rica e diversificada, dirigida a todas as faixas etárias e sociais.

MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS (MNSR)

No quadro da evocação do Bicentenário das Invasões Francesas (1709-2009), a Área Metropolitana do Porto (AMP) organiza um vasto programa de evocação do Bicentenário das Invasões Francesas, através do qual foram estabelecidas várias parcerias com outras instituições.

O Museu Nacional de Soares dos Reis (MNSR), na cidade do Porto, realizou enquanto instituição parceira uma exposição evocativa da tragédia da Ponte das Barcas, nome por que ficou tristemente cunhado um dos episódios mais marcantes das Invasões Francesas na cidade do Porto. A exposição será complementada por um Roteiro das Pontes do Porto, convidando a um percurso de descoberta da sua importância e significado pelos cidadãos do Porto e da sua área metropolitana.

O Grupo Mota-Engil apoiou financeiramente esta iniciativa, ligando o seu nome à memória de um importante marco da história nacional e da cidade do Porto.

ESPECTÁCULO “FADO – HISTÓRIA DE UM POVO”

No âmbito do Programa “Oeiras Solidária”, contando com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras, a Mota-Engil ofereceu em exclusivo à população mais idosa do concelho a possibilidade de assistir gratuitamente ao espectáculo “Fado – História de um Povo”, uma produção de Filipe La Féria patente no Casino Estoril. O espectáculo teve lugar no dia 23 de Dezembro.

Em plena quadra natalícia, a Mota-Engil procurou assim proporcionar à população mais idosa e carenciada de Oeiras (concelho onde se encontram os escritórios da empresa) um momento de cultura e entretenimento de grande qualidade, à volta de um género musical com profundas tradições no nosso país e muito apreciado pelos portugueses.

ESPECTÁCULO “SÍTIO DO PICA-PAU AMARELO”

No âmbito de um protocolo de patrocínio com a produtora “Todos ao Palco” de Filipe La Féria, a Mota-Engil ofereceu aos seus colaboradores a possibilidade de assistirem, em exclusivo, ao espectáculo “Sítio do Pica-Pau Amarelo” que se realizou no dia 27 de Dezembro no Teatro Rivoli (Porto).

Destinado ao público infantil e juvenil, este espectáculo recriou a famosa série televisiva que tantos adeptos conquistou entre as crianças e jovens portugueses.

ENSEMBLE

A Ensemble, Sociedade de Actores, é uma cooperativa teatral que se rege por critérios de grande exigência, levando à cena peças do repertório clássico e moderno, além da criação de obras originais. Dispõe ainda de um serviço educativo e de um “Estúdio de Actores”, espaço de trabalho e de encontro entre actores e formadores e onde se promove a experimentação teatral.

A Mota-Engil tem vindo a apoiar esta instituição cultural, contribuindo em particular para a renovação da arte teatral em Portugal e para o seu esforço de conquista de novos públicos.

Desenvolvimento Sustentável

BCSD PORTUGAL

A missão do BCSD Portugal traduz-se na divulgação dos princípios do desenvolvimento sustentável, cooperação e articulação dos seus esforços com os governos e a sociedade civil na promoção da sustentabilidade, realização de acções de formação e sensibilização, disponibilização de ferramentas de gestão da sustentabilidade nas empresas, execução de projectos e estudo de casos ilustrativos das práticas de sustentabilidade.

O BCSD Portugal conta com a filiação de mais de 110 membros, entre os quais um grande número de empresas portuguesas e multinacionais de referência.

O Grupo Mota-Engil é membro do BCSD Portugal, mantendo uma presença activa neste organismo através da participação nas suas diversas iniciativas, de que se destacam o Encontro Anual de Presidentes, o Encontro Anual de Delegados e a Conferência Anual, para além dos grupos de trabalho, conferências e seminários em que tem tomado parte.



› Porto de Futuro.

Educação e Ciência

BOLSAS DE ESTUDO

O Programa de Bolsas de Estudo do Grupo Mota-Engil, com início no ano lectivo 2006/2007, destina-se a apoiar os colaboradores do Grupo na educação dos seus filhos, favorecendo uma política de igualdade de oportunidades, que contribua para elevar os seus patamares de qualificação e sirva de estímulo ao seu desempenho académico.

As bolsas são atribuídas aos estudantes do ensino superior, filhos de colaboradores do Grupo com menores recursos económicos e que tenham obtido bom aproveitamento escolar.

O Programa de Bolsas de Estudo, traduzido na atribuição de uma prestação pecuniária mensal, encontra-se já na sua quinta edição, apoiando anualmente 16 estudantes universitários.

PORTO DE FUTURO

O Porto de Futuro é um projecto da Câmara Municipal do Porto, com a duração inicial de três anos, visando a conjugação de esforços e interesses comuns do sistema educativo e da comunidade empresarial, através da adopção pelas escolas de boas práticas do modelo de gestão do meio empresarial.

Em Abril de 2007, a Mota-Engil, em conjunto com outras empresas de referência da Área Metropolitana do Porto, assinou o protocolo que serve de suporte a este projecto e de que são igualmente subscritores a Câmara Municipal do Porto, a Direcção Regional de Educação do Norte e o Agrupamento Vertical de Escolas Manoel de Oliveira, instituição parceira da colaboração e apoio do Grupo.

No âmbito desta parceria, o Grupo tem vindo a prestar apoio a um conjunto alargado de iniciativas do agrupamento escolar, entre as quais se destacam: o patrocínio ao prémio dos alunos do quadro de honra e de excelência; comparticipação nas despesas associadas à equipa de Râguebi; a implementação dos programas de empreendedorismo da Junior Achievement por colaboradores da Mota-Engil em regime de voluntariado; participação na iniciativa “Braço Direito” com voluntários do Grupo; comparticipação nos concursos de construção de carros solares; assessoria técnica em matéria de eficiência energética dos edifícios que compõem o Agrupamento; apoio por parte do Núcleo de Arquitectura da Mota-Engil Engenharia na elaboração dos projectos e cadernos de encargos para as obras de remodelação do edifício - sede do Agrupamento.



» Prémio Jovem Arquitecto Paisagista.

PRÉMIO JOVEM ARQUITECTO PAISAGISTA

A Vibeiras é parceira na organização de um prémio anual que visa reconhecer o trabalho de estudantes e jovens arquitectos paisagistas – Prémio Jornal Arquitecturas/Vibeiras Jovem Arquitecto Paisagista. O prémio está na sua 8ª edição nacional e 2ª ibero-americana.

O Prémio divide-se em duas categorias – Estudantes e Jovens Profissionais (até aos 35 anos de idade). Os trabalhos têm tema livre e são valorizados os que melhor promovam os seguintes parâmetros: a coexistência de zonas verdes multifuncionais com o espaço edificado, a valorização da paisagem, a sustentabilidade e a reduzida manutenção.

Na edição de 2011, aos dois vencedores será atribuído como prémio a participação no Congresso Internacional de Parques e Jardins Públicos, que se realiza em Maio, em Zurique.

EPIS – EMPRESÁRIOS PELA INCLUSÃO SOCIAL

A EPIS é uma associação de direito privado sem fins lucrativos que tem como missão prioritária a educação, em particular o combate ao insucesso e ao abandono escolares. Neste sentido, desenvolveu uma abordagem, inédita em Portugal, de combate ao abandono e insucesso escolares no 3º ciclo de escolaridade que tem, por base, uma metodologia de capacitação dos jovens e suas famílias, trabalhada e desenvolvida por uma rede de mediadores profissionais e editada em dois manuais em parceria com a Texto Editores.

Terminou no Verão 2010 o projecto-piloto “Novos bons alunos – Mediadores para o sucesso escolar”, que a EPIS lançou em Setembro de 2007, em parceria com o Ministério da Educação e dez concelhos. Este projecto criou uma rede de cerca de setenta mediadores, que trabalharam nas 88 escolas com 3.º Ciclo:

- Em 2007/2008 foram analisados cerca de vinte mil alunos, tendo sido seleccionados e acompanhados 5 812 jovens com risco escolar.
- Em 2008/2009, a taxa de sucesso escolar dos 5 812 alunos EPIS aumentou 22%, tendo passado de 63% para 77%. Este resultado traduziu-se em 879 novos bons alunos EPIS. No final ano lectivo referido, 1 583 alunos terminaram com sucesso o 9.º ano de escolaridade e 825 foram transferidos para outras escolas, pelo que a carteira-piloto inicial passou para 3 404 alunos.
- Em 2009/2010, a taxa de sucesso escolar dos 3 404 alunos que a EPIS continuou a acompanhar aumentou

5%, tendo passado de 73% para 77%. Esta taxa era de 58% em 2008, pelo que se registou um aumento de 33% em dois anos. Neste último ano, a EPIS ajudou a criar mais 195 novos bons alunos que, somados aos 879 do ano anterior, perfazem um total de 1 074 novos bons alunos em dois anos.

No 1.º período de 2010/2011, a zona de aprovação teve mais um impacto positivo de 20,0 pontos percentuais, o que significa mais 205 “novos bons alunos” que transitaram para a zona de aprovação. Neste período, ficou também reflectido um aumento da qualidade das notas dos alunos EPIS, ficando reflectido o aumento das notas de classe 4 e 5, em 4,8 pontos percentuais e 0,5 pontos percentuais, respectivamente.

O Grupo Mota-Engil apoia anualmente esta associação, sendo um dos seus 95 fundadores, a par de um conjunto alargado de empresas de referência no panorama nacional.

PROJECTO “CONSTRUIR”

A “Projecto Construir – Associação de Intervenção Social” é uma associação sem fins lucrativos que tem por objecto o empreendedorismo social através da prestação de apoio a pessoas institucionalizadas, em particular crianças e jovens, proporcionando-lhes momentos únicos de cariz lúdico e educacional através da construção de modelos em larga escala com peças LEGO®.

Crianças e jovens internados em hospitais, inseridos em meios desfavorecidos e que, em idade escolar, revelem particulares dificuldades de aprendizagem ou socialização encontram-se entre os principais beneficiários do projecto.

Na linha dos múltiplos apoios que tem vindo a conceder a diversas instituições que trabalham neste domínio, a Mota-Engil tornou-se associada institucional da “Projecto Construir”, procurando assim contribuir para o cumprimento da sua missão sócioeducativa.

EUROSKILLS – Campeonato de Profissões 2010

A Mota-Engil Engenharia patrocinou o EuroSkills Lisboa 2010, o maior evento europeu que promove a formação profissional, contribuindo com o material necessário para a realização das provas Road Builder – que destacou a profissão de Calceteiro – e Building Construction – que colocou em concurso as profissões de Encarregado, Funileiro, Carpinteiro, Ladrilhador e Pedreiro. A empresa esteve representada por três colaboradores: dois concorrentes na primeira prova, que ganharam a medalha de bronze, e um na segunda, que desempenhou o papel de coordenador.

O EuroSkills Lisboa 2010 aconteceu na FIL, em Dezembro, e colocou em concurso seis categorias profissionais: Artes Criativas e Moda; Tecnologias da Informação e Comunicação; Tecnologia de Engenharia e Fabrico; Construção e Edifícios; Transporte e Logística; e Serviços Pessoais e à Comunidade. Registe-se que o Grupo Mota-Engil conta com Centros de Formação Profissional, no Porto e em Angola, estando em construção um outro centro no Malawi.

Saúde

ACREDITAR

A Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro é uma instituição particular de solidariedade social que visa ajudar as crianças com diagnóstico de cancro e respectivas famílias, apoiando-as nos domínios psicológico, afectivo e económico.

O trabalho da instituição reparte-se pelos seus centros regionais do Norte (Porto), Centro (Coimbra), Sul (Lisboa) e Madeira (Funchal), que correspondem aos centros urbanos onde existem hospitais de oncologia pediátrica.

A Acreditar dispõe actualmente de três Casas de Apoio (Lisboa, Funchal e Coimbra), esta última inaugurada em Novembro de 2009.

A Casa de Coimbra localiza-se junto ao novo Hospital Pediátrico de Coimbra, a inaugurar em breve, dispondo de vinte quartos distribuídos por três pisos e uma envolvente exterior com amplos espaços ajardinados.

Convidada a participar neste projecto, a Mota-Engil ofereceu à Acreditar o jardim exterior da casa,

patrocinando ainda o funcionamento e manutenção de um dos quartos pelo período de um ano, nos termos do protocolo celebrado com a instituição a que o Grupo muito se honra de encontrar-se associado.

ALZHEIMER PORTUGAL

A Alzheimer Portugal é uma instituição particular de solidariedade social criada em 1988, sendo a única organização em Portugal de âmbito nacional especificamente constituída para promover a qualidade de vida quer das pessoas afectadas pela doença quer dos seus familiares e cuidadores.

Com sede em Lisboa e cerca de sete mil associados, a associação dispõe de delegações no Norte, Centro e Madeira. A Alzheimer Portugal tem entre os seus objectivos para o ano 2010 e seguintes a construção de um Lar e Centro de Dia para pessoas com a doença de Alzheimer a ser edificado em Alapraia, concelho de Cascais.

Na sequência dos apoios que a Mota-Engil tem vindo a dar na área da saúde, este projecto conta igualmente com a disponibilidade solidária do Grupo, que assim procura dar o seu contributo para uma causa da maior importância social.

FUNDAÇÃO ERNESTO ROMA

A Fundação Ernesto Roma, entidade criada para apoiar a mais antiga associação do mundo no acompanhamento das pessoas com Diabetes (Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, APDP), lançou a campanha “100 Mecenass Unidos pela Diabetes”.

A campanha, dirigida a organizações e empresas, tem por objectivo sensibilizá-las para a problemática da Diabetes, tornando-as patronos desta causa com o fim específico de ajudar a APDP na investigação para a cura desta enfermidade e na viabilização da Escola da Diabetes Ernesto Roma — que deve o seu nome ao criador da Diabetologia Social e fundador da APDP —, destinada à formação de profissionais de saúde e doentes no modo de lidar com a doença e suas formas de tratamento.

A Diabetes é uma doença crónica que atinge cerca de novecentas mil pessoas em Portugal, sendo a quarta principal causa de morte nos países desenvolvidos.

O Grupo Mota-Engil adquiriu o estatuto de Mecenass desta causa, através de um apoio com carácter plurianual.

ARIADE

A ARIADE — Associação de Reabilitação Intensiva e Apoio a Doentes Especiais é uma associação sem fins lucrativos, sediada em Oeiras, que se dedica a promover a aplicação de programas de terapia intensiva a doentes especiais, vítimas de acidente, paralisia cerebral ou doenças neurológicas afins, de forma a conseguir uma recuperação do estado de saúde e a melhoria da qualidade de vida do paciente e sua família.

Numa área em que as respostas do Serviço Nacional de Saúde se revelam insuficientes e em que o recurso a centros de tratamento no estrangeiro implica elevados esforços financeiros e pesados sacrifícios familiares, a ARIADE procura dar cobertura a esta necessidade, beneficiando os pacientes e famílias de menores recursos.

Sensível a esta problemática, a Mota-Engil apoia financeiramente esta instituição naquele que é o segundo ano da sua existência após a sua fundação em 2009.

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL BEM-ESTAR DE GONDAR

A Associação de Solidariedade Social Bem-Estar de Gondar é uma IPSS do concelho de Amarante que actua, entre outras áreas, no apoio a pessoas com mobilidade condicionada. A constituição de um Centro de Recursos em Ajudas Técnicas (CRAT) está entre as suas prioridades, para o que contou com o apoio financeiro da Mota-Engil ocorrido em 2010.

O Grupo reforça assim a sua presença nesta área no concelho de Amarante, à semelhança do que já havia acontecido com a constituição do banco de ajudas técnicas da junta de freguesia de Fridão.

CRUZ VERMELHA DO PORTO

A missão da Cruz Vermelha Portuguesa, inspirada nos princípios fundamentais da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade, consiste na prestação de assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humanas.

A Mota-Engil tem-se mostrado desde sempre disponível para apoiar as iniciativas desta centenária e prestigiada organização, o que tem vindo a fazer ao longo dos anos.

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA AGUDA

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Aguda foi fundada em 1925. No cumprimento da sua missão humanitária e contando com o forte apoio da comunidade local, investiu fortemente na capacitação dos seus recursos materiais e humanos, caminho que persiste em prosseguir nos anos vindouros.

O Grupo Mota-Engil associou-se a este esforço, apoiando esta corporação de bombeiros no ano de 2010.

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALIJÓ

Desde 1932, os Bombeiros Voluntários de Alijó têm-se notabilizado no exercício da sua acção humanitária, em que se incluem, à semelhança de outras corporações, as acções de socorro e emergência e o transporte de doentes.

A sua área geográfica de intervenção compreende o actual IC5 e uma parte da futura entrada em exploração da subconcessão do Douro Interior de que a Mota-Engil é parte integrante.

No quadro da modernização da sua frota, a Mota-Engil ofereceu à corporação em 2010 uma ambulância totalmente equipada, que em muito contribuirá para melhorar a assistência prestada no socorro às vítimas e no transporte de doentes.

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MANGUALDE

Ao longo dos seus 81 anos de existência comemorados em 2010, os Bombeiros Voluntários de Mangualde possuem uma folha de serviços distinta na defesa de pessoas e bens e no cumprimento da sua missão junto das populações. As acções de socorro e emergência e o transporte de doentes constituem parte essencial do trabalho da corporação, sendo por isso de vital importância a existência de uma frota de ambulâncias moderna e bem equipada.

A Mota-Engil associou-se a este esforço oferecendo uma ambulância à corporação que actua também no âmbito da concessão da auto-estrada A25.

LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE SANTA CRUZ

Integrado no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., o Hospital de Santa Cruz, em Carnaxide (Oeiras), é uma instituição pública de saúde vocacionada para o tratamento de doentes com patologias graves dos foros cardíaco e renal. Por iniciativa da Liga dos Amigos desta unidade de saúde e em colaboração com os seus responsáveis, foi concebido um conjunto de intervenções nas instalações do Hospital e da Liga, visando proporcionar aos doentes e suas famílias melhores condições de conforto e bem-estar na sua utilização.

Tendo contribuído financeiramente para a realização das obras de requalificação e aquisição de equipamentos, em 2009, o Grupo Mota-Engil renovou o seu apoio à instituição, em 2010, no sentido de permitir à Liga prosseguir o seu esforço de qualificação e humanização dos cuidados médicos a favor dos doentes.

DENGUE – BRASIL

A ASCENDI, através da Rodovias do Tietê, apoiou uma campanha de combate à proliferação do mosquito portador do dengue. Concretamente procurou-se sensibilizar para os cuidados a ter com o armazenamento de água, de forma a evitar a disseminação e reprodução do mosquito.

4.1 INTRODUÇÃO

A Investigação, o Desenvolvimento e a Inovação (IDI) ocupam um lugar central da estratégia do Grupo Mota-Engil e constituem hoje um incontornável factor de diferenciação e competitividade empresariais.

Grande parte das iniciativas neste domínio apresentam forte correlação com os temas da sustentabilidade, quer ao nível económico, através da minimização de custos, aumento da eficiência operacional, melhoria dos sistemas de gestão e geração de novas oportunidades de negócio, quer no plano ambiental, pela sua influência na minimização dos impactos ambientais gerados pelas diversas actividades e processos de negócio.

Este esforço é particularmente notório na Área de Engenharia e Construção.

Descrevem-se, em seguida, as principais iniciativas.

4.2 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

4.2.1 Considerações Gerais

Em 2010 o Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação demonstrou estar assente em bases fortes, criadas durante os anos 2008 e 2009, traduzidas numa metodologia robusta que lhe permitiu:

- concentrar um maior número de iniciativas em curso na empresa sob a sua alçada;
- focalizar os projectos existentes, alinhando-os pelas orientações estratégicas da empresa.

Para isso foi determinante o desenvolvimento da plataforma de apoio ao processo de inovação, o InnovCenter.

Durante o ano de 2010, foi dada continuidade ao Programa Estratégico Rethinking Construction, iniciado em 2009, em que se pretende desdobrar a estratégia da empresa de modo a decidir quais os projectos que poderão trazer mais valor para a empresa e o financiamento associado a cada um deles.

No seguimento deste programa, foi criado um Seminário sobre Gestão da Construção com edições bianuais. A 1ª edição, realizada em 2009, contou com a presença de especialistas internacionais que partilharam com os colaboradores da Mota-Engil as melhores práticas seguidas em empresas internacionais. A 2ª edição deste Seminário está agendada para Outubro de 2011.

4.2.2 Organização

A gestão de IDI é da competência da Direcção de Performance, Tecnologia e Inovação da Mota-Engil Engenharia.

A implementação do Modelo Corporativo de Funções e Competências, integrada no Projecto de Mapeamento de Competências (MAP), permitiu reforçar a importância da competência Inovação nos colaboradores da Mota-Engil Engenharia e o desenvolvimento do “Balance ScoreCard”, integrado no Projecto Score, possibilitou fortalecer o compromisso das várias áreas de negócio para com a Inovação.

AUDITORIAS, AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E FORMAÇÃO

Durante o ano de 2010, foram realizadas duas auditorias ao Sistema de Gestão de IDI – uma auditoria interna, na qual foi identificado um conjunto de acções de melhoria do sistema, e uma auditoria externa, realizada pela APCER, onde foram apreciadas e validadas todas as alterações implementadas ao sistema. Esta última foi uma auditoria de renovação da Certificação em IDI.

COMUNICAÇÃO

No domínio da comunicação interna, assistiu-se à promoção de eventos (seminários, *workshops*) sobre Conhecimento, Tecnologia e Inovação na Mota-Engil Engenharia, sendo de destacar os seguintes:

- *Workshop* “Partilha de Experiências - Edifícios - Direcções Obra”
- *Workshop* “Partilha de Experiências - Edifícios - Encarregados”
- Formação técnica sobre VIDRO
- Formação técnica Ligações Estruturais
- *Workshop* “Betão branco”

04. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO



- *Workshop* “Soluções Técnicas de Vidro”
- Apresentação do Projecto SIGABIM – Apresentação dos objectivos
- Sistema de Gestão de IDI – Apresentação da plataforma InnovCenter
- Open Day “What Can I Change?” – Dia aberto para os jovens engenheiros
- Apresentação dos trabalhos de estágio dos jovens engenheiros.

4.2.3 Sistema de Gestão de IDI

Relacionamento com entidades externas

O relacionamento e a gestão de *interfaces* com entidades externas reveste-se da maior importância para o Sistema de Gestão de IDI.

Os Clientes, Fornecedores, Distribuidores, Parceiros, Concorrentes, Consultores, Associações Empresariais, Centros de Conhecimento/Instituições de Ensino Superior, Estado e Organismos Reguladores, bem como a imprensa técnica especializada e o mercado em geral, constituem o amplo acervo de *interfaces* com entidades externas que importa desenvolver.

Salienta-se, neste âmbito, o protocolo celebrado com a Universidade do Minho com a finalidade de estabelecer e desenvolver acções de cooperação técnico-científica e de inovação, em domínios considerados de interesse mútuo pela Mota-Engil e pela Universidade.

É ainda pertinente realçar as seguintes iniciativas e parcerias:

Iniciativas:

- Inova Gaia – Participação numa incubadora de empresas;
- PTPC – Participação na Plataforma Tecnológica para a Construção;
- Participação no concurso anual promovido pela Nielsen Norman Group para eleição das 10 melhores intranets para o ano de 2011, no qual a Mota-Engil Engenharia, S.A. ficou entre as dez vencedoras com a plataforma InnovCenter.

Parcerias:

- INFOR – Protocolo de Cooperação no âmbito do projecto SIGABIM;
- Miguel Krippahl – Protocolo de Cooperação no âmbito do projecto SIGABIM;
- VICO – Protocolo de Cooperação no âmbito do projecto SIGABIM;
- Laboratório de Engenharia Matemática (ISEP) – Protocolo de cooperação no âmbito do projecto Determinação de Erros de Medição.

Destaque-se, por último, a atribuição que vem sendo efectuada, de há vários anos a esta parte, de um prémio destinado a galardoar o melhor aluno do curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP).

PROJECTOS DE IDI

Organizacionais

ON.ME2 – Plataforma colaborativa organizacional;

Maturidade IDI 2010 – Programa composto por várias iniciativas que permitam atingir um elevado grau de maturidade de Criatividade, Inovação e Empreendedorismo na empresa e de onde resultou a plataforma para apoio ao processo de inovação – InnovCenter;

Link.ME – Projecto que visa desenhar e implementar um Sistema de Gestão de Conhecimento;

HiLoTec – Desenvolvimento de uma tecnologia para auto construção sustentável para casas de pequeno porte, em países emergentes;

Connect People – Utilização de plataforma de *webconference* para aproximar as obras, dispersas geograficamente, do *backoffice* central.

Construção e Infra-estruturas

Modelos de caracterização SRG – Desenvolvimento de um modelo de caracterização geotécnica adequada a solos residuais;

Determinação de erros de medição – Avaliar a precisão e respectivas implicações na quantificação das propriedades físicas e mecânicas dos maciços terrosos, caracterizados com base em ensaios *in situ*;

Rede GNSS – Desenvolver um centro de competências e uma nova unidade de negócios no domínio do posicionamento de precisão que crie soluções inovadoras e únicas no mercado;

EcoRoadMap - Proceder à análise interna, análise externa e definição de cenário/plano de implementação visando a introdução de soluções eco-eficientes na Mota-Engil Engenharia;

Building Information Model – Utilização de simulações virtuais para mitigar o risco inerente ao processo construtivo;

VIRMEEC – Desenvolver uma ferramenta informática de suporte à decisão para definir e otimizar a estratégia de produção das obras de estradas;

Encarregados *On-Line* – Desenvolvimento de uma solução informática com um *interface* amigável que facilite a comunicação entre o encarregado e a direcção de obra;

Mercado de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição – Desenvolvimento de uma aplicação que permita otimizar a gestão dos Resíduos de Construção e Demolição e potenciar o seu valor;

Gestão da Compactação – Estudo -Piloto realizado em ambiente real com equipamentos de compactação inteligente;

Estradas produtoras de energia eléctrica – Estudo e análise das tecnologias existentes no mercado;

Estudo da Constituição e do Dimensionamento de Pavimentos de Baixo Volume de Tráfego e de Pavimentos Urbanos

Estudo da constituição e dimensionamento de pavimentos aplicados em parques de estacionamento, jardins, etc;

Pavimentos rodoviários em África – Estudo de soluções com aplicabilidade nos países africanos onde a Mota-Engil está presente, e verificação da adequabilidade das mesmas às condições intrínsecas dos países.

Laboratório Central

Manual de estudos de formulação executados em laboratório – Criação de manual com as diferentes metodologias utilizadas em estudos de formulação executados no LABC;

DIP – Utilização do deflectómetro de impacte portátil no controlo de execução de aterros;

Complemento do estudo de formas de melhoramento do desempenho dos agregados usados em camada de sub-balastro em termos da sua permeabilidade – Estudo complementar ao trabalho desenvolvido em 2009 sobre o melhoramento da permeabilidade de um sub-balastro produzido nas pedreiras;

Estudo da relação entre a compressão diametral e simples em solos tratados com ligantes hidráulicos – Estudo da possibilidade de definição de uma correlação para as cargas de rotura obtidas por compressão diametral e compressão uniaxial em função dos diferentes períodos de cura;

Contribuição para o estudo da tracção indirecta no tratamento combinado de solos com cal e cimento – Projecto de I&D com o objectivo de ganhar sensibilidade para com os valores obtidos no parâmetro de tracção indirecta que é crítico na determinação das percentagens finais de ligante a utilizar no tratamento de solos;

Contribuição para o estudo do Tratamento de Solos: Avaliação da Deformabilidade – Estudo e desenvolvimento de tecnologia para avaliação em contínuo da evolução do módulo de deformabilidade em solos tratados com ligantes hidráulicos (cal e cimento).

Electromecânica

TEGG – Implementação do Sistema de Inspecções Eléctricas TEGG.

Fundações e Geotecnia

Inertização de Lamas Bentoníticas Residuais – Estudo de soluções de reutilização de Lamas Bentoníticas Residuais.

Mota-Engil Betões e Pré-fabricados

SIPAV – Soluções Inovadoras Pré-fabricadas para Vias Férreas de Alta Velocidade;

LEGOUSE – Pré-fabricação Modular de Edifícios de Custos Controlados.

4.3 AMBIENTE E SERVIÇOS

SUMA, SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, SA

O departamento de Inovação, Desenvolvimento e Rentabilização (IDR) da SUMA desenvolveu, no decurso de 2010, alguns projectos dos quais se destacam:

- Desenvolvimento da Estruturação e adequação de Sistema de Gestão de Frotas

O projecto foi levado a cabo com a participação de três empresas seleccionadas como potenciais fornecedores de equipamentos GPS. Num total de trinta aparelhos distribuídos por viaturas com diferentes características e realidades de serviços a custo zero, foram afinados os parâmetros e requisitos de captação da informação para atingir os objectivos traçados, assim como o tratamento a nível de planeamento com a obrigatoriedade de os eventuais fornecedores terem de fornecer uma plataforma de integração com os sistemas existentes na SUMA de tratamento geográfico.

As áreas de maior preocupação foram a adequação do sistema à actividade da SUMA e particularidades de serviço, com foco na Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e na Varredura Mecânica, permitindo, entre outras características, a verificação da conformidade dos circuitos preestabelecidos, bem como a identificação do número e localização de contentores recolhidos por circuito.

- Desenvolvimento de painéis informativos para a Educação Ambiental em Angola

Foram projectados e concebidos painéis informativos em que é possível a sua visualização em 360°. Estes painéis, além da sua funcionalidade particular, foram concebidos de modo a serem facilmente instalados e em qualquer tipo de estrutura, nomeadamente em candeeiros de rua. Foram ainda desenvolvidos outros painéis estilo *outdoor* com seis metros quadrados e resistentes a ventos até 120 km/h.

05. DESEMPENHO

5.1 DESEMPENHO AMBIENTAL

5.1.1 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

1. GESTÃO AMBIENTAL

1.1 Política de Gestão Ambiental

A Mota-Engil Engenharia estabeleceu os seguintes princípios com base na Política da Qualidade, Segurança e Saúde e Ambiente:

- Assegurar que as actividades da Empresa são desenvolvidas no contexto de Desenvolvimento Sustentável promovido pelo Grupo;
- Garantir o permanente conhecimento e cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis à organização e suas actividades, bem como das orientações internas do Grupo;
- Assegurar o reconhecimento externo da empresa (certificações) no âmbito da Gestão Ambiental;
- Definir objectivos e estabelecer programas que permitam o seu acompanhamento e que garantam a sua revisão em intervalos planeados, atendendo às necessidades;
- Desenvolver e consolidar o Sistema de Gestão por Processos, como base da melhoria contínua da organização, garantindo a avaliação do seu desempenho e competitividade;
- Assegurar a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão, fomentando a identificação e gestão de não conformidades, oportunidades de melhoria e boas práticas, de forma a implementar as necessárias acções correctivas, preventivas e de melhoria;
- Promover uma cultura empresarial de exercício da actividade no pleno respeito do meio ambiente (prevenção da poluição e racionalização dos recursos naturais);
- Promover e desenvolver as competências dos colaboradores, incluindo aspectos fundamentais relativos ao ambiente, através de programas de formação contínua;

- Promover uma relação de parceria com os fornecedores, segundo o princípio de obtenção de vantagens mútuas e melhoria da competitividade;
- Garantir o comprometimento de todos os gestores, na implementação da presente Política e no envolvimento de todos os colaboradores e departamentos, assumindo que todos são responsáveis pelo ambiente.

1.2 Certificação Ambiental ISO 14001:2004

A Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A. encontra-se desde Maio de 2005 certificada no âmbito da norma NP EN ISO 14001 – Gestão Ambiental. Actualmente, encontra-se certificada no âmbito da Qualidade, Segurança e Ambiente, para todas as áreas de actividades nacionais: Concepção, desenvolvimento e comercialização de activos imobiliários; Concepção e execução de contratos de construção civil e obras públicas; Produção e fornecimento de betão; Fundações especiais, contenções, injeções, instrumentação e reconhecimento geotécnico; Exploração de pedreiras e produção de agregados; Ensaio laboratoriais a materiais de construção e estudos de formulação de misturas betuminosas e hidráulicas; Execução e manutenção de instalações eléctricas e mecânicas, e implementação de sistemas de gestão técnica e automação.

A integração de considerações ambientais nas decisões estratégicas da Mota-Engil demonstra a importância atribuída à melhoria contínua do nosso desempenho ambiental. O respeito pelo ambiente resulta da integração das boas práticas ambientais em todas as actividades, constituindo-se como parte integrante dos seus programas de gestão.

1.3 Núcleo de Organização, Qualidade e Ambiente

O Núcleo de Organização, Qualidade e Ambiente (NOQA) – Área Funcional AMBIENTE – assume as seguintes funções ao nível do processo Assegurar a Gestão Ambiental:

- Gestão do processo;
- Apoio aos vários gestores dos processos no desenvolvimento e implementação do sistema de gestão ambiental;
- Apoio às Direcções de Obra e Técnicos de Organização (técnicos que asseguram em obra a implementação do sistema, quer em termos de ambiente, quer de qualidade) na adequação do sistema a cada contrato;
- Desenvolvimento de metodologias de gestão e controlo que permitam a aplicação de regras e práticas ambientais adequadas;
- Realização de auditorias técnicas de ambiente e visitas de acompanhamento aos vários Centros de custo;
- Acompanhamento da evolução e do cumprimento dos requisitos legais e outros aplicáveis;
- Monitorização de aspectos ambientais, recolha e tratamento de indicadores de desempenho;
- Realização de acções de formação e de sensibilização que promovam uma cultura de respeito e de internalização das práticas ambientais nos comportamentos dos colaboradores da empresa.

2. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema de Gestão Ambiental em vigor na MOTA-ENGIL, Engenharia e Construção, S.A. é suportado numa modelação por processos, traduzida num repositório de conhecimento funcional e organizacional orientado para os seus vários negócios.

Tal permite uma abordagem integrada e sistematizada da gestão, a partir da qual é fixado o cumprimento de objectivos e dos referenciais normativos de certificação, bem como a inovação e a melhoria do desempenho.

Para cada actividade, são identificados os aspectos ambientais associados, obedecendo o processo de identificação a uma metodologia descrita num procedimento específico aplicável a todas as actividades desenvolvidas pela organização.

Os aspectos ambientais considerados significativos são posteriormente integrados num Plano de Gestão

Ambiental, de forma a serem objecto de controlo através de um programa de gestão de requisitos, com aplicação de procedimentos de controlo operacional, definição de medidas a cumprir pelas entidades subcontratadas, estabelecimento de acções correctivas e preventivas, medidas de formação e sensibilização ambiental dos trabalhadores e informação junto das populações sobre os impactos decorrentes da obra.

A formação e sensibilização dos trabalhadores constitui um aspecto central do Plano de Gestão Ambiental, através de um conjunto de acções de divulgação dos aspectos essenciais do Sistema de Gestão Ambiental, procedimentos ambientais a executar e informação sobre temas ambientais relevantes, acções estas extensivas às entidades e trabalhadores das entidades subcontratadas.

Os níveis de responsabilidade, a definição de funções e as interdependências em que estão envolvidos todos os colaboradores, no âmbito do sistema de gestão ambiental, estão definidos na modelação do sistema, recaindo sobre o membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção com o pelouro ambiental a responsabilidade máxima pela política ambiental.

Aos responsáveis das áreas e Direcções de Obra compete a missão de desenvolverem as suas actividades em conformidade com o que está previsto no sistema, tendo ainda a incumbência da sua actualização em função das práticas efectivamente implementadas, na perspectiva da sua melhoria contínua.

Nas ausências ou impedimentos destes responsáveis, é assegurada a sua substituição temporária através da identificação explícita de um substituto no exercício dessas funções.

Em relação ao negócio de Construção, Infra-estruturas e Engenharia, segmento principal de actividade, alguns dos projectos são objecto de Avaliação de Impacte Ambiental, sendo ainda relevantes os princípios e exigências ambientais a respeitar em cada empreitada, tal como definidos pelo respectivo dono de obra.

2.1 Contratação de Subempreiteiros

A fim de garantir o cumprimento da política da empresa pelos subempreiteiros, são efectuadas formações e acolhimentos aos colaboradores, comunicados o Plano de Gestão Ambiental e os procedimentos aplicáveis, incluindo o de Gestão de Resíduos e o de Emergências Ambientais.

2.2 Estaleiros

Na componente da gestão ambiental em estaleiros, existem procedimentos específicos para a montagem do estaleiro, autorizações e licenças ambientais, gestão de resíduos, utilização de produtos químicos e emergências ambientais, estando os referidos estaleiros e as diferentes frentes de obra equipados com os materiais e meios necessários a dar resposta a quaisquer acidentes ambientais, nomeadamente quando haja lugar a derrames acidentais de substâncias poluentes.

2.3 Resíduos

No sector de actividade da MOTA-ENGIL, Engenharia e Construção, S.A. é particularmente relevante a gestão de resíduos. Em todas as instalações e obras da empresa é implementada uma gestão de resíduos em que se definem linhas de actuação para as operações de recolha selectiva, armazenamento temporário, acondicionamento, transporte e encaminhamento para destino final adequado.

2.4 Emergências Ambientais

As potenciais emergências ambientais encontram-se identificadas em cenários de emergência ambientais com o procedimento adequado de actuação de acordo com a extensão da emergência.

2.5 Auditorias Internas

O Sistema de Gestão Ambiental comporta ainda a condução de auditorias internas com o objectivo de avaliar a conformidade com o referido sistema. O seu planeamento é realizado semestralmente e as equipas de auditoria são independentes das áreas auditadas, de forma a garantir a sua imparcialidade e independência.

De modo a promover a melhoria contínua no desempenho ambiental dos processos da Mota-Engil Engenharia, contribuindo assim para a redução dos impactes ambientais decorrentes das diversas actividades da Mota-Engil Engenharia, mantiveram-se os dois indicadores de desempenho ambiental, cujos níveis de avaliação variam entre 1 e 5, concretamente:

- Índice de Conformidade em Auditoria (ICA) – evidencia a conformidade com os requisitos normativos, pelo que, indirectamente, demonstra o grau de implementação do Sistema de Gestão Ambiental;
- Índice de Conformidade Legal (ICL) – evidencia a conformidade com os requisitos legais e outros aplicáveis às actividades desenvolvidas.

Estes indicadores são apresentados semestralmente e por processo.

3. ESTUDOS E INICIATIVAS DE PROMOÇÃO AMBIENTAL

3.1 Projecto Contabilidade Ambiental

Com o Projecto Contabilidade Ambiental pretende-se:

- Conhecer os impactes decorrentes da gestão ambiental na *performance* financeira da empresa;
- Direcção do sistema de informação da contabilidade tradicional para a mensuração e evidência do impacto ambiental nas contas da MEEC e da conduta da empresa em relação ao ambiente;
- Implementar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 26 (NCRF26) – Matérias Ambientais;
- Propor a componente eco-eficiente da vertente contabilística, que promoverá vantagens competitivas na redução de custos.

3.2 Projecto Visão Estratégica – EcoRoad Map

O VEEME ECORoadMap resultou de uma das propostas submetidas pelo Laboratório de Física e Tecnologia das Construções à primeira edição do “CONCURSO A PROJECTOS IDI” 2009, resultante de um protocolo estabelecido entre a Mota-Engil e o Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho. O estudo teve uma relação estreita com os Núcleos de Organização, Qualidade e Ambiente e Núcleo de Inovação da Mota-Engil, Engenharia & Construção, S.A.

O projecto visou os seguintes objectivos:

- Reconhecer os eixos culturais, científicos e legais, mais relevantes;
- Traçar um plano estratégico orientador e fundamentar os procedimentos considerados mais ajustados;
- Delinear um RoadMap de implementação para que a Mota-Engil Engenharia e suas principais áreas de actividade fossem ao encontro da eco-eficiência.

3.3 Sensibilizações Ambientais

Foram efectuadas acções de sensibilização, através de *direct mailing* alusivas à comemoração dos seguintes dias:

Dia Mundial da Árvore

Dia Mundial da Água

Dia Internacional da Diversidade Biológica

Dia Mundial do Ambiente

Dia Mundial da Conservação da Natureza

Dia Mundial da Preservação da Camada de Ozono

Dia Europeu sem Carros

Dia Nacional da Água

Dia Internacional das Montanhas

Adesão ao Ano Internacional da Biodiversidade

A adesão ao Ano Internacional da Biodiversidade teve como iniciativa a Divulgação de Espécies presentes na envolvente das actividades.

Desde o início de 2010, e tendo presente o Ano Internacional da Biodiversidade, a Concessão do Douro Interior promoveu a campanha “12 meses, 12 espécies de Fauna Selvagem”, uma iniciativa de sensibilização que consistiu em alertar mensalmente para a preservação de uma espécie animal.

Dia Europeu sem Carros

Divulgação de práticas de Ecocondução pela Empresa através de filmes e apresentações.

Incentivo aos colaboradores sorteando duas bicicletas na adesão a um Dia sem Carros dedicado às deslocações livres de carbono.

Dia Internacional das Montanhas

Distribuídas árvores jovens pelos departamentos, as quais deveriam ser cuidadas até à sua plantação a ocorrer no Dia da Árvore. Esta iniciativa pretendia promover e sensibilizar quanto à importância das florestas e da biodiversidade no ambiente.

Adesão ao 2º Peditório Nacional de Pilhas e Baterias

A recolha permitiu juntar aproximadamente 100 kg de pilhas que contribuíram para a doação de um aparelho de diagnóstico para o Instituto Português de Oncologia.

Quantificação dos gases com efeito estufa

Estudo de quantificação dos gases com efeito estufa efectuado com a metodologia do Protocol Gas Greenhouse, para os Edifícios do Porto e Linda - a - Velha, de forma a compreender os impactes causados.

Quantificação das emissões provenientes da frota automóvel da empresa

Com a colaboração do Estaleiro de Porto Alto foram contabilizadas as emissões resultantes da frota automóvel, de forma a compreender os impactes causados.

4. SISTEMA DE INDICADORES

A gestão de informação sobre os indicadores de desempenho ambiental da Mota-Engil Engenharia foi novamente suportada pela transacção em SAP (ZGIA – Gestão de Indicadores de Ambiente), que permitiu: a recolha dos indicadores em tempo útil, nos próprios locais de trabalho (centros de custo) e o tratamento imediato da informação; maior fiabilidade; a visualização e/ou tratamento dos dados por uma infinidade de filtros, tantas quantas as possibilidades de selecção de dados e campos existentes na aplicação; a visualização e/ou tratamento dos dados por intervalos de tempo estabelecidos pelo operador; a compilação dos resíduos produzidos pela empresa para posterior exposição dos mesmos perante a Agência Portuguesa do Ambiente.

Para o cálculo dos indicadores, no âmbito da Directriz do Relatório GRI, foram agregados os resultados da Mota-Engil Engenharia. O consumo de materiais é fornecido pela área dos aprovisionamentos, assim como a formação é fornecida pela Mota-Engil Serviços Partilhados. Os consumos de electricidade e de água são agregados de acordo com as facturas emitidas pelos respectivos fornecedores ou retirados das leituras nos contadores. No caso de captações de água são instalados contadores. A quantificação dos resíduos por centro de custo é feita através da recepção da cópia da GAR e/ou do certificado de recepção de RCD.

Convém ainda referir que a análise dos indicadores de ambiente da Mota-Engil Engenharia tem sempre a particularidade de variar consoante a natureza das actividades exercidas, o tipo de obra, o número de colaboradores afectos e o equipamento existente.

Nos quadros que se seguem, são apresentados os indicadores referentes a cada descritor ambiental, cujo cálculo foi efectuado utilizando as seguintes densidades e factores de conversão e emissão:

Densidades típicas:

- Gasóleo 890 kg/m³

Factores de conversão:

- Gasóleo 43,31 Gj/ton – Fonte: Instituto do Ambiente;
- Electricidade 0,0036 Gj/kwh – Fonte: EDP

Factores de Emissão de CO₂:

- Gasóleo 74,0 kg/Gj – Fonte: Instituto do Ambiente;
- Electricidade 0,47 kg/kwh líquido – Fonte: EDP.

I. Materiais

Na tabela que se segue, são apresentados os principais materiais consumidos em 2010, no decurso da actividade da Mota-Engil Engenharia, e respectivas quantidades. Os maiores consumos de materiais referem-se a trabalhos de execução de obras e extracção de minerais.

MATERIAIS CONSUMIDOS (EN1)

DESIGNAÇÃO	Total (ton)
Acumuladores (baterias)	4
Aço	11.609
Adjuvante	639
Agregados (areias, britas, inertes...)	297.601
Azulejos	194
Betão	411.282
Cimento	37.191
Coroas	1
Ferro	405
Geotêxtil	105
Madeira	1.311
Massas de lubrificação	16
Óleos	30.517
Papel	44
Tintas	16
Tinteiros	0,6
Toners	5,5
Tubos de PVC	273

II. Energia

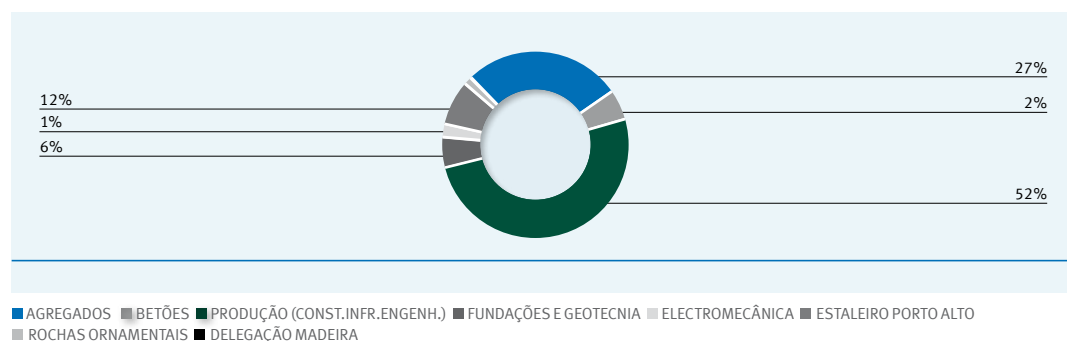
Este é um recurso essencial à actividade da Mota-Engil Engenharia – seja para o transporte ou para o sector produtivo – sendo o gasóleo a principal forma de energia consumida, associada ao funcionamento de máquinas, equipamentos e outros veículos.

Nos quadros e gráficos abaixo podem ser analisados os consumos de energia directa segmentados por fonte primária e por actividade.

CONSUMO DE ENERGIA DIRECTA, SEGMENTADO POR FONTE PRIMÁRIA (EN3)

Áreas de Negócio	Agregados	Betões	Produção (Const. Infr. Engenh.)	Fundações e Geotecnia	Electromecânica	Estaleiro Porto Alto	Laboratório Central	Rochas Ornamentais	Deleg. Madeira	TOTAL
Consumo de Gasóleo (litros)	3.709.125	273.487	7.164.970	897.396	167.564	1.631.866	20.593	38.837	8.592	13.912.430

Consumo de energia directa por actividade

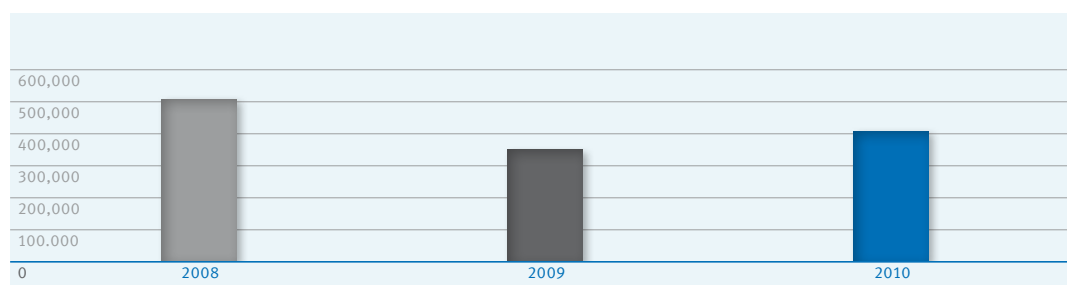


No decurso de 2010 as áreas de negócio que registaram maior consumo deste recurso foram a área da Produção (Construção, Infra-estruturas e Engenharia) e a área dos Agregados, representando respectivamente 52% e 27% do consumo total.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA DIRECTA POR FONTE PRIMÁRIA (GJ/ANO)

Ano	2008	2009	2010
Consumo de Gasóleo (Gj)	511.170,0	334.655,0	410.348,0

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA DIRECTA (Gj)



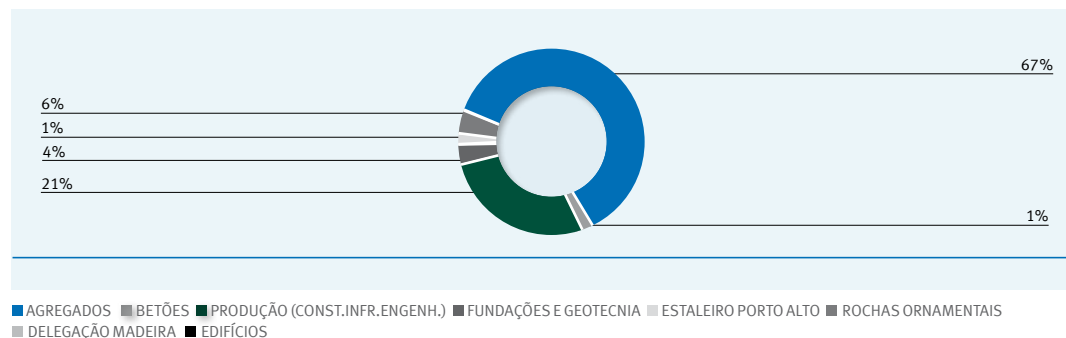
Analisando a evolução do consumo de gasóleo da Mota-Engil Engenharia ao longo dos últimos três anos, verifica-se que, após uma diminuição em 2009, o consumo deste recurso voltou a aumentar em 2010.

O consumo de electricidade, aqui considerada como componente do consumo total de energia indirecta, pode ser analisado nos quadros abaixo:

CONSUMO DE ENERGIAS INDIRECTA, SEGMENTADO POR FONTE PRIMÁRIA (EN4)

Áreas de Negócio	Agregados	Betões	Produção (Const.Infr. Engenh.)	Fundações e Geotecnia	Estaleiro Porto Alto	Laboratório Central	Rochas Ornamentais	Deleg. Madeira	Edifícios	TOTAL
Consumo de energia eléctrica (Kwh)	10.894.938	96.235	3.395.093	50.704	631.148	19.801	232.009	31.034	1.045.266	16.396.228

Consumo de energia indirecta por actividade

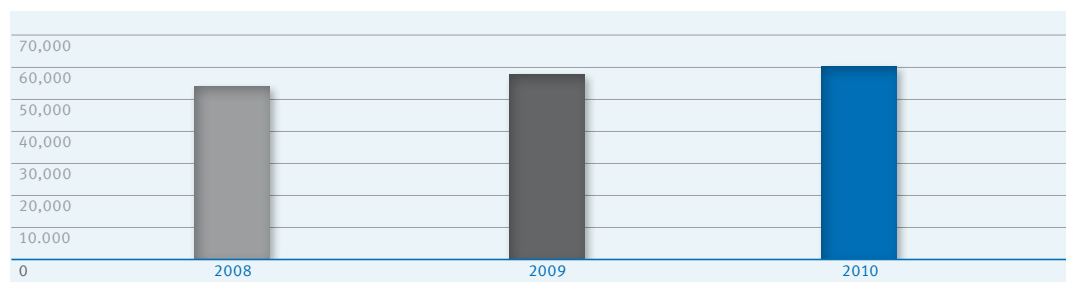


As áreas de negócio onde se registaram maiores consumos de energia, em 2010, foram os Agregados e a Produção, respectivamente com 67% e 21% do consumo total de electricidade.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA INDIRECTA POR FONTE PRIMÁRIA (GJ/ANO)

Ano	2008	2009	2010
Consumo de Energia Eléctrica (Gj)	53.802,0	55.890,0	59.026,0

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA INDIRECTA (GJ/ANO)



O consumo de electricidade na Mota-Engil Engenharia tem-se mantido praticamente constante ao longo dos últimos três anos, registando-se um ligeiro aumento (5,3%) em 2010 face ao consumo de 2009.

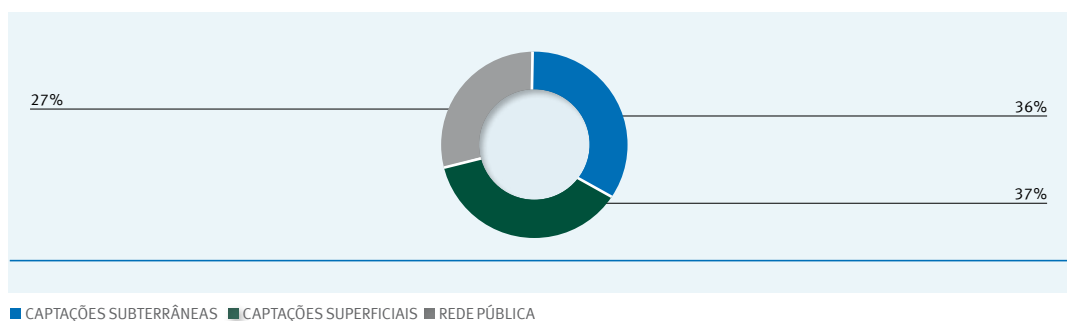
Entre algumas medidas de promoção de eficiência energética na Mota-Engil Engenharia, efectuou-se uma Auditoria Energética ao Centro de Produção de Agregados de Penafiel.

III. Água

Em 2010, o consumo de água da Mota-Engil Engenharia foi de cerca de 322 mil m³, representando uma diminuição de 5% face a 2009 – saliente-se que, em 2009, se tinha já registado uma diminuição de 17% face ao consumo do ano anterior.

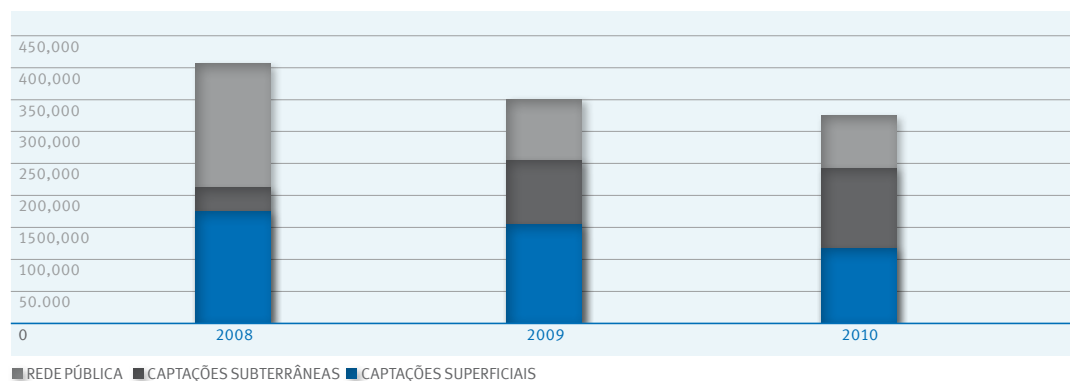
A água utilizada nas diferentes actividades tem como finalidade o uso doméstico, o uso industrial, a lavagem de rodados e vias públicas e a lavagem de caminhos de acesso de forma a diminuir a libertação de poeiras para a atmosfera. Refira-se que foram reciclados e reutilizados cerca de 136 m³ de água.

CONSUMO DE ÁGUA SEGMENTADO POR FONTE (m³)



Cerca de 73% da água consumida na actividade da Mota-Engil Engenharia, em 2010, foi proveniente de captações subterrâneas e superficiais, sendo que o número total de captações registadas foi de 45.

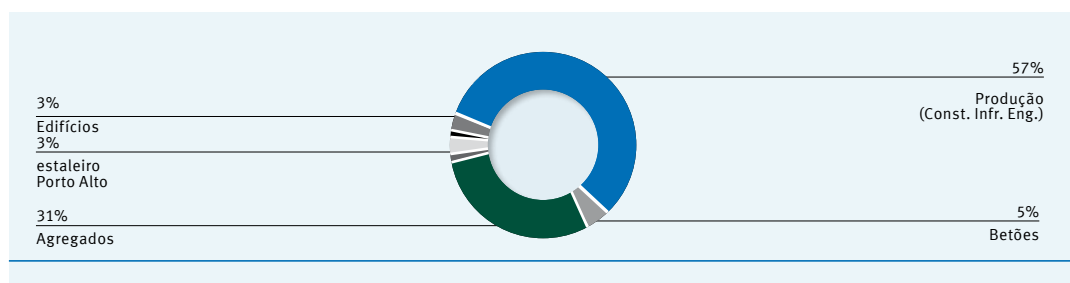
EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA SEGMENTADO POR FONTE (m³)



Como reflecte o gráfico anterior, o consumo de água tem vindo a diminuir ao longo dos últimos três anos. Em 2010, esta diminuição foi mais ligeira, tendo-se registado um aumento significativo no consumo de água proveniente de captações superficiais em detrimento do consumo de captações subterrâneas.

O gráfico seguinte ilustra os consumos de água efectuados pelas diversas actividades desenvolvidas na Mota-Engil Engenharia durante o ano 2010.

CONSUMO TOTAL DE ÁGUA POR ACTIVIDADE (m³)



Tal como sucedeu para os consumos anteriores, os principais consumos de água estão associados às áreas da Produção e de Agregados, representando estas duas áreas 88% do consumo total.

Convém referir que, à excepção da Produção, todas as outras áreas de negócio registaram uma diminuição no consumo de água.

IV. Biodiversidade

A Mota-Engil Engenharia não tem instalações localizadas em áreas classificadas ou em zonas protegidas.

No entanto, para todas as áreas de negócio são identificados e avaliados os possíveis impactes ambientais, entre eles os impactes sobre a biodiversidade.

No caso das obras sujeitas a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE), bem como na elaboração de Estudos de Impacte Ambiental para a exploração de pedreiras, também a biodiversidade é tida em consideração.

No âmbito do Ano Internacional da Biodiversidade, foi efectuada a divulgação através de *direct mailing*, das seguintes espécies: Pinheiro manso, Toupeira de água, Grilo, Melro preto, Abetarda e espécies da flora e fauna de Moçambique.

O Dia Internacional das Montanhas foi assinalado com a oferta de um Medronheiro a cada área da Mota-Engil Engenharia.

V. Emissões, Efluentes, Resíduos

Emissões

O sector da construção civil, de uma forma geral, tem uma tipologia de emissões que lhe está associada: emissões gasosas resultantes do transporte e da movimentação de máquinas e veículos.

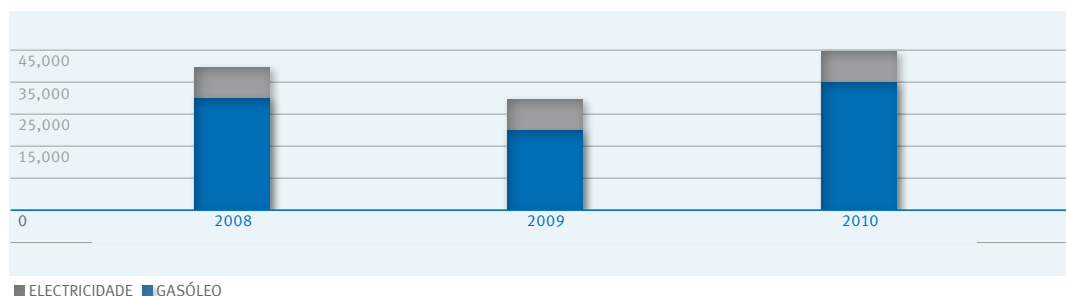
A emissão gasosa emitida pela Mota-Engil Engenharia com maior relevância é o CO₂, quer em termos de quantidade quer de impacte. Foram estimadas as emissões de CO₂ correspondentes a consumos de energia directa – relacionados com a produção – e de energia indirecta – da frota automóvel.

TOTAL DAS EMISSÕES DIRECTAS E INDIRECTAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (EN16)

emissões em 2010 (ton. CO₂/ano)

Gasóleo	36.783,0	83%
Electricidade	7.706,0	17%
Total	44.489,0	100%

EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES DIRECTAS E INDIRECTAS DE GEE (Ton./ano)



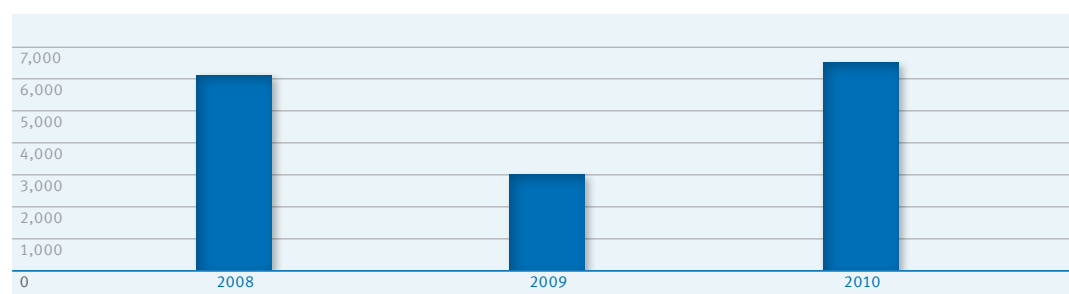
Em 2010 registou-se um aumento significativo nas emissões de gases com efeito estufa, face aos valores registados em 2009, continuando o gasóleo a ser a fonte energética responsável pela maior parte das emissões de CO₂ (83%) na Mota-Engil Engenharia. O aumento das emissões deveu-se ao facto de o consumo de energia eléctrica ter subido, bem como o consumo de gasóleo produtivo.

No que respeita às actividades da Mota-Engil Engenharia, continuam a ser as áreas de negócio da Construção, Infra-estruturas e Engenharia e a de Agregados as que mais contribuem para este tipo de emissões representando respectivamente 50% e 37% do total.

OUTRAS EMISSÕES INDIRECTAS DE GASES COM EFEITO ESTUFA (ton. CO₂/ano) (EN17)

Outras emissões indirectas de GEE (ton./ano)	2010
Gasóleo – frota automóvel	6.415

EVOLUÇÃO DAS OUTRAS EMISSÕES INDIRECTAS DE GASES COM EFEITO ESTUFA (ton. CO₂/ano)



São as actividades relacionadas com o Estaleiro do Porto Alto e com a Construção, Infra-estruturas e Engenharia as que mais contribuem para este tipo de emissões, representando respectivamente 40% e 26% do total de emissões. O aumento destas emissões deveu-se ao facto de ter aumentado o consumo de gasóleo da frota automóvel.

• Camada de ozono

A actividade da Mota-Engil Engenharia não provoca a emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono.

• Emissão de poeiras

No que se refere à produção de poeiras resultantes da movimentação de máquinas e veículos, as medidas de controlo normalmente impostas passam pelo humedecimento dos solos, transporte coberto de terras, silos encapsulados, uso de equipamentos dotados de captação e lavagem dos rodados das viaturas.

• Efluentes gasosos

A Mota-Engil Engenharia efectua também regularmente o controlo de efluentes gasosos e, sempre que necessário, procede à instalação de filtros para remoção de partículas.

• Efluentes líquidos

Relativamente à produção de efluentes líquidos, as actividades desenvolvidas pelas áreas de negócio da Mota-Engil Engenharia caracterizam-se pela relativa reduzida quantidade de efluentes produzidos. As actividades que mais contribuem para a produção de efluentes são a escorrência e lavagem de areias (área de negócio dos Agregados), lavagem e manutenção de equipamentos e dos postos de abastecimento de combustível e lavagem de rodados. Nestas situações, à excepção da lavagem de areias, o efluente, antes de ir para o destino final, passa por um separador de hidrocarbonetos.

No decurso da sua actividade em 2010, a Mota-Engil Engenharia produziu um total de 2 235 m³ de efluentes, sendo que 69% tiveram origem na área da Produção e 31% nos Agregados. Estes efluentes são normalmente descarregados em colectador municipal, em ETAR, em linha de água e para o solo.

• Resíduos

Refira-se que a Mota-Engil se encontra a desenvolver vários projectos de valorização de resíduos:

Valorização de finos de pedreiras

No âmbito de um Protocolo de Cooperação Técnica e Científica entre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A., visando a sustentabilidade da construção das obras de engenharia civil e a preservação de recursos naturais, foi realizado um estudo com o objectivo de avaliar a viabilidade técnica de utilização das lamas (finos) produzidas nas pedreiras exploradas pela Mota-Engil, com a perspectiva de aplicação destas lamas como material de construção.

Tendo já sido realizado um trecho experimental, na Pedreira de Cervães, de onde se concluiu que os finos cumprem os requisitos para a sua utilização na construção de camadas de aterro de infra-estruturas rodoviárias, foi também realizado um aterro real com estes materiais finos, devidamente caracterizados, provenientes da Pedreira de Vila Flor (CAPSFIL). Este trabalho, levado a cabo na obra da Subconcessão do Douro Interior, teve início no dia 26 de Agosto de 2010 e ficou concluído em 21 de Setembro do mesmo ano. Contemplou o uso de cerca de 5 000 m³ desses materiais finos no núcleo do aterro, sujeito a um rigoroso controlo de qualidade por dois técnicos analistas de laboratório que acompanharam os trabalhos. Após a conclusão do aterro, foram colocados dez pontos de leitura (três pares de marcos e dois pares de placas), que servirão para monitorizar o comportamento do aterro após a sua entrada em serviço, realizando-se as leituras de eventuais deformações/deslocamentos.

Concluiu-se que estes materiais, subprodutos da exploração das pedreiras, têm viabilidade técnica para aplicação em corpo de aterros estruturais de infra-estruturas rodoviárias, cumprindo todos os parâmetros técnicos de controlo de qualidade exigidos, minimizando-se assim o problema ambiental que decorre do armazenamento de grandes volumes deste resíduo em vazadouros provisórios ou definitivos.

Valorização de materiais provenientes de escavação

Os materiais provenientes das escavações executadas em obras rodoviárias constituem um resíduo tradicionalmente depositado em vazadouro, sendo a sua valorização possível através de técnicas de tratamento dos materiais com ligantes hidráulicos (cal e cimento). Esta valorização permite uma redução do consumo de recursos minerais e ao mesmo tempo uma redução de custos e de consumo de energia.

Reciclagem de misturas betuminosas a quente

A reabilitação de pavimentos rodoviários origina grandes quantidades de materiais resultantes da fresagem dos pavimentos e cujo destino final é maioritariamente a condução a vazadouro. Com a reciclagem de misturas betuminosas a quente, pretende-se uma gestão mais sustentável do consumo de materiais nobres na execução de pavimentos rodoviários;

Reciclagem de misturas betuminosas com betume borracha

Os pneus usados constituem um resíduo altamente poluente e com poucas alternativas em termos de valorização. A Mota-Engil tem desenvolvido estudos na utilização da borracha triturada proveniente de pneus usados para modificação das propriedades do betume utilizado no fabrico de misturas betuminosas.

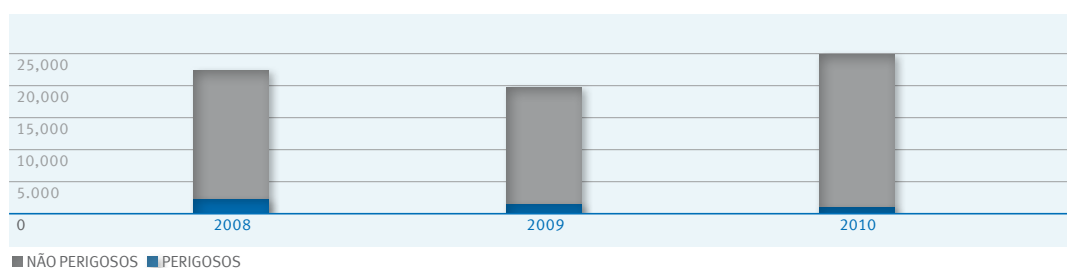
Na tabela que se segue, encontram-se caracterizados os resíduos produzidos pela Mota-Engil Engenharia, no decurso de 2010.

QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS POR TIPO E POR MÉTODO DE TRATAMENTO (ton./ano) (EN22)		
Tipo de Resíduos	Ton./ano	%
Total Resíduos Perigosos	500,0	2,2%
Total Resíduos Não Perigosos	21.900,0	97,8%

Como se pode constatar, dos resíduos gerados no decurso das actividades da Mota-Engil Engenharia, 97,8% pertence à tipologia de Resíduos Não Perigosos. Destes, 95% são gerados nas actividades de Construção, Infra-estruturas e Engenharia.

Como exemplo, consideram-se resíduos não perigosos a mistura de betão, ladrilhos, telas e materiais cerâmicos, mistura de resíduos de construção e demolição, betão e metais ferrosos.

EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES DIRECTAS E INDIRECTAS DE GEE (Ton./ano)



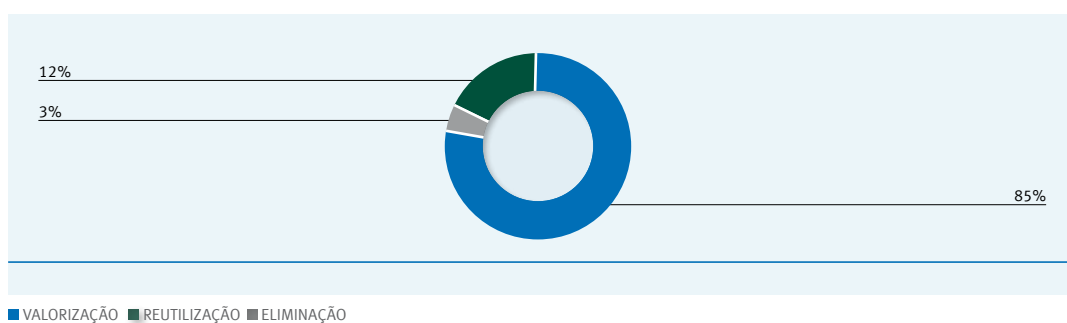
No que respeita aos Resíduos Perigosos, verifica-se que o seu peso tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Estes resíduos são gerados essencialmente nas actividades desenvolvidas na área da Produção (42%) e do Estaleiro do Porto Alto (37%).

No quadro abaixo, pode ser analisado o método de tratamento dos resíduos efectuado pela Mota-Engil Engenharia.

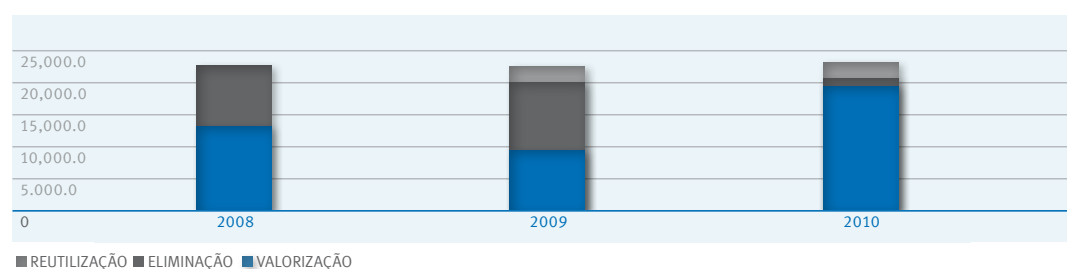
QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS POR TIPO E MÉTODO DE TRATAMENTO

Valorização	19.041,0	84,9%
Eliminação	713,0	3,2%
Reutilização	2.676,0	11,9%

QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS POR TIPO E MÉTODO DE TRATAMENTO



EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO EFECTUADO AOS RESÍDUOS



Como reflecte o gráfico anterior, a produção de resíduos tem-se mantido relativamente constante desde 2008. No entanto, a valorização dos resíduos assumiu, em 2010, um peso significativo (85%) em detrimento da eliminação, assumindo também alguma expressão a reutilização.

Relativamente ao projecto iniciado no ano passado, sobre o desenvolvimento de uma transacção SAP para a Gestão de Resíduos, face aos desenvolvimentos dos mercados de gestão de resíduos a nível nacional, o mesmo ficou pendente. Apesar de não ter sido possível efectuar a implementação, este projecto possibilitou um conhecimento importante para a organização sobre a gestão de Resíduos de Construção e Demolição. Permitiu acompanhar os desenvolvimentos da gestão de RCD, identificar potencialidades e desenvolvimentos possíveis para a organização.

Noutro âmbito desenvolveu-se um estudo de mercado para os RCD, que incluiu as diferentes operações de gestão de resíduos e os custos associados ao tratamento.

Durante o ano de 2010 foi registada a ocorrência de 33 derrames significativos, nas actividades desenvolvidas pela Mota-Engil Engenharia, que corresponderam a 6,48 m³ de volume derramado, sem intervenções externas. Estes derrames registaram-se no desenvolvimento de actividades associadas às áreas dos Agregados e da Produção e foram devidamente controlados, recolhidos e os resíduos resultantes encaminhados para operador licenciado. Os relatórios de emergências ambientais permitiram identificar causas e tirar conclusões de melhoria contínua a aplicar de forma preventiva. (EN23)

VI. Produtos e Serviços

Foi desenvolvido, pelo Núcleo de Gestão Ambiental, um procedimento específico com o objectivo de definir uma metodologia de identificação e avaliação dos aspectos ambientais das actividades e/ou serviços desenvolvidos pela Mota-Engil Engenharia.

A metodologia estabelecida neste procedimento consiste em identificar e avaliar os impactes e os aspectos associados a determinada actividade, produto ou serviço, integrando os aspectos considerados significativos no sistema de gestão e garantindo o respectivo controlo.

Desta forma, nas obras da Mota-Engil Engenharia é implementado um Plano de Gestão Ambiental cujo propósito consiste em garantir o cumprimento dos requisitos legais, do cliente e do sistema, contribuindo desta forma para a minimização dos impactes gerados pela sua actividade (como por exemplo: produção de RCD, ruído, derrames).

Todas as áreas da Mota-Engil Engenharia são responsáveis pelo cumprimento dos requisitos legais e outros que lhes sejam aplicáveis, existindo para tal procedimentos internos que garantam o seu conhecimento e aplicação.

O Núcleo de Gestão Ambiental tem a responsabilidade de analisar os requisitos legais aplicáveis às diversas áreas de negócio da organização, divulgá-los e verificar o seu cumprimento. Quando são detectadas situações de não-conformidade, são desenvolvidas acções correctivas no sentido de resolver a situação e impedir a sua recorrência no futuro.

VII. Conformidade

No decurso da actividade desenvolvida pela Mota-Engil Engenharia, em 2010, ocorreu uma situação de não-conformidade com leis ou regulamentos ambientais, relativa à deposição indevida de resíduos indiferenciados de construção civil, da qual resultou a aplicação de uma multa no valor de dez mil euros. (EN28)

VIII. Transporte

A frota da Mota-Engil Engenharia é constituída por viaturas ligeiras, viaturas pesadas e máquinas e tem uma idade média reduzida, a rondar os quatro anos, o que possibilita menores consumos de combustíveis e emissões associadas. (EN29)

No sentido de mitigar os impactes ambientais resultantes do transporte de bens e outros materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores, têm sido implementadas algumas medidas, das quais se destacam:

- Renovação da frota, garantindo o maior número de veículos que cumprem os maiores padrões europeus ao nível de emissões de poluentes e consumo de combustível;

- A decisão de aquisição de equipamentos integra a análise de um critério que avalia a emissão de poluentes;
- Formação em ecocondução;
- Monitorização de indicadores de consumo de gasóleo e de emissão de carbono.

5.1.2. AMBIENTE E SERVIÇOS

SUMA, SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, SA

1. GESTÃO AMBIENTAL

A SUMA tem definidos e documentados os seguintes objectivos, no âmbito da gestão ambiental:

- Dar cumprimento às disposições legais existentes em matéria de Ambiente e de Segurança e Saúde no Trabalho e planear as operações que estão associadas aos aspectos ambientais e perigos e respectivos impactes ambientais e riscos, consistentes com a sua política de gestão e com os seus objectivos e metas, de forma a garantir que estas operações são realizadas sob condições especificadas;
- Estabelecer metodologias para controlar não só as situações relacionadas com os aspectos ambientais e riscos significativos, mas também as situações onde a inexistência destas metodologias pudesse conduzir a desvios das políticas da organização e dos seus objectivos.

Anualmente, é definido um Programa de Monitorização, de modo a reger a monitorização do desempenho da organização ao nível da Qualidade/Conformidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, que inclui os seguintes aspectos:

- Monitorização da medida do cumprimento dos objectivos e suas metas associados à política de gestão da SUMA;
- Monitorização e medição dos vários processos/actividades através dos resultados obtidos nos indicadores definidos para cada um deles;
- Medições proactivas do desempenho que monitorizem a conformidade com o Programa de Gestão da SUMA, com critérios operacionais e requisitos legais e regulamentares;
- Medições reactivas do desempenho para a monitorização de não-conformidades (incluindo quase-acidentes).

De referir que estão definidas e documentadas metodologias para:

- Prevenir o consumo de álcool durante o período de trabalho;
- A organização e manutenção dos serviços de Medicina do Trabalho, com vista à promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores;
- Garantir que as potenciais situações de emergência na organização são evitadas e que quando ocorrem são implementadas as medidas de controlo operacional definidas, procurando limitar as suas consequências para o homem e para o ambiente.

2. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A função do Departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS) assenta, principalmente, na gestão dos requisitos legais e normativos e dos requisitos definidos pela própria organização para a manutenção, monitorização, controlo e melhoria contínua do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, implementado no Grupo SUMA.

Destacam-se as seguintes acções desenvolvidas durante o ano 2010:

- Alteração do organograma funcional, passando o serviço QAS a funcionar de forma autónoma da Coordenação da Sustentabilidade e a reportar directamente à Administração do Grupo SUMA, nomeadamente, ao pelouro da Administração – Produção;

- Na Sede e Centro de Serviços de Aveiro, relativamente às actividades de concepção, desenvolvimento, planeamento, comercialização e execução de serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos Não Perigosos, Gestão da Contentorização e Sensibilização e Educação Ambiental, foi renovada a Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, com transição para o novo referencial normativo NP EN ISO 9001:2008, e manteve-se a certificação dos Sistemas de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2004) e da Segurança e Saúde no Trabalho, que, neste último caso, implicou a transição para o novo referencial normativo OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008;
- Realizou-se a avaliação da Satisfação dos Clientes do Grupo SUMA, passando a análise de resultados a ser feita por contrato;
- Procedeu-se à revisão das metodologias de actuação, registo e comunicação (interna e externa) de acidentes;
- Lançaram-se as Auditorias de Diagnóstico aos Centros de Serviços. Com estas auditorias pretende-se: avaliar o grau de conhecimento e implementação dos procedimentos internos; verificar se os processos/actividades implementados estão conforme os requisitos aplicáveis (legais, normativos, do cliente e outros), no âmbito da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho; avaliar o desempenho dos centros numa perspectiva de contribuir para a melhoria contínua da organização, com o levantamento de boas práticas implementadas pelo Centro de Serviços e das sugestões de melhoria propostas.

Durante o ano 2011, será dada continuidade às Auditorias de Diagnóstico aos Centros de Serviços. Pretende-se fazer um levantamento exaustivo da realidade de cada centro, de forma a definir e planear os trabalhos necessários ao cumprimento dos requisitos legais, normativos e os definidos pela própria organização no que diz respeito ao Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho. De acordo com os resultados das Auditorias de Diagnóstico, serão revistos e documentados os procedimentos definidos pela Organização, de modo a que estes traduzam as melhores práticas e permitam a implementação destes procedimentos em todos os centros, de todas as empresas do Grupo SUMA. Prosseguir-se-á com a monitorização e controlo do seu cumprimento.

Está perspectivada a introdução de novas ferramentas que permitam melhorar/agilizar a monitorização e controlo dos processos/actividades, a comunicação dos resultados obtidos e a consequente tomada de acções preventivas, correctivas e outras acções de melhoria.

Um dos objectivos primordiais é a manutenção da certificação tripla da Sede e Centro de Serviços de Aveiro – Sistema de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2008), Sistema de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2004) e Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008).

3. SISTEMA DE INDICADORES

À semelhança da análise efectuada para a Mota-Engil Engenharia, o sistema de indicadores adoptado no quadro da política de gestão ambiental da SUMA procura dar resposta às informações solicitadas no âmbito da directriz de relato GRI 3.0.

Nos quadros que se seguem, são apresentados os indicadores referentes a cada descritor ambiental e para os quais foram utilizadas as seguintes densidades e factores de conversão e emissão:

Densidades típicas:

- Gasóleo 835 Kg/m³
- Gasolina 720 Kg/m³
- GPL 1000 Kg/m³

Fonte: Portaria N.º 228/90

Factores de conversão:

- Gasóleo 43,3 Gj/ton.
- Gasolina 45 Gj/ton.

- GPL 46 Gj/ton.
- Electricidade 0,0036 Gj/kwh

Fonte: Despacho Nº 17313/2008

Factores de Emissão de CO₂:

- Gasóleo 74 kg/Gj
- Gasolina 69,2 kg/Gj
- GPL 63 kg/Gj
- Electricidade 470 g/kwh líquido

Fonte: Despacho Nº 17313/2008

I. Materiais

Os principais materiais consumidos no desenrolar das actividades específicas da SUMA relacionam-se com o acondicionamento de resíduos, as actividades de limpeza urbana e a manutenção dos veículos e equipamentos da frota da empresa.

Na tabela seguinte, encontram-se detalhados os principais materiais consumidos na actividade da SUMA durante o ano de 2010:

MATERIAIS CONSUMIDOS (EN1)		
Designação	Unidades	Total
Acumuladores	ton.	5,8
Sacos de plástico	ton.	147,4
Pneus novos (pesados e ligeiros)	ton.	93,5
Pneus recauchutados (pesados e ligeiros)	ton.	90,0
Lubrificantes/massas	l	158.912,0
Gasóleo	l	6.632.258,0
Gasolina	l	73.377,0
Total Químicos Produção (herbicidas, desinfectantes, detergentes, lixívia)	l	72.037,0
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	l	3.860,0
(Outros) Produtos Químicos para Manutenção Automóvel	l	1.297,0
Papel	ton.	9,7
Cartuchos/tinteiros (jacto tinta)	un.	257,0
Toners (laser)	un.	226,0

A monitorização e optimização do consumo de matérias-primas e recursos assume, na política de gestão da empresa, um papel fundamental, sendo estas acções alvo da actividade de Investigação e Desenvolvimento. Sempre que possível, a SUMA recorre ao uso de materiais reutilizáveis ou reciclados. No caso destes últimos, o consumo mais significativo diz respeito aos pneus recauchutados – em 2010, do total de pneus consumidos, 47% eram recauchutados. (EN2)

No que diz respeito aos sacos de plástico utilizados na produção para a realização dos serviços, no seu processo de fabrico são incorporados cerca de 30% de materiais reciclados.

II. Energia

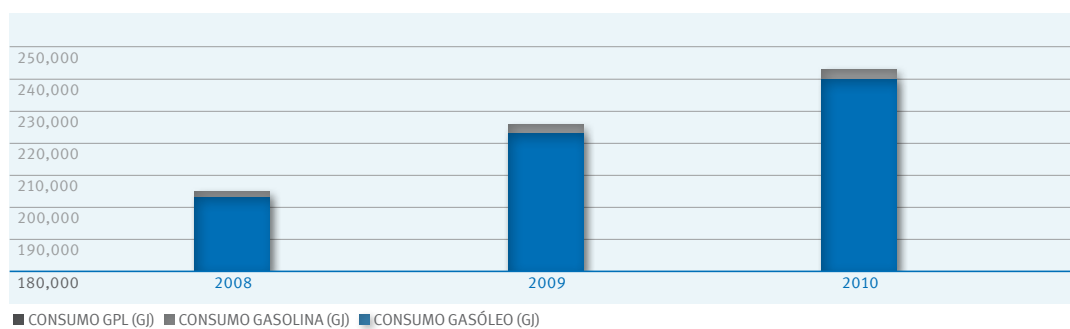
Os principais consumos de energia da SUMA decorrem de actividades afectas aos seus Centros de Serviços, tais como transporte de resíduos e funcionamento de equipamentos.

Refira-se que nos consumos energéticos do Grupo SUMA estão incluídos os consumos energéticos Internacionais (Vista Waste Management – Angola)

Na tabela seguinte, podemos ver que o consumo de energia directa é feito maioritariamente sob a forma de gasóleo (99%).

CONSUMO DE ENERGIA DIRECTA, SEGMENTADO POR FONTE PRIMÁRIA (EN3)		
Designação	Consumo (l, kg)	Consumo (Gj)
Gasóleo (litros)	6.632.258	239.793
Gasolina (litros)	75.377	2.442
GPL (Kg)	855	39
Consumo Total	--	242.274

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA DIRECTA (Gj)

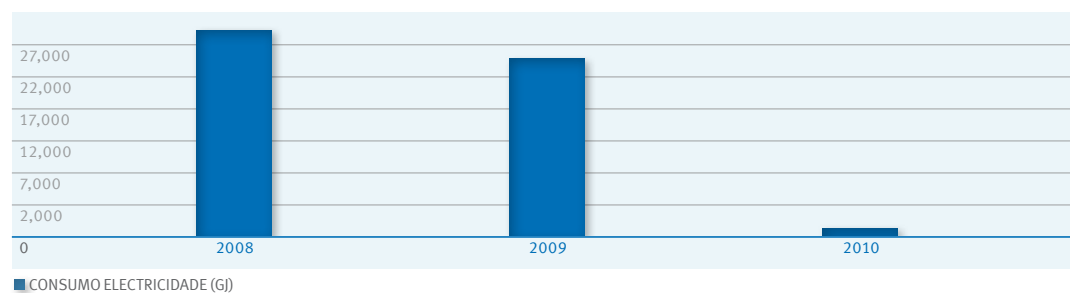


O consumo de energia directa tem vindo a aumentar nos últimos três anos – em 2010 a taxa de crescimento foi de 7,2%. Ao longo deste período o gasóleo manteve-se como consumo predominante.

O quadro seguinte reflecte o consumo de electricidade, considerado como consumo de energia indirecta.

CONSUMO DE ENERGIA INDIRECTA SEGMENTADA POR FONTE PRIMÁRIA (EN4)		
Designação	Consumo (kwh)	Consumo (Gj)
Electricidade	745.897	2.685

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA INDIRECTA (Gj)



Analisando o consumo de electricidade ao longo dos últimos três anos, verifica-se, em 2010, uma descida drástica neste consumo, representando uma diminuição de cerca de 90% face a 2009. Esta diminuição deve-se ao facto de grande parte do consumo de electricidade por parte da SUMA se encontrar na Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) e esse contrato ter terminado no final de 2009.

O contrato da AMAVE incluía, além de Recolha de RSU e Limpeza Urbana, uma Estação de Triagem e uma Estação de Compostagem que eram actividades de consumo energético intensivo. O centro estava inclusivamente definido como uma instalação consumidora intensiva de energia de acordo com o Decreto-Lei N.º 71/2008 que obrigava ao registo no Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) da Adene e a elaboração de um Plano de Racionalização de Consumos de Energia (PREn) que foram efectuados durante 2008.

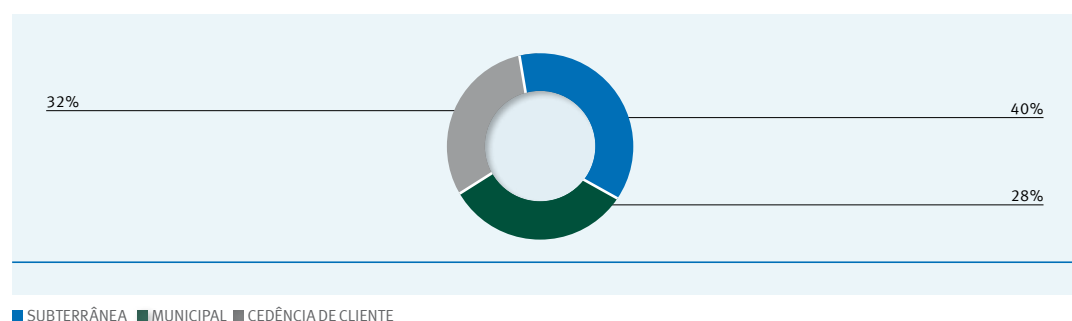
III. Água

O consumo de água na SUMA, durante o ano de 2010, ascendeu aos 88 mil metros cúbicos.

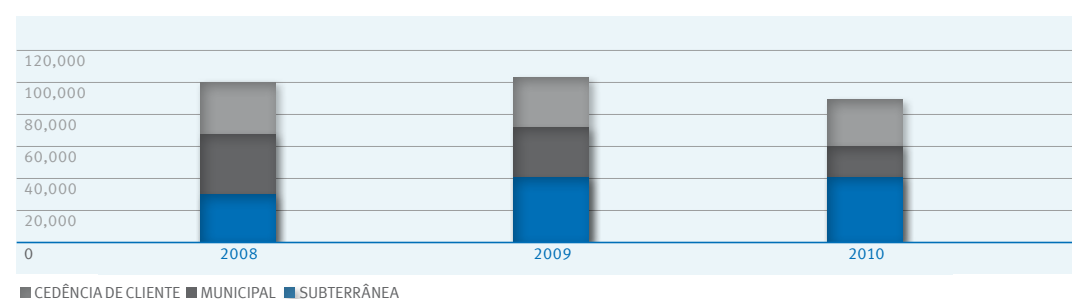
Este recurso tem três grandes utilizações – Produção, Oficinas e Uso Doméstico –, sendo nas actividades de produção, designadamente na lavagem de ruas, equipamentos, contentores e viaturas de recolha, que o seu consumo é mais expressivo.

CONSUMO DE ÁGUA POR FONTE (EN8)	
Consumo de Água segmentada por fonte	Consumo em 2010 (m³/ano)
Subterrânea	35.568
Municipal	24.702
Cedência de Cliente	27.960
Total	88.230

CONSUMO DE ÁGUA POR FONTE



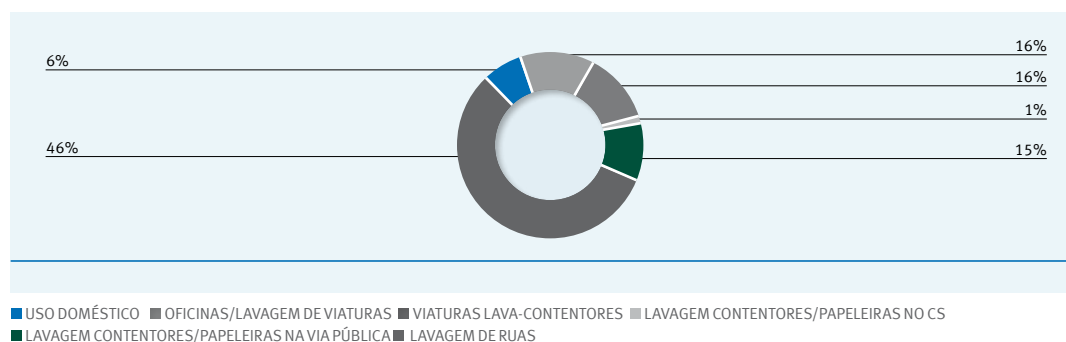
EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA POR FONTE



Em 2010 registou-se uma diminuição no consumo de água de 16%, comparativamente ao consumo registado em 2009. Como reflecte o gráfico, foi o consumo de água municipal que mais contribuiu para esta diminuição – cerca de 38% - enquanto o consumo de água Subterrânea e de Cedência de Ciente sofreram descidas ligeiras.

Consumo de Água segmentada por utilização	Consumo 2010 (m³/ano)
Uso doméstico	7.352
Oficinas/Lavagem de Viaturas	20.457
Viaturas lava - contentores	19.544
Lavagem Contentores/papeleiras no CS	1.507
Lavagem de Contentores/papeleiras na via pública	18.125
Lavagem de Ruas	57.206
Total	124.191

CONSUMO DE ÁGUA POR UTILIZAÇÃO



Analisando o consumo de água por utilização, verifica-se que os consumos mais expressivos estão associados à lavagem de ruas e às oficinas/lavagem de viaturas, representando respectivamente 46% e 16% do consumo total.

IV. Biodiversidade

A SUMA não tem instalações definitivas em áreas classificadas ou em zonas protegidas. Após a conclusão da construção do novo Centro de Serviços de Alcobaça (inaugurado em Fevereiro de 2010), foi desmantelado o único estaleiro temporário, com uma área próxima de dois mil metros quadrados, implantado numa área de Reserva Agrícola Nacional. (EN11)

Não foram também identificados impactes significativos na biodiversidade provocados pelas operações da organização.

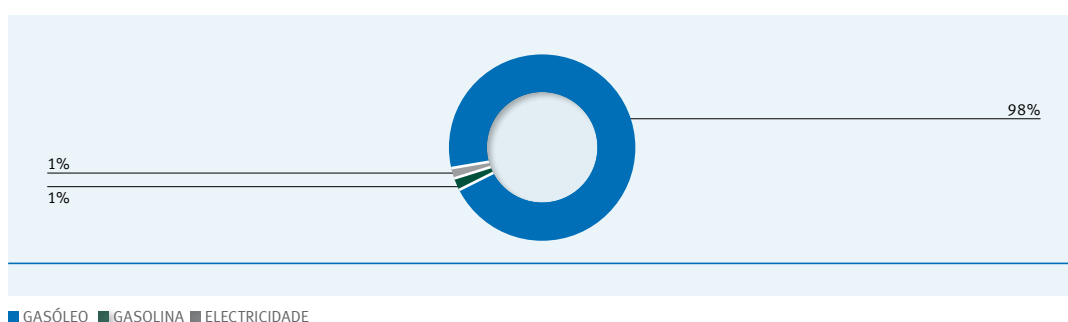
V. Emissões, Efluentes, Resíduos

A actividade da SUMA que origina maiores impactes ambientais a nível das emissões gasosas – sendo o CO₂ a mais relevante – é a recolha e transporte de resíduos.

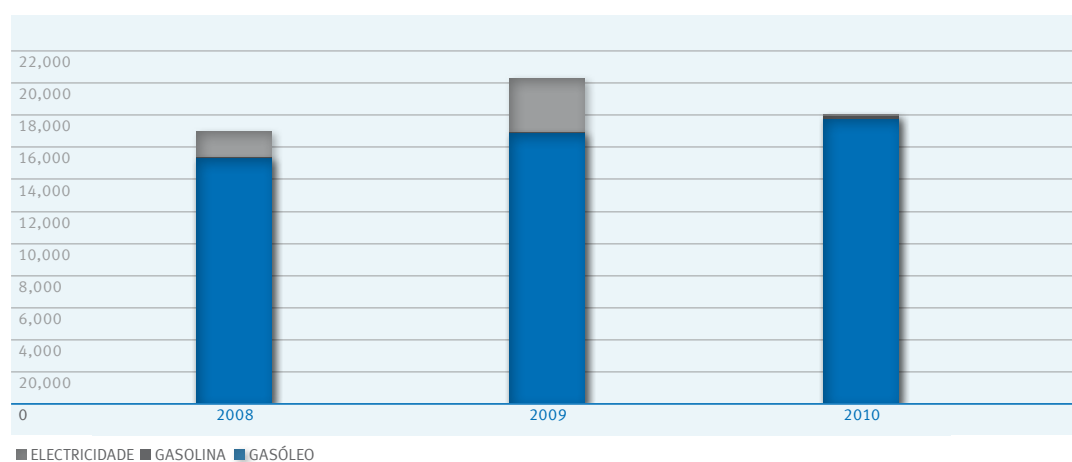
Neste sentido, foram estimadas as emissões de CO₂ correspondentes aos consumos de energia directa e indirecta (relacionados com a produção, deslocações, viagens de serviço dos trabalhadores e transporte de pessoas).

EMISSÕES DIRECTAS E INDIRECTAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) (EN16+EN17)

	Emissões CO ₂ (ton./ano)
Gasóleo	17.745
Gasolina	169
Electricidade	230
Total	18.144



EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES DIRECTAS E INDIRECTAS DE GEE (ton./ano)



O gasóleo é a fonte energética responsável por grande parte (98%) das emissões de CO₂ na SUMA. No entanto, em 2010, registou-se um decréscimo de cerca de 90% no contributo da electricidade para este tipo de emissões pelos motivos já anteriormente enunciados.

É de salientar que a actividade da organização não provoca a emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono.

Também não possui emissões significativas, nomeadamente as regulamentadas por licenças ambientais.

No que concerne aos efluentes resultantes da actividade da SUMA, estes são, em todos os casos, descarregados em colectores municipais de águas residuais, tendo o seu volume ascendido aos 51 mil m³ durante o ano de 2010, representando uma diminuição de 7% face a 2009. Internamente é efectuado pré-tratamento que consiste em decantação e remoção de hidrocarbonetos. (EN21)

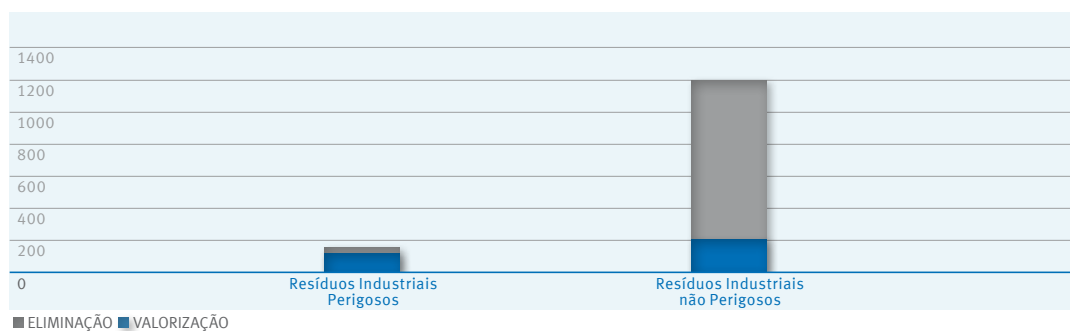
As medidas de gestão dos efluentes líquidos produzidos incluem o tratamento prévio à descarga de águas residuais das lavagens das viaturas e a monitorização regular daqueles sistemas de tratamento instalados através de análises laboratoriais em laboratório acreditado.

Na actividade de aplicação de herbicidas, a SUMA recorre apenas a produtos aprovados pelo Ministério da Agricultura, seguindo as instruções recomendadas, que, para além de otimizar as quantidades utilizadas, minimizam os impactes negativos decorrentes desta actividade. É de salientar que é evitado o recurso maciço a estes produtos e, para tal, a SUMA adopta uma atitude preventiva, promovendo o corte mecânico e a aplicação localizada.

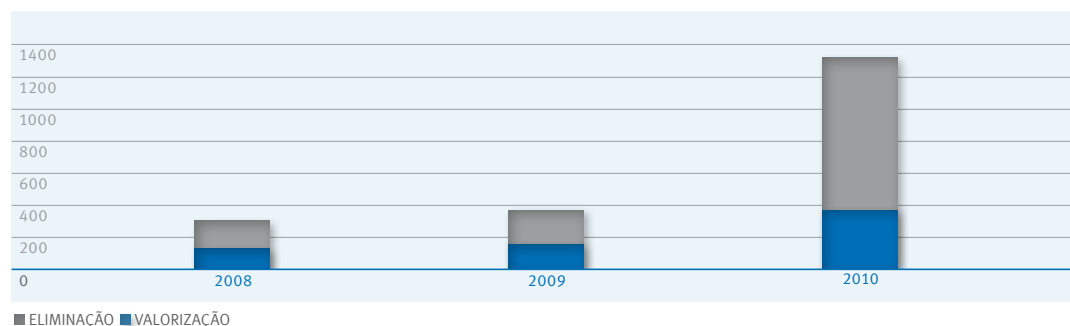
Quanto a resíduos produzidos no decorrer da actividade da SUMA, estes são, na sua maioria, resíduos industriais não-perigosos, como óleos, pneus, metais ferrosos e lamas e misturas de resíduos provenientes de desarenadores e de separadores óleo/água.

QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS POR TIPO E MÉTODO DE TRATAMENTO (EN22)	Ton./ano	%
Total Resíduos Industriais Perigosos	154,6	11,7%
Valorização	112,3	
Eliminação	42,3	
Total Resíduos Industriais Não Perigosos	1166,6	88,3%
Valorização	199,7	
Eliminação	966,9	

No que respeita aos resíduos produzidos em 2010, a SUMA viu aumentar substancialmente a quantidade de resíduos resultantes da sua actividade, embora tenha havido uma diminuição da quantidade de resíduos perigosos.



EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO EFECTUADO AOS RESÍDUOS (Eliminação/Valorização)



Em termos do destino dado a estes resíduos, pode-se concluir que a percentagem de resíduos destinados à eliminação foi de 76%, representando um aumento significativo face ao ano anterior (49%).

Não existiram episódios de derrames significativos na organização durante o ano de 2010. (EN23)

VI. Produtos e Serviços

Desde o planeamento e desenvolvimento das suas acções que a SUMA tem presentes preocupações de cariz ambiental e social, conforme descrito anteriormente, que visam a minimização dos impactes associados à sua actividade. (EN26)

VII. Conformidade

Em 2010, não foram registadas na SUMA multas por incumprimento de requisitos legais ambientais.

VIII. Transporte

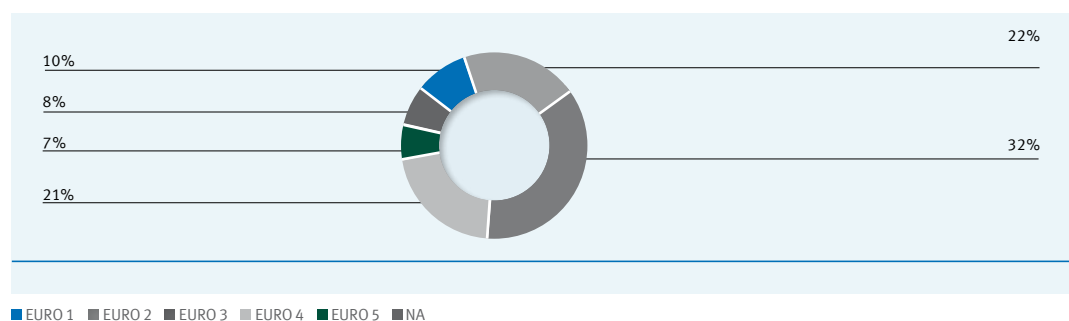
No que se refere ao transporte de bens e produtos utilizados na actividade da SUMA, o gráfico seguinte apresenta-nos a classificação destes veículos, consoante a sua classe de emissões, segundo o Padrão Europeu de Emissões, que disciplina as emissões de veículos comercializados na União Europeia. Refira-se a introdução, em 2010, de uma nova classe de emissões: Euro 5.

CLASSES DE EMISSÕES	N.º EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS			
	RSU	RSI	RMM	TOTAL
Euro 1	27	3	0	30
Euro 2	63	0	7	70
Euro 3	59	35	4	98
Euro 4	48	11	6	65
Euro 5	10	3	8	21
NA	5	6	14	25

LEGENDA:

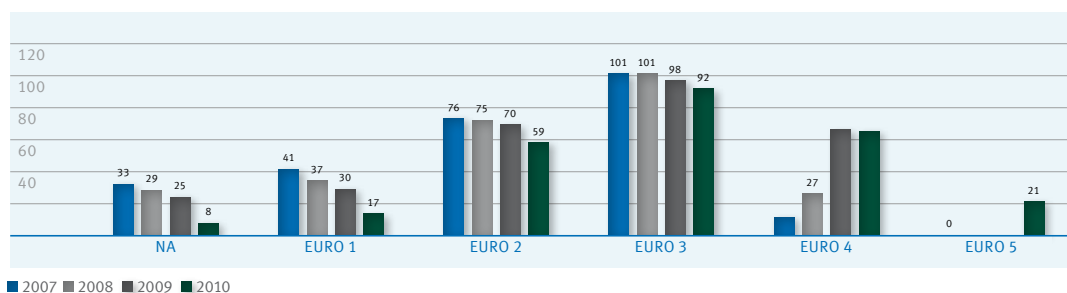
Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	RSU
Recolha Selectiva de Resíduos Industriais	RSI
Recolha de Monos e Monstros	RMM

TRANSPORTE (RSU, RSI, RMM) – CLASSE DE EMISSÕES (2010)



Cerca de 54% dos veículos da SUMA encontram-se integrados nas classificações Euro 2 e 3.

FROTA SUMA 2007 - 2010



Em termos evolutivos, destaca-se a clara aposta da SUMA em veículos com a classificação Euro 5, verificando-se uma diminuição das demais classificações – esta diminuição foi particularmente expressiva nas classificações Euro 1 e Euro 2.

5.2 DESEMPENHO SOCIAL

5.2.1 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA

1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

INTRODUÇÃO

A Gestão de Recursos Humanos na Mota-Engil Engenharia procura reflectir a estratégia e a política de recursos humanos do Grupo, adoptada a nível corporativo, adaptando-a à sua realidade e ao sector de actividade em que se insere.

No plano estratégico, a Mota-Engil Engenharia reconhece os recursos humanos como um factor crítico de sucesso para o alcance dos objectivos definidos e o seu mais valioso activo ao serviço da competitividade e da criação de valor duradouro.

A política de recursos humanos da Mota-Engil Engenharia tem como principal responsável o membro do Conselho de Administração titular do pelouro, suportando-se na sua Direcção de Recursos Humanos, bem como na Direcção Corporativa de Recursos Humanos e na Mota-Engil Serviços Partilhados a que está cometido um conjunto de funções de suporte.

No âmbito das práticas de Gestão de Recursos Humanos, destacam-se como principais iniciativas:

- Atrair e reter de forma integrada os melhores recursos, assegurando a eficaz integração e adaptação à cultura e valores da empresa;
- Desenvolver competências que acrescentem valor ao negócio, através de uma permanente procura do conhecimento e das melhores práticas;
- Gerir o desempenho, estimulando e premiando os comportamentos que garantem o atingir de objectivos alinhados com a estratégia do negócio.

Decorrente do projecto One, prevê-se uma implementação progressiva das diversas políticas corporativas na Empresa até 2013, destacando-se em 2010 a implementação do Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho.

Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho

O Roll-Out do Modelo Corporativo de Funções e Competências envolveu a totalidade das Direcções da Mota-Engil Engenharia em Portugal, com colaboradores com uma função enquadrada no Modelo Corporativo de Funções e Competências. Com esta implementação, que se revestiu de carácter estratégico para a Empresa, foi possível alcançar, como principais finalidades:

- Promover a partilha e alinhamento dos objectivos estratégicos da Empresa com a *performance* das equipas e colaboradores;
- Reforçar uma cultura de meritocracia, através do foco nos resultados-chave e na diferenciação dos desempenhos;
- Implementar um processo de gestão de desempenho baseado em critérios transparentes, claros e objectivos;
- Incentivar o desenvolvimento de competências de excelência alinhadas com as necessidades e cultura da Empresa;
- Estimular a melhoria contínua, por via de um acompanhamento permanente das metas e comportamentos-chave a evidenciar.

As questões relativas a esta área em matéria de formação e consciencialização dos colaboradores no domínio dos recursos humanos encontram exemplificativa expressão nas iniciativas descritas noutro capítulo deste Relatório.

Relativamente à monitorização, adopção de medidas preventivas e correctivas, auditoria e verificação em matéria de recursos humanos, encontram-se expressas, no que toca às questões relacionadas com a higiene e segurança no trabalho, no sistema de gestão destas matérias, certificado de acordo com o referencial normativo OHSAS 18001:2007.

Protecção Social

Em matéria de protecção social, a Mota-Engil Engenharia efectua contribuições obrigatórias para o regime geral da Segurança Social portuguesa, as quais ascenderam a € 12 955 203 em 2010. (EC3)

1.1 PRÁTICAS LABORAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO

Emprego

Em 31 de Dezembro de 2010 o número de trabalhadores na Mota-Engil Engenharia ascendia a 3 028, face a 3 478 na mesma data do ano anterior, representando uma redução no emprego de cerca 13%. Refira-se que, apesar do ciclo recessivo que o sector vem enfrentando há alguns anos, esta foi a primeira queda de emprego registada na Mota-Engil Engenharia nos últimos cinco anos.

O número de trabalhadores por Grupo Profissional, Género e Faixa Etária encontra-se estruturado da seguinte forma:

N.º TRABALHADORES POR GRUPO PROFISSIONAL, GÉNERO E FAIXA ETÁRIA (LA13)										
	<30 ANOS		30 A 50 ANOS		> 50 ANOS		TOTAL MASC.	TOTAL FEMIN.	TOTAL GERAL 2010	TOTAL GERAL 2009
Grupo Profissional	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.				
Dirigentes	0	0	4	0	7	0	11	0	11	11
Praticantes/aprendizes	16	5	5	1	0	0	21	6	27	65
Profissionais altamente qualificados e qualificados	158	11	962	81	441	13	1.561	105	1.666	1.905
Profissionais não qualificados	44	1	81	2	31	1	156	4	160	266
Profissionais semiquualificados	24	2	23	7	15	6	62	15	77	76
Quadros intermédios (inc. contra mestres e chefes de equipa)	3	0	221	1	159	0	383	1	384	440
Quadros médios	9	2	110	12	56	1	175	15	190	200
Quadros superiores	77	30	252	86	65	3	394	119	513	515
Total por Género	331	51	1.658	190	774	24	2.763	265	3.028	3.478

O quadro anterior reflecte a predominância de trabalhadores do sexo masculino na Mota-Engil Engenharia – cerca de 91% do total de efectivos – situação resultante das características específicas do sector da Construção Civil.

O grupo profissional que integra o maior número de trabalhadores é o grupo dos Profissionais altamente qualificados e qualificados, representando 55% do total de efectivos.

No que respeita à distribuição em termos de género, é também no grupo dos Profissionais altamente qualificados e qualificados que se encontra o maior número de trabalhadores do sexo masculino. Quanto ao sexo feminino, é também mais expressivo neste grupo e nos Quadros superiores, representando o somatório destes dois grupos 84,5% do total de efectivos do sexo feminino.

Convém ainda referir que, em 2010, cerca de 61% dos efectivos da Mota-Engil Engenharia se encontrava na faixa etária entre os 30 e os 50 anos, 26% tinham idade superior a 50 anos e os restantes 13% tinham menos de 30 anos de idade.

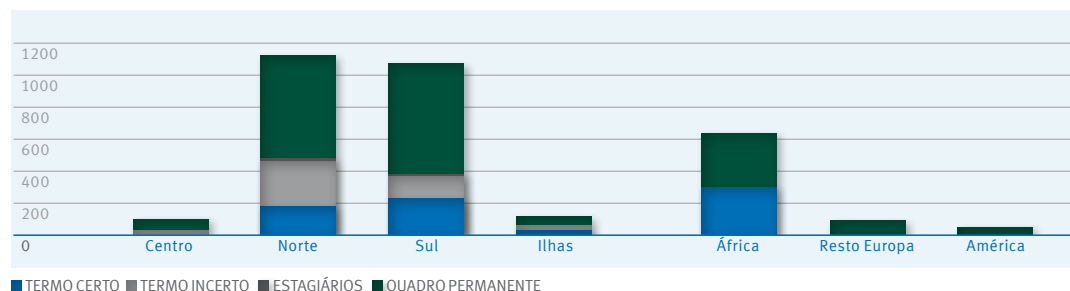
Em termos de estrutura dos recursos, foi no grupo profissional dos Praticantes/aprendizes que se registou a maior diminuição de efectivos (58,5%) face a 2009.

No quadro abaixo pode ser analisada a estrutura dos recursos por tipo de contrato e região.

Em 2010, pertenciam ao Quadro Permanente 60% dos efectivos laborais, enquanto os trabalhadores contratados a termo representavam 39%.

N.º DE TRABALHADORES POR TIPO DE CONTRATO E REGIÃO (LA1)

	PORTUGAL				ESTRANGEIRO			TOTAL
	Norte	Centro	Sul	Ilhas	África	Resto Europa	América	
Quadro Permanente	664	47	712	32	327	31	16	1829
Termo Certo	174	7	214	18	314	0	3	730
Termo Incerto	278	16	151	13	1	1	0	460
Estagiários	6	0	3	0	0	0	0	9

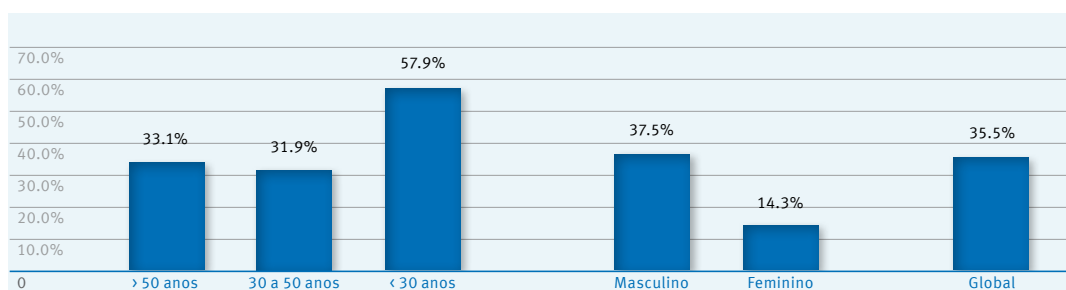


Verifica-se que é em Portugal que se encontra a maioria (77%) dos trabalhadores da Mota-Engil Engenharia, sendo que 48% destes se encontram na região Norte, dos quais 59% pertencem ao Quadro Permanente.

A nível internacional, é em África que se encontra o maior número de trabalhadores (92,6%), o que se deve ao crescimento do peso destes mercados. Face a 2009, foi no Resto da Europa que a diminuição de efectivos foi mais expressiva (68%).

No gráfico abaixo, encontra-se reflectida a taxa de rotatividade verificada em 2010 na Mota-Engil Engenharia.

TAXA DE ROTATIVIDADE POR GÉNERO E FAIXA ETÁRIA (LA2)



A taxa de rotatividade global da Mota-Engil Engenharia, registada em 2010, considera-se ainda elevada (35,5%), como acontece na generalidade do sector, apesar de ter registado uma diminuição de dois pontos percentuais face a 2009.

Verifica-se igualmente que, na Mota-Engil, tal como na economia em geral, a taxa de rotatividade feminina é inferior à masculina e é superior em escalões etários mais baixos (<30 anos).

Benefícios

A Mota-Engil Engenharia assegura aos seus trabalhadores um conjunto de benefícios, de que se destacam:

- Seguro de Acidentes Pessoais a quadros médios e superiores, da estrutura técnica/administrativa e chefias de produção, bem como um Seguro de Saúde a um número mais restrito de trabalhadores;
- Complementos de subsídio de doença e acidentes de trabalho aos colaboradores do quadro permanente até ao limite de 30 dias/ano, para períodos de incapacidade temporária para o trabalho superiores a oito dias, sendo que, em situações excepcionais de doença grave, o período de concessão tem sido alargado;
- Realização da Festa de Natal;
- Distribuição de Prémios de Antiguidade;
- Atribuição de Prémios de Segurança aos responsáveis de Obras e Centros Autónomos (Agregados/Pedreiras);
- Disponibilização de veículos pesados de transporte de colaboradores;
- Protocolo com o Banco Espírito Santo, permitindo aos colaboradores da Mota-Engil Engenharia usufruírem de condições mais vantajosas no crédito à habitação;
- Protocolo com vários ginásios e *Spas* no sentido de permitir aos seus colaboradores condições mais vantajosas de acesso, isenção de pagamento de inscrição e usufruto das instalações em qualquer parte do país;
- Condições especiais na utilização dos serviços da Casa da Calçada, em Amarante;
- Atribuição de cartões “Amigo de Serralves” aos seus colaboradores, no âmbito do protocolo celebrado com a Fundação de Serralves, para além de outros benefícios associados;
- Atribuição de bilhetes da Casa da Música aos seus colaboradores;
- Aquisição de medicamentos com desconto, no âmbito de um protocolo estabelecido com uma Farmácia.

1.2. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na Mota-Engil Engenharia são reguladas pelo Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) para o sector de construção civil e obras públicas e, supletivamente, pela lei geral. São estes dois instrumentos que fixam os períodos de pré-aviso a observar no caso de qualquer mudança organizacional com impacte nas relações de trabalho.

A totalidade dos trabalhadores está abrangida por este instrumento de regulamentação colectiva do trabalho, ascendendo a taxa de sindicalização a 12,5% num sector onde estes índices se apresentam como tradicionalmente baixos. (LA4)

Não existe na organização qualquer comissão de trabalhadores constituída.

1.3. SEGURANÇA OCUPACIONAL E MEDICINA NO TRABALHO

1.3.1 Segurança Ocupacional

A Segurança Ocupacional constitui matéria de abordagem e preocupação prioritárias no âmbito da actividade da Mota-Engil Engenharia, num sector tradicionalmente associado a níveis assinaláveis de sinistralidade laboral, apesar dos significativos progressos obtidos nos últimos anos.

A empresa dispõe de um Sistema de Gestão da Segurança e Medicina no Trabalho implementado e certificado de acordo com o referencial NP EN 4397 / OHSAS 18001:2007.

A política de Segurança Ocupacional pretende garantir o permanente conhecimento e cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis à organização e suas actividades, bem como das orientações

internas do Grupo. Pretende-se a promoção de uma cultura comportamental responsável quanto à segurança e saúde no trabalho e prevenção dos riscos no exercício da actividade. Esta política assenta na definição de metodologias, elaboração de documentos e instrumentos de planeamento que integram os requisitos aplicáveis que são difundidos pela organização.

São identificadas as necessidades e promovidas acções de desenvolvimento das competências dos colaboradores através de programas de formação contínua e participação em eventos subordinados, assim como acções de informação e sensibilização.

Outro dos vectores de actuação passa pelo planeamento e realização de auditorias técnicas de segurança e visitas de inspecção que visam a avaliação da conformidade, definição de acções correctivas e identificação de acções no sentido da melhoria contínua do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho.

Modelo organizativo

O Núcleo Gestão de Segurança, inserido na Direcção da Qualidade, Ambiente e Segurança, está estruturado da seguinte forma:

- Responsável pelo Núcleo de Gestão de Segurança;
- Técnicos NGS alocados nos escritórios (quatro nos escritórios de Lisboa e três nos escritórios do Porto) têm como principais funções o desenvolvimento de métodos e técnicas – análise e elaboração de documentos e instrumentos de prevenção, identificação, apoio à implementação e avaliação do cumprimento de requisitos – visitas de inspecção e acompanhamento e auditorias técnicas de segurança, análise de programas de concurso e preparação de elementos (no âmbito da SST) para integração na resposta comercial a concursos, assegurar o sistema de gestão de segurança e saúde;
- Técnicos NGS de apoio local (28 técnicos de apoio a obras e outras áreas) têm como principais funções a implementação do sistema em obra, realização de auditorias técnicas de segurança, visitas de inspecção, elaboração de documentos e instrumentos de prevenção.

As principais atribuições do Núcleo de Segurança centram-se na análise detalhada dos projectos a executar, com vista à recomendação de medidas de prevenção integrada e de forma a introduzir no modo de execução das empreitadas as acções conducentes à máxima segurança do pessoal e equipamentos, avaliando e minimizando os riscos inerentes à execução da obra.

Este Núcleo desenvolve ainda actividades de consultadoria e formação, possuindo, para o efeito, os suportes formativos adequados às acções a empreender.

No que concerne às Comissões de Segurança – as comissões de segurança são estruturas independentes compostas por representantes dos principais níveis hierárquicos com relevância na problemática da segurança e saúde no trabalho, estas obedecem à seguinte tipologia:

- Comissão Geral de Segurança – um órgão consultivo e informativo do Conselho de Administração, sendo fórum privilegiado para a reflexão e criação de uma cultura de segurança na empresa. Cabe-lhe fundamentalmente a missão de promoção, harmonização e dinamização de acções no âmbito da prevenção de riscos profissionais, competindo-lhe ainda propor políticas, objectivos e orientações no sentido de concretizar os objectivos determinados pelo Conselho de Administração;
- Comissões de Segurança de Obra – têm como âmbito de actuação a implementação da política e directivas da empresa nas respectivas obras, de acordo com uma metodologia de funcionamento estabelecida em regulamento específico. Estas Comissões não devem limitar-se ao cumprimento dos requisitos legais, devendo também ser o fórum apropriado para planear a segurança do trabalho no estaleiro, verificar a adequação do Plano de Segurança e Saúde à obra e analisar os níveis de prevenção ou protecção implementados;
- Comissões de Segurança de Centro de Exploração – as comissões de segurança de centro de exploração têm os mesmos objectivos das comissões de segurança de obra, mas com âmbito de actuação ao nível da própria unidade de exploração.

Formação, sensibilização e comunicação

Aquando da entrada dos trabalhadores em obra são ministradas acções de acolhimento no âmbito da segurança, higiene e saúde do trabalho e formações específicas aos trabalhadores referentes aos trabalhos que estes vão desempenhar em obra. Em 2010, estas acções perfizeram um total de 3.126 horas.

Com um total de 2 324 horas, estão contempladas as formações externas, que englobam a actualização científica e técnica, participações em eventos subordinados ao tema e validação de competências.

As questões da segurança são acompanhadas da realização de um conjunto de acções de que se salientam:

- Acções de acolhimento – normalmente de curta duração (cerca de trinta minutos), dirigidas a todos os trabalhadores que integrem o estaleiro e que abordam regras gerais de segurança aplicáveis à generalidade dos empreendimentos, bem como regras específicas para o estaleiro em causa;
- Acções de sensibilização – também de curta duração e que se destinam a alertar, genericamente, os diferentes grupos de trabalho para os riscos de uma nova actividade (por ex: imediatamente antes do início de uma escavação);
- Acções de formação específicas – com duração adequada ao tema a tratar, destinadas a pequenos grupos, versando actividades de risco, processos de trabalho inovadores ou pouco conhecidos da parte dos recursos humanos envolvidos, novos equipamentos, condições particulares do local ou envolvente, entre outras;
- Acções de formação de especialização – dirigidas a grupos específicos e destinadas a capacitar trabalhadores em actividades definidas (por ex.: curso de primeiros socorros, formação de grúistas, formação de operadores de substâncias explosivas);
- Acções de formação em geral – inclusão sistemática de um módulo de saúde e segurança laboral;
- Participação dos trabalhadores em comissões de segurança e acções de divulgação, nomeadamente através da afixação de cartazes, divulgação de pequenas brochuras e distribuição a todos os trabalhadores do “Manual de Normas Básicas de Segurança e Ambiente”.

Lei geral e instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho

As matérias de segurança ocupacional são enquadradas por vários diplomas legais, designadamente o Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro, e a Lei nº 99/2004, de 27 de Agosto.

Para além destes diplomas de carácter genérico, existe ainda um diploma específico para o sector da construção (Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro) e um outro para as Centrais de Agregados/Pedreiras (Decreto-Lei nº 324/95, de 29 de Outubro) e regulamentação conexas.

Ao nível da contratação colectiva, avulta o Contrato Colectivo de Trabalho para a Indústria da Construção Civil e Obras Públicas. Este instrumento fixa um conjunto de regras em matéria de organização dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho e obrigações do empregador, obrigações gerais dos trabalhadores, medidas de segurança e protecção, representação dos trabalhadores e controlo de alcoolemia.

É ainda de referir que se mantém a colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte, tendo esta entidade efectuado acções de informação/sensibilização para as matérias de segurança e saúde no trabalho nos estaleiros mais representativos da empresa em território nacional.

Indicadores de segurança ocupacional

No ano de 2010 realizaram-se 773 reuniões de comissão de segurança com uma média de seis trabalhadores. Foram concretizados 670 reuniões de Comissões de Segurança em obra, perfazendo uma média de seis participantes por reunião, realizadas pelos diversos centros de custo.

A Comissão de Segurança dos Agregados reuniu por cinco vezes, com uma média de oito participantes (a estas reuniões acrescem as 62 reuniões periódicas de segurança realizadas nos

16 Centros de Produção de Agregados, contando em média com dez participantes). Na Direcção das Fundações e Geotecnia foram efectuadas dez reuniões com uma média de sete trabalhadores por reunião. Nas Direcções de equipamentos foram efectuadas seis reuniões com uma média de dez trabalhadores por reunião. Na Electromecânica e nas Rochas Ornamentais realizaram-se seis reuniões em cada direcção com uma média de seis trabalhadores por reunião. No Laboratório Central foram efectuadas quatro reuniões com uma média de cinco participantes.

1.3.2 Medicina no trabalho

No âmbito da medicina no trabalho e nos termos da lei, todos os colaboradores estão obrigados à realização de exames médicos para aferir a aptidão física e psíquica no exercício da sua actividade. Neste sentido, são assegurados exames médicos que se encontram tipificados em exames de admissão, periódicos e ocasionais. Estes últimos são efectuados sempre que ocorram ausências superiores a 30 dias causados por doença ou acidente que tenham repercussão na saúde do trabalhador.

Os serviços da medicina no trabalho estão disponíveis em todos os locais de operação da Mota-Engil Engenharia.

Complementarmente, a Mota-Engil Engenharia disponibiliza, nos escritórios do Porto e de Linda-a-Velha, um Serviço de Medicina Curativa, com a presença semanal de um médico. A actividade deste médico está inserida num protocolo com as Administrações Regionais de Saúde do Porto e de Lisboa, o que permite a utilização de receituário e requisições de meios auxiliares de diagnóstico no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

São de destacar as seguintes actividades desenvolvidas neste âmbito:

- Realização de diagnóstico preventivo;
- Vacinação anti gripe;
- Realização de campanha de dádiva de sangue.

Semestralmente, são realizadas, por entidade externa acreditada, avaliações de exposição ocupacional nas áreas de escritórios do Porto e de Linda-a-Velha, sendo analisados os seguintes parâmetros: partículas em suspensão, dióxido de carbono, monóxido de carbono, temperatura e humidade relativa, ruído, iluminação, campos electromagnéticos e microrganismos em suspensão no ar.

Em matéria de controlo de alcoolemia e de modo a prevenir acidentes/incidentes que tenham como origem o consumo de álcool durante o horário de trabalho, a Mota-Engil Engenharia dispõe de procedimento específico para prevenção e controlo do alcoolismo, aplicável a todos os trabalhadores da Mota-Engil Engenharia e de entidades subcontratadas.

No capítulo da prevenção e resposta a emergências, encontram-se definidas as metodologias que permitem responder a situações de emergência, mediante a implementação de planos de emergência no âmbito da segurança ocupacional e medicina no trabalho. É ainda promovida a medicina preventiva relativamente à constatação de doenças profissionais, através de visitas periódicas dos médicos aos locais de trabalho, visando o levantamento dos riscos para a saúde dos trabalhadores e posterior implementação das acções preventivas e/ou correctivas.

No que toca a doenças ocupacionais, não se registou nenhum caso a reportar, inserindo-se a sua prevenção nos princípios supra-enunciados. Em Julho de 2010 registou-se um acidente grave de trabalho do qual resultou a morte de um trabalhador da Mota-Engil Engenharia.

Ainda neste âmbito, no que concerne a programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco para os colaboradores, a Mota-Engil Engenharia desenvolveu um Plano de Aconselhamento Específico para Expatriados. Qualquer expatriado, antes de partir, é aconselhado a fazer a “Consulta do Viajante”, no Centro de Saúde respectivo, sendo habitualmente sensibilizado para prevenir e tratar as doenças específicas dos locais de destino (como por exemplo, malária, profilaxia, etc.). (LA8)

Apresentam-se de seguida os rácios relativos à Segurança e Saúde no Trabalho da Mota-Engil Engenharia, calculados de acordo com as orientações GRI.

RÁCIOS DE ACIDENTES, DIAS PERDIDOS, ABSENTISMO RELACIONADOS COM O TRABALHO (LA7)

	AGREGADOS	BETÕES	PRODUÇÃO	ELECTROMEC.	EQUIPA- MENTOS	FUNDAÇÕES E GEOTECNIA	IMOBILI- ÁRIA	LABORAT. CENTRAL	ROCHAS ORNAMENT.	ESTRUTURA ADMINISTR.
Nº Total Trabalhadores	183	70	1.894	63	195	152	19	28	22	402
Taxa Lesões	4,60	4,98	4,87	9,35	10,32	7,14	0,00	0,00	15,05	0,27
Taxa Dias Perdidos	54,37	111,14	695,35	0,00	215,75	380,07	0,00	0,00	252,01	0,00
Taxa Absentismo	707,13	4271,00	665,03	516,57	125,66	750,90	110,80	397,87	686,96	564,98
Índice de Frequência	22,98	24,88	24,33	46,77	51,58	35,72	0,00	0,00	75,23	1,34
Índice de Gravidade	0,27	0,55	3,48	0,00	0,92	1,90	0,00	0,00	1,25	0,00

1.4. FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

O plano de formação dos colaboradores da Mota-Engil Engenharia pretende reflectir as necessidades diagnosticadas junto de cada área de negócio e adopta as seguintes linhas de orientação:

Formação Técnica

Promover formação específica que garanta o reforço e alargamento da base de conhecimentos e valências técnicas e de gestão de todos os quadros, designadamente daquelas que se apresentam como mais críticas à prossecução dos objectivos da empresa nas suas diversas áreas.

Formação Comportamental

Dinamização de projectos de formação contínua na área comportamental, nomeadamente ao nível da liderança, gestão da mudança, espírito de equipa e comunicação, permitindo aos diferentes níveis da organização a melhoria de comportamentos e atitudes e o reforço das competências de gestão de equipas e de orientação para os resultados.

Prevenção e Segurança

Desenvolvimento de um conjunto articulado de acções, quer de sensibilização quer de qualificação, abrangendo um conjunto alargado de colaboradores, a diferentes níveis, que reforce e alargue os conhecimentos desta matéria, no sentido de garantir o permanente cumprimento dos requisitos legais e consolidar os padrões de excelência até hoje alcançados.

Informática

Alargamento e consolidação das competências dos utilizadores das diferentes aplicações informáticas da empresa, designadamente do SAP, nos seus diversos domínios de utilização, de forma a melhorar os fluxos e consolidar a informação de gestão e otimizar o ciclo de produção dessa informação.

Conhecimento e Inovação

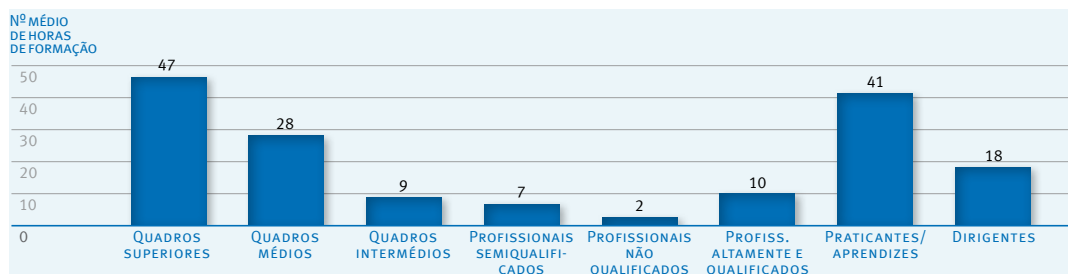
Desenvolvimento de acções de formação/sensibilização que promovam uma atitude de vigilância e gestão dos conhecimentos da empresa e externos, assim como um ambiente aberto à criatividade e à mudança, para identificação e desenvolvimento de ideias inovadoras.

Em 2010, o total de horas de formação ministrada aos colaboradores da Mota-Engil Engenharia atingiu as 51 797 horas, o que corresponde a uma média de 17 horas de formação por trabalhador - mais três horas do que em 2009.

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO POR GRUPO PROFISSIONAL (LA10)

GRUPO PROFISSIONAL	nº horas formação	nº médio horas form./ colaborador
Dirigentes	195	18
Praticantes/aprendizes	1.117	41
Profissionais altamente qualificados e qualificados	17.008	10
Profissionais não qualificados	274	2
Profissionais semiqualeificados	507	7
Quadros intermédios (inc. contra mestres e chefes de equipa)	3.525	9
Quadros médios	5.240	28
Quadros superiores	23.930	47
Total	51.797	17

NÚMERO MÉDIO DE HORAS DE FORMAÇÃO POR GRUPO PROFISSIONAL



Como reflectem os gráficos anteriores, foi no grupo dos Quadros Superiores que se registou o maior número médio de horas de formação por colaborador (47 horas) e, em contrapartida, foram os Profissionais não qualificados os que tiveram em média menos horas de formação – duas horas em média por colaborador.

1.5 DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A Mota-Engil Engenharia pratica uma rigorosa política de igualdade de oportunidades, integrando nas suas fileiras homens e mulheres de várias nacionalidades e etnias.

Essa política é extensiva a todos os aspectos da vida laboral e envolve uma atitude de tratamento igualitário e de não-discriminação em matérias como o recrutamento e selecção de recursos humanos, política salarial, progressão na carreira e todos os demais aspectos atinentes à relação de trabalho.

Atenta a natureza das actividades desenvolvidas pela empresa, existe, contudo, um claro predomínio de trabalhadores do sexo masculino, com excepção dos quadros superiores, onde se esbate essa diferença.

Em relação à política remuneratória e tendo em conta a escassa representatividade de trabalhadoras do sexo feminino em alguns grupos profissionais, constata-se não existirem diferenças significativas entre os níveis salariais praticados entre homens e mulheres.

5.2.2 AMBIENTE E SERVIÇOS

SUMA, SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, SA

1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Introdução

A Gestão de Recursos Humanos na SUMA tem como responsável máximo o vice-presidente do Conselho de Administração.

A estratégia de recursos humanos definida incorpora um conjunto de compromissos cuja base agrega os compromissos enunciados na Estratégia e na Política de Gestão da Organização e no conjunto de *inputs* recolhidos juntos dos *stakeholders*. Esta estratégia é operacionalizada numa perspectiva de melhoria contínua e de resposta às necessidades definidas. A estratégia de recursos humanos, no ano de 2010, foi orientada para o aumento no investimento na qualificação dos colaboradores, em que destacamos as 2 858 presenças em acções de formação com temática em Higiene e Saúde no Trabalho (HST), aprofundamento do Programa de Acolhimento e Reciclagem, na integração das chefias de produção num processo de formação contínua, na apresentação da candidatura ao POPH e no desenvolvimento interno de uma ferramenta informática para suporte ao processo de avaliação de desempenho.

Os projectos corporativos de Recursos Humanos são um elemento enriquecedor da estratégia de RH definida e da ligação corporativa da SUMA à *holding* Mota Engil. Este processo tem contribuído para a aquisição de *best practices* em diversas áreas. Em 2010 iniciou-se a avaliação da integração do

processo de recrutamento e selecção no âmbito corporativo, o que veio a resultar no Modelo Corporativo de Recrutamento e Integração. Este projecto corporativo tem como objectivo capitalizar a diversidade de áreas de negócio do Grupo Mota-Engil e os recursos existentes, com vista à promoção da mobilidade interna e a rotação de quadros e, assim, reforçar a cultura de Grupo.

A envolvimento dos colaboradores e seus representantes nos processos de gestão é uma mais-valia cuja experiência a cada ano confirma. A recolha de testemunhos e *feedback* de todos os colaboradores é desmultiplicada por diversas vias e que incluem, entre outras, a rede de formadores (com contacto directo com os colaboradores por via das acções de formação), reuniões com chefias e com os representantes dos trabalhadores em matéria de higiene e segurança no trabalho (por via das comissões de HST) e consulta bianual aos trabalhadores. Este dados são incorporados na gestão das relações laborais e influenciam directamente as decisões tomadas nesta área, o que se tem repercutido num elevado nível de coesão na força de trabalho.

A política de emprego da SUMA pretende garantir a sustentabilidade dos postos de trabalho e da organização. O investimento realizado no desenvolvimento de recursos humanos e na qualificação profissional pretende garantir resultados operacionais e em paralelo potenciar os níveis de empregabilidade interna e externa dos nossos colaboradores. Esta ambição, crescentemente considerada, é relevante na proporção directa do número de colaboradores com perfil socioeconómico menos diferenciados, pessoas que tendem a ser excluídas do mercado de trabalho.

A política de *fringe benefits* implementada inclui todos os grupos funcionais e resulta do alinhamento entre a conjuntura mercado de trabalho, atracção, retenção dos melhores colaboradores e necessidades de estabilidade da força de trabalho da organização. Os seguros de saúde e de vida são transversais.

A Segurança Ocupacional e Medicina no Trabalho têm como principais objectivos a prevenção de doenças profissionais e a promoção do bem-estar dos colaboradores. O processo interno de gestão deste procedimento garante o cumprimento das obrigações formais estabelecidas (tais como os exames médicos de admissão e periódicos), mas também o incentivo à prevenção de doenças e promoção da saúde, entre outros projectos, como campanhas transversais de rastreio audiométricos e de vacinação.

Permanentemente é veiculada informação relativa aos processos de recursos humanos, quer por via do Portal Interno, Acções de Formação específicas e de apoio contínuo através da prestação de serviços no formato de *helpdesk*, dirigidos a toda a organização.

A incorporação de ferramentas de gestão da qualidade e o cumprimento dos requisitos do Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras têm potenciado a adopção de metodologias de monitorização permanente de processos e objectivos de Recursos Humanos. Base de Dados de Não Conformidades, Base de Dados de Planeamento e Indicadores de Performance são os instrumentos que permanentemente apoiam os processos de decisão.

Protecção social

Em 2010 a SUMA efectuou, em matéria de protecção social, contribuições obrigatórias para a Segurança Social no montante de € 6 810 514 ao abrigo do regime geral (34,75%) (EC3).

Não recebeu qualquer valor a título de subsídios.

1.1 PRÁTICAS LABORAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO

Emprego

O ano de 2010 representou para a SUMA um período de acréscimo de actividade, o que se traduziu num aumento de 13% do seu efectivo laboral. Assim, o número de trabalhadores, em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 2 956, contra 2 612 na mesma data do ano 2009.

Nº TRABALHADORES POR GRUPO PROFISSIONAL, GÉNERO E FAIXA ETÁRIA (LA13)

Grupo Profissional	<30 ANOS		30 A 50 ANOS		> 50 ANOS		TOTAL MASC.	TOTAL FEMIN.	TOTAL GERAL 2010	TOTAL GERAL 2009
	Femin.	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.	Masc.				
Praticantes/aprendizes	1	1	0	0	0	0	1	1	2	3
Profissionais altamente qualificados e qualificados	2	10	8	17	2	2	29	12	41	31
Profissionais não qualificados	116	292	326	857	85	223	1.372	527	1.899	1.787
Profissionais semiquualificados	22	194	25	442	2	126	762	49	811	609
Quadros intermédios (inc. contra mestres e chefes de equipa)	0	0	0	39	0	24	63	0	63	66
Quadros médios	20	18	33	26	0	4	48	53	101	82
Quadros superiores	0	4	9	23	0	3	30	9	39	34
Total por Género	161	519	401	1.404	89	382	2.305	651	2.956	2.612

Como se pode constatar, na SUMA existe uma predominância de trabalhadores do sexo masculino – cerca de 78% do total de efectivos - situação resultante das características específicas do sector.

À semelhança de anos anteriores, o grupo profissional que integra o maior número de trabalhadores é o grupo dos Profissionais não qualificados, representando 64% do total de efectivos.

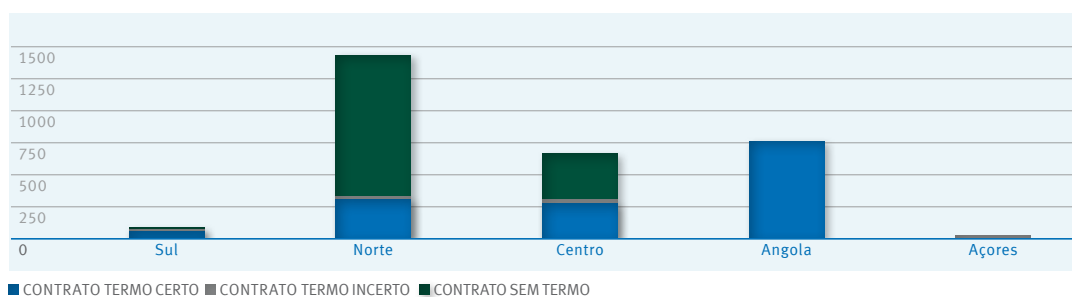
Em termos de género, é também no grupo dos Profissionais não qualificados que se encontra a maior percentagem de trabalhadores do sexo masculino, o mesmo acontecendo para o sexo feminino.

Refira-se ainda que, em 2010, cerca de 61% dos efectivos da SUMA se encontrava na faixa etária entre os 30 e os 50 anos.

No quadro abaixo pode ser analisada a estrutura dos recursos por tipo de contrato e região.

Nº DE TRABALHADORES POR TIPO DE CONTRATO E REGIÃO (LA1)

REGIÃO	CONTRATO TERMO CERTO	CONTRATO TERMO INCERTO	CONTRATO SEM TERMO	TOTAL GERAL
Açores	3	10	2	15
Angola	762	0	0	762
Centro	275	17	377	669
Norte	327	196	939	1462
Sul	37	6	5	48
Total Geral	1404	229	1323	2956

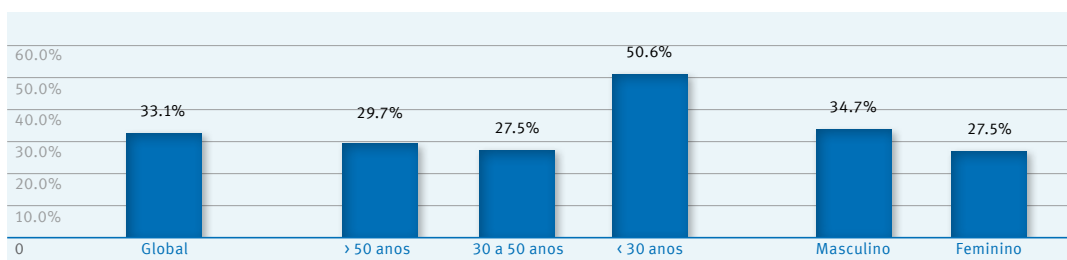


Em 2010, os trabalhadores contratados a termo representavam 55% dos efectivos laborais, valor superior ao registado em 2009.

Como consta no gráfico anterior, é na região Norte que se encontra o maior número de trabalhadores da SUMA (cerca de 50%), seguida de Angola e da região Centro. Refira-se que, em 2010 se registou um acréscimo de 48% no número de trabalhadores contratados em Angola, face a 2009.

Devido ao facto de a actividade da SUMA ter como base contratos limitados no tempo, geralmente efectuados com Câmaras Municipais e/ou Associações de Municípios, as contratações de novos trabalhadores são, em regra, efectuadas através de contratos a termo.

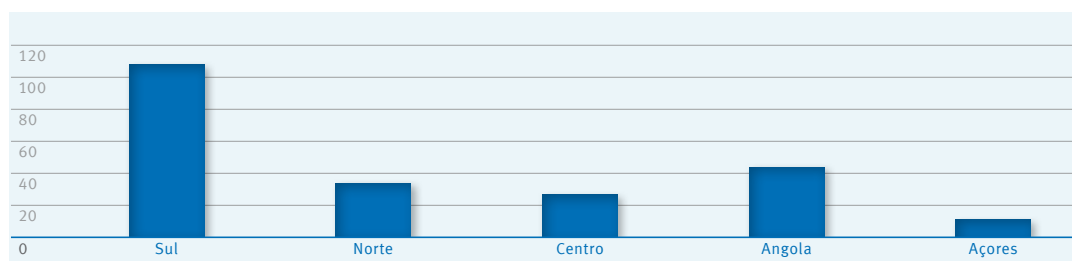
TAXA DE ROTATIVIDADE POR GÉNERO E FAIXA ETÁRIA (LA2)



Dada a natureza da actividade desenvolvida pela SUMA, verifica-se que a rotatividade é elevada nomeadamente em trabalhadores com idade inferior a 30 anos, o que se explica pelo facto de mais facilmente conseguirem emprego noutra tipo de actividade.

Em termos de género, em 2010, a taxa de rotatividade masculina foi superior à feminina.

TAXA DE ROTATIVIDADE POR REGIÃO (LA2)



Em termos de regiões, a taxa de rotatividade continua a ser superior na região Sul, comportamento parcialmente explicado pelo facto de os centros do Algarve estarem sujeitos a uma elevada variabilidade sazonal no número de trabalhadores por causa da limpeza das praias durante o Verão.

Benefícios

A SUMA assegura aos seus trabalhadores um conjunto de benefícios, de que se destacam:

- Distribuição de presentes de Natal aos filhos dos Colaboradores;
- Protocolo de acordo com entidades financeiras, como o Banco Português de Investimento (BPI) e o Millenium BCP, permitindo aos trabalhadores da SUMA usufruírem de condições mais vantajosas no crédito à habitação;
- Protocolo de Acordo com Ginásios e *Spa*, nomeadamente com o Ginásio Holmes Place, com o Clube FIT e com o SPA GES, permitindo aos trabalhadores a obtenção de condições de acesso mais vantajosas, isenção de pagamento de inscrição e usufruto das instalações das entidades visadas em qualquer parte do país;
- Protocolo de acordo com agências de viagens, permitindo aos trabalhadores da SUMA a obtenção de viagens e pacotes turísticos com descontos até 5% e com condições de pagamento idênticas às da organização;
- Atribuição de Seguro de Acidentes Pessoais a todos os colaboradores logo que completem sete meses de trabalho e Seguro de Saúde apenas a colaboradores com antiguidade superior a 36 meses.

1.2 RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na SUMA não são reguladas por qualquer instrumento de regulamentação colectiva do trabalho, vigorando a Lei Geral do Código de Trabalho. Não existe na empresa qualquer comissão de trabalhadores.

A lei geral fixa os períodos de pré-aviso a observar no caso de qualquer mudança organizacional com impacte nas relações de trabalho, mormente em caso de alteração do horário ou do local de trabalho, encerramento de instalações ou outros processos conducentes à alteração ou cessação das relações de trabalho.

1.3 SEGURANÇA OCUPACIONAL E MEDICINA NO TRABALHO

1.3.1 Segurança Ocupacional

De acordo com o quadro normativo vigente, os empregadores são obrigados a organizar Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), de modo a abranger todos os trabalhadores que desempenham funções na organização, incluindo, obviamente, o próprio empregador quando desempenhe, também, actividade.

Os serviços de Segurança e Higiene no Trabalho são internos e geridos pela SUMA com recursos próprios (Técnicos Superiores de SHST), abrangendo todas as pessoas que nela trabalham e em cujas instalações se encontrem. Estes serviços, cujos principais objectivos são a prevenção e redução dos riscos profissionais e a promoção da Segurança, Higiene e Saúde dos trabalhadores, desenvolvem as seguintes actividades:

- Conhecer a legislação de SHST e assegurar o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à organização;
- Identificar os perigos, avaliar os riscos e definir acções de prevenção e controlo dos riscos identificados;
- Informar e formar os trabalhadores sobre os riscos identificados e respectivas medidas de prevenção e controlo;
- Aplicar e fazer cumprir a política, os programas e procedimentos definidos pela organização, relacionados com a Higiene e Segurança;
- Promover, em conjunto com os estabelecimentos da organização, a elaboração de Planos de Emergência e a realização periódica dos respectivos simulacros;
- Realizar a análise de todos os incidentes e definir as respectivas acções correctivas;
- Recolher e organizar os elementos estatísticos relativos à segurança dos trabalhadores, de forma a possibilitar a obtenção de conclusões que permitam a respectiva prevenção e organização, de modo a efectuar-se um estudo dos potenciais riscos profissionais;
- Suspender a execução de qualquer trabalho em caso de risco iminente para a integridade e saúde dos trabalhadores;
- Informar a Administração de todas e quaisquer situações que coloquem em risco a integridade ou a saúde dos trabalhadores;

- Acatar as recomendações das autoridades/entidades competentes no âmbito da SHST;
- Providenciar os meios de prevenção e de protecção colectiva e individual, definidos como obrigatórios ou necessários;
- Fazer respeitar a sinalização e instruções de segurança e emergência;
- Elaborar e enviar, anualmente, o relatório de actividades de cada estabelecimento da SUMA para as autoridades/entidades competentes no âmbito da SHST;
- Participar nas reuniões das várias Comissões Locais de SHST.

Das acções desenvolvidas em 2010, destacam-se as seguintes:

- Foram definidas e implementadas as medidas necessárias ao cumprimento do novo regime jurídico da Segurança contra Incêndios em Edifícios;
- Foram revistas as metodologias de constituição e funcionamento das Comissões Locais de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (CL-SHST), nos vários Centros de Serviços e na Sede da Organização. A CL-SHST é uma Comissão existente nos vários Centros de Serviços e na Sede, para promover o levantamento e análise/avaliação dos assuntos relacionados com Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, de modo a que se obtenham melhorias relacionadas com as condições de trabalho;
- Efectuou-se a revisão das metodologias de Consulta aos Trabalhadores, para garantir que todos os Trabalhadores são envolvidos nos assuntos que possam afectar a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. A participação dos trabalhadores é uma componente fundamental do sucesso da organização. Esta participação faz parte de uma estratégia que permite valorizar os conhecimentos e a experiência dos trabalhadores, estimular a motivação e favorecer a mudança interna, no sentido da melhoria contínua da organização.

1.3.2 Medicina no trabalho

Os serviços de medicina no trabalho na SUMA são externos e prestados por empresa prestadora de serviços de SHST. A vigilância da saúde, tendo como objectivos fundamentais a prevenção de doenças profissionais e de doenças relacionadas com o trabalho, deve ainda promover o bem-estar dos trabalhadores como factor de produtividade, nomeadamente:

- Conhecer os postos de trabalho, estabelecendo, para cada um, os factores de risco a ter em conta, e adequar os exames médicos dos trabalhadores aos factores de risco caracterizados no seu posto de trabalho;
- Realizar os exames médicos de admissão, periódicos e de regresso ao trabalho, e analisar os exames complementares de diagnóstico necessários à avaliação do estado de saúde do trabalhador, tendo em atenção as características do posto de trabalho;
- Colaborar na escolha dos meios de protecção individual mais adequados ao trabalhador;
- Incentivar os trabalhadores a adoptarem boas práticas de trabalho (vacinação, educação para a saúde, nutrição e reabilitação).

A SUMA promove a realização de exames de saúde, tendo em vista verificar a aptidão física e psíquica dos trabalhadores para o exercício da actividade, bem como a repercussão desta e das condições em que é prestada na saúde dos mesmos.

Os serviços de SHST são geridos na SUMA em duas coordenações:

- Segurança e Higiene do Trabalho: Serviços de Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS), que integram a Coordenação de Sustentabilidade (que reporta à Administração);
- Medicina do Trabalho: Coordenação de Gestão de Recursos Humanos (que reporta à Administração).

As coordenações em questão gerem e operacionalizam cada uma a sua área e equipa de trabalho com base nos objectivos e metas, comunicando entre si periodicamente, nomeadamente quando há a necessidade de passagem de informação entre ambas as equipas ou entre ambas e a empresa prestadora de serviços de medicina do trabalho e em concreto nas seguintes situações:

- Política de gestão nos compromissos de SHST;
- Objectivos e metas a cumprir e atingir para a SHST;
- Programa de gestão nas acções relativas à SHST;
- Identificação de perigos e avaliação de riscos para SHST;
- Avaliações específicas de SHST: ruído, vibrações, agentes biológicos, ergonomia, etc.;
- Monitorização e medição do desempenho;
- Documentação e registos relativos a SHST.

Modelo organizativo

A estrutura de segurança ocupacional e medicina no trabalho na SUMA assenta no seguinte modelo organizativo:

- Comissão Geral de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (CGSHST) – órgão interno responsável pela coordenação e execução do Programa de Gestão e Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, que funciona na dependência do director geral da SUMA e membro do seu Conselho de Administração.

As principais atribuições desta comissão centram-se no planeamento, coordenação e controlo do programa, concepção e gestão do sistema de informação dos indicadores de desempenho, proposta das actividades, encetar as acções internas de divulgação, sensibilização e formação, e elaboração do relatório das suas actividades.

Este órgão reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado para o efeito.

- Comissões Locais de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (CLSHST) – estas comissões existem em cada um dos Centros de Serviços da SUMA, tendo por missão a execução do programa ao nível local.

Compõem cada uma destas comissões a chefia dos respectivos serviços e um conjunto de trabalhadores representativos de cada centro. As comissões reúnem ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocadas para o efeito.

Formação, sensibilização e comunicação

No âmbito do seu plano geral de formação, a SUMA desenvolve um conjunto de acções de formação de Higiene e Segurança no Trabalho para os seus colaboradores.

Lei geral e instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho

As matérias de segurança ocupacional são enquadradas por vários diplomas legais, designadamente o Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro, e a Lei nº 99/2004, de 27 de Agosto, conforme já anteriormente referido a propósito da Mota-Engil Engenharia.

Não existindo instrumento de regulamentação colectiva de trabalho com incidência no sector de actividade da SUMA, a empresa rege-se nesta matéria pela lei geral.

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho da SUMA, apresentam-se de seguida alguns indicadores calculados de acordo com as orientações GRI:

RÁCIOS DE ACIDENTES, DOENÇAS PROFISSIONAIS, DIAS PERDIDOS, ABSENTISMO RELACIONADOS COM O TRABALHO (LA7)								
NÚMERO DE TRABALHADORES	HORAS TRABALHADAS	NÚMERO ACIDENTES DE TRABALHO	NÚMERO DE DIAS PERDIDOS	TAXA DE LESÕES	TAXA DE DOENÇAS OCUPACIONAIS	TAXA DE DIAS PERDIDOS	ÍNDICE FREQUÊNCIA (IF)*	ÍNDICE GRAVIDADE (IG)*
2.956	3.817.441	313	4.197	16,4	16,4	219,9	82,0	1,1

* Índices calculados de acordo com as fórmulas OIT

1.4 Formação e educação

O ano de 2010 foi marcado por um forte impulso em todas as modalidades formativas. Ao compararmos o número de acções de formação realizado em 2010 com 2009 registamos um aumento de 49%. Em 2010 foram realizadas 1052 acções de formação, com um total de 4057 presenças (um aumento de presenças de 48% em relação ao ano de 2009). Este aumento explica-se fundamentalmente por um incremento na modalidade de formação em sala, com 215 acções de formação realizadas e no arranque das acções de reciclagem na modalidade de formação no local de trabalho, acções realizadas pelos tutores. O ano de 2010 foi o primeiro ano em que foram definidos objectivos de formação para execução por parte das chefias de produção (grupo profissional mais activo na operacionalização deste projecto).

Com um acompanhamento próximo por parte do departamento de formação, foi possível acompanhar, monitorizar e prestar o apoio para que os objectivos estabelecidos tenham sido globalmente alcançados. O envolvimento directo de Chefes de Serviço, Administrativos, Técnicos e Chefias de Produção (dos centros onde este projecto se iniciou), uma equipa alargada com 86 membros, foi decisiva para os resultados obtidos. O volume de horas de formação cresceu exponencialmente, atingindo um número próximo das 65 mil horas.

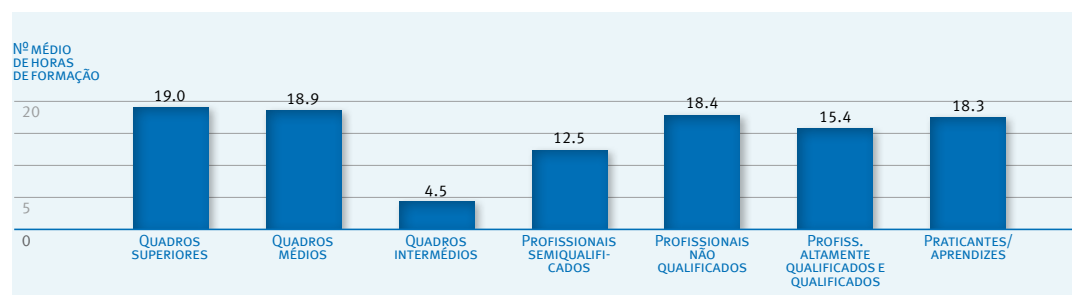
O aumento de formação interna em 2010 foi globalmente dirigido à execução de acções de formação com temática em Higiene e Segurança no Trabalho. Das 213 acções de formação em sala realizadas, a temática de HST foi central em 198 acções de formação, com 1946 presenças. A campanha de formação dirigida aos Tutores/ Chefias de Produção foi exclusivamente dedicada à temática do combate à sinistralidade e à promoção de boas práticas de prevenção da sinistralidade laboral. Contudo, o objectivo central deste projecto foi o de posicionar Tutores e Chefias de Produção enquanto principais agentes na promoção da cultura de segurança.

Enquadrado no Programa de Acolhimento e Reciclagem, os Tutores realizaram 68 acções de reciclagem com temas associados à prevenção da sinistralidade nas operações de recolha e varredura, tendo-se registado 594 presenças de trabalhadores da produção. As campanhas de formação profissional dedicadas à promoção da segurança envolveram um total de 2858 participantes.

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO POR GRUPO PROFISSIONAL (LA10)

GRUPO PROFISSIONAL	nº horas formação	nº médio horas formação/ colaborador
Praticantes/aprendizes	220	18,3
Profissionais altamente qualificados e qualificados	860	15,4
Profissionais não qualificados	45186,5	18,4
Profissionais semiquualificados	13233	12,5
Quadros intermédios	669,5	4,5
Quadros médios	2755	18,9
Quadros superiores	1269,5	19,0
Total Geral	64.193,5	21,7

NÚMERO MÉDIO DE HORAS DE FORMAÇÃO POR GRUPO PROFISSIONAL



Como reflecte o gráfico anterior, foi o grupo dos Quadros superiores o que registou o maior número médio de horas de formação por colaborador (19,0) seguido dos Quadros médios (18,9). Em contrapartida, foram os Quadros intermédios os que tiveram menos horas de formação (4,5).

Na SUMA realizaram-se diversas acções de formação durante o ano de 2010 no âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho que se traduziram numa maior consciencialização dos seus colaboradores face a temas específicos como, por exemplo, a Higiene e Segurança na Operação de Varredura Manual e Operação de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos – Riscos/Prevenção. (LA8)

1.5 Diversidade e igualdade de oportunidades

A SUMA pratica uma rigorosa política na que respeita à defesa dos princípios de igualdade e não discriminação, integrando nas suas fileiras homens e mulheres de várias nacionalidades e etnias.

Essa política é extensiva a todos os aspectos da vida laboral e envolve uma atitude de tratamento igualitário e de não discriminação em matérias como o recrutamento e selecção de recursos humanos, política salarial, progressão na carreira e todos os demais aspectos atinentes à relação de trabalho.

Todos os colaboradores têm à disposição, para consulta, afixada nos seus locais de trabalho, a informação relativa aos direitos e deveres do trabalhador em matéria de igualdade e não discriminação, nomeadamente a Norma Interna de Recursos Humanos – NI–RH–021 – Princípio da não discriminação, o artigo 22º e seguintes do Código do Trabalho, o artigo 33º e seguintes do Código do Trabalho; o artigo 66º e seguintes da Lei nº 35/2004, de 29 de Julho, e o Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de Abril.

5.3.1 GRUPO MOTA-ENGIL

1. DIREITOS HUMANOS

O Grupo Mota-Engil respeita e promove os Direitos Humanos em todos os contextos culturais, sócioeconómicos e geografias onde opera (HR1).

Tal comportamento é naturalmente extensivo às práticas do Grupo, quer em matéria de política de investimentos quer na gestão da cadeia de fornecimento, procurando tornar extensíveis à mesma os princípios por que se rege nas actividades directamente exercidas, designadamente em matéria de saúde e segurança no trabalho (HR2).

Não se registaram, no interior de qualquer das empresas do Grupo, situações de discriminação, estando, por outro lado, completamente salvaguardada a prática dos direitos associativos do foro laboral, mormente a liberdade de associação e de negociação colectiva, o que corresponde, de resto, a um imperativo de natureza constitucional e legal (HR4).

Não existem no Grupo quaisquer situações de trabalho infantil ou forçado (HR6).

Os trabalhadores ou entidades subcontratadas envolvidos em questões de segurança (*security*) de instalações e salvaguarda dos seus bens (não existem no Grupo trabalhadores ou entidades subcontratadas envolvidos em missões de segurança pessoal) respeitam, nas suas interacções pessoais, os direitos legalmente consagrados em cada espaço geográfico onde exercem as suas funções.

Refira-se, por último, que o Grupo Mota-Engil não exerce habitualmente actividade em qualquer território onde estejam ou possam estar em causa os direitos das populações ou povos indígenas.

2. SOCIEDADE

O Grupo Mota-Engil privilegia de forma muito particular o seu relacionamento com as comunidades locais, avaliando regularmente os impactes ambientais e sociais provocados pelas suas actividades (SO1).

O Grupo Mota-Engil respeita os mais elevados padrões de ética, nomeadamente os relativos à promoção da concorrência justa, proibição de subornos, pagamentos ilícitos e corrupção, não existindo quaisquer situações a reportar a este nível nem quaisquer penalizações ou multas decorrentes da incursão em qualquer comportamento ilícito neste âmbito (SO2, SO8).

Em matéria de políticas públicas, o Grupo não toma habitualmente, nem de forma directa, quaisquer posições, nem, por outro lado, procede a quaisquer contribuições para organizações políticas (SO5).

3. RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

A análise dos impactes na saúde e segurança dos clientes do Grupo Mota-Engil está incorporada nos sistemas de gestão em vigor, em particular na Mota-Engil Engenharia e SUMA, cujo desempenho é descrito neste Relatório.

Em matéria de rotulagem de produtos e serviços, não são frequentes os casos em que tal se mostre necessário, atendendo à natureza da actividade desenvolvida pelo Grupo e em particular pelas entidades objecto de relato do seu desempenho, sendo, porém, providenciadas todas as informações em matéria de rotulagem quando exigidas (PR3).

Não existiram, em 2010, quaisquer casos de não-conformidade nestas matérias nem quaisquer penalizações associadas, sejam de carácter pecuniário ou outro (PR9).

A propósito deste tema e em relação às práticas relacionadas com a satisfação dos clientes, as mesmas encontram-se já evidenciadas noutro capítulo deste Relatório.

Na sua política de comunicação de *marketing*, o Grupo Mota-Engil cumpre na íntegra as determinações legais em vigor, não existindo quaisquer situações de não-conformidade ou aplicação de sanções a relatar (PR6).

O mesmo se diga, por último, relativamente ao respeito pelos direitos de personalidade dos clientes do Grupo Mota-Engil, designadamente em matéria de defesa e salvaguarda do seu direito à privacidade na gestão do relacionamento com aqueles, não existindo até à data quaisquer reclamações a registar a este título.



MOTAENGIL, SGPS, S.A.

